

Joana D Arc Vaz

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO
DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE
BRASIL-MOÇAMBIQUE: O PROTAGONISMO
DE EMPRESAS BRASILEIRAS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Linha de Pesquisa Trabalho e Educação, para a obtenção do Grau de Doutora em Educação.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Adriana D'Agostini

Coorientadoras:

Prof.^a Dra. Virgínia Fontes

Prof.^a Dra. Luciana Marcassa

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vaz, Joana D Arc
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES
DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-MOÇAMBIQUE : O
PROTAGONISMO DE EMPRESAS BRASILEIRAS / Joana D Arc
Vaz ; orientadora, Adriana D'Agostini ,
coorientadora, Virgínia Fontes, coorientadora,
Luciana Marcassa, 2018.
337 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa
de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Capital-imperialismo . 3. Relação
Brasil-Moçambique . 4. Empresas brasileiras. 5.
Educação Profissional. I. D'Agostini , Adriana . II.
Fontes, Virgínia . III. Marcassa, Luciana IV.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Educação. V. Título.

JOANA D ARC VAZ

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO
DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE
BRASIL-MOÇAMBIQUE: O PROTAGONISMO
DE EMPRESAS BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha Trabalho e Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de doutor em Educação.

Florianópolis, 27 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Adriana D'Agostini -
Orientadora - UFSC

Prof.^a Dr.^a Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes
Coorientadora – FIOCRUZ

Prof.^a Dr.^a Luciana Pedrosa Marcassa
Coorientadora – UFSC

Prof.^a Dr.^a Ana Elisa Saggioro Garcia
Examinadora – UFRRJ

Prof.^a Dr.^a Mariléia Maria da Silva
Examinadora – UDESC

Prof^ª. Dr^ª. Célia Regina Vendramini
Examinadora – UFSC

Prof. Dr. Mauro Titton
Examinador – UFSC

Prof^ª. Dr^ª. Astrid Baecker Ávila
Suplente - UFSC

Dedico este trabalho a Classe Trabalhadora e suas estratégias de enfrentamento ao Capital. “Trabalhadores do Mundo, uni-vos”!

Aos camponeses, operários, aos atingidos pela mineração e pelo agronegócio, em especial de Moçambique e Brasil. Que a luta seja constante e o rumo ao horizonte para não deixar de caminhar!

Em homenagem:



Ao meu pai, Francisco José de Almeida (in memoriam), que mesmo convivendo poucos anos, apenas três anos da minha vida, aprendi seus ensinamentos. São poucas as lembranças guardadas na memória, mas carrego comigo o registro de um pai guerreiro e amoroso. Um trabalhador do campo que carregou consigo o fardo do trabalho duro e explorado e que mesmo assim não deixou de lutar por um dia e por um mundo melhor do que este para seus filhos!

À minha mãe, Lázara Efigênia Vaz (in memoriam), a quem devo tudo o que o sou! Você é a pessoa mais importante da minha vida. Contigo aprendi a ser corajosa, terna, amorosa... minha grande referência! Sempre vou te amar!



AGRADECIMENTOS

À prof.^a Dra. Adriana D'Agostini, minha orientadora, amiga e companheira de estudos e da luta. Agradeço sua generosidade em enfrentar este desafio de estudar comigo este tema. Simplesmente aceitou a proposta, sem muitos questionamentos. Você foi fundamental para o prosseguimento desta pesquisa. Em nenhum momento me senti sozinha nesse caminho. Seu jeito de orientar, de ensinar, de apoiar, me transmitiu segurança, autonomia e confiança na elaboração da tese. Qualquer palavra aqui, não expressa o quanto lhe sou grata e o quanto a admiro.

À prof.^a Dra. Virgínia Fontes, que além de orientar, foi amiga e companheira. Hoje, minha admiração por você ultrapassou os muros intelectuais e acadêmicos. A caminhada nestes anos de doutorado me permitiu lhe conhecer de uma maneira singular, pois convivemos momentos de partilha de vida e de projetos. Aprendi muito com você, que mesmo morando em outra cidade, nunca deixou de me apoiar e incentivar na pesquisa e tomadas de decisão. Obrigada, Virgínia, por tudo!

Ao prof. Dr. Yussuf Adam, meu orientador moçambicano e um amigo querido, com quem tanto aprendi. Convivi pouco tempo com você, mas nesse pouco, ganhei uma bagagem de aprendizados e de novos conhecimentos. Foi fundamental para o desenvolvimento da minha pesquisa de campo. Muito obrigada! E, para tanto, agradeço ao prof. Dr. Gerhard Seibert por toda sua atenção, disponibilidade, sendo por seu intermédio a abertura de muitos contatos em Moçambique.

À prof.^a Dra. Ana Elisa S. Garcia, que dispôs tempo a me ajudar a concretizar o projeto de campo em Moçambique. Tuas indicações e orientações em Moçambique fez com que eu partisse com mais segurança e objetividade no trabalho de campo. Obrigada pela orientação, diálogo e pela leitura atenta e respeitosa com meu texto.

Às professoras Doutoradas, Célia R. Vendramini, Luciana P. Marcassa, Mariléia M. da Silva, avaliadoras deste trabalho, tanto no momento da qualificação quanto na fase final. E ao Professor Doutor Mauro Titton, que contribuiu com a leitura e debate do texto final. Obrigada pelo incentivo, carinho e apoio nesta etapa da minha formação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial, aos professores da Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação. As leituras, os debates, o aprofundamento em sala de aula contribuíram e muito no avanço do texto, além de serem pessoas com as quais convivi em muitos momentos de luta.

Aos colegas dos grupos de pesquisa, GEPETO, TMT, GTO e COLEMARX, obrigada pelas contribuições, indicações de leituras, debates e diálogos que foram importantes não só para a elaboração da tese, mas para o enfrentamento à lógica perversa do sistema da sociedade capitalista.

Aos colegas da turma de Doutorado, em especial, aos amigos, Kamille Vaz, Lara Carlette, Aníbal Brito Neto e Eliane Aguiar. Companheiras e companheiro, que hoje, fazem parte do grupo de pessoas especiais da minha vida.

Ao longo do mestrado e do doutorado em Florianópolis, construí uma rede de amigos que me deram força, alegria e que estiveram comigo nos momentos de alegria e de tristeza. Ao redor da mesa do café com pão de queijo ou de uma churrasqueira, partilhamos a vida e nos fortalecemos. Amigos e amigas que o tempo de Floripa me presenteou e que são para vida toda: Kamille Vaz, Jocemara Triches, Caroline Bahniuk, Dayana Schreiber, Evellyn Ledur da Silva, Vandrizze Meneghini, Vanessa Meneghini, Fábio Victor Schreiber, Lara Carlette, Aníbal Brito Neto, Eliane Aguiar, Leda Letro Ribeiro, Mara C. Schneider, Hélio A. Santos, Guilherme Minerin, Jonas Bianchin, Alcione Nawroski, Carol Furtado, Alexandre Ribeiro, Rafael Pereira, Tomaz Pereira, Vilmar Both, Demétrio Cherobini, Virgínia Nunes. Nesse espaço, amadurecemos, partilhamos e construímos uma história de amizade e companheirismo.

Aos amigos/as – que estão em outros municípios ou Estados que, mesmo a longas distâncias não deixaram de participar comigo desta etapa. Em particular, destaco a presença amiga de, Inny Accioly, Lucimara, Patrícia Tomazetto, Josiane, Neide Fávaro, Edineia Chillante, Rita Pizzoli, Fátima Francioli, Olga Vida, Jonoel, Irany, Margarida, Imaculada. Também, carinhosamente agradeço a Natalina Triches (Mana) que foi parceira e solidária em todo o processo da escrita.

Aos amigos/as e companheiros/as construídos em Moçambique, Jeremias Vunjanhe, Júlio Machele, Arlindo, Tomas Cebola, Tomas Francisco, Inês, Antonio Chioze, Adelino, Antonio Gaveta, Ir. Rita, Roberto, Gizela, Belmiro, Felipe, Rui, Licoze Cancio, Tininha, Costa Estevão, Justina, Luisa Mutisse, Angela Mucavel e os estudantes (moçambicanos, brasileiros, mexicanos, argentinos, dentre outros) da Casa de Estudantes/Maputo. Vocês me deram o apoio, o abraço, o incentivo e me fizeram descobrir a beleza e a magia existente neste país! Suas lutas fazem parte das minhas/nossas lutas! Destaco a pessoa carinhosa e acolhedora de Jeremias, pelo seu jeito de ser, seus conhecimentos e sua luta, além de toda orientação, deu um significado especial em minha pesquisa e em minha vida. E, Júlio Machele, Arlindo e

Antonio Chioze, enquanto amigos e parceiros nas atividades da pesquisa. Vocês foram demais!

À minha família – irmãos, irmãs, cunhados/as, sobrinhas/os –, a quem devo todo reconhecimento, gratidão e amor! Somente me foi possível chegar ao final desta etapa porque estiveram comigo, compartilharam das minhas angústias, dores, sonhos, conquistas, dando-me o que eu mais precisava: carinho, incentivo, apoio, força em momentos quando eu não as tinha para prosseguir nos estudos. Não consigo agradecer tudo nestas poucas palavras, mas meu muito obrigado. Neste momento de conquista o que eu mais queria era receber aquele forte abraço da mulher que mais amei e amo – minha mãe –, mas trago comigo os seus ensinamentos e seu amor.

À Luiza, Helena, Francielle e Francis. Nós, aprendemos a nos conhecer melhor, a nos respeitar e acima de tudo, a nos amar. Obrigada pela paciência, generosidade, incentivo e amor ofertado no dia a dia.

Ao meu companheiro e amante, Almir Sandro Rodrigues (Filó). Um dia te encontrei, tenho certeza que não foi no ocaso da vida, pois nos encontramos. Teu amor, companheirismo, cumplicidade e sensibilidade me fazem ainda mais humana. Contigo, ganhei duas pérolas, duas vidas maravilhosas – Luiza e Helena, que me ensinam a cada dia que o amor ultrapassa o sangue. Aproveito para agradecer o carinho e a amizade de todos e todas da família Rodrigues.

Muito obrigada!

Kanimambo!

Koshuqurro otehne!

Tatenda!

GRITO NEGRO

*Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
e fazes-me tua mina, patrão.
Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão,
para te servir eternamente como força motriz
mas eternamente não, patrão.
Eu sou carvão
e tenho que arder sim;
queimar tudo com a força da minha combustão.
Eu sou carvão;
tenho que arder na exploração
arder até às cinzas da maldição
arder vivo como alcatrão, meu irmão,
até não ser mais a tua mina, patrão.
Eu sou carvão.
Tenho que arder
Queimar tudo com o fogo da minha combustão.
Sim!
Eu sou o teu carvão, patrão.*

(JOSÉ CRAVEIRINHA)

RESUMO

O objeto deste estudo é a Educação Profissional no contexto da cooperação Sul-Sul entre Brasil-Moçambique e o protagonismo dos setores empresariais brasileiros em Moçambique, no recorte temporal de 2003 a 2015. O problema de pesquisa partiu das seguintes questões: por que a Educação Profissional compõe as estratégias do capital em Moçambique, com participação direta do Estado e dos setores empresariais brasileiros? Que interesses estão em disputa? Como e por que a educação se transforma em instrumento de combate à pobreza na lógica do desenvolvimento do país? O que levou o governo de Moçambique a adotar políticas públicas implementadas no Brasil, como a educação profissional oferecida pelo “Sistema S”, os cursos profissionalizantes de nível médio, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE), a formação de professores via Educação a Distância (EaD), entre outros? O que caracteriza o Brasil com contornos de país capital-imperialista na cooperação Sul-Sul, mais precisamente com Moçambique, articulando seus interesses aos negócios do capital e seus representantes institucionais? Quais os planos para Moçambique e como se articulam com a inserção das empresas brasileiras associadas às políticas públicas naquele país? O objetivo geral foi analisar o papel da Educação Profissional no contexto da expansão das relações capital-imperialistas e dos acordos de cooperação entre o Brasil e Moçambique. Destacamos algumas de nossas hipóteses: o Estado brasileiro, na relação com Moçambique, assumiu um papel de negociador e representante dos setores empresariais junto ao Estado e burguesia moçambicana para a ampliação dos negócios brasileiros e a implementação das políticas públicas de educação, saúde e agricultura, principalmente, naquele país, tendo a Educação Profissional como uma estratégia no projeto do capital. Nessa cooperação, o Estado brasileiro tem uma atuação com contornos capital-imperialistas mesmo que de forma subalterna frente ao capital internacional. Nossa análise foi com base na concepção do materialismo histórico dialético, prisma que permitiu compreender o papel do Brasil e de Moçambique, no contexto das relações capital-imperialistas. Adotamos os procedimentos metodológicos a partir da pesquisa qualitativa, marcados por dois momentos: análise documental e análise das entrevistas realizadas em campo. Selecionamos os documentos de Moçambique, do Banco Mundial e da cooperação Brasil-Moçambique, com a finalidade de entender o papel da Educação Profissional no contexto moçambicano. No segundo momento, priorizamos a entrevista semiestruturada individual e/ou coletiva, com a realização de 22 entrevistas.

Um dos elementos principais dos resultados da pesquisa é a apreensão da própria dinâmica do capital-imperialismo que, em Moçambique, se utiliza estrategicamente do próprio Estado, que depende da ajuda e dos empréstimos externos, assim como da burguesia moçambicana, que se alia às burguesias internacionais, expropriando brutalmente as populações, para a implementação dos projetos de expansão das relações sociais capitalistas. A educação profissional na sociedade moçambicana, pautada na agenda do capital para a educação, cumpre a função ideológica no processo de expansão das relações sociais capital-imperialistas. O projeto de Educação Profissional em Moçambique faz o seguinte movimento: oferta uma educação-formação limitada a corrigir os estragos causados pelos interesses das classes dominantes e, por isso, tão incentivada para a formação de capital humano, uma educação voltada ao treinamento para o mercado de trabalho, à empregabilidade e ao empreendedorismo. Por sua vez, esse movimento desencadeia condições de trabalho precárias, intensificadas, superexploradas, manobráveis, e em trabalhadores colocados no rol do exército de reserva. A pesquisa evidenciou as particularidades de Moçambique e sua relação não só com o Brasil, mas imerso nas relações capital-imperialistas, de modo que constatou os processos que vêm ocorrendo no país, tanto de expropriações primárias quanto secundárias, da população moçambicana.

Palavras-chave: Capital-imperialismo. Cooperação Sul-Sul. Relação Brasil-Moçambique. Empresas brasileiras. Educação Profissional.

ABSTRACT

The object of the study is Professional Education within the context of the South-South Cooperation between Brazil and Mozambique and the role of the Brazilian business sectors in Mozambique, from 2003 to 2015. The research problem departs from the following questions: why does Professional Education integrate the strategies of the capital in Mozambique, with direct participation of the State and the Brazilian business sectors? What interests are in dispute? How and why does education become an instrument to fight poverty, within the logic of the country's development? What led the Government of Mozambique to adopt public policies implemented in Brazil, such as the professional education offered by the "S System", the secondary-level professional courses, the National School Feeding Program (PRONAE), the teachers' education via distance education programs (EaD), among others? What characterizes Brazil as a capital-imperialist country in the South-South Cooperation, more precisely with Mozambique, by linking its interests to the capital's business and its institutional representatives? What are the plans for Mozambique and how do they articulate with the insertion of Brazilian companies associated with that country's public policies? The main objective of the paper was to analyze the role of Professional Education within the context of the expansion of the capital-imperialist relations and the cooperation agreements between Brazil and Mozambique. Some of our hypotheses were: the Brazilian State, in the relationship with Mozambique, played role of a negotiator and representative of the business sectors linked to the Mozambican State and bourgeoisie for the expansion of the Brazilian businesses and the implementation of public policies regarding education, health and agriculture in the country, and considering Professional Education as a strategy in the project of the capital. In this cooperation, the Brazilian State acts with an underlying capital-imperialist profile, with regards to the international capital. Our analysis was based on the concept of dialectical and historical materialism, which enabled the understanding of the role of Brazil and Mozambique, within the context of capital-imperialist relations. We applied two methodological procedures of qualitative research: documental analysis and field interviews. The documents came from Mozambique, the World Bank and the Brazil-Mozambique cooperation, with the purpose to understand the role played by Professional Education within the Mozambican context. Twenty-two semi-structured individual and/or collective interviews were conducted. One of the main elements of the results of the research is understanding the capital-

imperialism dynamics itself which, in Mozambique, strategically uses the State, which depends on foreign aid and loans, as well as the Mozambican bourgeoisie, who associates with international bourgeoisies, and brutally expropriates the populations, for the implementation of the expansion projects of the social capitalist relations. Professional education in Mozambican society, based on the capital's agenda for education, thus fulfils the ideological role in the expansion process of the social capital-imperialist relations. The Professional Education project in Mozambique does the following movement: it offers an educational program designed to repair the damage caused by the interests of the dominant classes, therefore, towards the formation of human capital and dedicated to train for the labor market, employability and entrepreneurship. Such movement results in precarious, intensified, over-explored, maneuverable, working conditions, and workers placed in the reserve army. The research exposed the particularities of Mozambique and its relationship not only with Brazil, but as a country immersed in capital-imperialist relations, with both primary and secondary expropriations of the Mozambican population.

Keywords: Capital-imperialism. South-South Cooperation. Brazil-Mozambique Relation. Brazilian companies. Professional Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Redes de contatos para o desenvolvimento da pesquisa de campo. ____	55
Figura 2: Mapa Político da África. _____	61
Figura 3: Mapa da Distribuição do Continente: África do Norte e África Subsariana. _____	62
Figura 4: Mapa de Moçambique. _____	66
Figura 5: Mapa que demarca a presença de empresas transnacionais na Província de Tete – Região Centro de Moçambique. _____	169
Figura 6: Megaprojetos e os principais reassentamentos na Província de Tete – Região Centro de Moçambique. _____	170
Figura 7: A ocupação de terras pelos megaprojetos ligados à mineração na Província de Tete – Região Centro de Moçambique. _____	172
Figura 8: Imagens do Reassentamento 25 de Setembro – Unidade 6 – Distrito de Moatize. _____	175
Figura 9: Imagens do Reassentamento Cateme – Distrito de Moatize. _____	186
Figura 10: Abrangência do Corredor de Nacala – Moçambique. _____	192
2	
Figura 11: Imagem do mapa dos distritos afetados pelo ProSavana. _____	193
3	
Figura 12: Escola Primária Completa Niapala – Posto Administrativo de Namaíta – Distrito de Rapale – Província de Nampula – Região Norte. _____	261
Figura 13: Distrito de Massingir – Província de Gaza – Região Sul. Escola Primária 1 E 2 Graus III Congresso – Aldeia De Mucatine _____	262
Figura 14: Distrito de Muecate – Província de Nampula – Região Norte. Escola Primária 1 E 2 Graus Muecate Sede. _____	263
Figura 15: Bairro 25 de Setembro – Unidade 6 – Reassentamento da VALE S.A.	285
Figura 16: Centros de Formação Profissional – Distrito de Moatize e na cidade de Tete _____	286
Figura 17: Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP). ____	287

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Entrevistados elencados pela data da entrevista.	51
Quadro 2: Índice de Desenvolvimento Humano de todas Regiões em Desenvolvimento.	63
Quadro 3: Projeção da evolução da população (em milhões), Moçambique 1950-2014.	67
Quadro 4: Projeção da distribuição da população moçambicana por província – 2007-2040.	67
Quadro 5: A pobreza em Moçambique em comparação com os países africanos.	105
Quadro 6: Discrepâncias de produtividade comparativamente a outros países da região.	107
Quadro 7: Investimento direto estrangeiro em Moçambique (1990-2009).	109
Quadro 8: Crescimento do PIB de Moçambique (1980-2008).	110
Quadro 9: Indicadores econômicos de Moçambique (2003 e 2015).	110
Quadro 10: Valor correspondente do câmbio de uma unidade (1) de dólar, real e euro para metical moçambicano (MT), em 2015.	111
Quadro 11: Taxa de Crescimento do PIB nos países da SADC (%).	112
Quadro 12: Ajuda Externa em Moçambique.	113
Quadro 13: Recursos Externos por modalidades de ajuda ao orçamento Geral do Estado (2011-2013).	114
Quadro 14: Equilíbrio Orçamental (milhões de MT).	115
Quadro 15: Percentagem Anual de Crescimento do PIB em Moçambique, 1991-2012.	137
Quadro 16: Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique em 2012.	138
Quadro 17: Demonstração da evolução dos indicadores de Moçambique.	227
Quadro 18: Definições de pobreza nos PAPPAS	233
3	
Quadro 19: Projetos que estão sendo implementados em Moçambique da Cooperação Técnica brasileira nas áreas de Educação, Saúde, Agricultura, Defesa (2008-2022).	244
Quadro 20 – Cooperação brasileira com Moçambique – áreas de interesse.	265
Quadro 21: Quadro Nacional de Qualificação (QNPQ).	270
Quadro 22: Nível de educação por tipo de emprego, 2003 (percentagem).	277

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAJC - Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades
ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ACA - Agricultura do Século Africano
ACM - Associação Comercial de Moçambique
ADECRU - Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais
ADPP - Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas
AGO - Apoio Geral ao Orçamento
AKF - Fundação Aga Khan
ANC - Congresso Nacional Africano
APH - Aparelhos Privados de Hegemonia
ASDI - Agência Sueca para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional
ASDI - Cooperação e Desenvolvimento Internacional
ASE - Ação Social Escolar
BDPES - Balanço do Plano Econômico e Social
BID - Banco Islâmico para o Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRF - Brasil Foods S.A.
BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAJUPANA - Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDJPN - Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala
CEAS - Centro de Estudos Africanos
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CESC - Centro de Aprendizagem e Capacitação das Organizações da Sociedade Civil
CIDA - Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional
CINSFLU - Censo das Instituições Sem Fins Lucrativos
CIP - Centro de Integridade Pública
CNA - Congresso Nacional Africano
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNODC - China National Oil and Gas Exploration and Development Corporation
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COLEMARX/UFRJ - Coletivo de Estudos Marxismo e Educação
COMECON - Council for Mutual Economic Assistance (Conselho para Assistência Econômica Mútua)
CPI - Centro de Promoção de Investimento
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTA - Confederação das Associações Econômicas
CTV - Centro Terra Viva
DANIDA - Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento
DFID - Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
DUAT - Direito do Uso e Aproveitamento de Terra
EaD - Educação a Distância
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EP - Ensino Primário
EPC - Escola Primária Completa
EPSJV - Escola Politécnica Joaquim Venâncio
EPT - Educação para Todos
ES - Ensino Secundário
EUA - Estados Unidos da América
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FASFIL - Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos
FC - Fundos Comuns
FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento
FICAS - Fundo Internacional Socioambiental
FINNIDA - Departamento de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Finlândia
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE/MEC/BRASIL - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
FTI - Fast-Track Initiative
GDI - Governance and Development Institute
GEPETO - Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho
GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GMD - Grupo Moçambicano de Dívida
HIV - Human Immunodeficiency Virus
IBAS - Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IDH - Índice de desenvolvimento humano

IED - Investimento Estrangeiro Direto
IESE - Instituto de Estudos Sociais e Econômicos
IFC - International Financial Corporation
IFEs - Institutos Federais de Educação
IHU-UNISINOS - Instituto Humanitas Unisinos
IIAM - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INE - Instituto Nacional de Estatística
INEFP - Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INSIDA - Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos, Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JA – Justiça Ambiental
JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão
LDH - Liga dos Direitos Humanos
LDH - Liga Moçambicana dos Direitos Humanos
LGBT - movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LIDE - Grupo de Líderes Empresariais
MANU - Mozambique African National Union
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MINED - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MINEDH - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT - Metical
OAM - Ordem dos Advogados de Moçambique
OCB - Organizações Comunitárias e Base
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM - Objetivos do Milênio
OJM - Organização da Juventude Moçambicana
OMM - Organização da Mulher Moçambicana
OMR - Observatório do Meio Rural
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OPA - Organizações de Pesquisa e Advocacia

ORAM - Organização de Ajuda Mútua
OSC - Organizações da Sociedade Civil
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTM - Organização dos Trabalhadores Moçambicanos
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARP - Plano de Ação para a Redução da Pobreza
PARPA - Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
PCEB - Plano Curricular do Ensino Básico – (Moçambique/MEC)
PEDSA - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário
PEE - Plano Estratégico de Educação
PEEC - Plano Estratégico de Educação e Cultura
PGC - Projeto Grande Carajás
PIB - Produto Interno Bruto
PIREP - Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional
PMA - Programa Mundial de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDH - Pressão Nacional dos Direitos Humanos
PNISA - Plano Nacional de Investimento Agrícola
PNISA - Plano Nacional de Investimentos para o Sector Agrário
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual de Ações Sociais
PPC - Paridade do Poder de Compra
PPGE/UFSC - Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSC
PQG - Plano Quinquenal do Governo
PRE - Programa de Reabilitação Econômica
PRONAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
QNQP - Quadro Nacional de Qualificações Profissionais
RDC - República Democrática do Congo
RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana
REVIVA - Instituição brasileira Sem Fins Lucrativos
RGPH - Recenseamento Geral da População e Habitação
SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADF - Força de Defesa Sul-Africana (South African Defence Force)
SEED/MEC - Secretaria de Educação a Distância
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERC - Segundo Crédito do Banco para a recuperação econômica

SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SNE - Sistema Nacional de Educação
TMT - Núcleo de Estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho / UFSC
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UDI - Declaração Unilateral de Independência
UEM - Universidade Eduardo Mondlane
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNAC - União Nacional de Camponeses
UNAC/Moçambique - União Nacional dos Camponeses
UNAMI - União Africana de Moçambique
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILAB - Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UP - Universidade Pedagógica
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USD - Dólar dos Estados Unidos
VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana
WLSA - Women and Law in Southern África

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	33
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE MOÇAMBIQUE	59
2.1. ASPECTOS GERAIS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA	69
2.2. MOÇAMBIQUE E A GUERRA DE LIBERTAÇÃO	77
2.3. O ESTADO APÓS A INDEPENDÊNCIA	86
2.4. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICO-ECONÔMICAS	99
3. AJUSTE ESTRUTURAL, ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL E A INSERÇÃO DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE	119
3.1. AJUSTE ESTRUTURAL E O BANCO MUNDIAL EM MOÇAMBIQUE	122
3.2. O CAPITAL-IMPERIALISMO E A CONSTITUIÇÃO DA BURGUESIA MOÇAMBICANA	134
3.3. COOPERAÇÃO SUL-SUL E A INSERÇÃO BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE	153
3.4. A COOPERAÇÃO SUL-SUL E A INSERÇÃO BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE ATRAVÉS DA MINERAÇÃO E SUA CADEIA PRODUTIVA	165
3.5. COOPERAÇÃO SUL-SUL, A INSERÇÃO BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE E O AGRONEGÓCIO	189
3.6. BRASIL E MOÇAMBIQUE: RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E CAPITAL-IMPERIALISMO SUBALTERNO	204
4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO CAPITAL-IMPERIALISTA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE	208
4.1. ASPECTOS GERAIS DO PROCESSO EDUCACIONAL NO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA	209
4.2. APONTAMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO DO ACORDO COM BANCO MUNDIAL E FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)	217
4.3. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A REDUÇÃO DA POBREZA E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS	230
4.4. O BRASIL E A EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: POR DETRÁS DO APARENTE DISCURSO DE COOPERAÇÃO À SUBORDINAÇÃO AO PROJETO DO CAPITAL	239
4.5. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AGENDA DO CAPITAL PARA A FORMAÇÃO DO HOMEM E DA MULHER MOÇAMBICANOS	267
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
REFERÊNCIAS	303
APÊNDICE A	327

1. INTRODUÇÃO

Vão tentar nascer aqui em Moçambique capitalistas pretos, a chamada burguesia nacional. Não queremos isso aqui, não há lugar para exploradores aqui. Preto ou branco não pode explorar o povo. O dever de cada um de nós é dar tudo ao povo, sermos os últimos quando se trata de benefícios, primeiros quando se trata de sacrifícios. Isso é que é servir o povo. [...]
A corrupção material, moral e ideológica, o suborno, a busca do conforto, as cunhas, o nepotismo, isto é, os favores na base de amizade, e em particular dar preferência nos empregos aos seus familiares, amigos ou à gente da sua região fazem parte do sistema de vida que estamos a destruir. (SAMORA MACHEL)¹.

O presente texto se insere no processo de investigação sobre a cooperação Sul-Sul, mais especificamente sobre a relação Brasil-Moçambique que vem sendo desenvolvido ao longo do percurso do programa de doutorado em Educação. O objeto de estudo é a Educação Profissional no contexto da cooperação entre os dois países e da atuação dos setores empresariais brasileiros em Moçambique, entre 2003 e 2015.

Esta pesquisa originou-se nos estudos realizados no mestrado em Educação no PPGE/UFSC, quando discutimos a Política Social no Brasil, incluindo a política educacional e as ações direcionadas ao alívio da pobreza, de modo articulado com as diretrizes do Banco Mundial (BM) e as questões econômicas, a fim de aprofundar a sua compreensão, sob o prisma da relação Capital-Trabalho. Naquele período, privilegiamos o Governo Lula, particularmente o Programa Bolsa Família e as condicionalidades impostas à Educação, entre 2003 e 2010. O estudo sinalizava que modelos de políticas sociais, educacionais, estavam sendo propostos pelo governo brasileiro e organismos internacionais como uma “possível” solução para os problemas africanos.

¹ Frases de Samora Machel/30 anos: “A luta continua” três décadas depois. (SAPONÓTIAS, 2016)

Dando prosseguimento à pesquisa², definimos nosso **problema de pesquisa** a partir das seguintes questões: Por que a Educação Profissional compõe parte das estratégias do capital em Moçambique, com participação direta do Estado e dos setores empresariais brasileiros? Que interesses estão em disputa? Como e por que a educação se transforma em instrumento de combate à pobreza na lógica do desenvolvimento do país? O que levou o governo de Moçambique a adotar políticas públicas implementadas no Brasil como a educação profissional oferecida pelo “Sistema S”, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), os cursos profissionalizantes de nível médio, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE), a formação de professores via Educação a Distância (EaD), dentre outros? O que caracteriza o Brasil com contornos de país capital-imperialista nessa relação de cooperação Sul-Sul, mais precisamente com Moçambique, articulando seus interesses aos negócios do capital e seus representantes institucionais? Quais os planos para Moçambique e como se articulam com a inserção das empresas brasileiras associadas às políticas públicas naquele país?

Destacamos como **objetivo geral** desta pesquisa analisar o papel da Educação Profissional no contexto da expansão das relações capital-imperialistas e dos acordos de cooperação entre o Brasil e Moçambique, de 2003 a 2015. Para tanto, temos como **objetivos específicos**: contextualizar o sistema educacional de Moçambique; estudar a função da Educação Profissional no sistema educacional de Moçambique; entender o papel do Brasil com contornos capital-imperialistas em Moçambique; apresentar o contexto histórico de Moçambique; discutir o conceito de capital-imperialismo, estabelecendo as relações com o papel ocupado pelo Brasil no contexto mundial e no contexto da cooperação Sul-Sul; compreender o lugar e a função do Estado brasileiro na disseminação e implementação das políticas em questão e na consolidação da hegemonia capitalista em Moçambique; listar e discutir a função e as estratégias dos aparelhos privados de hegemonia brasileiros em Moçambique; problematizar a ideia de “países irmãos”, utilizada nos acordos de cooperação entre o Brasil e Moçambique.

² Esta pesquisa está vinculada aos estudos e discussões desenvolvidos no Núcleo de Estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho (TMT/UFSC), Grupo sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO/UFSC), do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO) vinculado às pesquisas da professora Virgínia Fontes sobre as relações capital-imperialistas e do Coletivo Marx (COLEMARX/UFRJ).

Delimitamos o período para o desenvolvimento da pesquisa de 2003 a 2015, que corresponde aos dois mandatos presidenciais do Governo Lula (2003-2011), e aos mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016). No segundo mandato da presidente Dilma, optamos por limitar o nosso estudo até 2015. A política externa brasileira para a África foi intensificada nos governos Lula, dando prosseguimento na expansão das relações de cooperação nos governos de Dilma Rousseff.

Nos governos do presidente Lula as relações políticas e comerciais com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) tiveram um aumento significativo na chamada cooperação Sul-Sul e com a emergência dos países BRICS, diferentemente dos acordos firmados pelos governos anteriores. Nessa articulação, os interesses do Estado brasileiro se misturaram à internacionalização das empresas brasileiras que ganhou um lugar de destaque nas pautas de negociações governamentais, principalmente no período de 2003 a 2012. Este período foi o *boom* das empresas para os países do Sul que, deu-se apoiada na ampliação das políticas públicas como, por exemplo, das linhas de crédito, tarifas tributárias, saúde, educação, agricultura, dentre outras (GARCIA, KATO, 2016).

As grandes áreas beneficiadas foram a mineração, construção civil e a agricultura (agronegócio), ocupando os principais lugares da economia brasileira na conjuntura internacional nesse recorte temporal. As primeiras, já se encontravam no continente africano desde a década de 1970, porém, ganharam impulso para expandirem seus projetos a partir de 2003. As políticas públicas de educação, saúde, agricultura, de financiamento, dentre outras, acompanharam a expansão das empresas brasileiras no cenário da cooperação Sul-Sul, de forma direta ou indireta, conhecidas como parte substancial da cooperação para o desenvolvimento. Garcia e Kato (2016, p. 70) analisam esse modelo de cooperação na perspectiva do tripé – “investimento, cooperação e financiamento”.

Durante o período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a relação com os governos dos países africanos de língua portuguesa, em particular, ganhou relevância, visto que em 2012, o Brasil já somava com trinta e oito Embaixadas brasileiras, dois Consulados, totalizando 40 postos no continente. Também, inaugurou a Universidade de Integração Internacional

da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)³, destinando metade das vagas a estudantes africanos. O então presidente entendia que o Brasil poderia apoiar e contribuir para a formação superior dos quadros de lideranças em várias áreas do conhecimento em universidades federais brasileiras com política de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para estudantes da Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Houve, nesse período, várias visitas aos países africanos dos presidentes, Lula e Dilma, ou de seus representantes para participação em reuniões, eventos e encontros entre os governantes com o objetivo de ampliar as possibilidades de novos acordos bilaterais ou trilaterais nas diversas áreas (agricultura, mineração, educação, saúde, proteção social, gestão pública e outras). No ano de 2010, o presidente Lula estabeleceu um diálogo diplomático com o Sudão do Sul, e o apoiou junto às Nações Unidas a fim de integrá-lo como o 193º Estado-membro das Nações Unidas. Em 2011, a presidente Dilma participou da V Cúpula do IBAS, na África do Sul, seguindo posteriormente para Moçambique e Angola. Assim como o Ministro Antônio de Aguiar Patriota, participando neste mesmo ano de encontros bilaterais em Guiné-Bissau, África do Sul, Namíbia e República da Guiné, dentre outras atividades.

O ministro, também em 2012, esteve na Tunísia, Maurítânia, Senegal e Cabo Verde além de ter participado da 319ª Reunião do Conselho de Paz da União Africana, na Etiópia (PATRIOTA, 2013).

Os representantes dos países africanos fizeram várias visitas ao Brasil, sobretudo entre 2010 e 2013 com a finalidade de conhecer políticas e programas aqui implementados que no âmbito do discurso deram certo, como os programas de combate à pobreza que “tiraram milhões de brasileiros da fome e da extrema pobreza”. De acordo com dados apresentados pelo Instituto Lula, foram 12 os países que mais visitaram o Brasil: África do Sul, Costa do Marfim, Egito, Guiné Bissau, Malauí, Moçambique, Quênia, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia e Tunísia (INSTITUTO LULA, 2013).

³ A Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada em 20 de julho de 2010 pelo presidente da República Federativa do Brasil, com a *Lei nº 12.289* que a instituiu como universidade pública federal. O foco principal era a parceria entre os países de língua portuguesa e a manutenção dos princípios de cooperação solidária. É importante salientar que, em uma visita a Maputo, Moçambique, o Presidente Lula ressaltou que “nenhum tema é tão capaz de unir e transformar um país quanto a educação”.

Nos discursos oficiais essa cooperação é apresentada no âmbito da solidariedade, da horizontalidade, dos vínculos histórico-culturais, desassociada de interesses comerciais. Inclusive no discurso, tanto de representantes do governo Lula quanto de interlocutores dos países africanos, o que foi ressaltado é que o “Brasil é uma África que deu certo”, por serem países “iguais”, advindos de uma história de colonização semelhante. Entretanto, este estudo parte do entendimento de que os investimentos que pautam a cooperação Sul-Sul, em especial, com Moçambique⁴, foco de nossa pesquisa, seguiram a mesma lógica fundamentada nos interesses dos setores empresariais que visa unicamente à lucratividade do capital (INSTITUTO LULA, 2013. GARCIA; KATO, 2014).

O Banco Mundial (BM) difundiu o discurso de que o Brasil passou a ocupar o lugar daquele que ensina o outro a se desenvolver na economia, na proteção social, na educação e na cultura, oferecendo, supostamente, uma grande lição à África. O Banco destacou a relação do Brasil com os países do Sul, classificando-a como de “parceiro” e “irmão” dos países lusófonos, valorizando e incentivando a sua atuação (Estado/Setor Privado) na busca de soluções semelhantes às experiências brasileiras (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

O documento foi permeado pela ideia que legitimava a atuação brasileira como um líder em desenvolvimento, exemplo a ser seguido pelos países africanos por ser uma economia emergente, dando destaque à posição do Brasil como a sétima maior potência econômica mundial. Dessa forma, para a África, o Brasil foi apresentado como o país que poderia ajudar diretamente no crescimento econômico e na superação das desigualdades sociais, por meio da difusão de suas experiências “exitosas”. Ressaltava, ainda, que o Brasil, com os governos de Lula, “tirou” o país da situação de receptor de políticas internacionais e de financiamentos para ser exportador de seu modelo de gestão (BANCO MUNDIAL; IPEA 2011).

No lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos África, o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), salientou que a cooperação do Brasil com os países africanos torna o Brasil um dos principais “parceiros” e “líderes” do

⁴ A cooperação técnica com Moçambique é amparada pelo Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981 e promulgado em 09 de junho de 1984. Contudo, deu-se maior relevância ao acordo a partir de 2003.

Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África)⁵ coordenado pela FAO. O Programa deu início à sua segunda fase de implementação em 2014. O lançamento da fase foi realizado no Palácio do Itamaraty/Brasil, reunindo representantes de ministérios, da sociedade civil, do Reino Unido e das Nações Unidas, além dos representantes brasileiros. Nos discursos dos integrantes da FAO, as experiências brasileiras foram ressaltadas como eficazes, bem como o compromisso do governo brasileiro em aprofundar e fazer expandir as “parcerias” e o diálogo com os países africanos.

O representante das Nações Unidas, Jorge Chediek, afirmava que, “[...] é preciso agradecer ao Brasil por mostrar ao mundo que há formas eficazes para tentar acabar com a fome no mundo e ao Reino Unido por confiar no método brasileiro e financiar o programa na África”. O diretor geral da FAO, José Graziano, salientou a importância da “parceria” com o Brasil, por compartilhar suas experiências bem-sucedidas nas áreas de apoio à agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2013, p. 1).

Na análise de Garcia e Kato (2016), o governo Lula privilegiou a África, América Latina, e o Oriente Médio para expandir os negócios brasileiros, sobretudo na possibilidade que o país se encontrava em explorar os recursos naturais e na abertura de mercados para exportações de produtos brasileiros.

Nesse sentido, em se tratando de Moçambique, procuramos compreender os vínculos que perpassam a cooperação brasileira para assim entender as relações entre Estado, setor empresarial, vinculando os interesses

⁵ O PAA África foi lançado em 2012. É uma iniciativa da FAO, do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em parceria com o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e o governo brasileiro, por se afirmar que leva a sua experiência bem-sucedida em um programa nacional de segurança alimentar e nutricional. Os países integrantes do programa são: Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal. Segundo dados da FAO, na primeira fase o programa já beneficiou cinco mil agricultores e 125 mil estudantes de 434 escolas. O programa foi desenvolvido dentro do modelo dos programas do Brasil. Para Lilian Rahal, então secretária adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), “[...] as experiências do PAA em outros países são um grande desafio para o governo brasileiro e motivo de grande alegria ver que o programa vem se consolidando e se fortalecendo como um bom modelo a ser adaptado”. Tal programa vem despertando o interesse de mais de 70 países da América Latina, África e Ásia em conhecer as políticas de segurança alimentar e nutricional desenvolvidas no Brasil. (BRASIL, 2013)

empresariais com as políticas públicas, sobretudo, a educação e saúde. A inserção do Brasil nessa relação deu-se por meio do Estado e dos setores empresariais. No setor industrial, as empresas brasileiras instaladas no continente africano, com destaque para a mineradora Vale S.A. e as construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa. Na agricultura, com o aparente modelo de agricultura familiar, introduz a implementação do agronegócio que está diretamente inter-relacionado por meio do ProSavana numa cooperação trilateral (Brasil-Moçambique-Japão). Nos projetos ligados a agricultura a principal interlocutora/implementadora brasileira em Moçambique é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

No campo das políticas públicas que se conecta a agenda empresarial, a Educação Profissional é usada como uma das estratégias do capital para

formação de “capital humano”⁶ com forte incentivo à empregabilidade e empreendedorismo. A educação profissional implementada ou em fase de implementação em Moçambique proporciona condições para a compreensão de como se estabelecem as relações entre governo brasileiro com Moçambique no âmbito da educação. No caso da formação profissional os condutores brasileiros da implementação desta política são o “Sistema S”, em especial, o SENAI com foco no projeto do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) moçambicano e os Institutos Federais de Educação (IFEs).

A formação de professores ganha relevância através da Educação a Distância (EaD) com o apoio das universidades federais. O Programa de Alimentação Escolar (PRONAE) que está sendo desenvolvido em Moçambique vincula-se a cooperação técnica do FNDE/MEC/BRASIL e

⁶ A teoria do “Capital Humano”, elaborada por Theodore W. Schultz, da Universidade de Chicago, nos anos 1960, exerceu forte influência na gestão da educação pública. A difusão do conceito foi realizada pela Unesco, em 1971, por meio de uma coletânea intitulada *Readings in the economics of education*. Schultz define capital humano relacionando-o ao processo de crescimento econômico. Ele afirma: “[...] tem havido uma intensa pesquisa relativamente aos fatores ‘ausentes’ da produção que pudessem explicar os inexplicados elementos residuais inerentes ao crescimento moderno. [...] A procura de uma explicação das mudanças observadas da produtividade, utilizando-se uma estrutura decisiva que incluísse as melhorias na qualidade da força de trabalho e na qualidade das formas físicas de capital, é um método fecundo” (SCHULTZ, 1969, p. 11-12). “Embora seja óbvio que as pessoas adquirem capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que se tem desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não humano) e que seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. [...] Muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui um investimento em capital humano. Os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos são exemplos claros. [...] Não obstante, em lugar algum tais fatos entram nos registros contábeis nacionais” (SCHULTZ, 1969, p. 31-32). Neste sentido, estamos entendendo que este conceito de “Capital Humano” está sendo apropriado pelos Organismos Multilaterais e pelas políticas de alívio da pobreza e política educacional sob uma forma reconvertida ao âmbito da “empregabilidade”, do “empreendedorismo” e do “empoderamento”.

Programa Mundial de Alimentação (PMA). Já no setor da saúde, os principais articuladores brasileiros em Moçambique são o Ministério da Saúde e a FIOCRUZ com a indústria farmacêutica, saúde da mulher, saúde bucal. Na proteção social, apoiando com recursos financeiros e com assessoria técnica para a implementação de políticas de alívio da pobreza, tendo como modelo os programas brasileiros.

Foi no movimento de buscar compreender no campo das contradições, que articulamos nossas **hipóteses** de pesquisa: o Estado brasileiro, na relação com Moçambique, assumiu um papel de negociador e representante dos setores empresariais junto ao Estado e burguesia moçambicana para a ampliação dos negócios brasileiros e a implementação das políticas públicas, educação, saúde e agricultura, principalmente, no país, tendo a Educação Profissional como estratégica no projeto do capital. Nessa cooperação, o Estado brasileiro tem uma atuação com contornos capital-imperialistas mesmo que de forma subalterna.

Temos que a educação, mais precisamente a educação profissional é usada como estratégia ideológica para a expansão das relações sociais capitalistas. No contexto do projeto societário burguês, capital-imperialista, o investimento nas pessoas passa a ser uma característica fundamental para intensificar/justificar o conjunto das expropriações – primárias e secundárias – das classes trabalhadoras, além do incentivo à formação de “capital humano” que forneça as qualificações necessárias a uma parcela da força de trabalho, motivada na pedagogia das competências. Forte estímulo para a empregabilidade e para o empreendedorismo. O conjunto de expropriações provocadas pelo gigante projeto capitalista em andamento em Moçambique, têm produzido cada vez mais homens e mulheres, despossuídos, superexplorados, livres, disponíveis, flexíveis e adaptáveis para o mercado.

A educação profissional em Moçambique, assim como está sendo implementada, segue o modelo implementado no Brasil, desempenhando uma função tática dentro das políticas públicas de apoio à internacionalização das empresas brasileiras, junto com as políticas da saúde e da agricultura. Entendemos que o projeto de educação pensado e implantado em Moçambique com apoio técnico e financeiro dos países centrais e dos setores burgueses e representantes dos países BRICS atende a finalidade em duas grandes vertentes complementares: uma ligada à expansão social do próprio capital que cria a necessidade de intensificar as expropriações que atinge o conjunto da existência humana em que transforma a vida social dos trabalhadores em “mera condição para a reprodução do capital” (FONTES, 2010b, s/p). Nesse sentido, a educação vem assumindo um papel importante

de aprofundamento da expropriação em massa das classes trabalhadoras no país.

A segunda vertente, complementar à primeira, sobretudo enquanto ideia difundida pelos organismos internacionais, governos e pelos setores dominantes é a formação de “capital humano”, sob uma forma reconvertida no âmbito da “empregabilidade”, do “empreendedorismo” e do “empoderamento” na perspectiva da pedagogia das competências. Ambas vinculam-se à concepção de promover certa sociabilização do indivíduo que, segundo Mészáros (2008, p. 44), consiste na “internalização” de valores, de saberes próprios para a vida, sob o prisma do capital, incorporados pelo indivíduo como se fossem naturais, assegurando a reprodução do sistema capitalista.

Em se tratando da cooperação Brasil-Moçambique, os projetos e políticas implementadas e em expansão em Moçambique não derivam somente de imposições unilaterais, mas resultam também de um pacto entre estados e frações do capital, nacional e internacional. De acordo com Leher (2010), as políticas dos governos possuem identidade própria. Os organismos multilaterais ou as relações intergovernamentais não tomam medidas impositivas aos governos. As agendas dos organismos, intelectuais coletivos do capital, são disseminadas massivamente pela própria burguesia local, nesse caso, moçambicana, e recontextualizadas de acordo com as dimensões históricas, políticas, econômicas e culturais locais.

Para apreender as relações que perpassam os acordos de cooperação entre o Brasil e Moçambique, principalmente no que se refere à política educacional e, no seu interior, a educação profissional, as articulações com as diretrizes do Banco Mundial e as questões econômicas, procuramos aprofundar a análise acerca da cooperação Brasil-Moçambique, sob o prisma das relações capital-trabalho.

A presente tese justifica-se pela necessidade de estudar no campo da Educação os projetos de educação profissional no contexto das relações de cooperação Brasil-Moçambique, que a nosso ver, insere-se conjuntamente com a emergência dos países BRICS, no auge da cooperação Sul-Sul e nas tensões e disputas interimperialistas dos países de capitalismo avançado. Independentemente do papel que o Brasil veio a ocupar no cenário internacional, de 2003 em diante, mais precisamente no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva, procuramos apreender as nervuras, as características desse processo de cooperação em que a internacionalização não só do Estado, mas das empresas brasileiras se deu inerente às políticas públicas consideradas de apoio, educação, saúde e agricultura, em especial.

Entender que, a cooperação brasileira com Moçambique é assinalada por somar às várias formas de expropriações ali cometidas no arcabouço das cooperações, sejam elas de países imperialistas ou de países que mesmo sendo subordinados aos ditames do capital-imperialismo, desempenham o papel de colaborador com o aprofundamento e a expansão das relações sociais capitalistas construindo condições para levar avante o conjunto de expropriações. Nessa cooperação chamamos atenção para um Brasil que faz alianças com grandes potências econômicas ou com países BRICS de forma interessada e lucrativa em Moçambique, especialmente com os programas que envolvem o projeto Corredor Logístico de Nacala, ligado diretamente ao setor da mineração e agricultura em larga escala, que desencadeia no processo profundo de expropriações dos trabalhadores/camponeses moçambicanos.

Outra justificativa refere-se à constituição da burguesia moçambicana que está se consolidando conjuntamente com a burguesia brasileira e a internacional. Esse formato consolida projetos educacionais, visando à difusão de suas ideologias e a formação de capital humano no âmbito da formação da força de trabalho precarizada, assim como para a empregabilidade e empreendedorismo, que expressam o aprofundamento de novas relações de dominação burguesa e superexploração da força de trabalho. Foi necessário compreender a expansão do capital internacional e os megaprojetos em Moçambique para obter a visão dos seus projetos educativos, especialmente da formação profissional. Do mesmo modo, a presença dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) inseridos em Moçambique, transformando este país em um celeiro para os grandes investidores e proprietários do capital. Verificamos que, os APH brasileiros, representantes dos setores dominantes, estão inseridos no país com projetos nas áreas da educação, agricultura, meio ambiente, comércio e indústria, dentre outros, podendo citar, a REVIVA – instituição brasileira sem fins lucrativos, o Instituto InterCement, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o Instituto BRF (Brasil Foods), o Fundo Internacional Socioambiental (FICAS) – atuando com a formação do empresariado moçambicano e dos trabalhadores, mas também, inserindo-se no interior do aparelho de Estado com a finalidade de reorganizá-lo de acordo com seus interesses.

A compreensão acerca da cooperação Sul-Sul faz-se necessária, pois está eivada de interesses privados. A análise de Garcia e Kato (2016) é de que, no governo Lula, em seus dois mandatos, a busca pela autonomia nas relações políticas e comerciais entre os países e a disputa por ganhos em

relação às instituições e fóruns internacionais ganhou um significado. Para as autoras, as relações Sul-Sul estão permeadas de interesses e expansão das empresas brasileiras no cenário internacional.

Para este estudo, lançamos mão de conceitos fundamentais, como capital-imperialismo, estado, sociedade civil, educação profissional, aparelhos privados de hegemonia, consenso, hegemonia, ideologia, expropriação, intelectual coletivo. Desse modo, as reflexões sobre os conceitos nos permitiram a compreensão do tema em questão. Sobre capital-imperialismo, perseguimos os estudos desenvolvidos por Fontes (2010) acerca do conceito, considerando que a autora denomina de

Expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais. (FONTES, 2010, p. 149) .

E mais,

Capital-imperialismo não se trata apenas de uma política, mas de uma totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão, e que, tendo ultrapassado um determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais. Inaugura-se um novo espaço para a historicidade, correspondente à socialização efetiva das forças produtivas e à circulação de capitais, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam mecanismos para sua contração, com o enrijecimento da forma Estado e sua contenção

das lutas populares. [...] Capital-imperialismo é devastador, mas envolve na atualidade o conjunto da existência humana. Decerto, políticas diversas – militares, econômicas, sociais – voltadas para as relações internacionais, culturais, etc., são conscientemente formuladas para assegurá-lo, seja nas grandes empresas, seja no país preponderante, os Estados Unidos, seja ainda em outros copartícipes do capital-imperialismo, em seu âmbito interno ou em seu impulso externo. (FONTES, 2010, p. 152).

Para a autora, quando estamos tratando de capital-imperialismo, devemos tratá-lo como totalidade das relações sociais capitalistas que são traduzidas em: concentração de capitais, conjunto de relações de dominação do capital, subordinação e massificação de trabalhadores em todo mundo nas diversas e profundas condições de exploração do trabalho, expropriações de populações inteiras, assim como o entrelaçamento desigual de países e capitais. Desse modo, capital-imperialismo não pode ser reduzido somente ao âmbito econômico, uma vez que abrange o conjunto da vida social.

No tocante a concepção de Estado, nosso estudo parte da perspectiva gramsciana de Estado, pois compreendemos que carrega em si significado que dá o tom à sociedade capitalista na atualidade. De acordo com Fontes (2010, p.133) a teoria produzida por Gramsci oferece uma análise de Estado a partir das transformações socioeconômicas ocorridas na virada do século XIX para o XX.

O imperialismo [...] demonstrava ser, numa de suas facetas, uma nova capacidade de organização contraditória da própria burguesia [...]. Gramsci aprofunda o tema das formas de organização, e se sua reflexão incide diretamente sobre a organização da dominação, o faz incorporando o processo da luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista.

Neste caso, é imprescindível o entendimento do Estado de forma ampliada – Estado + sociedade civil – uma vez que, só é possível compreender o Estado a partir da compreensão da sociedade civil. A teoria de Gramsci sobre Estado, Sociedade Civil e, em seu interior, os aparelhos privados de hegemonia, a produção de consenso, a ideologia, o papel do intelectual orgânico, foram essenciais e nos ajudaram na compreensão do próprio conceito de capital-imperialismo.

Sobre Educação Profissional, conceito central desta pesquisa, está relacionada ao processo de mudanças que vem ocorrendo na própria sociedade moçambicana que possui em média 70% de sua população no campo, e que, dos anos 2000 em diante, essa população vem sendo fortemente expropriada de suas terras para a entrada dos megaprojetos ligados ao agronegócio. Nesse caso, a reforma da educação profissional em curso se justifica fazendo movimentos que se complementam como: atender minimamente a população expropriada em suas necessidades de sobrevivência e de responder as exigências do próprio processo de produção capitalista. A educação profissional integra o ensino técnico-profissional, a formação profissional, a formação extra-institucional e o ensino superior profissional.

Em Moçambique a educação profissional ocorre por meio da certificação por competências, parcial ou completo com forte estímulo ao desenvolvimento das habilidades técnicas (saber fazer) e para a empregabilidade. A forma como se estrutura a educação profissional é embasada na ruptura entre o pensar e o agir, no aligeiramento e fragmentação da formação assim como na dualidade entre a escola do pensar e a escola do mercado. No entanto, nossa discussão se fundamenta em Mészáros (2002, p. 1.005) que entende que a crise estrutural do capitalismo é que move a força de trabalho:

[...] o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial. Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”!, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do

“desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade.

Assim ao levarmos em consideração essas condições apresentadas pelo autor (Mészáros, 2002) entendemos que a concepção que pauta a educação profissional moçambicana procura ofuscar o projeto de sociedade que faz parte da atual concepção política e econômica do país. A educação profissional é uma necessidade e ao mesmo tempo uma justificativa socioeconômica e ideológica, tendo em vista os processos expropriatórios dos camponeses e a demanda de qualificação mínima exigida pela própria produção e reprodução do capital. Nesse sentido, a educação profissional é desprovida de base científico-tecnológica e dos fundamentos histórico-sociais na perspectiva da formação humana⁷.

Em relação às categorias de análise a contradição, mediação, singularidade, particularidade e a totalidade histórica para a análise e a transformação do real, sobretudo a perspectiva de totalidade, foram consideradas centrais para o desenvolvimento do objeto em tela. Borón (2006) destaca que, em Gramsci, não existe uma fragmentação do real, uma autonomização das esferas sociais; o que existe são distinções de caráter “analítico”, “recortes conceituais” cujo fim é “delimitar um campo de reflexão e análise” para assim ser “explorado de um modo sistemático e rigoroso” (BORÓN, 2006, p. 316).

Para Kosik (1976, p. 16),

captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência.

⁷ Na perspectiva da formação humana, “[...] o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos” (CIAVATTA, 2005, p.85).

Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revolução, a essência seria inatingível.

Kosik salienta ainda que “o conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna e, com isso, o caráter específico da coisa”. O autor também indica que “neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa” (KOSIK, 1976, p. 18).

Como **metodologia e procedimentos da pesquisa** o plano que propomos realizar foi a partir da metodologia qualitativa por meio de dois momentos. O primeiro passo foi de buscar documentos⁸ que se referiam à cooperação Sul-Sul e à cooperação Brasil-Moçambique assim como os documentos do Estado de Moçambique, em especial, sobre a Educação e a Educação Profissional, além de documentos do Banco Mundial elaborados para o país. Nossa análise investigativa foi desenvolvida a partir de um arcabouço teórico de sustentação à pesquisa.

Referenciamos nossa análise nas orientações de Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 428; 437), considerando o princípio de que “as palavras importam, fazem diferença” e que “os documentos oficiais e os relatórios utilizam a linguagem com a finalidade de mobilizar pessoas em direção ao consenso social, em especial quando esse consenso se acha ameaçado por uma crise econômica e política emergente”. Segundo Evangelista (2009), a linguagem expressa uma visão de mundo, sentidos e intencionalidades. Assim, intencionamos desvelar o sentido obscurecido na linguagem dos documentos. A análise dos conteúdos e conceitos favorece depreender “pistas, sinais, vestígios e compreender os significados históricos dos materiais encontrados” (EVANGELISTA, 2009, p. 6).

Dessa forma, entendemos que uma política é construída por meio de documentos normativos, oficiais, oficiosos, eventos, periódicos,

⁸ Para Evangelista (2009, p. 1), “documento pode ser qualquer tipo de registro histórico: fotos, diários, arte, música, entrevistas, depoimentos, filmes, jornais, revistas, sites, e outros – e compõe a base empírica da pesquisa, neste caso aquele destinado à difusão de diretrizes políticas para a educação e será analisado como fonte primária. Ressalte-se que não há “superioridade” de um documento sobre outro. Todos os documentos são importantes quando definidos no âmbito de um projeto de produção de conhecimento cuja finalidade seja a de compreender objetivamente o mundo e sobre ele agir conscientemente”.

consultorias, acordos, tratados, relatórios. A formulação, a disseminação e o estabelecimento dessa política por intelectuais, individuais ou coletivos, criam nos países consensos e obtêm adesão para que as orientações sejam efetivadas (EVANGELISTA, 2009; SHIROMA; EVANGELISTA, 2004; SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005). De acordo com Evangelista (2009, p. 5-6),

Todos os documentos são importantes, embora em graus diferenciados, e dizem coisas sobre a realidade, [resultado de uma] intencionalidade, de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Em outras palavras, são expressão e resultado de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos.

Por isso, os documentos eleitos para este estudo não foram hierarquizados. Pensamos que todos expressam diretrizes e orientações que conformam a defesa da política educacional em questão, assumida nessa cooperação, e sua articulação com as diretrizes do Estado de Moçambique e dos organismos internacionais. É relevante a compreensão dessa política no campo da Educação, pois a sua consolidação em Moçambique resulta de processos político-econômicos e ideológicos.

Nosso propósito, com a seleção e a análise dos documentos de Moçambique, do Banco Mundial e da cooperação Brasil/Moçambique, foi identificar como se organiza a educação no país, com a finalidade entender o papel da Educação Profissional no contexto moçambicano, considerando que a Educação Profissional está em processo de reforma e a sua articulação com as políticas implementadas no Brasil. Damos ênfase à educação profissional oferecida pelo Sistema “S” e pelos Institutos Federais de Educação, incentivada e cofinanciada pelo governo brasileiro para a formação dos trabalhadores moçambicanos. Analisamos os documentos da Cooperação Brasil/Moçambique selecionados. Verificamos as instituições e organizações empresariais brasileiras que estão direta e indiretamente envolvidas em Moçambique, seus projetos educativos e os articulados com projetos/programas do país. Estudamos os documentos históricos de Moçambique e as políticas educacionais e as políticas de combate da pobreza que estão diretamente interligados à Educação e aos investimentos brasileiros.

O segundo momento da pesquisa foi a pesquisa de campo realizada em Moçambique durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2016. Para o estudo a campo, definimos os caminhos da pesquisa, priorizando

a entrevista semiestruturada individual e coletiva, uma vez que esta oferece tanto ao entrevistado quanto ao pesquisador a abertura para a interação e o diálogo, possibilitando, ao mesmo tempo, que a pesquisadora direcione a entrevista através do roteiro de questões, de forma flexível (Vide anexo – Roteiro de questões).

Em relação aos procedimentos seguimos as seguintes definições: o **primeiro** passo foi visitar e entrevistar representantes dos ministérios: Educação; Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional e o Instituto de Bolsas. **Segundo**, Entrevistar os diretores dos centros de formação profissional nas regiões Sul, Norte e Centro: Maputo, Nampula/Nacala e Tete. **Terceiro**: Entrevistar a equipe gestora das escolas do Ensino Básico que possuía o Programa de Alimentação Escolar (PRONAE) assim como os responsáveis governamentais pelo programa nas regiões ou distritos. **Quarto**: Visitar e entrevistar moradores dos reassentamentos da Vale S.A em Moatize/Tete. **Quinto**: Entrevistar representantes da empresa Vale e **sexto** e último: a entrevista com lideranças de movimentos sociais e de organizações do campo da luta em defesa dos trabalhadores.

Elegemos alguns distritos das três regiões do país para o desenvolvimento da pesquisa: Na região Sul, província de Gaza, o Distrito de Massingir e a cidade de Maputo, província de Maputo. Na região Norte, a província de Nampula. Além da cidade de Nampula, os Distritos de Nacala, Muecate e Rapale (Posto Administrativo de Namaíta). Já na região Centro, privilegiamos a província de Tete. Conhecemos os reassentamentos da empresa brasileira VALE no distrito de Moatize. Optamos por permanecer somente na cidade de Tete e no distrito de Moatize pela sua complexidade em relação aos inúmeros desafios vivenciados pela população local com o megaempreendimento brasileiro. Elencamos no quadro abaixo as 22 entrevistas realizadas considerando as datas da realização das mesmas.

Quadro 1: Entrevistados elencados pela data da entrevista.

ENTREVISTADO	TIPO	DATA	LOCAL	REGIÃO	INSTITUIÇÃO
Antonio Chioze	Individual	06/10/2016	Distrito de Massingir	Sul – Província de Gaza	Sede Distrital – Serviço de Educação – Setor de Alimentação Escolar
Afonso H. Timóteo Amélia J. Massora	Dupla	06/10/2016	Aldeia de Mucatine – Posto Administrativo de Zulo	Sul – Província de Gaza	Escola Primária 1º e 2º Graus III Congresso
Saraiva Chicumule	Individual	20/10/2016	Cidade de Nampula	Norte – Província de Nampula	Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) – Provincial
Elsa Januário João	Individual	24/10/2016	Distrito de Muecate	Norte – Província de Nampula	Escola Primária Completa de Muecate/Sede
Muhunze I. Ibrain	Individual	25/10/2016	Cidade de Nacala	Norte – Província de Nampula	Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) – Distrital
Anabela Cídalina M.	Individual	26/10/2016	Cidade de Nampula	Norte – Província de Nampula	Dep. Provincial dos Programas Especiais – Setor de Alimentação Escolar
Arlindo Vanoche	Individual	28/10/2016	Posto Administrativo de Namaíta – Distrito de Repale	Norte – Província de Nampula	Escola Primária Completa de Niapala
Entrevistado E04 Entrevistado E05	Dupla	28/10/2016	Cidade de Nampula	Norte – Província de Nampula	Nomes não identificados
Júnior Matsimbe	Individual	08/11/2016	Cidade de Maputo	Sul – Província de Maputo	Ministério do Ensino Superior, Ciências e Tecnologia – Setor

					Formação Profissional
--	--	--	--	--	-----------------------

Quadro 1: Entrevistados elencados pela data da entrevista (continuação).

ENTREVISTADO	TIPO	DATA	LOCAL	REGIÃO	INSTITUIÇÃO
Fabião Bazima	Individual	16/11/2016	Cidade de Tete	Centro – Província de Tete	Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) – Provincial
Entrevistado E01	Individual	17/11/2016	Bairro 25 de Setembro – Unidade 6	Centro – Província de Tete	Nome não identificado
Guilhermina C. C. Muacazo	Individual	17/11/2016	Distrito de Moatize – Bairro 25 de Setembro	Centro – Província de Tete	Escola Primária Completa de Mutarara
Luís Rodolfo	Individual	17/11/2016	Distrito de Moatize - Cidade de Tete	Centro – Província de Tete	Instituto de Geologia e Minas
Izabel Reino João O. Rufino	Dupla	18/11/2016	Bairro Cateme – Distrito de Moatize	Centro – Província de Tete	Escola Secundária de Cateme
Entrevistado E02 Entrevistado E03	Individual	18/11/2016	Bairro Cateme – Distrito de Moatize	Centro – Província de Tete	Nomes não identificados
Rui de V. Caetano	Individual	21/11/2016	Cidade de Tete	Centro – Província de Tete	Associação de Apoio Jurídico às Comunidades
Kalonji André	Individual	21/11/2016	Cidade de Tete	Centro – Província de Tete	Escola Profissional Dom Bosco
Manuel V. Fulene	Individual	21/11/2016	Cidade de Tete	Centro – Província de Tete	Dep. Provincial dos Programas Especiais – Setor de Alimentação Escolar

Felizardo C. Marcelino A. Matola Carlos J. Jossai	Grupal	28/11/2016	Cidade de Maputo	Sul – Província de Maputo	Ministério da Educação – Setor Alimentação Escolar
Cândido Manasse	Individual	05/12/2016	Cidade de Maputo	Sul – Província de Maputo	Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) – Nacional

Quadro 1: Entrevistados elencados pela data da entrevista (continuação).

ENTREVISTADO	TIPO	DATA	LOCAL	REGIÃO	INSTITUIÇÃO
Jeremias Vunjanhe	Individual	06/12/2016	Cidade de Maputo	Sul – Província de Maputo	Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)
Cláudia Patrícia V. Macovela	Individual	15/12/2016	Cidade de Tete	Centro – Província de Tete	VALE/Moçambique

Fonte: Elaboração da autora.

Cabe destacar que o fato de eleger, antes de tudo, o convívio e o conhecimento da realidade, mesmo que de forma breve, com os entrevistados e com a comunidade local, foram fatores-chave para a compreensão de aspectos que ultrapassava o âmbito das entrevistas. Em cada região optamos em permanecer pelo menos sete dias para o convívio com a comunidade.

Durante o período da estadia nas regiões, procuramos anotar diariamente as impressões e as experiências vivenciadas no Diário de Campo, além do registro com fotos de momentos, atividades e espaços conhecidos. As entrevistas foram autorizadas pelos órgãos competentes e pelos entrevistados a pedido não apenas da pesquisadora, mas apoiada pela chefia do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), pela qual a pesquisadora foi filiada no decorrer de sua estadia em Moçambique.

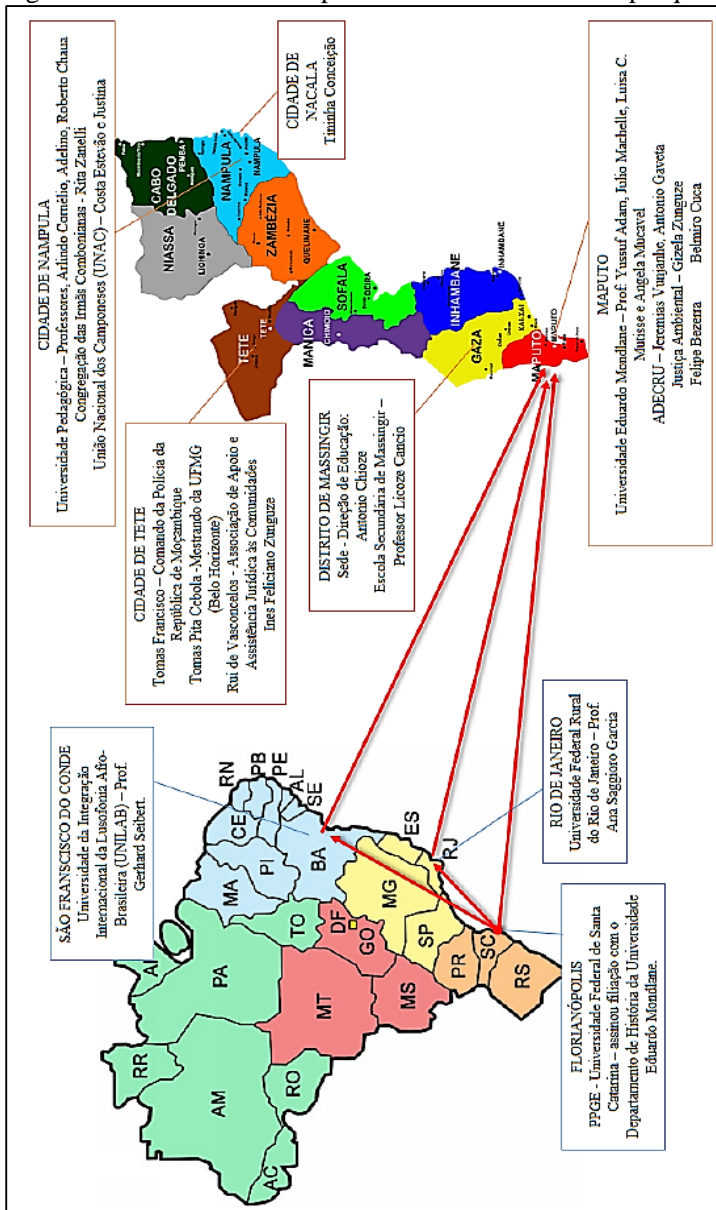
Para melhor mostrar o caminho da pesquisa de campo, elaboramos uma figura [FIGURA 1 – na página seguinte] com os mapas do Brasil e de Moçambique, com o intuito de mostrar a rede de relações estabelecidas, de tal modo que favoreceu todo o desenvolvimento do estudo, levando em

consideração a situação do país, naquele momento, com a guerra civil que persistia até o momento da pesquisa, entre membros dos dois partidos, FRELIMO e RENAMO, mesmo que não era identificada como “guerra” e sim por “conflitos” partidários.

Optamos por registrar nossa trajetória para o desenvolvimento da pesquisa de campo realizada no ano de 2016, para tanto, foi costurada uma rede de contatos desde o primeiro ano de doutorado em 2014. Nosso primeiro contato, ainda no primeiro semestre do doutorado, foi com o professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), *Campus* de São Francisco do Conde na Bahia, Gerhard Seibert, em julho de 2014, na cidade de São Francisco do Conde, por intermédio de quem contatamos um professor orientador em Moçambique, o professor Yussuf Adam, do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane. Do mesmo modo, a professora Ana Saggiore Garcia, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), apresentou-nos ao coordenador da Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Jeremias Vunjanhe, que posteriormente, já em Maputo, nos colocou em contato com Rita Zanelli, Costa Estevão e Justina de Nampula, assim como Rui de Vasconcelos, da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), Tomas Francisco e Tomas Pita Cebola da província de Tete. No Rio de Janeiro, conhecemos o doutorando moçambicano Arlindo Cornélio, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e professor da Universidade Pedagógica de Moçambique, *Campus* de Nampula.

No período em que nos encontrávamos em Moçambique, ele estava realizando sua pesquisa de campo em Nampula. Arlindo ajudou-nos a ampliar os contatos em Nampula e Nacala. Acompanhou-nos durante todo o percurso das visitas nos vários distritos, escolas, diretorias (provincial e distritais) e Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) de Nampula. Na província de Gaza, Distrito de Massingir, nossos contatos foram com Antonio Chioze e Cancio Licoze. Ambos nos acompanharam nas visitas e nos auxiliaram a conhecer a realidade do distrito e a aplicar as entrevistas. Na província de Tete, região centro, tivemos o apoio da jovem Inês Feliciano Zunguze para as visitas e desenvolvimento do trabalho.

Figura 1: Redes de contatos para o desenvolvimento da pesquisa de campo.



Fonte: Elaborado pela autora.

Em Moçambique, nossa finalidade foi buscar interlocutores junto aos pesquisadores de universidades, ativistas de movimentos sociais, de organizações ligadas à luta e enfrentamento aos proprietários do capital e de seus megaprojetos internacionais. No período em que estivemos no país, a população vivia a insegurança da guerra, que persistia ainda nesses tempos entre o partido do governo – FRELIMO e sua principal oposição – RENAMO. Localizamos pessoas que poderiam nos ajudar a realizar o trabalho pretendido, porém, de modo mais seguro. Tivemos uma aproximação com a literatura moçambicana e da África Lusófona acerca do tema, fizemos um levantamento de documentação e bibliografia necessárias para a compreensão da temática.

O *corpus* documental, as entrevistas semiestruturadas e os registros do Diário de Campo permitiram-nos a ampliação de informações de elementos necessários à continuidade e aprofundamento da pesquisa, assim como a oportunidade de conhecer a realidade vivenciada por muitos moçambicanos e o cotejamento com as diretrizes e discursos encontrados na documentação que nos propiciaram a elaboração das sínteses em relação aos impactos causados pela cooperação.

Com um vasto material colhido no decorrer da pesquisa de campo e com as constatações a partir da própria realidade conhecida, verificamos que em Moçambique, a cooperação brasileira (Estado-Setor Privado), dentre todos os projetos desenvolvidos ou em implementação, a Educação Profissional, foi eleita por nós, como a centralidade para este estudo, porém, não descartamos em hipótese alguma, os demais materiais, tendo em vista a continuidade da pesquisa.

Deste modo, organizamos o texto em quatro capítulos, além da Introdução. O capítulo “*Contextualização histórica de Moçambique*” trata de discutir os aspectos históricos do país, com o objetivo de oferecer elementos da história que nos ajuda a compreender as relações intrínsecas à cooperação do Brasil com Moçambique e a expansão das relações capital-imperialistas no país. Discorreremos brevemente as características gerais do período da colonização portuguesa, principalmente dos últimos anos, mostrando as conexões com os processos da Guerra Fria, Revolução dos Cravos de Portugal e a luta de libertação de 1964, que culminou na independência de 25 de junho de 1975. A luta travada em Moçambique foi liderada pelo movimento Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO). No período pós-independência, o país iniciou a implantação do modelo econômico de base socialista. Simultaneamente à construção do Estado independente, o país começou a viver uma guerra civil-militar entre os dois

grandes partidos, FRELIMO e RENAMO, que durou 16 anos, levando milhares de moçambicanos a deixarem o país à procura de trabalho e de refúgio. Buscamos compreender o processo histórico, econômico e social, que encaminhou o Estado de Moçambique a aderir às proposições e acordos do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) no final dos anos 1980, pondo fim às experiências implantadas do socialismo, inclusive com mudanças na própria legislação.

No capítulo *“Ajuste Estrutural, atuação do Banco Mundial e a inserção do Brasil em Moçambique”*, discutimos a fase vivida pelo Estado de Moçambique do ajuste estrutural e da presença direta do Banco Mundial em Moçambique. Analisamos a inserção brasileira em Moçambique, mostrando no decorrer do texto que Estado e setores empresariais brasileiros buscavam na cooperação os mesmos interesses de ampliar e contribuir nos projetos dos proprietários do capital para a expropriação e exploração das riquezas naturais do país e da força de trabalho. Com o capítulo *“A Educação Profissional no contexto Capital-imperialista: uma análise da atuação empresarial brasileira em Moçambique”*, tecemos análises sobre o papel da Educação Profissional em Moçambique, mostrando seus vínculos com as políticas de Educação Profissional implementadas no Brasil. Entendemos que o funcionamento e as bases que sustentam a reforma da Educação Profissional em curso em Moçambique, traduz os interesses e as necessidades da própria configuração do capital – as expropriações em massa da população moçambicana. Por último, *“As considerações finais”* são apresentadas no intuito de explicitar as análises finais do presente trabalho.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE MOÇAMBIQUE

Quando os brancos chegaram em nosso país, nós tínhamos a terra e eles a Bíblia, agora nós temos a Bíblia e eles a terra. (Ditado Africano)⁹.

Neste capítulo, intencionamos discorrer sobre os elementos históricos de Moçambique com o objetivo de contextualizar os diferentes momentos vividos pelos moçambicanos passando brevemente pelos aspectos da colonização, principalmente dos últimos anos da colonização mostrando as vinculações com o processo da Guerra Fria, com a Revolução dos Cravos de Portugal e com os movimentos africanos de luta de libertação. Momentos estes que, foram centrais para a criação do Movimento Frente de Libertação (FRELIMO) que conduziria a luta armada pela libertação de Moçambique; assim como a construção do Estado independente de influência socialista; guerra civil-militar; e as características sociais e político-econômicas que encaminharam o país para a adesão ao ajuste estrutural e a constituição do Estado capitalista.

Portugal fez de Moçambique sua colônia durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX¹⁰. Utilizou-se de todos os modos, tanto pela força (militar) quanto pelo consenso, por meio dos missionários jesuítas e dos comerciantes, para dominar o povo e as terras moçambicanas. Em alguns casos, como na guerra contra o Império de Gaza (no sul do país), os portugueses valeram-se da força política junto a outros países europeus e chefes tradicionais das outras regiões do próprio país para derrotar e pôr fim ao último império tradicional de Moçambique, com a morte do combatente general Maguiguana e a prisão e deportação do Imperador Gungunhana para Portugal, onde faleceu alguns anos mais tarde. Portugal estabeleceu, em Moçambique, vários postos administrativos, onde tinha total controle. Deu à Igreja Católica a incumbência de controlar e pacificar o povo.

O governo português iniciou a distribuição dos recursos naturais aos grandes grupos interessados em explorá-los, incluindo as terras férteis para a

⁹ MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Coleção “Nosso Chão”, 1995. Maputo.

¹⁰ Portugal chegou a Moçambique no final do século XV com Vasco da Gama, navegador português. O principal interesse da coroa portuguesa era de abrir caminhos para suas negociações com a Índia de forma mais segura, optando pela navegação marítima (MONDLANE, 1995).

agricultura, os portos (da cidade da Beira, Nampula e de Lourenço Marques, a então cidade de Maputo), os cinco grandes rios da África Oriental, as madeiras, as plantas e os animais selvagens, os recursos pesqueiros e, sobretudo, a força de trabalho, que era o fator principal e essencial para o fortalecimento e o desenvolvimento da colônia. (MONDLANE, 1995, p. 33-34).

Por esta razão, apresentamos um breve resgate deste período histórico que desencadeou na luta pela libertação, iniciada em 1964, e culminou com a independência em 25 de junho de 1975, liderada pelo movimento Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), para posteriormente analisar a formação de um novo Estado independente. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o país foi levado a aceitar as diretrizes do ajuste estrutural financiadas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pondo fim à experiência socialista. Nesta discussão, pretendemos trazer elementos que nos ajudam a compreender a situação de Moçambique, no conjunto de crises vivenciadas pelo restante do mundo, sobretudo após a dissolução da União Soviética e a queda do Muro de Berlim em 1989, que marcou o fim da Guerra Fria.

O lugar geopolítico a que nos propomos estudar – Moçambique – se localiza no sul do continente africano e integra a África Subsaariana junto com: África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritréia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Mauritânia, Maurício, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, República Democrática do Congo (Ex-Zaire), São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe. Em todas as suas regiões, a África Subsaariana é altamente rica em reservas minerais, com grande quantidade de minério. Possui jazidas de carvão, reservas de gás natural, petróleo, de ouro, diamantes, cobre, bauxita, manganês, dentre outros, bem como fertilidade do solo e abundância dos rios. A natureza exibe uma potencialidade enorme de produção de riquezas (TAIMO, 2010).

Figura 2: Mapa Político da África.



Fonte: <<http://geounesprupo1.blogspot.com.br/p/localizacao-geografica.html>>.

Figura 3: Mapa da Distribuição do Continente: África do Norte e África Subsariana.

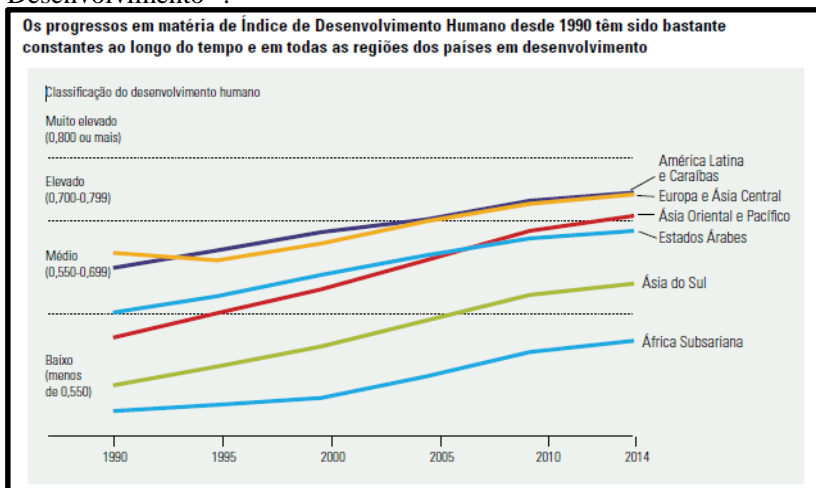


Fonte: <<http://geounespgrupo1.blogspot.com.br/p/localizacao-geografica.html>>.

A África Subsariana abrange toda a área ao sul do Deserto de Saara. É a mais populosa do continente, com uma população de aproximadamente 841 milhões de habitantes. Estima-se atingir, até 2050, algo em torno de 1,5 bilhão de pessoas. Sua população é predominantemente negra. É a parte do continente onde a maioria da população é negra, por isso a área também é conhecida como “África Negra”. Abarca uma enorme diversidade cultural, bem como o pluralismo religioso, com cristãos, mulçumanos, judeus, e várias outras crenças originárias da tradição de cada povo que compõe a região. Sua riqueza cultural é enorme, com suas próprias línguas, danças típicas, costumes e valores. Por outro lado, o Relatório de Desenvolvimento Humano

do PNUD de 2015 inseriu a África Subsariana como uma das regiões do mundo com índice de desenvolvimento humano¹¹ muito baixo.

Quadro 2: Índice de Desenvolvimento Humano de todas Regiões em Desenvolvimento¹².



Fonte: PNUD, 2015, p. 76.

De acordo com os dados do Relatório acima, entre 1990 e 2014 houve um crescimento no que tange ao IDH, o que indica algumas melhorias na qualidade de vida das populações em relação às oportunidades de trabalho, educação, saúde, fome, igualdade de gênero, acesso aos serviços sociais básicos, sustentabilidade ambiental e participação da população (p. 77). No entanto, o próprio Relatório mostra que, entre as 57 milhões de crianças que não se encontram na escola com idade certa no ensino primário nos países em desenvolvimento, 33 milhões estão na África Subsariana. As taxas de

¹¹ Para o PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um país é medido em termos de “três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável medida pela esperança de vida à nascença; a capacidade de adquirir conhecimento medida pela média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados; assim como a capacidade de atingir um nível de vida digno medido pelo rendimento nacional bruto per capita. O IDH tem um limite superior de 1,0”. (PNUD, 2015, p. 17)

¹² PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento humano. 2015.

escolarização bruta, no ensino secundário, não ultrapassam 50% da população infanto-juvenil. (PNUD, 2015, p. 80). A área é considerada como uma das mais desiguais do mundo.

O ministro do Planejamento e Desenvolvimento da Costa do Marfim, Albert Mabri Tolkeusse, na palestra de abertura da Conferência Internacional sobre a Emergência da África, em 2015, em Abidjan, capital de seu país, expôs que o desenvolvimento econômico de um país tem que trazer desenvolvimento humano, pois o “homem deve ser beneficiado e só assim vai defender e sustentar o crescimento”. Para o então ministro, o crescimento econômico precisa ser traduzido em desenvolvimento humano na África. Economicamente, o continente vem crescendo significativamente, em torno de 5% desde o início deste século, o que, todavia, não tem propiciado “a redução da pobreza, nem reduzir as desigualdades, nem criar empregos decentes para uma população africana jovem e que aumenta rapidamente. Com efeito, cerca de 48,5% dos africanos ainda vivem numa situação de extrema pobreza, com menos de 1,25 dólares por dia e 72% da população jovem vive com menos de dois dólares por dia”. Prosseguindo: “20% dos mais pobres detêm menos de 10% da renda do país, enquanto os 10% mais ricos controlam entre um quarto e a metade da renda nacional” (INSTITUTO LULA, 2015). A África é a maior receptora de “ajuda” estrangeira do mundo e, ao mesmo tempo, é considerada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e FMI, um continente com enorme potencial de crescimento, o que leva ao aumento contínuo dos interesses de investimentos estrangeiros nessa região.

O interesse crescente na região reflete-se na taxa crescente de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Após uma queda de 12,3% em 2009, houve recuperação de 6% em 2010, chegando a US\$ 32 bilhões (Banco Mundial 2011a). Três das maiores economias da África Subsaariana — Angola, Nigéria e África do Sul — receberam, juntas, 40% do IED. Os fluxos de investimento destinaram-se principalmente aos setores extrativistas de países como Gana, República Democrática do Congo, Moçambique, Niger e Zâmbia, além de países frágeis como a Libéria, Serra Leoa e Guiné Bissau. O setor de transformação também recebeu boa parcela dos investimentos para projetos novos (41% dos metais, equipamentos de transportes, alimentos e bebidas), assim como os setores de serviços (inclusive o setor bancário, de

telecomunicações e transportes). (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p. 36)¹³.

É nesse contexto do conjunto dos países que constituem o continente africano, mais precisamente a África Subsariana, que nos concentramos em Moçambique, neste estudo. O país tem uma extensão territorial de 799.380 km². Está localizado no sudeste da África. Faz limite com a Tanzânia ao norte, Malawi a noroeste, Zâmbia e Zimbábwe a oeste, África do Sul e Suazilândia a sudoeste. É banhado pelo oceano Índico a leste.

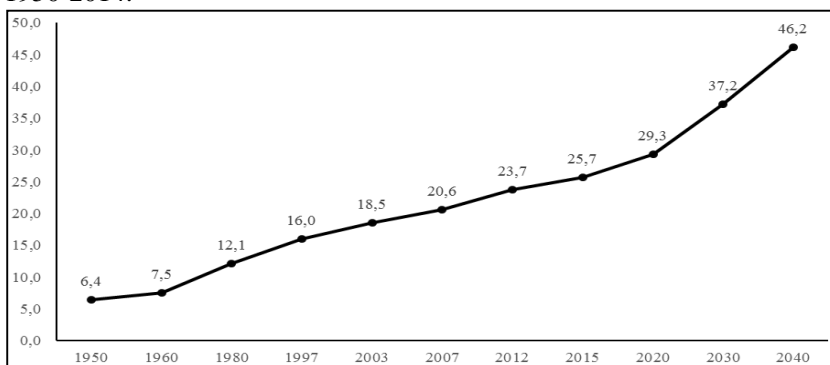
Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE - 2016), Moçambique tem 26.423.623 milhões¹⁴ de habitantes. Sua população é majoritariamente feminina, com 13.663.299 mulheres, e um total de 12.760.324 homens. Predomina a população na zona rural, com 17.954.824 pessoas; 8.468.799 vivem na zona urbana. É considerado o país mais populoso dos 14 que integram a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e o primeiro entre os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP)¹⁵. A população está distribuída nas 10 províncias, mais a cidade de Maputo, 128 distritos, 394 postos administrativos, 1.072 localidades e 10.025 aldeias. Das províncias, as mais populosas são Nampula e Zambézia, com cerca de 40% do total da população.

¹³ BANCO MUNDIAL; IPEA. Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana, parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília. 2011.

¹⁴ Instituto Nacional de Estatística (INE) – 2016

¹⁵ Os países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Quadro 3: Projeção da evolução da população (em milhões), Moçambique 1950-2014.



Fonte: Direção Nacional de Estatística/Unidade de população e planificação, 1993. INE, II RGPH-1997, III RGPH-2007 e Projeções da População 2007-2040.

Quadro 4: Projeção da distribuição da população moçambicana por província – 2007-2040.

Região/Província	Total	Homens	Mulheres	Densidade demográfica ()
Norte	6932,2	3403,1	3529,1	23,6
Niassa	1213,4	596,2	617,2	9,4
Cabo Delgado	1634,2	791,1	843,0	19,8
Nampula	4084,7	2015,8	2068,9	50,1
Centro	8822,0	4268,5	4553,5	26,3
Zambezia	3890,5	1878,2	2012,3	37,0
Tete	1807,5	879,7	927,8	17,9
Manica	1438,4	690,1	748,3	23,3
Sofala	1685,7	820,6	865,1	24,8
Sul	4878,2	2258,6	2619,6	28,6
Inhambane	1304,8	580,2	724,7	19,0
Gaza	1236,3	552,2	684,0	16,3
Maputo Província	1225,5	585,3	640,2	47,0
Maputo cidade	1111,6	540,8	570,8	3705,5
Total	20632,4	9930,2	10702,2	25,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2016.

Segundo Kwesi Kwaa Prah (2011) as línguas maternas, em Moçambique, estão de acordo com a localização geográfica da população. As línguas são da família linguística Bantu: Xitsonga, Sena, Emakhuwa, Xiseria; Echuwabo, Exitswa, Cindau. As línguas africanas de origem Bantu constituem a principal base linguística em Moçambique, correspondendo a mais de 80% das línguas maternas dos moçambicanos. Há em torno de 25

línguas maternas e 33 dialetos de origem Bantu¹⁶ falados pela população. Somente 8% da população falam português como língua materna e 0,23%, outras línguas estrangeiras. A língua oficial no país é a língua portuguesa e é mais utilizada nas relações comerciais, políticas e acadêmicas, principalmente nas cidades e vilas¹⁷ assim como está associada à idade e ao gênero (cerca de 60% dos homens com menos de 55 anos). Já nas escolas foi a partir de 2003 que o governo iniciou o processo de implementação do ensino bilíngue, introduzindo as línguas maternas no currículo escolar de cada etapa da educação básica, especialmente nos primeiros anos de escolarização, visto que os alunos das zonas rurais não conhecem e não falam o português¹⁸ (MOÇAMBIQUE/MEC, 2003).

A história de Moçambique, ao longo de sua constituição, foi influenciada pela convivência com outros povos, o que repercutiu na formação de um povo heterogêneo, multilíngue, pluriétnico e multirracial, resultando em conflitos entre o próprio povo moçambicano. Por isso que, no período da luta de libertação e da construção do Estado novo, a FRELIMO procurou confrontar e superar as questões de “tribalismo”, “regionalismo” e de “racismo” para que isso não se tornasse impedimento para a luta de libertação e identidade de nação. A luta precisaria ser por um projeto nacional, de uma sociedade para todos. (CABAÇO, 2007).

Interessante discussão é apresentada por Francisco da Conceição (2015) em sua tese de doutorado, defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na qual analisou os quatro momentos históricos vivenciados nos 40 anos de independência de Moçambique. O primeiro, do contexto da Guerra Fria (luta de libertação) e da experiência socialista (1975 – 1984/85) que culminou na adesão aos organismos internacionais, sobretudo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. O segundo abarcou o contexto da adesão aos organismos e a adequação do país ao pacote de ajuste estrutural a ser implantado em Moçambique (1985-1994). Já o terceiro, referiu aos anos de 1995 e 2004 abrangendo os dois mandatos do presidente

¹⁶ Os povos Bantu são provenientes da região dos Grandes Lagos – Centro africano (Nigéria e da República Democrática do Congo).

¹⁷ A capital de Moçambique, Maputo, era denominada, em todo o período da colonização portuguesa, de Lourenço Marques. <<http://www.portaldogovernda.com.gov.mz/por/Mocambique/Geografia-de-Mocambique.>>

¹⁸ Informações contidas no Plano Curricular do Ensino Básico – PCEB (MOÇAMBIQUE/MEC, 2003).

Joaquim Chissano, com a tarefa de reconstruir o país pós-guerra e implementar o processo de “democratização” e, por último, os mandatos do presidente Armando Emílio Guebuza (2005-2013) com o marco para a materialização das cooperações internacionais, desta vez, abrindo-se, também, a cooperação Sul-Sul. Cabe ressaltar que, nossa proposta é de apresentar o contexto geral desses quatro períodos históricos.

2.1. ASPECTOS GERAIS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Francisco da Conceição (2015) apoiado em Nascimento (1980) discorre que Moçambique foi constituído de maneira totalmente desigual o que levou a formação de povos distintos, inclusive, alguns com características mínimas de organização de Estado, com regras e normas já estabelecidas. Para o autor, quando os portugueses chegaram às terras moçambicanas no final do século XV, já encontraram grupos de pessoas com conhecimentos e com grau de tecnologia mínima de acordo com a época em agricultura, mineração, artesanato, assim como já estabeleciam relações comerciais com indianos, indonésios, persas e chineses, principalmente por meio da utilização do oceano Índico. Outra característica citada por Francisco da Conceição que marcou a chegada dos portugueses é a diversificação étnico-culturais dos povos.

Segundo o historiador Malyn Newitt (2012), Moçambique é resultado de vários tratados internacionais entre Portugal e a Grã-Bretanha – em 1891, após inúmeras disputas de terras, definiram as fronteiras de acordo com cada conquista. Para o autor, os tratados são consequências das já existentes tensões políticas, de modo que as fronteiras não foram traçadas aleatoriamente no mapa. Elas foram se consolidando nas relações comerciais, nas disputas e interesses político-econômicos dos povos vindos de outras partes do mundo, sobretudo da Arábia, Índia, Golfo e por último, Portugal, Grã-Bretanha e outros países europeus, que se concentravam na costa ou nos percursos dos grandes e influentes rios que atravessam o país. A localização de Moçambique é politicamente estratégica, devido à conexão direta com outros países.

A geografia e a evolução histórica dos povos da região desempenharam um papel considerável no decidir da forma do moderno Estado. A sul do Zambeze, a linha de fronteira separa as terras altas da savana das inferiores, correndo, por vezes, a própria linha ao longo do cume, e noutras atravessando as escarpas

acidentadas onde as mesetas graníticas se precipitam para o mar. A escarpa e a planície são uma região acidentada, finamente coberta de árvores baixas e arbustos, de onde assomam imponentes baobás. É uma zona quente, e, quando não controlado, o mato facilmente fica infestado pela mosca tsé-tsé. A água que brota das terras altas é recolhida por grandes rios e levada através da planície rumo aos baixos da costa. Aí, os rios depositam os seus resíduos, que, uma vez misturados com a areia do mar, formam um mundo de terrenos pantanosos, línguas de areia e florestas de mangues. Apesar de a terra das margens destes rios poder ser muito fértil, sobretudo onde ocorrem cheias regulares, a zona está infestada de mosquitos que causam malária e outras doenças tropicais. O vale do Zambeze, de longe o maior destes rios, assemelha-se de muitas formas a uma extensão da costa, com uma língua que, por trezentas milhas, penetra no interior da planície. O rio atravessa uma falha vulcânica, sendo as suas margens uma estreita planície aluvial e uma camada mais quente e seco que o da costa. As pesadas chuvas perenes que se abatem sobre Quelimane, na costa, adquirem um carácter sazonal na região de Tete, transformando o vale numa zona afetada por extremos de seca e cheias catastróficas. (NEWITT, 2012, p. 46).

Do mesmo modo, Newitt (2012, p. 46-47) evidencia:

Para lá da escarpa encontram-se as terras altas, a maior parte das quais, após os tratados de divisão, se tornaram Rodésia do Sul. Esta bonita região tem sido justamente comparada com uma ilha, limitada a ocidente pelo deserto e a oriente pelas terras baixas e o mar, e com as suas fronteiras a norte e a sul marcadas pelos vales do Zambeze e do Limpopo. A norte e a leste, este extenso planalto granítico ergue-se para formar as cordilheiras de Manica e Vumba, com picos que chegam a atingir os 9000 pés. Aí, as geadas de inverno e o ar cortante e frio condensam os ventos úmidos que sopram do oceano Índico em pesadas chuvas sazonais. O planalto vai, então, aos poucos diminuindo de altitude para ocidente, até se fundir com as areias do Kalahari. Embora seja bastante seco a sul e a ocidente, a maior parte das terras altas é adequada à habitação humana. Chove regular e abundantemente, há extensas zonas de

solo fértil e não erodido, o mato é esparso e as vastas savanas são ricas em caça e boas para o gado. Algumas das zonas montanhosas de Manica estendem-se para dentro de Moçambique, mas, em contrapartida, toda a alta planície se encontra para lá das suas fronteiras. [...] as terras altas eram o coração da cultura chona, e esta diversa mas distintiva civilização africana penetrou e dominou muitas das terras baixas de Moçambique.

Assim, Moçambique foi ganhando contornos tanto pelas disputas entre Portugal e Grã-Bretanha quanto pelos povos que lhe davam formato pela pluralidade de etnias, culturas e religiões, além da forte influência comercial da Índia e dos países árabes.

Moçambique emergia finalmente das propostas e contrapropostas avulsas, das reivindicações sonoras de aventureiros e do emaranhado de mapas, Cor-de-Rosa ou outros. Sem dúvida as suas fronteiras refletiram em certa medida a evolução histórica da região. Os antigos portos marítimos de Ibo e Quissanga a norte de Inhambane e Lourenço Marques, no Sul, tinham sido incluídos no novo estado com grande parte do comércio interior de que dependiam.

Contudo, a baía de Delagoa ficou muito desligada do seu interior e manteve-se isolada e quase um enclave no Estado Sul-Africano que despontava. No Zambeze, os antigos territórios dos prazos foram incluídos em território português, tal como o interior de Sena no Barué e Manica. Tete e Zumbo viram o seu interior setentrional incluído, mas a zona a sul limitada aos braços inferiores dos rios Mazoe e Ruenha. As regiões a oeste de Zumbo perderam-se. A forma final do país apresenta três saliências – Tete e Zumbo, rodeados em três lados pelo território britânico, a saliência britânica nas Terras Altas de Shire rodeada por terra lusa; e a saliência que engloba o porto de Lourenço Marques, avançando para sul no território sul-africano. Moçambique estava encravado na África Central e do Sul Britânica, qual peça de um quebra-cabeças – peça essa que ostentava cada vez mais a imagem do empreendimento financeiro e do interesse imperial britânicos. (NEWITT, 2012, p. 318).

Francisco da Conceição (2015) referencia Macagno (2001) para fazer alusão à ocupação efetiva de Portugal em Moçambique que ocorreu através

de duas operações militares: uma a sul de Moçambique que foi conduzida à inclusão do reino de Gaza (1895-1897), e a segunda ao norte, especialmente na região do rio Zambeze, resultando na conquista dos Baruéis, em 1902.

Newitt (2012) narra que, fora das linhas fronteiriças portuguesas ou britânicas, o norte de Moçambique foi menos conhecido e povoado pelos estrangeiros europeus, caracterizando-se essa região por uma unidade de povos da linhagem africana matrilinear, com seus dialetos originários da língua Macua, falados de Cabo Delgado ao Zambeze. Essa região foi ligada ainda nos séculos XVIII e XIX pelos povos Yao e Macondes e o islamismo foi rapidamente difundido junto com a cultura, costumes e crenças (NEWITT, 2012, p. 322). Moçambique foi invadido pelos portugueses com fortes enfrentamentos e resistências dos povos e chefes das comunidades locais que lutaram contra a dominação portuguesa.

Outro destaque dado à constituição de Moçambique refere-se ao tráfico de escravos para as Américas, principalmente para o Brasil, nos últimos anos do século XVIII e durante o século XIX, dando aos portugueses um novo impulso comercial. De acordo com Zamparoni (1998, p. 14), entre 1770 e 1850 o tráfico de escravos:

Constituiu-se na principal atividade econômica da colônia. Em 1829, 75% das rendas alfandegárias eram dependentes do tráfico de escravos e isto permitiu e exigiu a expansão de uma rede administrativa colonial portuguesa que, ainda que não conseguisse fazê-lo como o desejado, buscava o controle dos portos como condição básica para a metrópole exercer o seu poder arrecadador além de propiciar negociações tanto a particulares quanto a agentes do Estado.

O tráfico de escravos configurou-se, por um longo período, como um significativo mercado para os comerciantes portugueses, ingleses, franceses e outros. Acordos entre ingleses e portugueses para limitar o comércio de escravos da África Ocidental desencadearam tratados que deram legitimidade ao tráfico de escravos moçambicanos para Cuba, Estados Unidos e Brasil. Mesmo com a aprovação da lei de abolição da escravatura, na segunda metade do século XIX, não resultou imediatamente na extinção do comércio de escravos para outros continentes, principalmente para o Brasil. Clandestinamente, persistiram as negociações entre portugueses e brasileiros,

por muito tempo¹⁹ (NEWITT, 2012, p. 233). Aliás, Amanda Rossi (2015) assim comenta em sua obra “Moçambique, o Brasil é aqui”:

Durante três séculos, estima-se que 5 milhões de africanos feitos escravos chegaram ao Brasil, dando ao país a maior população negra fora da África e moldando a cultura brasileira. Nenhum outro lugar do mundo recebeu tantos escravos. O Brasil se formou na escravidão, o processo mais longo da nossa história. [...]²⁰. (ROSSI, 2015, p. 72).

De acordo com a autora (2015) as relações estabelecidas entre Brasil e os comerciantes para as negociações de escravos no século XIX resistiram mesmo com as proibições da Inglaterra sobre o tráfico de pessoas. Além disto, para Rossi, vale considerar que durante todo o período de colonialismo na África, as relações de Brasil independente com África (colonial) silenciaram o que se refere à escravidão.

O século XIX foi marcado pelas disputas e negociações portuguesas e britânicas quanto às fronteiras de Moçambique e África do Sul, pela forte presença colonial portuguesa e mulçumana, pelo tráfico em massa de escravos moçambicanos, pelo comércio do marfim, especialmente por uma forte seca que afetou a economia agrícola (alimentícia) do país e pelas batalhas entre os povos guerreiros que impunham às regiões (sul, centro e norte) as suas características próprias de reinados através da cultura, língua, formas de trabalho, economia e religião, como os *angunes*, *macuas*, *macondes*, *tsongas*, *yao*, *sena*, *chopes*, dentre outros e, conseqüentemente, com Portugal, que ali implantou totalmente o seu domínio como colonizador por via de todos os meios mais violentos utilizados às populações moçambicanas (NEWITT, 2012).

Na tese de doutorado de Francisco da Conceição (2015), Portugal é apontado como um país com características periféricas, no conjunto dos

¹⁹ A partir do decreto assinado por Portugal (metrópole) em 1836, que proibia o tráfico de escravos, o comércio persistiu da mesma forma como anteriormente, porém, com outra denominação. Os escravos passaram a ser chamados de “mão-de-obra emigrada e livre”. (MONDLANE, 1995, p. 36).

²⁰ Em um dos discursos do ex-presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2013, em Senegal, ele, disse: “Querida ao povo de Senegal e da África que não tenho nenhuma responsabilidade pelo o que aconteceu nos séculos XVIII, XVII e XVI. Mas penso que é uma boa política dizer ao povo do Senegal e ao povo da África: perdão pelo o que fizemos aos negros. (ROSSI, 2015, p. 64).

países europeus. O colonialismo português implementado, sobretudo, na África, dependeu das potências imperiais para sustentar seu projeto de dominação. Para o autor, Portugal caminhava à esteira dos países centrais, no caso Moçambique, apoiado pela Grã Bretanha, principalmente no que tange às empresas britânicas.

Nesse sentido, Cabaço (2007) chama a atenção para a citação de Telo (2004) que traz uma publicação da imprensa inglesa que divulgou o seguinte: “Portugal era uma vergonha para raça branca, incapaz de se impor perante os poderes africanos, donde se concluía que os seus territórios tinham que ser administrados por quem soubesse o que fazia” (CABAÇO, 2007, p. 79). Francisco da Conceição (2015, p. 41-42) conclui que:

O sistema colonial em Moçambique pode ser entendido como um conjunto de relações que se estruturam de uma forma dicotômica muito peculiar: por um lado, uma metrópole dependente mas que é dominante e, por outro, uma colônia subordinada mais a atores privados do que públicos. Esses tipos de relações que se estruturam encerram em si implicações profundas no âmbito da divisão internacional do trabalho, uma vez que o colonialismo em Moçambique se inseria dentro de uma lógica mercantilista. Em verdade, estamos na presença da atuação das lógicas de expansão de um sistema capitalista. As economias coloniais caracterizavam-se também por estarem voltadas para o mercado externo. Para atingir os seus objetivos na colônia, Portugal recorreu a uma política repressiva, de expropriação e alienação sobre os moçambicanos.

Moçambique foi disputado entre Grã Bretanha e Portugal durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX²¹. A presença de Portugal em Moçambique remonta ao século XV, no entanto, ficou oficialmente declarado que apenas no século XIX, com a divisão das colônias africanas em Berlim. Portugal somente verificou a dominação sobre Moçambique no século XX (CONCEIÇÃO, 2015). A força de trabalho escravo, no próprio país, esteve sempre ligada à exploração e expropriação das riquezas pelos portugueses que, estrategicamente, se organizavam juridicamente para

²¹ Portugal chegou a Moçambique no final do século XV com Vasco da Gama, navegador português. O principal interesse da coroa portuguesa foi de abrir caminhos para suas negociações com a Índia de forma mais segura, optando pela navegação marítima. (MONDLANE, 1995).

continuar a explorar homens e mulheres para o trabalho escravo nas plantações em Moçambique. Mas não se restringiam a isso: também traficavam escravos para o trabalho nas minas sul-africanas, tornando-se um dos pilares da economia colonial.

Para Mondlane (1995, p. 37), o final do século XIX e a primeira década do século XX definiram as principais características do colonialismo português em Moçambique: “uma rede administrativa centralizada e autoritária, a aliança com a Igreja Católica, a utilização de companhias, muitas vezes estrangeiras, para explorar os recursos naturais, o sistema de concessões, o trabalho escravo dentro do país, e o tráfico em grande escala de trabalhadores para a África do Sul”²².

O país era significativo para Portugal por ser o território com maior número populacional – daí a ampliação dos seus interesses de dominação colonizadora. De acordo com os dados constantes na obra de Eduardo Mondlane (1995), nos anos 1960-1961 a população de Moçambique era composta por três grupos sociais:

Uma minoria (2,5%) composta por europeus, asiáticos, mistos e também por alguns africanos, concentrada na parte urbanizada das cidades, vilas e povoações e também nas explorações mineiras e agropecuárias dispersas pelo interior. Detém nas suas mãos o grosso do capital e emprega-se nas atividades modernas e na economia de mercado (serviços públicos, comércio, indústria, transportes, agricultura de rendimento, etc.) e fornece ao Estado a quase totalidade das receitas públicas (...);

Uma minoria (3,5%) constituída por elementos de diversas raças, mas sobretudo por africanos, com tendência para se aglomerar, em condições deficientes, na periferia dos centros populacionais mais importantes. Os africanos a ela pertencentes, embora de origem rural, tendem a chamar para junto de si as respectivas famílias, a cortar os laços com as comunidades tribais e portanto a abandonar a economia de subsistência e a viver unicamente do trabalho assalariado;

²² O autor trabalha com a ideia de “trabalho forçado” e “exportação de trabalhadores”, no entanto, é por nós, entendida como “trabalho escravo” e “tráfico de escravos”.

Uma grande maioria (94%) de africanos rurais (...) que vive, basicamente, num regime de economia de subsistência, complementado pelo trabalho assalariado de tipo migratório e por alguma agricultura de rendimento. São os vizinhos das regedorias (...) regidos, nas suas relações jurídicas privadas, pelo direito consuetudinário”. (MONDLANE, 1995, p. 41).

Aliás, depois que Portugal implementou a sua própria administração no final do século XIX e início do século XX, fez uma categorização da população, distinguindo na legislação: os nativos ou assimilados, como aqueles que sabiam falar a língua, haviam adotado os costumes portugueses e tinham um trabalho remunerado; e os indígenas, grupo composto pela grande maioria africana. Sob essa ótica, os indígenas eram homens e mulheres sem cidadania, cultura, educação – em suma, não eram considerados “humanos”. Somente em 1961 os indígenas foram declarados portugueses de direito, pela abolição do Estatuto dos Indígenas. O mesmo ocorreu em Angola e Guiné. Entretanto, como característica própria do regime de Salazar e da política governamental portuguesa, os cartões de identidade foram emitidos de forma diferente: os cartões para os que já eram considerados “cidadãos” e outros para aqueles que, a partir de então, passariam ser chamados de “cidadãos” (MONDLANE, 1995).

Meados dos anos 1950, os países colonizadores no continente africano, foram forçados a iniciar um processo de descolonização. No contexto do colonialismo português, a exemplo de Moçambique, se deu através da repressão, da violência pela luta armada porque Portugal resistia à descolonização. O contexto dos países africanos era de desigualdade profunda, de escravidão, de condições desumanas do trabalho com todas as formas de repressão. Em Moçambique, em setembro de 1964, deflagra-se, pelo norte do país, a guerra pela libertação dos moçambicanos (MONDLANE, 1995).

A descolonização era impulsionada pelo próprio contexto internacional que vivia os resquícios da Segunda Guerra Mundial e a intensa Guerra Fria²³ entre URSS e EUA. Portugal, tentava resistir ao processo da

²³ Assim que a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se dá como concluída, o mundo em processo de reconstrução humanitária, econômica e política, ver-se-á imerso a uma nova guerra, denominada de Guerra Fria, entre duas superpotências que surgiam fortalecidas da Segunda Guerra Mundial – URSS e EUA, dominando o cenário internacional. (HOBSBAWM, 1995).

descolonização por se ver em uma situação de economia atrasada e marginalizada, refém politicamente dos demais países centrais não encontrando meios para se sustentar sem a dominação de suas colônias. Em toda a África, somente Portugal e os Estados de colonos brancos independentes (África do Sul e Rodésia do Sul) resistiram a esse processo. Desse modo, a descolonização se deu através de conflitos armados e repressão no interior das colônias (HOBSBAWM, 1995).

Antes mesmo do início da guerra, Portugal já vinha recebendo pressão por parte da Índia e das Nações Unidas para a descolonização dos países africanos. Em Angola, país vizinho de Moçambique, em 1961 ocorreu um violento movimento camponês pela libertação, eclodindo o processo de revolta angolana. Estrategicamente, Portugal buscou isolar Moçambique das influências dos demais países africanos que estavam vivendo contínuas lutas pela libertação. Nesse período, final dos anos 1950 e início dos anos 1960, havia muitos moçambicanos em outros países, trabalhando nas minas da África do Sul e Niassalândia, o que dificultava a organização de uma possível guerra de libertação (NEWITT, 2012). Contudo, em Moçambique inicia-se a luta pela libertação como trataremos no tópico a seguir.

2.2. MOÇAMBIQUE E A GUERRA DE LIBERTAÇÃO

O movimento nacionalista moçambicano nasceu a partir das experiências dos outros movimentos nacionalistas africanos. A luta foi liderada pelo movimento Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO)²⁴, que iniciou uma forte campanha armada contra o domínio português em todo país, contra todo o tipo de colonialismo e imperialismo e pela libertação do país. Houve várias tentativas frustradas de negociações da FRELIMO com Portugal, a fim de que concedesse a libertação. Porém, tiveram que declarar a guerra, uma vez que Portugal optou por essa via. O

²⁴ Em 1977 o movimento deu origem ao Partido com o mesmo nome, que governa o país até os dias de hoje.

principal líder do movimento foi Eduardo Chivambo Mondlane²⁵, grande intelectual marxista-leninista da Frente. Eleito presidente no Congresso Constituinte, morreu assassinado em 1969. Foi e ainda é considerado em Moçambique o “fundador”, um grande “símbolo” do projeto nacional moçambicano (CAU, 2011).

A FRELIMO foi constituída e fortalecida com a fusão de outros movimentos nacionalistas já existentes no país e países vizinhos: União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) fundada em Bulawayo em 1960; *Mozambique African National Union* (MANU), criada entre os emigrantes macondes no Quênia e na Tanzânia, e União Africana de Moçambique (UNAMI), estabelecida no Malawi. Representantes dessas organizações reuniram-se em Dar es Salaam, na Tanzânia, no dia 25 de junho de 1962 e decidiram dissolver os movimentos e constituir uma única Frente de Libertação de Moçambique assim denominada - FRELIMO.

Esses movimentos foram as bases da organização contra o colonialismo e o imperialismo nessa região da África. A FRELIMO, no início, foi formada, na maioria, por moçambicanos expatriados. Entre 1962 e 1964, a Frente desempenhou somente algumas funções de ordem administrativa e Eduardo Mondlane retornou aos Estados Unidos para a sua função como funcionário das Nações Unidas. (TAIMO, 2010; CAU, 2011; NEWITT, 2012). Dentre os principais nomes de integrantes das organizações que se juntaram em uma única Frente para lutar pela independência, temos:

Reverendo Uria Simango, pastor protestante da região da Beira e chefe da UDENAMO. Silvério Nungu, mais tarde se tornou secretário da Administração da FRELIMO; Samuel Dhlakama, membro do Comitê Central. Das cooperativas dos camponeses do norte,

²⁵ Além de fundador, foi o primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Nasceu no dia 20 de junho de 1920, na cidade de Manjacaze, Província de Gaza e faleceu no dia 3 de fevereiro de 1969. Foi vítima de um atentado, ao abrir uma encomenda que continha uma bomba que explodiu, pondo fim à sua vida. Estudou em Manjacaze, concluiu os estudos secundários na África do Sul. Depois, estudou na Universidade de Lisboa e fez o doutorado em sociologia e antropologia nos Estados Unidos da América. No período em que viveu nos Estados Unidos, casou-se e trabalhou para a Organização das Nações Unidas (ONU) de 1957 a 1961. Disponível em: <<http://www.frelimo.org.mz/frelimo/index.php/a-frelimo/comissao-politica/item/542-eduardo-chivambo-mondlane-biografia/542-eduardo-chivambo-mondlane-biografia>>

Lázaro Kavandame que mais tarde se tornou Secretário Provincial de Cabo Delgado assim como Jonas Namushulua. Do sul temos Mateus Muthemba e Sharffundin M. Khan e Marcelino dos Santos, poeta moçambicano e secretário da FRELIMO. (MONDLANE, 1995, p. 99).

De acordo com Eduardo Mondlane (1995), o encontro em Dar es Salaam conseguiu abarcar moçambicanos de todas as regiões do país. O resultado foi a criação da FRELIMO como expressão de todas as regiões. Em 25 de setembro de 1964, Eduardo Mondlane, juntamente com 250 combatentes treinados, deu início à guerra pelo norte de Moçambique, atacando a base portuguesa de Chai, espalhando-se pelo interior do território dos Macondes, tomando-o para a FRELIMO. Porém, nas regiões sul, a partir da capital (Lourenço Marques), a atual Maputo, e centro, a Frente foi destruída pelo exército português, enfraquecendo a luta pelo interior do país. Se, por um lado, houve o enfraquecimento pelo centro e sul, por outro, o êxito do exército liderado pelos macondes e manus fortaleceu os ideais da própria Frente. Muitos dos líderes e chefes macondes dirigiram as zonas libertadas (NEWITT, 2012).

A luta contra o domínio opressor português fez com que a FRELIMO criasse as chamadas ‘zonas libertadas’, áreas consideradas livres do controle português, que funcionavam com administração própria e eram dirigidas pelo movimento, principalmente nas regiões do centro e norte de Moçambique. Havia conflitos e disputas constantes entre as pessoas da área urbana com as das áreas rurais. Nesse momento de luta de libertação, a maior concentração e unidade vieram das áreas rurais (CABAÇO, 2007). O principal objetivo do movimento era a construção de uma nova sociedade e de um novo homem, sem opressores e oprimidos:

A FRELIMO já se referiria em 1962 à formação de um governo do povo e para o povo, em que a soberania da nação fosse fundada na vontade popular, no respeito pela declaração dos direitos do homem e na liquidação da educação e cultura colonialista e imperialista. Portanto, a libertação nacional não consistia apenas na expulsão do colonialismo. O desafio residia também na construção do Homem Novo e de um país igualmente novo, sem autoridade administrativa colonial e sem os tradicionais regulados, pois estes últimos eram considerados, segundo a óptica do movimento, como

elementos capazes de instigar o tribalismo, o regionalismo e travar o progresso da revolução de igualdade política e social. (CAU, 2011, p. 27).

A concepção defendida pela FRELIMO era de uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre os guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo. [...] Esta unidade forjar-se-ia na participação da libertação nacional e no comportamento quotidiano, conquistar-se-ia pela comunhão dos sofrimentos vividos, pela convergência nos propósitos da luta, pelo estabelecimento de ‘relações de tipo novo’ que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional. (CABAÇO, 2004, p.240).

Esses foram os pilares que deram sustentação à luta contra o colonialismo e a mais cruel exploração do homem pelo homem. Os militantes do movimento defendiam os princípios de uma nova sociedade ainda a ser construída sobre novas bases, bem como de um novo modo de produção (TAIMO, 2010). A maior parte da população vivia no meio rural. Tratava-se de uma população onde o analfabetismo era muito alto, com baixa expectativa de vida. Os homens dedicavam-se à agricultura. Havia um desequilíbrio econômico, cultural e territorial grande, com desigualdade entre campo e cidade, sul e resto do país, litoral e interior, e assim sucessivamente. Os dados levantados por Mosca (1999, p. 44) refletem tal situação:

Cerca de 41% e aproximadamente 13% da produção industrial em 1973 era realizada respectivamente nas cidades de Lourenço Marques e da Beira, localizadas no litoral. Mais de 80% da oferta de ensino e da saúde estavam concentradas nas cidades. As estruturas e os sistemas produtivos agrários no Sul, Centro e Norte são completamente distintos.

Em geral, essas distinções dificultavam a luta, enfraqueciam os combatentes, pois os ideais da libertação precisariam ser unificados e fortalecidos, e não fragmentados. Até então, Portugal controlava e intervinha diretamente na economia moçambicana. Sua política econômica preocupava-se em garantir o controle dos recursos e das riquezas do país, por isso o Estado interferia fortemente nas questões econômicas (MOSCA, 1999).

Somente a partir dos anos 1960 o povo moçambicano iniciou um processo de tentativas de acesso à formação da elite local, aos investimentos na agricultura de pequena escala, principalmente na comercialização dos produtos alimentares, com o interesse de acelerar não apenas a economia do país, mas de redefinir os caminhos da política econômica e social, com vistas à superação da política econômica colonial (MOSCA, 1999).

A FRELIMO conseguiu se sustentar e se impor como movimento de libertação e ir além da independência, ultrapassando os muros da guerrilha e buscando construir uma sociedade que se pautasse em novos princípios, como sublinha Mosca (1999, p. 58):

A natureza da guerra e do regime português, a situação colonial, o apoio dos países socialistas ao movimento de libertação, a necessidade da articulação das guerras de guerrilha com as populações e a influência de intelectuais nacionalistas formados na Europa, contribuíram para que o movimento de libertação iniciasse um processo de identificação política com ideologias de esquerda e o objetivo da luta começou a ultrapassar a meta da independência política e do nacionalismo.

Como mencionado no tópico anterior, paralelamente à luta em Moçambique e em outros países da África pela descolonização, havia, no outro lado do mundo, a intensa luta denominada “Guerra Fria”, entre os países do Leste Europeu (URSS) e o Oeste, tendo à frente os Estados Unidos (EUA). A FRELIMO buscou apoio e se alimentou nos ideais dos países socialistas da Europa. A base militar de Portugal se enfraquecia, com grande número de soldados mortos e poucos aliados, como a África do Sul e os países que faziam parte da OTAN (Grã-Bretanha, França e Estados Unidos). Por outro lado, a FRELIMO se alimentava com a conquista dos territórios e se fortalecia como movimento de libertação. Segundo Mondlane (1995, p. 118):

A guerra alterou toda a estrutura interna das áreas severamente afetadas por ela: nas zonas libertadas foram abolidos os vários sistemas de exploração, desapareceram os pesados impostos, foi destruída a administração repressiva, as pessoas podem cultivar livremente a sua terra de acordo com o que necessitam, estão em curso campanhas de alfabetização, foram criadas escolas e serviços de saúde, e as pessoas participam em debates políticos, tomando elas próprias

as suas decisões. Por muito embrionários que sejam estes progressos, quase todos os habitantes destas zonas sentiram de um ou outro modo alguma melhoria, o que os motivou ainda mais a lutar. Cada uma das zonas libertadas constitui um reservatório de novos recrutas para as forças de combate. Nas aldeias organizam-se as milícias populares que de imediato garantem o poder do povo e aliviam as forças regulares da FRELIMO de muitas tarefas de defesa. Além disso, ao colaborarem com o exército, as milícias aumentam a capacidade ofensiva da FRELIMO.

De acordo com Mondlane (1995), o movimento estava intimamente ligado à população moçambicana. A luta se expandia e ganhava cada vez mais a adesão do povo em todo o país. Cabe ressaltar que o exército da FRELIMO foi praticamente formado por camponeses, sem formação escolar e política. Muitos nem sabiam falar o português e eram de etnias diferentes, o que dificultava a organização da luta. Para o autor, um dos grandes desafios enfrentados pela FRELIMO na sua luta política, nacional e social era criar um sistema educacional apropriado aos moçambicanos e suas necessidades, no tipo de ensino de Portugal, além de universalizar a educação.

Foi um movimento formado tanto por pessoas do campo quanto da cidade, das várias partes do território de Moçambique, inclusive com costumes, culturas, aspectos religiosos, sociais, políticos e ideológicos muito diferentes. O principal propósito era que todos fossem combatentes e lutassem pela unidade nacional. Desse modo, uniram-se ao líder Eduardo C. Mondlane, intelectuais, estudantes, compatriotas exilados, pequenos comerciantes, religiosos e trabalhadores em torno de um único ideal – lutar pela libertação (CABAÇO, 2007). No entanto, lembramos que a FRELIMO se instituiu no norte de Moçambique, com a direção dos povos macondes. Após divergências e conflitos no interior da própria Frente, aquele grupo étnico foi expulso e os intelectuais do sul do país tomaram o controle e a direção (NEWITT, 2012).

Segundo Mondlane, o que havia, até aquele momento, eram experiências vividas por outros países africanos, que tentaram se libertar das mãos opressoras de Portugal ou de outra colonização e que não deram certo, devido ao fato de que as lutas haviam se pautado em objetivos relacionados à etnia, cultura, tribos, regionalismo, sem unidade em torno de objetivos comuns. O autor frisa que, em Moçambique, a luta tinha princípios de natureza única, como os valores de base econômica, política e teórica que se

intercruzavam com os próprios objetivos pautados pela FRELIMO. Cabaço (2007, p. 403) afirma que:

Todo moçambicano que aderisse à luta passava por um ritual. Perante uma assembleia de todos os combatentes presentes no local, o elemento recém-chegado deveria declarar sua minuciosa identificação (nome, família, aldeia, chefe) e narrar a própria história de vida, detalhando as motivações de sua decisão de se juntar à luta: as situações de opressão e exploração vividas, as humilhações sentidas, os sofrimentos físicos e psicológicos pelos quais passara. Após sua apresentação, a assistência pedia esclarecimentos sobre algumas passagens e teciam-se comentários e declarações de apoio ou crítica. Um comissário político moderava o debate. Como fase conclusiva da sessão, os presentes eram convidados a apresentar outras experiências de humilhação e sofrimento por eles vividas ou de seu conhecimento, passadas em outras regiões de Moçambique. Os quadros mais qualificados, ou o próprio comissário político, recordavam histórias de anteriores “narrações de sofrimentos” ouvidas de recrutas de outras proveniências etnolinguísticas, estabelecendo paralelismos.

Naquele momento, a libertação passava pela luta armada. Militarmente, a FRELIMO era muito forte frente ao exército português e com uma grande aliada: a União Soviética (URSS). Entretanto, o desafio maior enfrentado pela Frente mais adiante na construção do Estado Novo estava na tradução prática de conceitos teóricos tão caros à ideologia pela qual se alimentava, tais como, ‘Nação’, ‘Estado’ e ‘independência’. Tais processos revelaram-se bem mais complexos do que o previsto e resultaram na dificuldade dos seus líderes de implementar o socialismo, superando o Estado de Transição.

A partir de 1968, tomaram o poder militantes que constituíam uma dominante, mas não maioritária aliança entre intelectuais com opções políticas de esquerda, originários principalmente de uma reduzida parte da intelectualidade não negra e uma corrente militar populista, originária das elites moçambicanas em formação e dos poderes tradicionais, defensora de uma guerra de guerrilhas prolongada e da mobilização

e participação das populações na luta de libertação. (MOSCA, 1999, p. 61).

Em 1968, foi realizado o Segundo Congresso da FRELIMO, em Moçambique, onde discutiram fortemente as questões divergentes entre seus integrantes, sobretudo seus líderes, que disputavam entre si a direção do próprio movimento. Nesse congresso, Eduardo Mondlane foi eleito o presidente da Frente. Uma das necessidades urgentes era a formação política do campesinato e a implantação de cooperativas, além de reforçar que a guerra era contra os “inimigos de classe”, e “não contra os inimigos raciais”. (NEWITT, 2012, p. 454). Mondlane (1995) insistia que a luta pela libertação fosse essencialmente política, e que a luta armada seria consequência desse processo. Segundo ele, os portugueses justificavam internacionalmente a guerra, divulgando que seu exército defendera Moçambique de invasões externas. No entanto, isso não era convincente, visto que a luta era contra um movimento formado somente por moçambicanos. Em 1969, Eduardo C. Mondlane foi assassinado e quem assumiu a direção da luta e da Frente foi Samora Moisés Machel. Severino Ngoenha afirma:

Após a morte de Mondlane em 1969, Samora Moisés Machel, assume a presidência da FRELIMO em circunstâncias que só a história e os historiadores se encarregarão de esclarecer. Por sua vez, Samora Machel conduziu a luta de libertação até a independência, tornando-se o primeiro presidente da República Popular de Moçambique. Os seus pensamentos, discursos e legado estão amplamente divulgados, incluindo a moeda nacional que tem a sua imagem gravada, o que faz dele uma das figuras importantes, marcada pela positividade tal como acontece com “Eduardo Mondlane em plena dessacralização, passando por Marcelino dos Santos – guardião do templo – e Chissano, figura de democratização” (NGOENHA, 2009, p.16).

Samora Moisés Machel foi considerado pela FRELIMO o “fundador” da ‘nação’²⁶ moçambicana. Nasceu em Chilembene, na Província de Gaza, aos 29 de setembro de 1933. Foi forte combatente pela libertação de

²⁶ Nos textos estudados, a expressão NAÇÃO é muito utilizada pelos autores moçambicanos, indicando a permanência e a inconclusão do processo de independência nacional.

Moçambique. Desde muito jovem, esteve envolvido em lutas contra a colonização. Buscou, na organização política popular, principalmente na FRELIMO, o enfrentamento do colonialismo português e, após a independência, a prolongada guerra contra a RENAMO²⁷.

O então líder do Partido da FRELIMO, Samora Machel fez com que as mulheres moçambicanas assim como a juventude se envolvessem na luta de libertação do país. Foi o organizador e líder das zonas ‘libertadas’ para o combate na guerra de descolonização e também contra a RENAMO. Esteve à frente da FRELIMO na proclamação da Independência de Moçambique. Dirigiu a assembleia do Comitê Central da FRELIMO, que aprovou a Constituição da República Popular de Moçambique que o elegeu como o Presidente da República. Como presidente, dedicou-se à reconstrução e ao desenvolvimento do país independente. Machel era um homem muito carismático, que conseguia conquistar a população moçambicana para os ideais do movimento (NEWITT, 2012).

Após uma década de muitos confrontos armados pela libertação, o país conquistou a independência em 25 de junho de 1975. Cumpre destacar que, a independência dos países africanos além de Moçambique, (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) deu-se no arcabouço da revolução portuguesa que colocou fim ao regime fascista português em abril de 1974,²⁸ além da permanência na Guerra Fria. Na verdade, a independência que foi consagrada em 25 de junho de 1975 foi antecedida pela assinatura dos acordos de Lusaka, em Lusaka, capital da Zâmbia, em setembro de 1974. Nesse encontro, reuniram-se representantes da FRELIMO e do Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal, para assinar os acordos de transferência de poderes e de cessar-fogo (CONCEIÇÃO, 2015). O acordo

²⁷ Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) criado em 1976, inicialmente se constituiu como movimento e posteriormente se tornou partido político e é oposição a FRELIMO.

²⁸ 25 de Abril de 1974 ocorreu em Portugal a derrubada da ditadura salazarista liderado pelo Movimento de Capitães, posteriormente denominado de Movimento das Forças Armadas (MFA) que durou por 48 anos. Tal revolução é marcada pela combinação das lutas de libertação das colônias com os fortes conflitos na metrópole portuguesa. No que tange às independências das colônias e o agravamento da crise portuguesa – o cenário internacional, a URSS, Estados Unidos e China queriam e contribuíam com os movimentos de libertação dos países africanos. Em 27 de julho de 1974 é publicada pelo governo provisório de Portugal a lei de independência das colônias. (RAQUEL VARELA, 2012).

deu à FRELIMO, primeiramente uma administração provisória de nove meses, e a partir de julho de 1975 iniciou-se o processo de construção de um modelo novo de Estado.

2.3. O ESTADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

A partir de 1975 no país iniciou-se uma nova experiência, de construção de um Estado novo e independente. De acordo com Célia Nunes (2000), a FRELIMO colocava como questão-chave, no período pós-independência, o modelo de organização econômica e social que propunha implantar em Moçambique, vigorosamente defendido, de “transição socialista” (1975-1985), que consistia em substituir os poderes e reestruturar as instituições do Estado em todo o território, reconfigurando os valores políticos, sociais, culturais e econômicos. Conforme Fernandes (2013, p. 26-27):

Nos primeiros anos pós-independência, a FRELIMO acreditou que estava se movendo de uma vitória para outra. Um mês depois da independência nacional, o sistema judicial, a medicina, a educação e os serviços funerários tinham sido nacionalizados. Foi neste período que a política de estatização da FRELIMO se tornou mais acelerada e tentou eliminar a maior parte das empresas privadas, congelando as suas contas bancárias. Apesar de ter herdado a economia em bancarota e com um déficit crônico na balança de pagamentos, nos primeiros cinco anos depois da independência nacional a FRELIMO conseguiu alcançar progressos significativos na educação, saúde e habitação, tendo sido, por exemplo, proclamado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1981, que o seu sistema de cuidados de saúde e prevenção era um modelo para os países do terceiro mundo. No campo político aconteceram grandes mudanças com a transformação da única força política na sociedade, a FRELIMO, em “partido de vanguarda marxista-leninista” no seu 3º congresso em 1977. O partido FRELIMO, a “força dirigente da sociedade e do Estado”, deveria então guiar, mobilizar e organizar as massas na tarefa de construir uma democracia popular, “rumo ao socialismo”.

A FRELIMO quando assumiu definitivamente o poder do Estado em 1975 já trazia elementos e políticas a serem implementadas que refletiam a ossatura revolucionária dos anos de 1960 – cubano e vietnamita, assim como do marxismo de Amílcar Cabral²⁹. No entanto, o movimento declarou-se como pertencente ao partido marxista-leninista depois do Terceiro Congresso em 1977 e foi nesse congresso que a FRELIMO assumiu-se como Partido e não mais como movimento. Como essa ideologia sustentava o próprio partido, de orientação e princípios claros, como o socialismo, a revolução, o progresso do homem e da sociedade, a luta pela superação das classes e a luta contra todos os tipos de exploração do homem pelo homem, o movimento buscou ser totalmente anticapitalista e anti-imperialista (NEWITT, 2012).

Desse modo, o Estado buscou, na economia socialista, o desenvolvimento do país e a solução para superar as diferenças entre as regiões e os sérios problemas ocasionados pelo longo período de colonização. Enquanto outros países em desenvolvimento caminhavam e se configuravam para a abertura da economia liberal capitalista, Moçambique pretendia experimentar uma economia socialista com base nas formas coletivas de produção.

O discurso ideológico que apontava para os ideais de construir uma Nação próspera, de edificar uma sociedade menos discriminatória e mais justa, a solidariedade para com os povos ainda colonizados eram elementos habilidosamente elaborados. A luta contra a exploração do homem pelo homem, a importância de consolidar e defender o estado de operários e camponeses, o poder popular, a defesa da pátria contra o inimigo externo entre muitos *slogans*, eram utilizados para a mobilização e para instrumentalizar a participação voluntariosa das populações em diferentes atividades, como por

²⁹ Amílcar Cabral, nascido em Guiné-Bissau, na cidade de Bafatá, em 12 de setembro de 1924 e morto em 23 de janeiro de 1973. Era engenheiro agrônomo, poeta, marxista e fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Lutou e foi considerado “pai” da independência conjunta de Cabo Verde em 5 Julho de 1975 e Guiné-Bissau oficialmente a 10 Setembro de 1974. Na África é um símbolo pela sua liderança ideológica, política e militar. A luta pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, liderada por Cabral, foi reconhecida como de caráter continental por englobar os povos das duas nações. (LARANJEIRO, 2014).

exemplo, o trabalho voluntário e nos grupos de vigilância nos bairros e empresas. (MOSCA, 1999, p. 70-71).

A postura da FRELIMO à frente do país, no período pós-independência, foi apostar numa economia alternativa, comunal, diferentemente daquela já vivenciada pelos moçambicanos no período colonial. Como Célia Nunes explicita:

Nessa época, 1977, o Partido da FRELIMO estava se organizando em todo o território nacional, tinha definido políticas centralizadas para todos os setores econômicos e sociais e controlava o exército e a polícia. A oposição política interna era praticamente inexistente e o país contava ainda com uma ajuda financeira e humana do estrangeiro para a realização de seus projetos. Tudo levava a crer que a execução de um projeto de desenvolvimento da economia que beneficiaria as classes operárias e camponesas era somente uma questão de conduta correta que o partido e o Estado deviam adotar frente às dificuldades. (NUNES, 2000, p. 45).

Para a autora, a experiência de Moçambique na implantação de um Estado socialista era, ao mesmo tempo, rica e difícil. No decorrer dos anos, foram se acumulando divergências e insatisfações entre os moçambicanos com o modelo que estava sendo implantado:

- a) A falta de democracia. A necessidade de construir um Estado integrando, no interior de um mesmo projeto, as diferentes etnias para enfrentar os inimigos fronteiriços e combater a pequena burguesia nacional não era vista como contraditória com a construção necessária de um não-Estado socialista. Esse Estado devia ser construído e dotado de um poder real, mas ele devia também ser democrático, na medida que assegurava a participação dos trabalhadores do campo e das cidades. [...]. Chegava-se a uma dupla constatação: a prática democrática estava ausente nas instâncias de decisão da política nacional e o abuso de poder dos dirigentes crescia. [...];
- b) O tratamento dado aos camponeses. Estávamos de acordo com a política de reagrupamento dos camponeses em aldeias comunais, como espaço de existência do novo poder político, [...]. Outra crítica

central se atinha à ausência de uma política agrícola para a população rural que não fazia parte das cooperativas nem do setor estatal. [...];

c) Os mecanismos de controle do processo produtivo. [...]. Havia uma falta de visão administrativa dos grupos de gestão, acarretando despesas excessivas e perdas financeiras. (NUNES, 2000, p. 46-47).

Nunes (2000) entende que mesmo com todas essas divergências, a FRELIMO buscou implantar um novo modelo de economia e de sociabilidade, principalmente através da universalização da terra, e da estatização das fábricas e indústrias. Havia, portanto, uma tentativa de implementar um programa de Estado para a população em geral, e não um pequeno grupo. Nesse sentido, Newitt (2012) entende que nesse período o Partido acreditava em um programa de governo que alterasse as formas até então vivenciadas pelos moçambicanos, isto é, esperava construir uma economia moderna fundamentada em um modelo de agricultura mecanizado e em aumento significativo de indústrias que servissem ao povo moçambicano e fosse manuseado pelo povo. Para isso, seria necessário substituir as práticas tradicionais pela ciência por meio de uma educação pertencente ao estado moderno que abrangesse as indústrias, as empresas agrícolas estatais e as aldeias comunais. Para a professora Teresa Maria da Cruz e Silva da Universidade Eduardo Mondlane, a educação e a saúde foram prioridades no programa social no novo Estado como podemos observar:

Duas das grandes áreas de investimento na área social foram a saúde e a educação. Na educação, tentando contrariar as políticas coloniais, criam-se condições para a entrada massiva de crianças nas escolas primárias, e priorizaram-se estratégias para diminuir rapidamente os índices de analfabetismo e promover a educação de adultos. Na área da saúde, criaram-se programas de saúde rural, tentando assim estender a rede sanitária a todo o país e privilegiando a medicina preventiva. Uma leitura pelos dados estatísticos sobre as áreas sociais mostra-nos que em sete anos o número de ingressos nas escolas primárias duplicou e que no mesmo período, quadruplicou o número de postos sanitários. No seu processo de intervenção, com vista à massificação dos serviços sociais, o Estado procede à nacionalização da saúde, da educação, da habitação e dos serviços de advocacia privada (1975), e mais tarde a outras intervenções no campo econômico. A

estratégia econômica preconizada pela FRELIMO assentava na transformação social baseada na modernização do campo através da criação de aldeias comunais com facilidade de acesso a infraestruturas sociais como a saúde e educação, aumento da produtividade através de um programa de introdução de uma agricultura mecanizada nas machambas³⁰ estatais, uma tentativa para inverter o processo de exploração colonial dos camponeses, e onde o Estado passava a fazer a acumulação. Caberia também às machambas estatais o fornecimento de alimentos às zonas urbanas, antes abastecidas pelos farmers portugueses. Esta estratégia foi aprovada pelo 3.º Congresso da FRELIMO, realizado em Maputo, em Fevereiro de 1977, e era conhecida como a ‘estratégia de socialização do campo’. Neste Congresso, a FRELIMO também declarou a sua passagem de Frente para um ‘Partido de Vanguarda Marxista-Leninista’, com a missão de liderar, organizar, orientar e educar as massas, visando destruir as bases do capitalismo e construir uma sociedade socialista. (CRUZ E SILVA, s/d)³¹.

Para o Partido, a ignorância era expressão de opressão e dominação que a população carregava de todo um período de colonialismo. A quantidade de moçambicanos analfabetos dificultava a implementação dos ideais da própria FRELIMO e de uma consciência política. O povo ficava à mercê das práticas tradicionais, o que não contribuía para a libertação e emancipação das pessoas, que ficavam em condições acentuadas de pobreza, além da

³⁰ Machambas são plantações familiares, como os sítios e chácaras.

³¹ Teresa Maria da Cruz e Silva, professora do Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. Conferir: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>. Acesso em 10 de abril de 2016.

perpetuação dos costumes como o lobolo³², a poligamia e os ritos de iniciação (NEWITT, 2012, p. 470).

Na concepção de Nunes (2000), o grande problema enfrentado pela FRELIMO no Estado referia-se à formação técnica de seu quadro, que era de nível muito baixo, fruto da herança deixada por Portugal. No período da colonização, o país tinha uma população com mais de 90% de analfabetos e um número reduzido de pessoas com formação técnica ou superior, o que impossibilitava a formação e a constituição dos quadros na administração do país. No entanto, entre 1975 e 1982, o que se desenhava na educação era uma expansão das escolas primárias, duplicando a entrada de moçambicanos no ensino público, principalmente nos programas de alfabetização.

Newitt (2012) expõe que a FRELIMO, após a independência, iniciou um processo de burocratização do Estado, de menos política e conhecimento mais sólido da realidade do país e do povo. Ao mesmo tempo, não souberam distinguir entre o papel do partido e a função do Estado. Segundo o autor, experiências que antes da independência a Frente conseguiu obter resultado positivo, como a organização do campesinato, os grupos dinamizadores como articuladores entre o partido e o povo e a expansão das políticas sociais, a partir de 1975 foram dando espaço para questões de ordem puramente administrativas, com a centralização do poder nas mãos de um grupo de intelectuais que pensavam as diretrizes para o Estado implementar e repeliam qualquer forma de ameaça das lideranças, além do ocultamento de tensões existentes no partido (sul x norte e centro) e entre a população, principalmente os camponeses.

As práticas implementadas pela FRELIMO nos setores da educação e da saúde, além da organização de grupos, como da mulher e da juventude, representaram avanços significativos. Por outro lado, nas aldeias comunais (que foram instituídas mais de 1500 aldeias), principalmente em Cabo Delgado, no norte do país, o partido utilizou da coerção para obrigar as famílias camponesas a se retirarem de seus lugares, de seus familiares e vizinhos para compor as aldeias. Isso trouxe revoltas e conflitos dos

³² O Lobolo é tradicionalmente uma cerimônia de casamento, típica da cultura da região Sul de Moçambique. Nesta cerimônia, o noivo oferece bens à família da noiva em troca do casamento. Ele não compreende apenas em agradar a família da noiva, mas é traduzido num modo de estabelecer alianças, bem como de harmonizar os problemas (espirituais) do presente quanto do passado em relação aos ancestrais. Para os moçambicanos do Sul, o Lobolo ultrapassa o valor material, pois abarca o sentido espiritual e cultural das famílias. (FURQUIM, 2016).

camponeses, fazendo-os abandonar a proposta. Outro problema citado por Newitt (2012) está no fato de o partido ter buscado implantar um setor da economia considerado avançado, o industrial, de maneira muito rápida, sem condições materiais e econômicas para a sua concretização. Nesse momento, 80% da sua população viviam no campo e praticava a agricultura familiar e tradicional (NEWITT, 2012).

O terreno em que estava sendo construído o Estado independente experimentava uma fragilidade econômica desde os primeiros anos com as sequelas da guerra árabe-israelense (conhecida como a guerra de Seis Dias) ocorrida em 1973 que levou não só Moçambique mas o mundo a uma profunda recessão, refletindo-se no preço pago pelas matérias-primas tropicais. Assim, como a saída dos colonos portugueses e dos trabalhadores especializados, os indianos que saíram em massa do país ainda no período da guerra de libertação e outra parte pós a independência. As empresas, fazendas e bancos privados foram vendidos ou abandonados pelos portugueses. No entanto, o governo não contava com pessoal especializado para controlar a nacionalização da economia, como por exemplo, os portos e o caminho de ferro. Outra característica estava relacionada à África do Sul que demitiu inúmeros trabalhadores moçambicanos entre 1975 e 1978 seguida com a queda das receitas sul-africanas no país. Também as questões climáticas afetaram profundamente a economia com as fortes chuvas entre 1977-78 levando ao alagamento de áreas agrícolas inteiras, como o vale do Limpopo no sul de Moçambique, seguido por anos de secas que conduziu a população à fome (NEWITT, 2012).

O professor João Mosca (2008) diz que existia no discurso da FRELIMO a necessidade de modernizar a economia, não sozinhos, mas com o apoio dos países socialistas. Produzir alimentos seria a prioridade do Estado através de grandes projetos agrícolas. Com isso, criaram-se as empresas estatais voltadas à agricultura no modelo dos complexos agroindustriais soviéticos. Os investimentos do Estado não eram direcionados aos camponeses que produziam em pequena escala. Houve grandes investimentos dos países socialistas na produção de alimentos, inclusive não só para a manutenção dos centros urbanos internos, mas para a exportação (MOSCA 2008).

Nessa direção, Newitt (2012) salienta que uma das medidas tomadas pela FRELIMO foi a estatização das empresas portuguesas dando a elas condições administrativas para funcionar. Com isso, o Estado foi controlando os principais ramos da economia moçambicana, as empresas, fazendas, armazéns, fábricas e bancos.

Estima-se que, em 1978, 50% de todas as empresas estivessem sob o controle do Estado e que, em 1981, 65% da produção industrial, 85% dos transportes e 90% da construção se encontrassem inseridos no sector estatal. (NEWITT, 2012, 474).

O processo de estatização foi um dos mecanismos encontrado pela FRELIMO para dar resposta à urgente situação que solapava o país. Esse movimento do governo atraiu o apoio dos países do Leste europeu para a implantação da política econômica socializada e integrada defendida pelos intelectuais da FRELIMO (NEWITT, 2012).

Mosca (2008) chama a atenção para o fato de Moçambique e outros países africanos não terem conseguido implantar o socialismo de fato. Afirma-se que nas décadas de 1970 e 1980 as condições internacionais e as próprias condições do socialismo soviético que se encontrava estremeado no contexto da Guerra Fria, não favoreciam a implantação do socialismo nas economias de países de terceiro mundo. Tanto que Moçambique não foi reconhecido pelos países pertencentes ao COMECON³³ como um país socialista e sim de “orientação socialista” dando como justificativa os fatores econômicos ainda em desenvolvimento. Com essa decisão, Moçambique teria dificuldades em obter ajuda econômica dos países socialistas.

A década de 1980 foi marcada por uma política externa extremamente conflituosa, especialmente com a África do Sul, Rodésia e a difícil relação com Portugal. Ainda em processo de estruturação e solidificação do Estado em Moçambique, logo após a independência, desencadeou-se uma guerra que se prolongou por mais de 16 anos, entre a FRELIMO e o movimento de

³³ Council for Mutual Economic Assistance - COMECON, também chamado de Conselho para Assistência Econômica Mútua, fundado em 1949, e tinha como objetivo a integração econômica do bloco do Leste Europeu.

oposição chamado de Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)³⁴. O que sustentava tanto a luta de libertação como a construção do novo Estado e a guerra civil eram questões de base econômica, política, ideológica e geopolítica. Esse período levou o país a se tornar um dos mais pobres do mundo, com graves desafios ainda enfrentados até os dias atuais, especialmente relacionados à insegurança alimentar (NEWITT, 2012).

Se por um lado, a FRELIMO buscou apoio nos países do leste europeu, a RENAMO buscou apoio e teve financiamento das potências do ocidente, especialmente dos EUA, como estratégia de destruição do governo socialista da FRELIMO.

Esse ataque tem claramente o apoio das potências ocidentais e faz parte da estratégia de conflitos do sistema bipolar da Guerra Fria, que visa desestabilizar os governos socialistas na África Subsaariana. Por meio do estabelecimento de uma força armada interna, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o governo rodésio de Ian Smith estabelece uma guerra civil que visa desestabilizar o governo socialista da FRELIMO. Em 1980, com o reconhecimento da independência da Rodésia, nomeado então Zimbabwé, a RENAMO muda sua base de treinamento para a África do Sul. Essa mudança, somada à eleição de Reagan nos Estados Unidos que propõe uma política militar mais intensa nos países socialistas da região, intensifica ainda mais a guerra civil no país. A década de 1980 é o momento mais cruel da guerra civil, levando a um milhão de mortos e cinco milhões de

³⁴ Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) criada em 1976. Foi criado como um movimento, mas atualmente é um dos grandes partidos políticos em Moçambique junto com a FRELIMO. Foi fundado por moçambicanos e portugueses expatriados (colonos) de Moçambique com a finalidade de combater o governo da FRELIMO e o socialismo soviético que estava sendo implantado em Moçambique. Era um movimento anticomunista, apoiado e financiado pelos Estados Unidos (EUA), África do Sul e Rodésia do Sul. A guerra com a FRELIMO foi liderada pelo comandante Andre Matsangaissa que foi morto na guerra tendo como seu sucessor Afonso Dhakama, líder do partido até os dias de hoje. A RENAMO foi fortemente organizada e fortalecida nas províncias da Zambézia, Sofala, Manica, Gaza e Inhambane. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2017/05/hist%C3%B3ria-da-renamo-resist%C3%A2ncia-nacional-mo%C3%A7ambicana.html>.

refugiados (1/3 da população total de 15 milhões do país). Ademais da suspeita morte de Samora Machel (1986) com a queda de uma aeronave em solo sul-africano. Além disso, é importante apontar que a guerra civil destrói completamente a infraestrutura básica de Moçambique, pois os alvos da RENAMO “eram as instalações econômicas, que iam desde pontes, cabos de energia, caminhos de ferro a fábricas” e postos de saúde e escolas. (FINGERMANN, 2014, p. 86-87).

Ambos os contextos regional e internacional não favoreciam os movimentos revolucionários africanos para a conquista de um novo modelo econômico e político. A extensa luta pela independência fez com que os países africanos buscassem apoio e a adotar o modelo econômico semelhante à URSS (HOBSBAWM, 1995). Hobsbawm (1995, p. 422) destaca que as guerras civis dos países africanos contra os governos socialistas, como Moçambique e Angola levaram “cerca de 1,5 milhões de pessoas à morte (população conjunta de cerca de 23 milhões) ou serem retiradas de suas terras e ameaçadas de fome”. Para o autor (1995),

A descolonização africana também levou ao poder líderes que não pediam nada melhor que o título de anti-imperialistas, socialistas e amigos da União Soviética, sobretudo quando esta levava ajuda técnica e outras não maculadas pelo velho colonialismo: Kwame Nkrumah em Gana, Sekou Touré na Guiné, Modibo Keita em Mali, e o trágico Patrice Lumumba no Congo Belga, cujo assassinato fez dele um ícone e mártir do Terceiro Mundo [...]. Moscou simpatizava com os novos regimes e ajudou-os, embora logo abandonando o excesso de otimismo sobre os novos Estados africanos. (HOBSBAWM, 1995, 423).

Cabe ressaltar que, na África Subsaariana, o apoio da URSS manteve-se nas lutas pela independência dos países africanos e contra os movimentos de guerrilhas suscitados e financiados pelos EUA e África do Sul, contrários aos governos que se declaravam socialistas. Moçambique e Angola, mergulharam por longos anos em uma guerra civil, que Hobsbawm (1995, p. 437) denomina de muito mais “assassina” do que as próprias lutas de independência (HOBSBAWM, 1995).

De acordo com Newitt (2012) o surgimento da RENAMO está intimamente relacionado aos interesses da África do Sul, Rodésia do Sul

(atual Zimbábwe)³⁵ e EUA para com Moçambique. Outro fator está na dissidência de membros expulsos da FRELIMO no período da guerra de libertação. Nesse sentido, Yussuf Adam (2006) apresenta a formação da RENAMO:

i) Remanescentes das instituições coloniais, colonos que permaneceram em Moçambique após a independência; ii) Secções da elite nacionalista que lutavam por uma ordem pós-colonial (forças de mercado, sistema multipartidário, liberdade de imprensa, propriedade privada, sistemas privados de educação e de saúde) diferente da ordem defendida pela FRELIMO (nacionalização, socialismo, sistema monopartidário, cooperativas); iii) Secções da elite rural; iv) Camponeses pobres; v) Indivíduos lumpen; vi) Indivíduos que tinham pertencido ao exército português; vii) Elite branca – moçambicanos que defendiam um sistema semelhante ao apartheid da África do Sul ou à UDI da Rodésia do Sul; viii) Membros da elite tradicional; ix) Grupos religiosos no interior de Moçambique que se sentiam ofendidos com as políticas de estado em relação à religião e educação. (ADAM, 2006, p. 152).

Os historiadores Yussuf Adam (2006) e Newitt (2012) mostram que a RENAMO teve forte influência e controle nas províncias da Zambézia, Tete, Sofala, Manica, Niassa e Nampula. Os principais alvos dos ataques da RENAMO foram as estradas e caminhos-de-ferro, a população rural, principalmente as aldeias comunais, as cooperativas, as infraestruturas governamentais (hospitais, escolas, edifícios do governo) e os armazéns.

Newitt (2012) argumenta que a formação primeira da RENAMO deuse por base militar e não como unidade/movimento político, principalmente, em conjunto com as forças armadas rodesianas para ataques guerrilheiros em Moçambique contra a FRELIMO. Teve como seu primeiro líder, Matsan Gaiassa que morreu na guerra, tendo como seu sucessor Afonso Dhlakama. Seus líderes, em sua maioria, provinham dos povos Ndaus que falavam chona e seu exército era composto por jovens capturados das zonas rurais. Nesse período, a RENAMO foi comandada pela Força de Defesa Sul-Africana (*South African Defence Force* – SADF), tornando-se o principal meio de

³⁵ A Rodésia do Sul passou a ser denominada Zimbabwé a partir de 1980.

desestabilização³⁶ do estado pós-colonial e do governo da FRELIMO de regime marxista-leninista (NEWITT, 2012).

A RENAMO utilizou-se da violência e da mobilização da população, principalmente da religião para o recrutamento dos jovens para o exército nas regiões onde se tinha a garantia da adesão, mesmo que fosse pela repressão. A violência se dava por meio de saqueamentos, dos impostos pagos pelos camponeses a fim de manter a guerra, torturas físicas e psicológicas para obrigar as pessoas a permanecer no movimento e na guerra (ADAM, 2006).

A RENAMO tornou-se uma organização política somente a partir de 1984 com delegações em Lisboa/Portugal, Alemanha e EUA. Para os seus principais financiadores, África do Sul e EUA, era estratégico e urgente que a RENAMO se constituísse como uma organização política nacional e internacionalmente reconhecida, de modo que, fosse vista como um movimento anticomunista como a UNITA (organização de Angola financiado pela África do Sul e EUA contra o governo). Desse modo, a organização foi formada não só por africanos, mas por indivíduos de outros países da Europa e Estados Unidos (NEWITT, 2012).

A essa altura em 1984, no auge da guerra devastadora com a RENAMO, Samora Machel, então Presidente da República de Moçambique e Pieter Botha, Presidente da África do Sul e contrário ao *apartheid*, assinaram o Acordo de Segurança em Nkomati, obrigando Moçambique a impedir as ações militares a partir do solo moçambicano e de deixar de apoiar os militantes da ANC – Congresso Nacional Africano liderado por Nelson Mandela, e em contrapartida impunha que a Pretória deixasse de apoiar e financiar a RENAMO contra o governo da FRELIMO. O que a África do Sul pretendia era tornar Moçambique um país dependente das políticas econômicas sul-africanas através dos acordos bilaterais formais.

Nesse período, Samora Machel, realizou várias iniciativas de abertura das relações com países do Ocidente, aderiu ao Banco de Desenvolvimento

³⁶ Yussuf Adam (2006) considera que o conceito de *desestabilização* muito utilizado nos discursos oficiais não só em Moçambique, Angola, mas em outros países da América Latina, América Central e outros, se reporta como conspiração imperialista, sobretudo em relação aos Estados Unidos no período do governo Reagan. Assim, “na África Austral, o termo *desestabilização* foi popularizado depois das independências de Moçambique e Angola e da ascensão ao poder de partidos comprometidos com o socialismo nestes países. Foi usado para designar as investidas sul-africanas (com apoio imperialista e ocidental) com o intuito de mudar governos ou as suas políticas no subcontinente: na Zâmbia, no Botswana, em Moçambique, em Angola e no Lesoto.” (ADAM, 2006, 143).

Africano ainda em 1982. Candidatou-se à adesão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e firmou acordos bilaterais com a Grã-Bretanha e Estados Unidos. Também, buscou apoio nos países vizinhos para o combate à RENAMO, como sublinha Newitt (2012):

Nas proximidades do país, Machel e os líderes dos outros estados da linha da frente uniam-se mais para juntos enfrentarem a ameaça da Renamo. A Tanzânia e o Zimbabwé enviaram tropas em 1984 para ajudar as forças da Frelimo, e concentraram-se esforços para convencer o Malawi a retirar o seu apoio clandestino às atividades relacionadas com a Renamo. Em dezembro de 1985, foi criada a Autoridade do Corredor da Beira para concentrar a influência internacional e auxiliar a reabertura da ligação vital do caminho-de-ferro ao porto, que as tropas do Zimbabwé iriam defender. Esta campanha culminou na fatídica cimeira de setembro de 1986. (NEWITT, 2012, p. 485).

Samora Machel em viagem ao Malawi na companhia de Robert Mugabe e Kenneth Kaunda para negociar com o presidente a fim de que ele retirasse todos os meios de infiltração da África do Sul, morre em acidente aéreo junto com vários membros de sua comitiva. O avião caiu em solo sul-africano. Newitt (2012) afirma que Samora Machel foi vítima de assassinato provocado pela África do Sul com o objetivo de destruir a FRELIMO. Após sua morte, o então ministro das Relações Exteriores, Joaquim Alberto

Chissano³⁷, assumiu a presidência da República, dando continuidade às várias mudanças econômicas, políticas e sociais projetadas e em implementação por Machel, na liberalização da economia para uma economia de mercado, indo ao encontro dos ideais e fundamentos do capitalismo mundial. As tentativas positivas de políticas e experiências socialistas implementadas foram forçosamente fracassadas dando uma reviravolta na estrutura do Estado. No capítulo posterior discutiremos o ajuste estrutural e suas consequências.

2.4. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICO-ECONÔMICAS

A situação do país e a qualidade dos serviços à população assim como a economia foi se degradando com a intensa guerra entre FRELIMO e RENAMO, ao longo do tempo, de tal maneira que comprometeu os objetivos

³⁷ Joaquim Alberto Chissano nasceu em 22 de Outubro de 1939, em Malehice, Distrito de Chibuto, na província de Gaza, e foi presidente de Moçambique entre os anos de 1986 e 2005. Foi o primeiro negro a matricular-se no Liceu Salazar (atual Escola Secundária Josina Machel) em 1951. Ali fez os seus estudos secundários. Durante os seus estudos secundários participou na criação e foi líder do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM). Após concluir essa etapa em 1960 foi para Portugal com o objetivo de fazer o curso de medicina, contudo, em 1961 fugiu de Portugal para França, integrando o grupo de estudantes provenientes das colónias portuguesas dos vários países da África. Ainda em Paris, Chissano estabelece contatos com Eduardo Chivambo Mondlane devido ao encontro dos estudantes moçambicanos. Participou em 1962 do movimento do qual criou a FRELIMO em Dar-Es-Salam, na Tanzânia. Logo depois abandonou os estudos para dedicar-se à causa da libertação nacional. Foi designado pelo Presidente Eduardo Mondlane, secretário particular e seu assistente no Departamento de Educação e membro do Comitê Central da FRELIMO. Posteriormente participa das negociações dos Acordos de Lusaka, que foram assinados em setembro de 1974 entre a FRELIMO e o Governo Português sobre a independência de Moçambique. Em 1974 assume como Primeiro-Ministro do Governo de Transição e após a Independência em junho de 1975 ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Anos mais tarde após a morte de Samora Machel, o então presidente de Moçambique, em outubro de 1986, Joaquim Chissano é nomeado pelo Partido FRELIMO à Presidência da República Popular de Moçambique. Foi o primeiro presidente da República eleito pelo povo moçambicano em 1994. Disponível em: <http://noticias.sapo.mz/especial/50anosfrelimo/1251226.html>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

iniciais da FRELIMO no governo. Principalmente depois da morte de Samora Machel, em setembro de 1986. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por sucessivas crises econômicas, políticas, ideológicas, culturais e sociais tanto nos países africanos, como nos latino-americanos, asiáticos e europeus como ressalta Nunes (2000).

O país vivia a pressão da conjuntura mundial capitalista (política/econômica), que não favorecia o crescimento e a estabilidade da economia moçambicana. Com dívidas, o governo foi forçado a abrir mão de seus ideais socialistas e a aderir à política econômica dos organismos internacionais a partir de 1987, mudando a sua estratégia de desenvolvimento econômico.

Se acrescentarmos a crise das economias socialistas do leste europeu e o ataque sistematizado da RENAMO aos outros corredores rodoferroviários compreenderemos facilmente o porquê de o país ter entrado numa crise econômica e social. Assim, entre 1982 e 1985, o PIB registou uma quebra real de 5,9%, tendo a situação da balança comercial tornando-se insustentável. A condição de vida dos moçambicanos piorou de forma dramática e centenas de milhares de pessoas morreram à fome. (PEREIRA, 2000, p. 171).

Nunes (2000) problematiza que os países como Moçambique, que se propuseram uma economia com base socialista, ficaram presos às questões políticas; não conseguiram ultrapassar o próprio Estado e compreender as relações econômicas.

O problema não se situa tampouco nas revoluções. Localiza-se na construção de uma realidade diferente, e não da realidade que condenamos, sob outra aparência. Por detrás do aparente radicalismo exigido para a implantação de uma ordem socialista, escondia-se um processo de desenvolvimento baseado na lógica adotada pelas sociedades centrais para se desenvolver, com uma dificuldade suplementar: em condições piores. É por isso que não havia compreensão do econômico. (NUNES, 2000, p. 63).

A situação econômica do país foi se agravando de tal maneira que Chissano acabou por aderir ao pacote de políticas e ideais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Os programas de ajuste estrutural e econômico foram financiados por esses organismos.

Dentre as alterações propostas, sofreram trágicas mudanças os sistemas gratuitos da educação e da saúde. De acordo com Fernandes (2013, p. 29-30):

A FRELIMO decidiu então que a alocação dos recursos deveria se basear num pragmatismo econômico em vez de ser pautado exclusivamente pela ideologia. Por outro lado, acreditava que ao se virar para uma estratégia mais direcionada à abertura do mercado iria corrigir os desequilíbrios econômicos que resultaram dos erros políticos do passado. No entanto, já havia um grande descontentamento rural agravado pelos massacres às populações perpetradas pela RENAMO, o êxodo forçado das populações para as cidades e o aumento do desemprego urbano. Por volta do final de 1983, a guerra tinha reduzido a capacidade da FRELIMO para implementar as suas políticas de desenvolvimento socialista. A economia moçambicana mostrava sinais de colapso total, forçando o governo a negociar um “pacto de não agressão e boa vizinhança” com a África do Sul. Os Acordos de Nkomati seriam firmados em março de 1984, com a intermediação dos Estados Unidos, em que os sul-africanos comprometeram-se a limitar as atividades da RENAMO e Moçambique, por sua vez, a impedir o CNA de lançar as suas ações militares a partir do solo moçambicano (no entanto, foi permitida a presença diplomática do CNA em Maputo). Como forma de angariar apoio dos países ocidentais e ao mesmo tempo tentar deter o declínio econômico, Moçambique, na altura um endividado, acabaria dos países mais pobres do mundo e profundamente filiando-se, em setembro de 1984, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. A partir daí foram introduzidas reformas econômicas e políticas que iriam culminar, entre os anos 1984-1990, com o fim da ideologia marxista-leninista, com a abertura para a economia de mercado e sistema multipartidário.

Nessa fase, houve a intervenção direta dos organismos internacionais, sobretudo do FMI e BM, assim como a formação de uma burguesia internacional que foi se constituindo no país. Principalmente em interesses como a “luta contra a pobreza”, que tomava forma prioritária nos discursos dos organismos e dos governantes, condicionando ajuda financeira e perdão

de dívidas com algumas metas, como a elaboração de planos de ação contra a pobreza.

Em 1992, na cidade de Roma, os líderes Joaquim Alberto Chissano, o então presidente da República de Moçambique e o líder da RENAMO, Afonso Dhakama, assinaram o Acordo de Paz, colocando “fim” à guerra civil, no entanto, a guerra continuou minando a população moçambicana. Como parte do acordo foi introduzido e estabelecido na Nova Constituição o sistema político pluripartidário.

Com isso, foram suprimidas todas as possibilidades de referências ao socialismo e em 1994, Moçambique teve as primeiras eleições presidenciais e legislativas. A disputa foi entre Joaquim Chissano da FRELIMO e Afonso Dhakama da RENAMO. Chissano, ganhou as eleições, com 44% dos votos³⁸ (NEWITT, 2012).

Com Chissano no poder, houve uma forte pressão externa, principalmente dos países do ocidente e dos organismos internacionais para o país aderir às políticas liberalizantes e ao pacote de ajuste estrutural. Moçambique abriu as portas da economia e das riquezas naturais ao mercado internacional, com investimentos externos privados em larga escala. Houve novas reformulações da legislação financeira, fiscal, comercial e outras, com a finalidade de atender aos investimentos, principalmente nas áreas da agroindústria, agricultura, turismo, pesca e mineração.

De acordo com o governo de Moçambique, foi com a abertura da economia para o mercado internacional e com a adesão às políticas dos Organismos Internacionais que o Produto Interno Bruto voltou a crescer, ultrapassando a média de 7,8% ao ano, em torno de US\$15 bilhões. Era o país da África Austral com o maior número de investimentos estrangeiros, inclusive investimentos brasileiros. Para o governo moçambicano e para o Banco Mundial, o país vem crescendo economicamente devido à adesão à política de ajuste estrutural iniciada no governo de Joaquim Chissano (BANCO MUNDIAL, 2016). Também reforçam a ideia de que os grandes projetos ligados à exploração dos recursos naturais e da agricultura em larga

³⁸ Cabe dizer que, de 1994 até 2017 foram realizadas cinco eleições gerais presidenciais e legislativas. As eleições ocorrem em um período de cinco em cinco anos, por voto popular direto, com a maioria simples. Já para a Câmara dos Deputados, são concomitantes as eleições para presidente. Porém, o voto é proporcional, de acordo com as 10 províncias mais a cidade de Maputo, para ocupar as 250 cadeiras.

escala são os principais responsáveis pelo crescimento da economia moçambicana, a partir de 2003.

Dentre os megaprojetos instalados em Moçambique, temos os investimentos brasileiros, a Vale S.A. e o Agronegócio com o ProSanava de cooperação trilateral (Brasil-Japão-Moçambique). Ambos, imersos em situações de conflitos, tensões, expropriações, desastres ambientais e de populações diretamente atingidas.

Por meio dos dados do documento de Insustentabilidade da Vale (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2012) problematizamos não somente os megaprojetos brasileiros, pois expressam profundamente as relações sociais capitalistas. O estudo constatou que a empresa de mineração – Vale – tanto em Moçambique quanto nos demais países onde se encontra, fala e divulga nos mais diversos meios de comunicação ser ela “gestora de talentos e promotora de capital humano”; ter boa relação com os trabalhadores; respeitar os fornecedores e trabalhadores locais fortalecendo e desenvolvendo a região onde atua; praticar corretamente o armazenamento dos resíduos; investir na saúde e segurança de seus trabalhadores; cuidar da água-terra-ar; ser geradora de toda a energia elétrica consumida em suas operações e de estar comprometida com os desafios relacionados às mudanças climáticas, além de sua responsabilidade com a sustentabilidade dos territórios.

Entretanto, o que os moradores das comunidades e os trabalhadores desta empresa vivenciam cotidianamente é completamente o oposto do que é divulgado pela empresa, desde a expropriação das terras, a destruição de laços familiares, atropelamentos, mortes, aumento da prostituição e vulnerabilidade social, problemas respiratórios, pobreza, destruição das nascentes de água, desflorestamento, dentre outros. O que as populações atingidas vivenciam no mundo real da Vale é o mundo das expropriações massivas de todo o “conjunto da vida social”, da arrogância e da exploração de homens e mulheres transformados em meras mercadorias ou como “seres sociais sobranes” ou descartados de quaisquer relações de sobrevivência (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2012; FONTES, 2016).

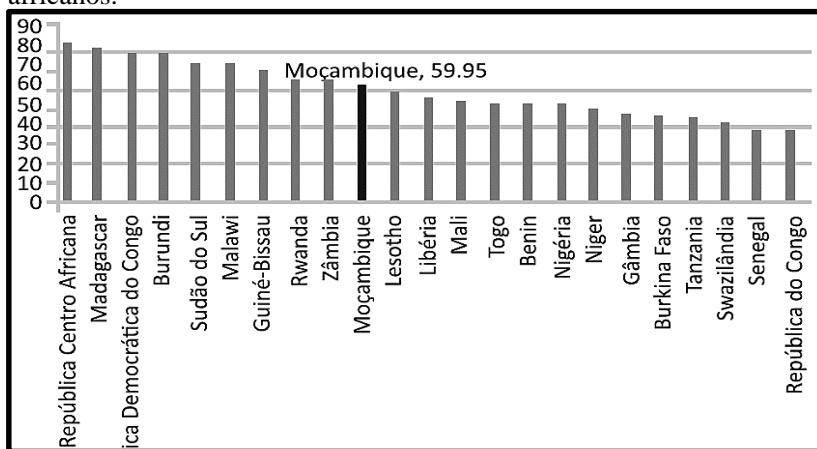
Em se tratando de Moçambique, essas características são apresentadas no Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2015), uma vez que o país ocupa o 180º lugar no *ranking* de 188 países. Continua sendo um dos países com o nível de desenvolvimento humano mais baixos do mundo. Está classificado entre os países com os níveis mais elevados de pobreza (69% dos moçambicanos sobreviviam na linha de pobreza de \$1.9 Paridade do Poder

de Compra - PPC - em 2011). A taxa de alfabetização de adultos não ultrapassou 50,3%; a subnutrição e os atrasos no desenvolvimento infantil são altos; a malária é uma das principais causas de mortes (35% da mortalidade infantil e 29% da população geral); o HIV, entre os adultos, tem taxa considerada alta, de 11,5%. Do mesmo modo, em relação à água potável e ao saneamento básico, os níveis são muito baixos. O BM classifica Moçambique como um país com o consumo de água mais baixo do mundo, embora tenha uma diversidade em recursos hídricos. (BANCO MUNDIAL, 2016)

O maior índice de pobreza concentrava-se nas áreas rurais, o que tem prevalecido ao longo dos anos. Em Moçambique, a população era predominantemente rural em 2009. Cerca de 62% da população rural encontrava-se em situação de pobreza. As províncias da Zambézia, Sofala, Manica, Gaza e Maputo foram categorizadas pelo BM (2016) como de níveis mais altos de pobreza (BANCO MUNDIAL, 2012). As províncias de Niassa, Tete e Cabo Delgado as menos pobres do país.

Moçambique é um dos países da África Subsaariana com níveis mais elevados da população em condições extremas de pobreza. Entre os 23 países da região, Moçambique ocupava a 10ª posição, com 59,9%, em 2015, na linha de pobreza de \$1,9 *per capita*, por dia. O país situa-se junto com a Libéria, Guiné-Bissau, Malawi, República Democrática do Congo, Burundi e Madagáscar com os maiores índices de pobreza.

Quadro 5: A pobreza em Moçambique em comparação com os países africanos.



Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

O BM mostrou, também, que o incremento econômico não foi traduzido em redução da pobreza e da desigualdade, ao tratar dos indicadores em Moçambique, que se agravaram entre 1997 e 2003 e permaneceram altos em 2009. A pobreza generalizada, no entanto, é de maior impacto nas áreas rurais – mais da metade da população vive nas zonas rurais e em condições extremas de pobreza.

O Índice de Gini subiu de 0.44 em 1997 para 0.50 em 2003, e depois baixou para 0.48 em 2009, permanecendo bem acima dos níveis registados nos finais dos anos 90. Em geral, os grandes níveis de desigualdade tendem a reduzir o impacto do crescimento econômico no crescimento da renda para os que estão no fundo da escala de distribuição. O crescimento poderia ter tido um impacto muito maior na redução da pobreza em Moçambique se os seus efeitos não tivessem sido afetados pelo aumento verificado na desigualdade. A pobreza baixou 16,3 pontos percentuais entre 1997 e 2009; se a desigualdade não tivesse aumentado, o crescimento observado teria levado à redução da pobreza em cerca de 26,8 pontos percentuais. Por seu turno, a taxa de pobreza teria baixado para 41.6 por cento ao invés dos 52 por cento. (BANCO MUNDIAL, 2016, p. 8).

O BM (2016) considera que houve uma leve redução na desigualdade, levando em consideração a população urbana e a camponesa, assim na questão relacionada ao gênero, dentre outras características. O Banco Mundial realça a importância de investimentos na agricultura, em grande porte, como uma das formas de combater a pobreza no país. Assim, a agricultura, em 2016, representava mais de um quarto da economia de Moçambique, contribuindo com 25% do PIB do país; 75% da população viviam e trabalhavam no setor da agricultura de subsistência/tradicional.

O sector da agricultura contribui com 25 por cento do PIB de Moçambique e emprega cerca de 75 por cento da população. Todavia, Moçambique possui um enorme potencial agro geológico que em grande medida continua por explorar. Nas zonas rurais, mais de 90 por cento dos chefes dos agregados familiares dedicam-se a atividades agrícolas. Apesar do seu importante papel como fonte fundamental de subsistência, o sector da agricultura não tem estado a crescer a um ritmo firme nos últimos anos. O crescimento anual do sector registou uma queda de 7 para 2 por cento entre 2008 e 2012. Nos últimos três anos, a agricultura comercial voltou a registar um crescimento, contrabalanceando a desaceleração do crescimento no sector dos recursos; todavia a agricultura de média e pequena escala manteve-se com níveis baixos, tendo o seu crescimento médio sido de apenas 4 por cento. (BANCO MUNDIAL, 2016, p. 11).

A pobreza no meio rural é abordada tanto no Plano para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) quanto no Plano Quinquenal do Governo (PQG) de Moçambique, como “promoção de uma cultura do trabalho”³⁹, que aumentaria a produtividade e a produção e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico, humano e social. Aliás, esse argumento da “cultura do trabalho” e das “terras improdutivas” encontra-se imbricado no direcionamento das políticas de desenvolvimento para a agricultura em grande escala (como o ProSavana), visto que a agricultura de subsistência é vista pelo governo, pelos organismos e pelo grande capital como parte da economia informal, que emperra o desenvolvimento econômico do país. Para

³⁹ Essa ideia tem sido recorrente na documentação de políticas do governo de Moçambique coletadas para este estudo.

o BM (2016), o fato de a agricultura ser o setor de maior concentração dos moçambicanos trabalhadores demonstra que a média da produção é inferior à dos países vizinhos. Enquanto que, em Moçambique, em 2013, a produção do milho estava em torno de uma tonelada por hectare, no Malawi era de 2.2 toneladas por hectare, na África do Sul, 3.8 e na Zâmbia, 2.5. Da mesma forma ocorria em relação às discrepâncias da produção do arroz, mapira, mexoeira e trigo (BANCO MUNDIAL, 2016, p. 11).

Quadro 6: Discrepâncias de produtividade comparativamente a outros países da região.

	Milho	Arroz	Leguminosas	Trigo	Mapira	Mexoeira	Raízes e tubérculos
Níveis de rendibilidade em 2013 (Ton/Ha)							
Moçambique	1.0	1.2	0.6	1.7	0.5	0.3	7.2
Malawi	2.2	1.9	-	1.4	0.9	1.1	-
África do Sul	3.8	2.6	0-	3.6	0.5	2.8	-
Zâmbia	2.5	1.2	0.5	6.5	0.8	0.7	-
Zimbabwe	0.9	2.3	0.9	2.5	0.3	0.3	10.0
Crescimento anual médio dos níveis de rendibilidade 2000-2013 (%)							
Moçambique	0.2	1.4	1.4	4.0	-1	-4	2.8
Malawi	1.7	1.2	-	4.5	5	12	-
África do Sul	2.3	-0.9	-	2.6	0	0	-
Zâmbia	2.8	0.2	0.9	0.4	4	7	-
Zimbabwe	-3.9	0.9	2.8	-5.8	18	3	3.3

Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

Constatamos que o discurso do Banco enfatiza a discussão sobre a pobreza em Moçambique como se ela fosse uma tradução de “boa governança”, ou seja, conjuntural, por isso o discurso acentuado em torno do combate à pobreza. Os organismos internacionais incentivam e financiam efetivamente projetos que estimulam a adoção de uma perspectiva sistêmica no trato dos problemas sociais, como a pobreza, a desigualdade e o desemprego (apontando o empreendedorismo como solução). O’Laughlin (2016) salienta que, em uma sociedade de economia capitalista, a acumulação de capital é sinônimo de competências individuais que significam sucesso, criatividade, trabalho e dedicação – assim se explica a acumulação. No caso moçambicano, a perversidade da acumulação está no fato de desconsiderar a produção da pobreza em grande escala, através da expulsão de camponeses de suas terras.

O governo de Moçambique tem apostado nos grandes investimentos estrangeiros, com o discurso de alavancar a economia do país e melhorar a qualidade de vida dos moçambicanos, com a abertura de postos de trabalho formal. Dentre os megaprojetos, temos a indústria extrativa e a agricultura em grande escala. A indústria extrativa, entre 2005 e 2013, foi responsável

por cerca de 21% do PIB anual e a agricultura, por 8%. A exportação dos produtos primários (alumínio, carvão, areias pesadas, energia, gás natural, tabaco, banana, açúcar e madeira) está inter-relacionada ao investimento estrangeiro direto (IED) de grandes proporções (CASTEL-BRANCO, 2016b).

Segundo Castel-Branco, com base nos dados do Centro de Promoção de Investimento (CPI), nas últimas duas décadas foram aprovados 3400 projetos de investimento estrangeiro em Moçambique, totalizando um valor de 35 bilhões de dólares, o que fez com que o país se tornasse um dos três países da África Subsaariana mais atrativos para os investidores privados, juntamente com a Nigéria e a África do Sul. O documento do Banco Mundial de 2010 para Moçambique evidencia que o país possuía escassez em capital e era totalmente dependente da ajuda externa, através do Investimento Estrangeiro Direto (IED), dos supostos “doadores” estrangeiros e dos organismos internacionais (BANCO MUNDIAL, 2010).

Para Castel-Branco, Moçambique está formando a sua própria classe capitalista moçambicana, entendendo que no país a burguesia é frágil e fragmentada, sem as características que a identifique com base capitalista. O autor compreende que, após a independência, os colonos portugueses se retiraram do país e retornaram somente após a adesão ao acordo firmado entre o governo de Moçambique e Banco Mundial/FMI. No entanto, têm se constituído como classe dominante, através da privatização das empresas, das grandes plantações de madeira e do setor mineral-energético.

A introdução do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), em 1987, foi a primeira oportunidade sistemática e em grande escala para o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais, através da privatização maciça de ativos do Estado, na medida em que mais de 1200 empresas públicas e ações do Estado noutras tantas foram privatizadas. As empresas maiores e mais viáveis foram negociadas diretamente com potenciais investidores estrangeiros, de modo a relançar a produção em áreas-chave da economia, geradoras de receita fiscal (como as cervejas e os tabacos) e de moeda externa (açúcar e camarão), empregadoras (como as açucareiras e as têxteis) e produtoras de bens para apoio à expansão e viabilização da comercialização agrária (pneus, utensílios agrícolas, vestuário e têxteis). Firms mais pequenas e obsoletas, que representavam cerca de 80 por cento dos ativos privatizados, foram vendidas, a

baixo custo, a um grupo de empresários moçambicanos emergentes, que, na sua quase totalidade, era formado por gestores de empresas públicas, veteranos da luta de libertação nacional e comerciantes. O processo de privatização para este grupo de pequenos capitalistas nacionais emergentes foi subsidiado pelo Estado [...]. (CASTEL-BRANCO, 2016, p. 207).

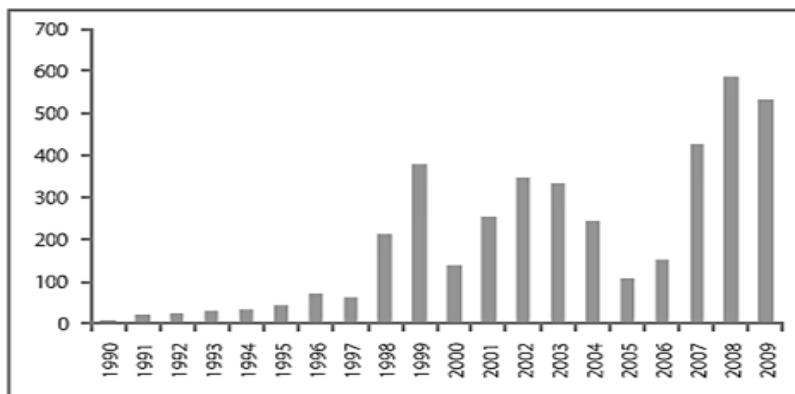
De acordo com Castel-Branco, os compradores moçambicanos ligados à FRELIMO foram beneficiados pelos fundos públicos para a aquisição das empresas, sem nenhuma contrapartida para o Estado. A burguesia moçambicana foi se consolidando, desde o início, pela expropriação do próprio Estado. Nos anos seguintes à privatização, uma parte das empresas (45%) faliu e as demais passaram por um processo de fusão com outras companhias. Essa realidade sugere que a expropriação do Estado ocorreu em outros momentos posteriores, como a abertura do país ao capital externo privado, com grandes concessões das reservas dos recursos minerais às empresas multinacionais e/ou ligadas ao setor agrário, com a concessão das terras através do Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)⁴⁰ e da isenção de impostos. Em contrapartida, as multinacionais transferiram uma parte dos lucros aos capitalistas moçambicanos, portanto, uma classe dominante dependente do Estado e da burguesia internacional.

Conforme o quadro a seguir, a concentração do IED nos últimos anos atingiu a média de US\$ 587 milhões, em 2008 e US\$ 532 milhões, em 2009. A “ajuda” externa ampliou cerca de US\$ 1,65 mil milhões em 2008. Para o BM, esses dados confirmam que Moçambique aposta e orienta sua economia para o mercado, como meio de desenvolver economicamente o país, dependente da “ajuda” internacional.

Quadro 7: Investimento direto estrangeiro em Moçambique (1990-2009).

⁴⁰ Por meio da Lei n. 6/79 ficou assim instituído “a terra é propriedade do Estado, isto significa que, sendo o Estado de operários e camponeses, a terra pertence ao Povo”. A terra é propriedade do Estado assim como os recursos naturais. Assim, a terra não é alienável e nem pode ter interesses privados (econômicos). Na concepção africana a terra pertence a Deus e aos antepassados. Nessa concepção, é delegado ao Estado regular, proteger e promover o desenvolvimento e a segurança do povo africano.

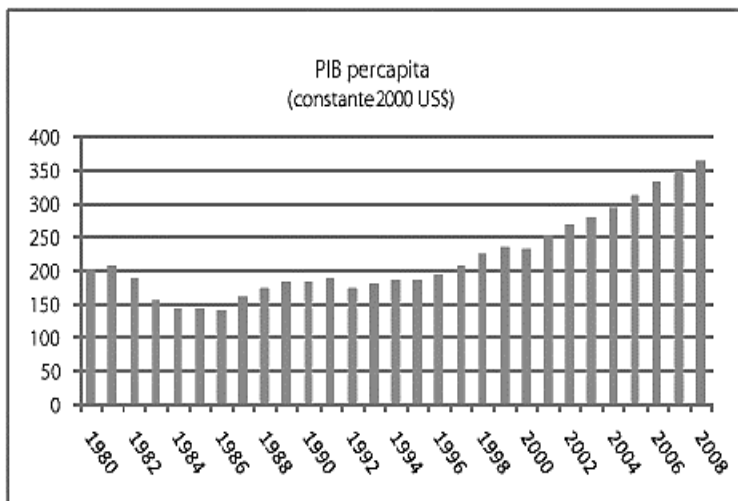
(Em milhões de Dólares US)



Fonte: BANCO MUNDIAL, 2010.

O incremento do PIB nos últimos anos indica que a economia de Moçambique está se mantendo em níveis elevados. No entanto, Castel-Branco (2010) explica que a expansão econômica ocorre apesar da extrema dependência da ajuda internacional.

Quadro 8: Crescimento do PIB de Moçambique (1980-2008).



Fonte: BANCO MUNDIAL, 2010.

Quadro 9: Indicadores econômicos de Moçambique (2003 e 2015).

Variáveis	Anos	
	2003	2015
Taxa de Câmbio (MT/USD)	23,30	38,28
Taxa de crescimento (%)	7,9	6,6
PIB (Milhões Mts)	133.118	592.024
PIB per Capita (Mts)	7.190,00	23.011,00
PIB per Capita (USD)	309,00	601,00

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Anuário de estatística.

Quadro 10: Valor correspondente do câmbio de uma unidade (1) de dólar, real e euro para metical mocambicano (MT), em 2015.

Meses do ano	Moedas		
	MT/USD	MT/BRL	MT/EUR
Janeiro	31.82	36.89
Fevereiro	32.62	37.02
Março	33.53	36.34
Abril	33.81	11.26	36.52
Maiο	34.00	11.12	37.91
Junho	37.12	11.93	41.63
Julho	38.27	11.90	42.09
Agosto	39.51	11.25	43.99
Setembro	40.16	10.32	45.09
Outubro	41.19	10.62	46.25
Novembro	47.87	12.68	51.36
Dezembro	49.46	12.80	53.77

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Anuário de estatística.

Os indicadores econômicos demonstram a depreciação da moeda local “Metical” em relação ao dólar (USD), interferindo diretamente no aumento acelerado dos preços dos produtos de consumo (combustíveis, gêneros alimentícios e outros). Por outro lado, o PIB tem mantido uma certa estabilidade na taxa de crescimento. A análise do governo inserida no Balanço do Plano Econômico e Social (BdPES), de 2015, expõe os fatores que contribuíram para a depreciação do Metical:

- (i) do fortalecimento do Dólar no mercado internacional, (ii) da queda dos preços das matérias-

primas que Moçambique exporta, com impacto na redução das receitas de exportação, (iii) da queda dos desembolsos de fundos de ajuda externa para apoio direto ao orçamento, (iv) da desaceleração do investimento direto estrangeiro e incremento do serviço da dívida pública externa e, (v) da limitada capacidade de intervenção do Banco de Moçambique no mercado cambial para cobrir o défice de divisas que se verificou, devido à tendência de queda acentuada das Reservas Internacionais Líquidas. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2016, p. 39).

Mesmo assim, de acordo com as informações do Balanço (2016), o crescimento econômico de Moçambique atingiu, em 2015, 6.3%, acima da média dos países que compõem a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e com indicativo de crescimento de 7.0% em 2016.

Quadro 11: Taxa de Crescimento do PIB nos países da SADC (%).

	2014	2015	2016 (Proj)
	<i>Variação Percentual</i>		
SADC	4.6	3.9	4.1
Angola	4.8	3.5	3.5
África do Sul	1.5	1.4	1.3
Botswana	4.4	2.6	3.2
Lesotho	3.4	2.6	2.9
Madagascar	3.3	3.4	4.6
Malawi	5.7	4.0	5
Maurícias	3.6	3.2	3.8
Moçambique	7.4	6.3	7.0
Namíbia	4.5	4.8	5
RDC	9.2	8.4	7.3
Seycheles	3.3	3.5	3.7
Swazilândia	2.5	1.9	0.7
Tanzânia	7.0	6.9	7.0
Zâmbia	5.6	4.3	4
Zimbábue	3.3	1.4	2.4

Fonte: República de Moçambique, 2016, p. 11.

Dentre os países da SADC, Moçambique foi um dos três países (juntamente com a República Democrática do Congo - RDC e a Tanzânia) que demonstraram estabilidade econômica na região, sendo que a RDC foi o país com a maior taxa de crescimento.

Inny Accioly (2016) apresenta um quadro evolutivo da ajuda externa de Moçambique, evidenciando o crescimento gradual e, ao mesmo tempo, a forte dependência da ajuda internacional.

Quadro 12: Ajuda Externa em Moçambique.

As políticas nacionais e as tendências internacionais têm influenciado bastante os padrões dos fluxos de ajuda, com os seguintes destaques:

- 1) **(1975-1982) Período Pós Independência:** A ajuda fluiu sobretudo do bloco leste e dos países Nórdicos em forma de Assistência Técnica e apoio as importações com vista a financiar projectos de desenvolvimento. Porém, registou-se um fluxo importante de técnicos profissionais de toda a parte do Mundo.
- 2) **(1983-1992) Conflito armado e mudança para uma “economia de mercado”:** Nesta fase a Ajuda Alimentar foi direccionada a acções de Emergência. Houve a Introdução do PAE (Programa de Ajustamento Estrutural) seguido pela duplicação de ajuda alimentar entre 1985 e 1987. O Apoio a Balança de Pagamentos e as importações passou a ser também uma modalidade de ajuda importante, contribuindo até 26% do total dos fluxos de ajuda em 1990. Há uma presença crescente de doadores, tanto de ONG's internacionais (de 7 em 1980 para 180 em 1990), como de bilaterais e multilaterais. Neste período teve início o “apoio orçamental vinculado” pela Suíça.
- 3) **(1992-1996) Acordos de Paz e primeiras eleições multipartidárias:** A ajuda de emergência e alimentar baixou drasticamente entre 1993 e 1994, mas o apoio à balança de pagamentos e as importações continuou durante este período. Contudo, os projectos de reabilitação para repor as infra-estruturas destruídas pela guerra provocaram maiores fluxos de investimentos. Há um maior papel dos doadores multi-laterais e as Nações Unidas desempenham um papel crucial na coordenação de apoio dos doadores, sendo grande parte canalizado através das ONG's internacionais.
- 4) **(1996-2002) Reconstrução das infra-estruturas:** Durante este período houve uma diminuição gradual do papel das Agências multilaterais e ONG's. Enquanto a contribuição bilateral para AOD aumentou para mais do dobro entre 1996 até 2002, a contribuição multilateral manteve-se ao mesmo nível. Este período foi também marcado por uma crescente participação dos doadores no financiamento das despesas correntes, e uma maior atenção as províncias, levando a preferências geográficas. Uma evolução importante foi a mudança de ajuda a projectos para a ajuda sectorial, criando-se fundos comuns para apoiar os sectores na totalidade.
- 5) **(2002-2012) Fortalecimento dos processos do Governo:** Foi introduzido o apoio orçamental geral em 2000 num acordo formal assinado entre o Governo e seis doadores no âmbito de um “Programa Conjunto dos doadores para Apoio Macro-Financeiro”. O Grupo de doadores que aderiu a essa nova modalidade de ajuda cresceu de forma rápida até 10 em 2002, 15 em 2004 com a assinatura de primeiro Memorando de Entendimento (MdE) e G19 que assinaram o segundo MdE com o Governo em Março de 2009. (Veja o capítulo 5). Em Agosto 2010 foi publicada a Política de Cooperação Internacional e a sua estratégia de Implementação. O número de ONG's Internacionais cresceu até aproximadamente 330 em 2010, mais a sua contribuição ao fluxo de AOD é limitada.

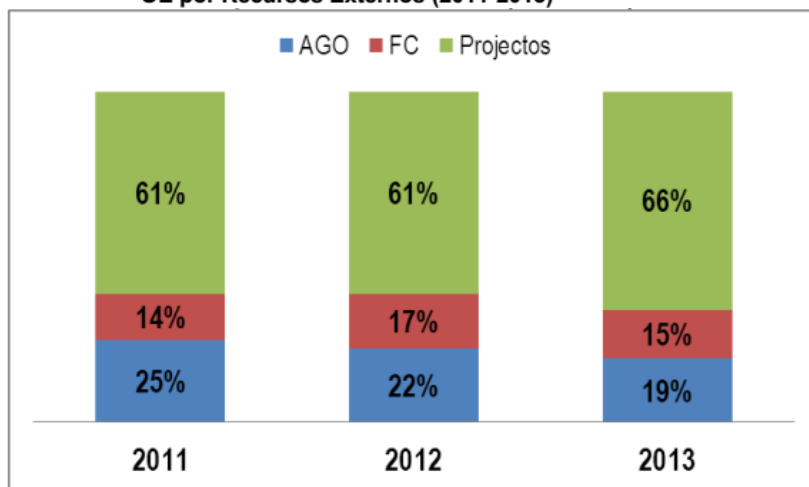
Fonte: INNY ACCIOLY, 2016 (Texto de Qualificação).

Conferimos, no estudo de Inny Accioly (2016), que o orçamento do Estado foi praticamente alimentado por recursos internacionais, por meio de donativos, empréstimos ou por projetos de cooperação com outros países,

seguindo duplo papel: do endividamento crescente do Estado moçambicano e do controle do Estado para credores e “doadores”.

Quadro 13: Recursos Externos por modalidades de ajuda ao orçamento Geral do Estado (2011-2013).

Peso das Modalidades de ajuda ao Governo na estrutura da Cobertura do OE por Recursos Externos (2011-2013)



Fonte: Avaliações Anuais do Desempenho dos PAPs, MPD.

Fonte: INNY ACCIOLY, 2016, Retirado do texto de qualificação.

A ajuda internacional para projetos expressa um aumento, entre 2011, 2012 e 2013, de 61 para 66%. Os **Fundos Comuns (FC)** representaram um nível mais elevado em 2012, enquanto que, em 2013, houve uma moderada redução. O **Apoio Geral ao Orçamento (AGO)**, em 2011 foi de 25%; em 2012, 22% e em 2013, 19%. De acordo com o Balanço do governo, (2016) houve um amortecimento nas entradas de fundos da ajuda externa aos cofres do Estado, num total de USD 298 milhões (dos quais USD 191.7 milhões sob a forma de donativos, e o remanescente sob a forma de empréstimos), assim como nas entradas de fundos a projetos do Estado, no montante de USD 345.7 milhões. Já a provisão das contas dos bancos comerciais totalizou o valor de USD 39.2 milhões de remessas de rendimentos referentes à mineração, o equivalente a USD 55,2 milhões.

No entanto, no decorrer de 2015, a entrada do IDE no país totalizou USD 2.883,4 milhões, o que significou uma redução de 15% em relação ao ano anterior. Para o governo, a causa dessa queda derivou da diminuição das

exportações de matérias-primas (dos grandes projetos, em torno de 49%), em relação aos demais setores da economia moçambicana. O IED representou a média de 68% dos demais setores da economia. Os setores com maiores investimentos na forma de IED foram a indústria extrativa (USD 1.601,7 milhões), transportes e comunicações (USD 591.9 milhões), o setor de atividade imobiliária e prestação de serviços (USD 331.5 milhões) e o setor financeiro (USD 112.3 milhões). Os países que mais investiram em Moçambique em 2015, em forma de IED, foram: Emirados Árabes Unidos com 39%, Estados Unidos da América com 21%, Maurícias com 13%, além de África do Sul e Índia, com 6% cada, com grandes investimentos no setor de mineração, atividade imobiliária e serviços, construção e atividade financeira (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2016).

De acordo com o Balanço preparado pelo governo, referente ao ano de 2015, o Estado contou com um montante de recursos de 212.200,1 milhões de Meticais, sendo, 77.2% de recursos internos e 22.8% de ajuda externa. No entanto, as receitas situaram-se em torno de 154.638,7 milhões de Meticais, o que equivaleu à cobertura de 72.9% das despesas do Estado (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2016).

Quadro 14: Equilíbrio Orçamental (milhões de MT).

Recursos e Despesas	Ano 2014					Ano 2015				
	Orçamento Anual		Realização Jan-Dez		%	Orçamento Anual		Realização Jan-Dez		%
	Valor	Peso	Valor	Peso		Valor	% Peso	Valor	% Peso	
Recursos Internos	161,289.0	64.8	164,550.0	68.8	102.0	169,890.4	75.0	163,771.0	77.2	96.4
Receitas do Estado	155,573.9	62.5	158,834.9	66.4	102.1	160,707.8	71.0	154,638.7	72.9	96.2
Créditos Internos	5,715.1	2.3	5,715.1	2.4	100.0	9,182.6	4.1	9,132.3	4.3	99.5
Recursos Externos	87,804.8	35.2	74,501.8	31.2	84.8	56,534.6	25.0	48,429.2	22.8	85.7
Donativos Externos	30,401.9	12.2	24,106.5	10.1	79.3	20,463.7	9.0	20,173.1	9.5	98.6
Créditos Externos	57,402.8	23.0	50,395.3	21.1	87.8	36,070.9	15.9	28,256.1	13.3	78.3
Total de Recursos	249,093.7	100.0	239,051.8	100.0	96.0	226,425.0	100.0	212,200.2	100.0	93.7
Desp. de Funcionamento	121,207.2	48.7	118,469.9	52.2	97.7	119,272.7	52.7	117,502.0	60.9	98.5
Despesa de Investimento	104,539.9	42.0	87,036.2	38.3	83.3	83,179.6	36.7	58,651.4	30.4	70.5
Componente Interna	46,260.3	18.6	45,374.5	20.0	98.1	44,881.3	19.8	42,562.0	22.0	94.8
Componente Externa	58,279.6	23.4	41,661.7	18.3	71.5	38,298.2	16.9	16,089.4	8.3	42.0
Operações Financeiras	23,346.7	9.4	21,543.1	9.5	92.3	23,972.7	10.6	16,946.6	8.8	70.7
Ativas	17,767.4	7.1	16,513.9	7.3	92.9	10,351.0	4.6	3,324.0	1.7	32.1
Passivas	5,579.3	2.2	5,029.2	2.2	90.1	13,621.7	6.0	13,621.6	7.1	100.0
Total de Despesa	249,093.8	100.0	227,049.2	100.0	91.2	226,425.0	100.0	193,099.0	100.0	85.3
Variação de Saldos	0.0		12,002.6					19,101.2		
Total de Aplicações	249,093.7		239,051.8		96.0	226,425.0		212,200.2		93.7

Fonte: MEF 2015

Fonte: REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2016, p. 56.

Em relação às despesas do Estado, 60.9% corresponderam às despesas de funcionamento, 30.4% de investimento e 8.8% para operações financeiras.

Este texto procurou demonstrar brevemente o percurso histórico, político e econômico de Moçambique. Nossa proposta foi de trazer elementos de contextualização que fundamentasse o processo do país desde a

colonização, sob o jugo dos portugueses, a constituição da FRELIMO enquanto movimento organizado para lutar pela independência buscando se fortalecer e se apoiar em bases e princípios socialistas, até a construção do Estado independente e, por fim, a demonstração de elementos que desencadeou na guinada do Estado para uma economia de mercado.

No pós Segunda Guerra Mundial ocorreram os primórdios do processo de descolonização no continente africano. No caso moçambicano, por meio da repressão, da violência via luta armada Portugal acirrou a colonização. Os países africanos encontravam-se mergulhados em uma desigualdade profunda, escravidão, condições desumanas do trabalho com diversas formas de repressão. A conjuntura internacional deste período de pós Segunda Guerra Mundial e da intensa Guerra Fria entre as duas potências – União Soviética (URSS) e Estados Unidos (EUA) –, e suas contradições permitiram uma brecha, por onde enveredaram as lutas pela descolonização.

Em Moçambique, no ano de 1964, foi deflagrada pela FRELIMO a guerra pela libertação, iniciada ao norte do país. A luta assumida pela FRELIMO contra o colonialismo português estava fundamentada em bases de superação das mais variadas formas de opressão, superexploração, de escravidão, de submissão, vivenciadas pelos moçambicanos. A luta era continuamente impulsionada por outros movimentos de libertação africanos que faziam o mesmo caminho de enfrentamento ao colonialismo.

Já na construção do Estado pós-independência, percebemos que a FRELIMO buscou implementar um estado de ‘orientação’ socialista como meio para superar as diferenças regionais, os danos causados pelo longo período de colonização. Espelhando-se neste modelo de economia para dar condições ao desenvolvimento do país, sobretudo, implantando um programa de universalização da terra, estatização das fábricas, indústrias, escolas, hospitais, entre outros.

Entendemos que a FRELIMO procurou construir uma economia moderna fundamentada em um modelo de agricultura mecanizado, a ampliação de indústrias e empresas agrícolas estatais que servissem e fossem manuseados pelo povo moçambicano, substituindo assim, as práticas tradicionais pela ciência. No entanto, de acordo com os autores trabalhados ao longo do texto, percebemos que a Frente encontrou limitações para a implementação dos projetos como a formação técnica de seus quadros administrativos, a burocratização do Estado, a fragilidade econômica, o recuo da ajuda dos países socialistas, a guerra civil-militar com a RENAMO, sua principal oposição alimentada pelos Estados Unidos, África do Sul e Rodésia do Sul. Hobsbawm (1995) ressalta que a guerra civil-militar de Moçambique

e Angola foi muito mais assassina do que as próprias lutas pela independência.

Neste período, foi acentuado o discurso dos Organismos Internacionais para o combate à pobreza, desigualdade e desemprego formal, apontando o empreendedorismo como uma possível solução. O país se caracterizava pela forte presença de capital externo, apoiada em alianças e acordos intergovernamentais, uma vez que o país era dependente da ajuda externa. Ao mesmo tempo, observava-se que emergia uma elite moçambicana por dentro do Estado através da privatização das empresas, das grandes plantações de madeira e do setor mineral-energético. Entretanto, essa suposta classe burguesa moçambicana é considerada por Castel-Branco (2016) ainda um embrião em formação a ser identificada. Compreendemos que essa burguesia vem se consolidando pela expropriação do próprio Estado.

Em síntese, problematizamos a partir da falsa ideia difundida pelos proprietários do capital e seus representantes de que Moçambique precisaria se desenvolver economicamente. Consideramos que a expansão das relações sociais capitalistas impõe sobre os países subalternos a necessidade de se colocar no cenário internacional num duplo movimento, externo e interno, pois ao mesmo tempo que envolve a abertura às relações capital-imperialistas, por outro lado, significa criar processos para a criação/fortalecimento de uma burguesia moçambicana que se emerge alimentada pelo Estado, consolidando-a.

Deste modo, compreendemos o papel segregador das classes dominantes que quanto mais concentra capital, mais provoca às classes trabalhadoras extensas e profundas expropriações, produzindo seres humanos em mera força de trabalho, tendo que as bases que sustentam e alimentam as relações capitalistas de produção são as expropriações das populações do campo e das cidades, “gerando enormes massas de seres sociais despossuídos e precisando vender o que lhes restava, sua capacidade de trabalho” (FONTES, 2014, p. 77).

3. AJUSTE ESTRUTURAL, ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL E A INSERÇÃO DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE

Em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra) toda a História tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e dominantes nos vários estágios da evolução social; que essa luta, porém, atingiu um ponto em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre toda sociedade da exploração, da opressão e da luta de classes. (MARX e ENGELS, 2010, p. 74).

Nesse capítulo pretendemos discutir o ajuste estrutural, a presença interventiva do Banco Mundial (BM) em Moçambique. Assim como analisar a inserção do Brasil, discutindo as bases que sustentam essa cooperação. Para nós, uma das bases é a presença do empresariado brasileiro naquele país, mediado diretamente pelo governo brasileiro, especialmente nos governos Lula da Silva, seguidos por Dilma Roussef, com o entendimento de que os interesses se misturariam e se confundiriam.

Nossa proposta de apresentar a atuação do BM em Moçambique visa evidenciar o papel que o Banco assume na configuração da expansão das relações capitalistas naquele país. Temos como hipótese de que as mudanças que vem ocorrendo no sistema educacional de Moçambique, sobretudo, da Educação Profissional, financiadas pelo Banco Mundial têm características de internalização dos valores e saberes ideológicos da burguesia moçambicana e internacional para a manutenção da ordem social e de formação voltada para as qualificações necessárias à expansão do capital bem como para o exército de reserva.

Almejamos compreender como os ideários da burguesia moçambicana e brasileira alinham-se aos interesses do capital-imperialismo para a expropriação das riquezas do país. Nossa hipótese é de que os setores dominantes do Brasil estão inseridos em Moçambique, implementando

programas de formação profissional com base em modelos brasileiros que visam à formação dos jovens, a partir das demandas do próprio empresariado moçambicano através do Estado brasileiro e de aparelhos privados de hegemonia (APH), sob o amparo e supervisão das agências internacionais, especialmente do Banco Mundial.

A presença do Brasil em Moçambique, por meio do Estado e dos setores empresariais, pode ser traduzida em estratégias de cooperação ou de dominação? O que está em jogo? Quais são os planos do Brasil para Moçambique e como se articulam com a inserção das empresas brasileiras naquele país? Buscamos estudar as características dessa relação que comprova o Brasil com traços de país capital-imperialista, mesmo que de forma subalterna e subordinada ao grande capital.

Montaño e Duriguetto (2011), com base em Marx, assinalam que Estado e a sociedade civil se aparelham e os interesses se inter cruzam. Ou seja, Estado e sociedade civil são esferas que se complementam – a segunda é a abrangência de toda a estrutura econômica da sociedade burguesa e o Estado é produto da sociedade que se subordina aos interesses econômicos.

A teoria de Gramsci destaca que a relação Estado-sociedade civil compõe um “Estado Ampliado”, e é no campo da sociedade civil que os projetos societários são disputados entre as classes e que os valores, costumes, cultura e ideologias são disseminados. A luta pela hegemonia na sociedade é vista pelo autor não apenas como dominação de uma classe sobre outra, mas como um processo consensual de adesão dos setores subalternos aos interesses da burguesia capitalista (MONTAÑO, 2014).

Para Gramsci, no que tange à hegemonia como processo de direção intelectual e moral de uma classe sobre a outra, não há direção política sem estratégias e construção de consenso. Contudo, uma das formas de a burguesia assegurar a sua manutenção no poder e a sua ideologia é através dos aparelhos privados de hegemonia (APH) (GRAMSCI, 1989). Entre os aparelhos privados de hegemonia temos a escola, cujos objetivos incluem disseminar os valores e os interesses do capital. Gramsci refere-se ao conceito de consenso como uma adesão

[...] espontânea dada pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção. (GRAMSCI, 1989, p. 11).

Para entendermos a função ocupada pelo Brasil em Moçambique, faz-se necessário conceber o papel dos aparelhos privados de hegemonia como instrumentos do capital para a difusão de ideologia e a manutenção da hegemonia burguesa. Para Fontes (2010), o conceito de aparelho privado de hegemonia é fundamental para compreender os movimentos do capital-imperialismo, sob a ótica de Gramsci em relação à sociedade civil. A autora pondera que o conceito de sociedade civil é radicalmente transformado por Gramsci – não pode se desvincular da luta de classes:

O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a éticidade prevaleceria, como o momento ético-político da contra-hegemonia. (FONTES, 2010, p. 133).

Por meio dos aparelhos privados de hegemonia, a burguesia garante posições nos aparelhos do Estado. Gramsci avalia que a formação intelectual e cultural dos trabalhadores foi um marco em sua trajetória de atuação política. Para o processo revolucionário se concretizar, deve ser antecedido por um intenso trabalho de crítica e de elevação cultural daqueles que se encontram na mesma condição social de subalternidade, não só no campo econômico, mas também no intelectual. É por meio da cultura (em seu sentido amplo) que os projetos e espaços educacionais se tornam formação e tomada de consciência dos trabalhadores e instrumentos de emancipação política como possibilidade de construção de outra hegemonia (GRAMSCI, 1989).

Fontes (2010, p. 291) explicita que

[...] a hegemonização do grande capital portador de juros, de cunho original puramente negativo (expropriador), se explica hoje num programa de formação de trabalhadores, ao lado da adequação social e cívica de sua consciência a partir de: um novo formato de assalariamento; uma dimensão discursiva do final do trabalho sob o empreendedorismo; a expansão de financiamentos atuando como forma genérica de extração de sobretrabalho; e, finalmente,

na disseminação de novos aparelhos privados de hegemonia empresariais.

Temos que esse formato está se constituindo com os setores da burguesia moçambicana que juntamente com a burguesia brasileira e a internacional, consolidam projetos de educação, visando à difusão de suas ideologias, a formação de capital humano e exército de reserva, que expressam o aprofundamento de novas relações de dominação burguesa e superexploração⁴¹ da força de trabalho. É necessário analisar a expansão do capital internacional e os megaprojetos em Moçambique para obter a visão dos seus projetos educativos.

3.1. AJUSTE ESTRUTURAL E O BANCO MUNDIAL EM MOÇAMBIQUE

Na análise do historiador Michel Cahen (2006) o último projeto do governo considerado ainda socialista, se assim pode dizer, foi o Plano Prospectivo Indicativo (PPI) criado em 1981 com apoio dos países soviéticos,

⁴¹ Para Marx “ao prolongar-se a jornada de trabalho, o preço da força de trabalho pode cair abaixo do seu valor, embora permaneça nominalmente inalterado ou mesmo se eleve. O valor diário da força de trabalho é calculado, conforme já vimos, pela duração média normal dessa força, ou seja, pela duração normal da vida do trabalhador, e pela correspondente transformação normal de substância vital em movimento, de conformidade com a natureza humana. E acrescenta: até certo ponto, o desgaste da força de trabalho inseparável do prolongamento da jornada de trabalho pode ser compensado com maior salário. Além desse ponto, o desgaste aumenta em progressão geométrica e se destroem ao mesmo tempo todas as condições normais para a reprodução e a atividade da força de trabalho” (MARX, 2009, liv. I, vol. II, p. 598-599). Em outra passagem, Marx afirma nessa mesma direção: “Sabemos que o valor diário da força de trabalho é calculado tomando-se por base certa duração de vida do trabalhador, à qual corresponde certa duração da jornada de trabalho” (MARX, 2009, liv. I, vol. II, p. 619). O que Marx denomina de “exploração” da força de trabalho, Rui Mauro Marini chama de “superexploração” o resultado do aumento do grau da exploração da força de trabalho. Visto que Marini ao analisar as economias latino-americanas e suas especificidades compreende que “o problema de fundo que a teoria marxista da dependência está chamada a enfrentar: o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho” (MARINI, 1973, p. 193-194).

búlgaros, alemães do leste nos moldes dos planos soviéticos. O objetivo do plano era de em 10 anos vencer o subdesenvolvimento com quatro grandes metas: aceleração da industrialização, socialização do campo, modernização da força de trabalho e formação. No entanto, em 1983 verificou-se dificuldade de implementação desse projeto.

As tentativas do governo de alavancar a economia de Moçambique e de tirar o país do subdesenvolvimento, para Cahen (2006) resultaram na “operação produção” experimentada pelos moçambicanos em 1983 que foi considerada uma grande tragédia no país. Essa foi a resposta do Estado diante das dificuldades financeiras enfrentadas com os países socialistas do Leste Europeu, principalmente na não integração como membro da Comunidade de Ajuda Mútua Econômica (COMECON). Para Cahen (2006), Samora Machel tomou essa medida, uma vez que as cidades haviam crescido de maneira alarmante: a expulsão de todas as pessoas consideradas “improdutivas” das cidades para os campos em Niassa, situada no extremo noroeste do país, obrigando-as a se tornarem camponesas. Essa operação não foi similar à experiência dos campos de reeducação ocorrida nos períodos da guerra de libertação.

Não houve muitos campos de reeducação. Mas a experiência dos campos de reeducação foi mesmo política, mesmo que nem todos os enviados o fossem por motivos políticos. Já o caso da operação produção foi muito mais grave, pois foi uma expulsão contra uma maioria social, em virtude de uma tentativa desesperada de recuperação daquele ideal de pequena cidade bem ordenada. [...] Os aviões das linhas domésticas e os poucos caminhões existentes no país foram mobilizados exclusivamente para essa expulsão, que ocorreu tanto em Maputo quanto na maioria das outras cidades [...]. (CAHEN, 2006, p. 127).

O critério utilizado para a expulsão foi retirar das cidades todas as pessoas que não possuíam um trabalho formal. Assim, durante meses, foram expulsas massivamente as populações das cidades (CAHEN, 2006). Ao mesmo tempo, a FRELIMO já desgastada nacional e internacionalmente, enfraquecida da guerra com a RENAMO, iniciou assim o que Francisco da Conceição (2015, p. 63) designa de uma “virada ao ocidente”. Para ele, a primeira década – 1980 – foi marcada por muitos desafios ao governo e ao Partido da FRELIMO enquanto direção do país. A crise econômica vinha de mãos dadas com a guerra civil mantida pela RENAMO, com as calamidades naturais através das fortes enchentes seguidas de grandes períodos de

estiagem (seca) e assim sucessivamente, levando a população moçambicana à fome.

Castel-Branco (2008) referenciou a década de 1980 como os anos de reorganização, visto que havia a necessidade de iniciar um processo de reformas no país, em especial, mudanças no setor industrial, pois a indústria no pós-independência se restringia a “aperto de parafusos, montagem e acabamento, a qual não fornecia bases para a luta contra o subdesenvolvimento”. Nesse sentido, o governo pretendia vencer o desafio de fazer funcionar as estruturas de produção em um país em construção e dependente da ajuda externa. Ademais, Moçambique não possuía no momento, indivíduos qualificados tecnicamente para assumir a gestão das indústrias depois da saída dos técnicos portugueses no final do colonialismo. O autor, na discussão inicial, salienta que ainda com Samora Machel como presidente do país e da FRELIMO, o objetivo de tornar Moçambique um centro industrial que gerasse emprego e movimentasse a economia nacional e internacionalmente.

Adam (2006) salienta que foi somente até o ano de 1982 que Moçambique conseguiu pagar a dívida externa. No ano seguinte na ocasião do quarto Congresso da FRELIMO, foram discutidas as estratégias de desenvolvimento até então adotadas (de base socialista) e aprovados novos rumos para a economia do país, agora, voltada ao mercado.

Ainda em 1984 o processo de negociação com os organismos – BM e FMI – já estava sendo pauta na Agenda do governo moçambicano. Com o agravamento na situação de Moçambique, problemas de fome ocasionada pelos fatores acima citados, de queda drástica da economia e endividamento do país, o então presidente da República, Joaquim Chissano aderiu ao pacote de políticas dos organismos em 1987 com o lançamento do Programa de Reabilitação Econômica (PRE)⁴² com duração prevista para um período de três anos, iniciado em 1986 até 1989. Também, buscou uma renegociação da dívida externa com os Clubes de Paris e Londres, buscando apoio financeiro com os principais países: EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e França a fim de possíveis empréstimos e doações (ADAM, 2006).

Nessa fase, com a intervenção direta dos países do ocidente, sobretudo dos Estados Unidos, através da *United States Agency for International Development* (USAID), principalmente na área de alimentação, Moçambique, iniciou a implantação do PRE tão incentivada pelos

⁴²O Programa de Reabilitação Econômica, mais tarde, em 1990, foi substituído pelo PRES – Programa de Reabilitação Econômica e Social.

organismos (FMI e BM). Este pacote de reformas coligidas pelo BM e FMI se traduziu em uma drástica redução do Estado e pelo predomínio do mercado. Pelo Decreto nº 8/87 de 30 de janeiro, foi aprovado o Regulamento de Investimento Direto Estrangeiro que favoreceu o investimento empresarial (nacional/internacional) na economia do país.

Dentre as alterações propostas no pacote de ajustamento, os sistemas gratuitos da educação e saúde sofreram trágicas mudanças com cortes orçamentários; a abertura para o mercado com a liberalização dos preços das mercadorias, e a privatização das propriedades do Estado como as empresas, Bancos, fazendas, armazéns e ações financeiras (ADAM, 2006; MASSINGUE, 2008).

O professor Yussuf Adam (2006) ressalta que o PRE foi implantado em uma realidade em que tanto o governo quanto a FRELIMO tiveram vários tipos de pressão interna/externa que levavam a uma imposição para a sua adesão ao acordo com os países do ocidente e seus organismos – BM e FMI:

O fracasso de modelos econômicos anteriores; a existência de pressões internas para o abandono do socialismo; a alteração da ordem mundial, isto é, a mudança das políticas soviéticas durante o período de Gorbatchev e o colapso da URSS e do Bloco de Leste; o condicionamento na concessão de ajuda por parte de todos os doadores, incluindo os que são críticos do Banco Mundial e FMI; o condicionamento político imposto pelos EUA e Grã-Bretanha no contexto da África Austral para assegurar a cooperação de Moçambique numa transição controlada do apartheid para um governo de maioria. (ADAM, 2006, p. 128-129).

Embora houvesse a pressão interna, a externa foi determinante para a consolidação do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), entendido como quebra de qualquer tipo de impedimento que pudesse existir na implantação e liberalização da economia e abertura total ao setor privado (ADAM, 2006). Castel-Branco (2008) enfatizou que o PRE serviu para introduzir em Moçambique as reformas econômicas (1987-1991) com o objetivo de injetar a moeda externa e com esta reabilitar a economia produtiva que viesse ao encontro dos interesses internacionais. Nesse sentido, o programa não visou o desenvolvimento do país, longe disso, contribuiu para estagnar a crise econômica e dar início a um novo programa de atividade econômica para o mercado (CASTEL-BRANCO, 2008).

É nesse contexto que Francisco da Conceição (2015) sustentado em Macamo (2005) afirma que Moçambique se transformou a partir das mudanças constitucionais, políticas e econômicas em uma “invenção da comunidade internacional”. Moçambique expressa uma ebulição internacional (CONCEIÇÃO, 2015, p. 69). Com Joaquim Chissano na presidência da República, houve a implementação da segunda fase do pacote indicado pelo Banco Mundial e FMI no país abrindo as portas da economia e das riquezas naturais ao mercado internacional, com investimentos externos privados em larga escala e às cooperações bilaterais, multilaterais e trilaterais. Houve novas reformulações da legislação financeira, fiscal, comercial e outras, com a finalidade de atender aos investimentos privados, principalmente nas áreas da agroindústria, agricultura, turismo, pesca e mineração.

Para Cahen (2006, p. 128) os motivos que levaram Moçambique à grande recessão econômica e social não podem ser atribuídos somente à invasão pela África do Sul, pois a crise interna foi fortemente “provocada pela política da própria FRELIMO de negação das sociedades camponesas e africanas”. Reforçou dizendo que:

Na condição de historiador marxista, minha crítica ressalta o fato de que um país africano adotou o “marxismo-leninismo”, isto não quer dizer que o país seja “marxista-leninista”. Acreditar nisto é supervalorizar consideravelmente, o discurso político. Obviamente, um discurso político é muito importante, é estruturante. Mas temos que analisar as relações sociais, as relações da produção, a natureza social do Estado, o seu tipo de inserção na economia-mundo! Como já disse, aquele “marxismo” é uma forma de nacion(al)ismo encontrada pela FRELIMO, o que explica o seu abandono, em 1989, no 5º Congresso. E isso se passou em julho de 1989, antes da queda do muro de Berlim. A FRELIMO foi o primeiro Partido/Estado no mundo a abandonar, voluntariamente, o marxismo. Na altura, Joaquim Chissano, o segundo presidente de Moçambique, disse que “aquela questão do marxismo começava a trazer problemas à FRELIMO”. (CAHEN, 2006, p. 128).

O autor compreende que o abandono não caracterizou crise de identidade da FRELIMO, uma vez que sua identidade está intimamente ligada ao formato de Partido/Estado, ou melhor, de Partido-Nação e assinalou

que historicamente a FRELIMO foi se impondo como único, mesmo já em processo de abertura do sistema político do país:

Quem não faz parte da FRELIMO, não faz parte da nação. No 9º Congresso da FRELIMO, em 2004, já num contexto neoliberal, defendeu-se, nas teses apresentadas, que a capital é o protótipo da nação e que a FRELIMO é o partido da unidade nacional. Isso quer dizer que os partidos da oposição não fazem parte da nação. A FRELIMO unicamente é que é o partido que une a nação, isto é, que produz a nação, os outros são estrangeiros. (CAHEN, 2006, p. 128).

Já Célia Nunes (2000) argumenta que os países como Moçambique, que se propuseram uma economia com base socialista, ficaram presos às questões políticas; não conseguiram ultrapassar o próprio Estado e compreender as relações econômicas.

O problema não se situa tampouco nas revoluções. Localiza-se na construção de uma realidade diferente, e não da realidade que condenamos, sob outra aparência. Por detrás do aparente radicalismo exigido para a implantação de uma ordem socialista, escondia-se um processo de desenvolvimento baseado na lógica adotada pelas sociedades centrais para se desenvolver, com uma dificuldade suplementar: em condições piores. É por isso que não havia compreensão do econômico. (NUNES, 2000, p. 63).

Zaqueu (2014) expõe sobre essa fusão entre Estado-Partido-Governo-Nação em Moçambique pela FRELIMO. Para a autora, essa compreensão assumida pela FRELIMO como se tudo fosse a mesma coisa criou desde os anos 1970 conflitos e disputas com as autoridades tradicionais⁴³ e com os demais partidos políticos, especialmente, com a RENAMO sua principal oposição. Nesse sentido, o poder dos chefes tradicionais foi substituído pelos grupos dinamizadores para cada comunidade local. Inclusive a RENAMO utilizou-se desses artifícios para se beneficiar nas campanhas eleitorais (1994

⁴³ As autoridades tradicionais partem de uma tradição familiar, constituída por uma estrutura de linhagem. Sua legitimação tanto se dá pela sucessão dentro de uma mesma linhagem ou através de poder econômico, religioso, entre outros (ZAQUEU, 2014).

e 1999), principalmente nas zonas rurais para se fortalecer no processo além de buscar reforço e apoio para a continuidade da guerra.

No que concerne à virada da FRELIMO para o Ocidente, Francisco da Conceição (2015) amparado em Michel Cahen (2006) interpreta as metamorfoses políticas e ideológicas da FRELIMO. Para os autores a Frente/Partido experimentou quatro momentos que foram fundamentais em sua trajetória histórica: “(i) em 1962, quando da sua fundação, ela era claramente nacionalista; (ii) em 1968-69, (próximo ao II Congresso e a morte de Eduardo Mondlane) tornou-se nacionalista evolucionária; (iii) em 1975-77, mais particularmente a partir do III Congresso, transformou-se em Marxista-Leninista; e (iv) em 1989, no V Congresso, em nacional-liberal” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 64-65).

Cabe ressaltar que, a mudança ocorrida no sistema político moçambicano a partir da constituição de 1990 de monopartidarismo para multipartidarismo, as modificações acrescidas na política fiscal e a implantação da política econômica para o mercado, priorizando o setor privado, contribuíram com a expansão das relações capitalistas internacionais (investidores, financiadores e doadores) em Moçambique tanto dos países do Norte quanto do Sul, visto que, a burguesia política/econômica moçambicana se apadrinhava com os principais investimentos realizados no país (CONCEIÇÃO, 2015).

Com a adesão ao modelo capitalista de produção social atual nos anos 1980, Moçambique assume as particularidades da profunda e desigual expansão do capital de forma devastadora e destrutiva. Como relata Fontes (2010, p. 149), no período pós Segunda Guerra Mundial até os anos 1980, o mundo foi fortemente marcado por divisões que trouxeram modificações significativas na forma pela qual se constituía como “extensão e expansão do imperialismo”:

Por diferentes vias, o período pós-Segunda Guerra Mundial resultou numa gigantesca expansão do imperialismo, que, embora não exatamente idêntico à letra de Lenin, cabia plenamente no conceito por ele formulado. É sua própria expansão desordenada e desigual para países até então coloniais ou semicoloniais, assim como as formas específicas que precisou adotar a grande potência dominadora, os Estados Unidos, que nos impele a caracterizá-lo na atualidade como capital-imperialismo. (FONTES, 2010, p. 150-151).

A partir do momento histórico em que o imperialismo iniciou o processo de conversão denominado pela autora como capital-imperialismo, foi se expandindo e agregando novos contornos, que ultrapassam o crescimento industrial, pois as relações sociais capitalistas em sua expansão aprofundavam antigas desigualdades e produziam novas contradições. Chesnais (1997) denomina esse momento como a fase e a expressão da “mundialização do capital”, como o modo de funcionamento do capitalismo com o predomínio do capital financeiro e rentista, caracterizado como a fase do prolongamento direto do estágio do imperialismo.

Nessa dinâmica de intensas transformações no mundo pós Segunda Guerra Mundial, o capital-imperialismo, apoiado nas burguesias locais dos países imperialistas, nos organismos internacionais e no Estado, alastra-se e consolida grandes concentrações de capital nos países “periféricos”. Tal dinâmica vem se traduzindo em altos índices de exploração e expropriação de trabalhadores, subordinação e dependência econômica desses países ao domínio do grande capital, além do fortalecimento das suas raízes na vida social, econômica e cultural de cada nação.

Não se pode reduzir o capital-imperialismo à instância meramente econômica, pois envolve todo o conjunto da vida social. O epicentro do capital-imperialismo forjou uma expansão contraditória, tensa e impulsionadora da socialização da produção, capaz de se deslocar e de entrincheirar-se internamente em países que não compunham seu polo central. (FONTES, 2010, p. 209).

Para nós, então, o conceito de capital-imperialismo abrange com maior amplitude as relações sociais capitalistas; fundamenta e favorece a análise do que muitos autores denominam de “neoliberalismo” que nas palavras de Fontes (2010, p. 154; 212):

a categoria de neoliberalismo também continha um teor fortemente descritivo, aplicando-se a uma política, a uma ideologia e a práticas econômicas que reivindicavam abertamente o ultraliberalismo, porém com forte viés de denúncia. Tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior, considerado por muitos como “áureo” (keynesiano ou Estado de Bem-estar Social), o que reduz a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos, assim como apaga a discrepância que predominara entre a existência da população

trabalhadora nacional nos países imperialistas e nos demais. [...] O termo neoliberalismo recobre uma variedade muito grande de práticas, de políticas e de proposições, e arrisca-se a encobrir as características específicas do capital-imperialismo contemporâneo, admitindo proposições antineoliberais que se limitam a sugerir um retorno impossível ao “bom e velho” capitalismo industrial. Em outro viés, o termo acomoda mal as transformações ulteriores, como a terceira via ou o volume gigantesco de recursos públicos destinados a salvar bancos e empresas em todo o mundo, sobretudo a partir de 2008, levando a aposição de adjetivos suplementares.

Sob a mesma perspectiva teórica de Fontes, Coutinho (2005, p. 12) assinala que:

[...] um dos principais objetivos do neoliberalismo é transformar o conceito e a realidade prática da sociedade civil; com efeito, enquanto para Gramsci a sociedade civil é a principal arena de luta de classe nas sociedades ‘ocidentais’, como demonstram eficientemente os autores deste livro, os ideólogos da Terceira Via buscam transformá-la em algo pretensamente situado para além do Estado e do mercado, ou seja, num ‘terceiro setor’ que caracterizar-se-ia pelo voluntariado, pela filantropia e, sobretudo, pela redução das demandas sociais ao nível corporativo dos interesses particulares.

O conceito de sociedade civil foi ressignificado a partir do neoliberalismo, como ressaltamos acima, para a materialização do “processo de neoliberalização do mundo”. Em *Direita para o Social e Esquerda para o Capital, intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil* (NEVES et al., 2010, p. 72), os intelectuais envolvidos qualificam o quanto as intervenções, recomendações e financiamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) consolidam e ratificam essa perspectiva. Os autores utilizam o conceito de neoliberalismo de Terceira Via para mostrar que “[...] o Estado deixa de ser o responsável direto pela execução das políticas sociais repassando a responsabilidade para as organizações da sociedade civil, criando o conceito de ‘público não-estatal’, na passagem de um Estado de bem-estar social para uma sociedade de bem-estar social”. Nesse caso, destacam as ideias-chave da concepção de “Neoliberalismo de Terceira Via”: “palavras de ordem como ‘cidadania’,

‘empreendedorismo’, ‘colaboração’ e ‘responsabilidade social’” (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 71; 78).

Esses elementos teóricos são fundamentais para distinguirmos as relações entre Brasil-Moçambique-capital-imperialismo e, neles, os aspectos educacionais e políticos dos aparelhos privados de hegemonia (APH) empresariais em Moçambique. O projeto pedagógico implantado pode ser denominado como “nova pedagogia da hegemonia”, segundo Neves (2005). A situação da política educacional em curso no Brasil

[...] atua no sentido de restringir o nível de consciência política coletiva dos organismos da classe trabalhadora que ainda atuam no nível ético-político para o nível econômico-corporativo. Mais precisamente, a nova pedagogia estimula a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, à classe trabalhadora a realização da grande política da conservação. (NEVES, 2005, p. 34-35).

A nova pedagogia da hegemonia tem como principal característica garantir que a dominação de classe seja efetivada por meio de processos e projetos educativos. Para Neves e Martins, trata-se de uma “[...] intensa mudança de concepções e práticas ordenadas pela ‘repolitização da política’, envolvendo todo o tecido social” (NEVES; MARTINS, 2010, p. 24).

Dessa forma, consideramos a importância dos aparelhos privados de hegemonia para a expansão do capital internacional em Moçambique, principalmente porque garantem posições e estratégias no Estado que amortecem as lutas de classe, produzindo o consenso em torno do projeto hegemônico da burguesia moçambicana totalmente dependente das burguesias e do capital estrangeiros. Ana S. Garcia, em sua tese de doutorado, ressalta que as relações de dominação do imperialismo “ultrapassa a noção tradicional de dominação norte-sul” (GARCIA, 2012, p. 224), assim como não existe “uma relação típica de coerção indireta entre nações ricas e pobres”. As compulsões são econômicas, impostas “pelos mercados” (GARCIA, 2012, p. 219).

Os estudos de Garcia, fundamentados em Gramsci e Poulantzas, ressaltam que a organização dos interesses entre os blocos dos que dominam e os dos que são dominados, por serem contraditórios, depende da eficiência do Estado capitalista para organizar os interesses da burguesia e desorganizar os das camadas subalternas, de modo que:

[...] são funções concomitantes e interdependentes, que só podem ser realizadas, de forma eficiente, pelo

Estado capitalista. Este adota medidas materiais de importância significativa para as massas populares. Compromissos materiais são indispensáveis para manter o consenso em torno dos interesses de longo prazo do bloco hegemônico. (GARCIA, 2012, p. 176).

O Estado capitalista, assim, é um estado em movimento, de forma que as tensões existentes em seus aparelhos não “alteram a estrutura do poder” nem mesmo a materialidade de sua existência. De acordo com Garcia (2012, p. 199), com base em Gramsci, a classe dominante hegemônica é constituída dentro do Estado. No entanto, é no interior da sociedade civil que ela se forma e se sustenta, por isso, a concepção gramsciana de “estado ampliado”. Ainda citando Gramsci, a autora comenta que

[...] o Estado se torna o reflexo desses interesses particulares, apresentados como universais: “a vida do Estado é o contínuo processo de formação e suplantação do equilíbrio instável (no plano jurídico) entre o interesse do grupo fundamental e aqueles dos grupos subordinados – equilíbrio no qual os interesses do grupo dominante prevalecem, mas somente até certo ponto, i.e., limitando-se para que não cheguem a interesses estritamente econômicos corporativos”. (GARCIA, 2012, p. 199).

É no campo da produção do consenso que a classe dominante efetiva as suas ideologias em uma sociedade. Quando ela perde a coesão das classes subalternas em torno do seu projeto hegemônico, utiliza-se da dominação pela força coercitiva para, novamente, ter o controle. Estado e sociedade civil são faces que se complementam – e precisam ser pensadas como responsáveis pela manutenção da classe dominante, por meio do controle e da capacidade que têm de amortecer as lutas dos vários segmentos da classe trabalhadora (GARCIA, 2012).

No entanto, Mendonça (2014), na discussão sobre o Estado em Gramsci, problematiza outras concepções, até mesmo da ótica marxista, que consideram o Estado como uma organização que representa os interesses somente de uma classe ou uma fração de classe. Para ela, o Estado em Gramsci é uma “[...] expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria.” (MENDONÇA, 2014, p. 34). A autora entende que o Estado é um organismo muito mais amplo e complexo – concebe o conjunto de ações e representações da sociedade política e da

sociedade civil, derivando, assim, o que Gramsci conceitua de “Estado Integral”, ou “Estado Ampliado” (MENDONÇA, 2014).

A compreensão de Estado para Marx, segundo Boron (2006), como “realmente existente”, evidencia que sua universalidade é uma mera ilusão e que o Estado burguês está a serviço dos interesses econômicos particulares da classe burguesa. Em Marx, a sociedade civil “corresponde ao nível onde se dá ‘as relações dos detentores de mercadorias’, ‘as relações materiais de vida’, corresponde ao modo burguês/capitalista de produção”. Desse modo, Marx, comprova o caráter classista do Estado e destaca que em Hegel “a relação ‘Estado x sociedade civil’ aparece invertida”, isto é, o Estado surge como o sujeito da sociedade civil. Diante disso, Marx percebe a necessidade de analisar radicalmente a anatomia da sociedade civil, ou seja, de encontrar os vínculos estruturais entre economia (sociedade civil) e política (Estado) (BORON, 2006, p.300).

Wood (2003) observa que para compreender o desenvolvimento do capitalismo é preciso analisar como as relações de propriedade, de classe e as funções de apropriação e de distribuição de excedentes separam-se do Estado. É importante compreender esta diferenciação (estrutural) entre o poder de classe e o poder de Estado porque ela assume um grau inédito no capitalismo: “a característica ímpar do desenvolvimento ocidental é ser ele marcado pelas primeiras e mais completas transferências de poder político para a propriedade privada” (WOOD, 2003, p. 41).

Pelo que foi apresentado e discutido nesse subtítulo, consideramos que o posicionamento do Estado moçambicano de aderir ao pacote de reestruturação econômica recomendada pelo BM e FMI na década de 1980, foi consequência de um processo histórico vivenciado por Moçambique, como um país colonizado por Portugal, seguido pela guerra de descolonização seguida pela intensa e sangrenta guerra civil. No caso moçambicano a entrada dos Organismos Internacionais, em especial, do Banco Mundial e do FMI além dos países imperialistas com a preocupação de conter as experiências implementadas de natureza socialista que contrapunha aos ideais do próprio capitalismo em expansão.

Refletimos que a adesão ao pacote de ajuste que o país teve que assumir como seu não foi um processo apenas no campo econômico, pois de acordo com Fontes (2014) não é possível separar o econômico do resto da existência humana, assim como não é exequível pensar um projeto político apenas transferido ou assumido como uma tarefa a ser executada, uma vez que, os embates, os enfrentamentos, as contradições e as lutas permeiam este processo. Como veremos adiante em Moçambique, a formulação e a

implementação do projeto capitalista demandaram e possibilitaram da e na constituição de um pequeno grupo considerado até então de elite moçambicana para formar-se enquanto burguesia que, aliás, nasceria dependente das alianças com a burguesia internacional.

3.2. O CAPITAL-IMPERIALISMO E A CONSTITUIÇÃO DA BURGUESIA MOÇAMBICANA

Neste subcapítulo, focalizamos a análise na busca de compreender como o capital-imperialismo e seus aparelhos privados de hegemonia (APH) constroem a sua base na formação de quadros da burguesia moçambicana. Temos que os setores dominantes brasileiros acoplados às burguesias dos países do Norte estão implementando projetos de formação em Moçambique com foco no empresariado local. Um dos modos pelo qual ocorre a implantação desses projetos é por meio dos aparelhos privados de hegemonia (APH) empresariais. Indagamos: Quais são o papel e os interesses das burguesias, tanto dos BRICS quanto dos países do norte, na formação da burguesia moçambicana que, até nos dias atuais, está ancorada nas burguesias internacionais?

Fontes (2014), amparada em Gramsci, define a função dos APH como terreno de organização e de luta para a dominação de classes e mostra que o termo abarca sociedade civil e Estado:

O conceito gramsciano de sociedade civil e as condições nas quais Gramsci refunda integralmente essa categoria. Em Gramsci, a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. (FONTES, 2010, p. 216).

A sociedade capitalista é permeada de contradições. Em seu interior há lutas, embates e enfrentamentos diretos de classes, com intensas lutas sociais. É nesse campo de contradições que estão os APH burgueses assim como os movimentos sociais e as organizações ligadas à luta dos trabalhadores. A expansão do capitalismo em uma sociedade carrega em si a totalidade socioeconômica que envolve todos os aspectos da vida humana

(FONTES, 2010). A tese de doutorado de Flávio Henrique C. Casemiro, defendida na Universidade Federal Fluminense em 2016, contribui com nosso estudo, pois aprofunda e amplia a discussão sobre o conjunto dos APH da burguesia brasileira e os caracteriza como “formuladores de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado”, representando uma “atualização dos mecanismos de dominação de classe no Brasil” (CASIMIRO, 2016, p. 24). Consequentemente, esse modelo, nas últimas décadas, se expandiu para outros países, principalmente para África e América Latina.

Partindo dessa concepção de Estado e sociedade civil, adentramos no debate sobre as estratégias do capital de ampliar a sua exploração e superexploração por todas as partes do globo terrestre, utilizando-se de atualizações do seu modo destrutivo. São funções educadoras dos APH a produção de consenso, a difusão de concepção de mundo e o disciplinamento acerca do projeto hegemônico de dominação do capital. Casimiro (2016, p. 28) define os aparelhos privados de hegemonia como:

Organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, dialeticamente, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social e que, por sua vez ampliam o Estado.

Quando nos referimos a Moçambique e à possível formação de sua burguesia, estamos trabalhando com todas as formas de constituição de um grupo dominante, de uma elite, que se une às burguesias de outros países, inclusive a brasileira, para executar seus projetos de dominação, expropriação e de acumulação de riquezas, mesmo que subalternamente, em relação ao grande capital. Como se constitui essa burguesia? Quais são as suas estratégias para garantir a dominação? Nosso estudo vai na direção de que a constituição e a organização da burguesia como classe em Moçambique, com estrutura de dominação de classe e de acumulação de riquezas, se encontram arraigadas no interior do Estado. É difícil não identificar o aparelhamento entre burguesia e Estado.

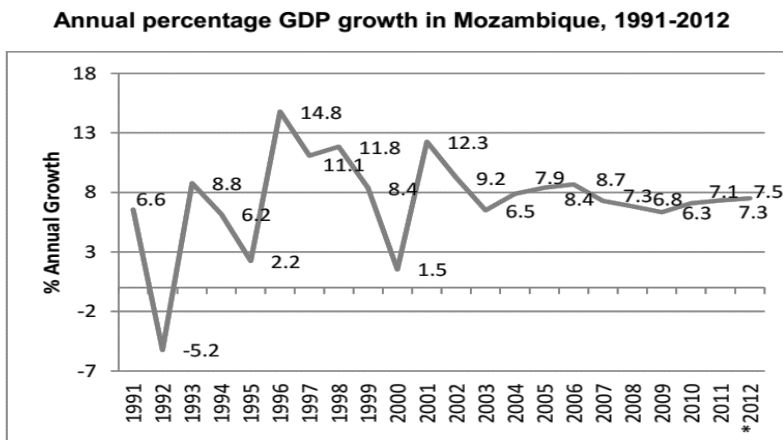
Também vale ressaltar que, em Moçambique, o processo da constituição de uma burguesia vai tomando corpo por meio das frações burguesas com características singulares, interesses, disputas, conflitos e lutas intraclasse que demarcam suas posições na pirâmide do poder e da dominação. No entanto, Casimiro (2016, p. 39) assinala que, embora os

grupos tenham divergências e conflitos palpáveis no interior das frações burguesas, vale dizer que:

[...] essas divergências e conflitos são abarcados e diluídos no conjunto dessas formas de organização, no sentido de garantia do essencial da dominação, ou seja, nos mecanismos de atualização das expropriações sociais e nas estratégias de acumulação de capital.

Vale destacar que em Moçambique, cuja história foi calcada no colonialismo português por longos séculos, passando, pós-independência, por uma rápida experiência de economia socialista (1975-1985), que deu ao país características muito particulares, como por exemplo, a revolução da terra como herança para o povo moçambicano e, por fim, a abertura e o ingresso à economia capitalista. Em pouco mais de 30 anos de adesão já visualizamos o aprofundamento da superexploração e expropriação, a desigualdade social e o aumento da pobreza. Exemplo disso é quando vemos o aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que indica mais exploração, expropriação e concentração de riquezas, bem como da força de trabalho do povo moçambicano, embora o discurso do governo e dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM) identifiquem o crescimento econômico como expressão de desenvolvimento do país e altamente positivo. O texto de qualificação da tese de Acciolly (2016) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostra a análise realizada pelos organismos internacionais a partir dos dados do PIB entre 1991 e 2012.

Quadro 15: Percentagem Anual de Crescimento do PIB em Moçambique, 1991-2012.

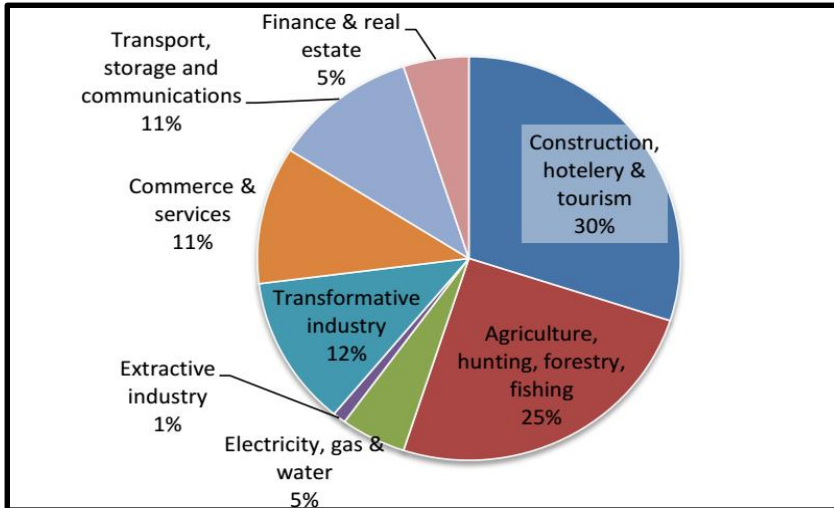


Fonte: INNY ACCIOLLY, 2016, p. 19.

O estudo de Acciolly (2016), com base nos dados de 2012 fornecidos pela OCDE (2013), demonstra que o PIB do país é mesclado entre o setor da agricultura, com 25% (em se tratando do PIB do primeiro trimestre de 2012) e de serviços, com 30%. Os outros 45% são divididos entre indústria de transformação, com 12%, comércio, com 11%, transporte e comunicações, com 11%, finanças e imobiliário, com 5%, eletricidade e outros, com 5% e indústria extrativa, com 1%. Embora o setor extrativista seja alvo de investimentos dos megaprojetos internacionais, ele não é significativo em relação ao PIB do país, como visualizamos no quadro abaixo:

Quadro 16: Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique em 2012.

Mozambique GDP Composition, 2012 (Quarter 1)



Fonte: INNY ACCIOLLY, 2016, p. 19.

A autora traz uma citação do documento da OCDE de 2013 que nos ajuda nessa discussão:

Embora o sector mineiro (particularmente alumínio) contribua para a grande maioria das receitas de exportação e também concentre a maior parte dos fluxos de IED (investimento estrangeiro direto), ele contribui com uma parcela muito pequena do PIB (apenas 1% em relação a 2010-2012).

Este contraste sugere que, ao contrário dos setores da agricultura e de serviços, as receitas da indústria de mineração não são suficientemente espalhadas pela economia e, portanto, não contribuem substancialmente para o crescimento do PIB. (OECD, 2013 apud ACCIOLLY, 2018, p.19).

Esses dados são expostos com o propósito de observarmos que o aumento ou não do PIB não é sinônimo de socialização das riquezas, pois esse crescimento não é expresso em melhoria das condições de vida do povo moçambicano. O autor Wuyts, em artigo publicado no livro “Desafios para Moçambique”, em 2016, do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos

(IESE) expressa que o país viveu uma experiência entre 2008 e 2010 que exemplifica essa situação.

De acordo com o autor, embora o país tenha mostrado significativas taxas de crescimento, assistiu-se a intensas manifestações de insatisfação da população urbana, resultantes do aumento dos preços dos alimentos, principalmente do pão, e altas taxas inflacionárias, não só dos alimentos, mas do combustível e de outros itens. Isso significa muito mais que um aumento (inflacionário) nos “preços de bens de primeira necessidade”, sobretudo os produtos alimentares, pois afeta drasticamente a vida dos trabalhadores, prejudicando, além da forma de vida, a maneira pela qual trabalham (WUYTS, 2016, p. 105).

Essas questões refletem o caminho pelo qual o país tem procurado solucionar seus problemas estruturais e de desenvolvimento de sua economia. Castel-Branco (2016a), ao analisar o Plano Quinquenal do Governo 2015-2019, assevera que os destaques no plano são os setores da agricultura e da industrialização. O plano atribui-lhes o papel de alavancar a modernização e a diversificação da economia do país, dando abertura e incentivos fiscais ao capital internacional de maneira drástica, aprofundando ainda mais a entrada de capital externo com os megaprojetos.

O autor avalia a situação de Moçambique no período colonial, quando a burguesia era composta por uma maioria de portugueses. Após a independência, o processo ocorrido no país foi o de estatizar as indústrias, forçando o grupo dominante de brancos a retornar a Portugal ou ao seu país de origem. Os anos 1980 foram de crise, devido à pressão externa, que obrigava o país às condicionalidades impostas pelo programa de ajuste econômico estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, dando prioridade à privatização e à liberalização da economia capitalista.

Nesse período, o país via-se sob a pressão de seus credores, nesse caso, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, para o pagamento das dívidas externas. No entanto, as condições não existiam, uma vez que o país era o de menor renda *per capita* do mundo. De acordo com Nunes (2000, p. 300):

Em 1983, o Clube de Paris concedeu o perdão da dívida de Moçambique, movido mais por não ver possibilidades reais de pagamento do que sensibilizado por uma política de reconstrução do país. Em 1987, o governo elaborou o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), em conformidade com o Programa de Ajustamento Estrutural do FMI-Banco Mundial, que preconizava a liberação dos preços, a supressão

dos subsídios, o incentivo à participação do capital privado, a compressão de salários, o abandono da economia planificada e de direção centralizada pelo Estado em benefício da economia de mercado e a diminuição do investimento do Estado na produção e no domínio social.

A autora salienta que a FRELIMO, à frente do país, buscou nesse momento dialogar com a RENAMO, na busca de construção da paz, além de abandonar o marxismo-leninismo como seu maior fundamento e filosofia de luta como partido de vanguarda. Também houve modificações na Constituição do país, inserindo nela a liberdade de imprensa e partidária, e manifestando-se a favor da abertura da economia de mercado, abandonando assim, oficialmente, o modelo de economia planificada.

Castel-Branco (2016a) entende que o que ocorreu em Moçambique não foi, logo de início, o ingresso direto aos processos de acumulação capitalista, mas a continuação do processo já iniciado com a colonização, só que, agora, com o objetivo de tornar nacional, ou seja, que resultasse em formação de classes capitalistas nacionais, com total incentivo e apoio do Estado e do partido FRELIMO. O autor cita um dos discursos de Armando Guebuza – então presidente do país, que defendia essa lógica de formar as próprias classes capitalistas, unindo formação e capital. Ao pensar na formação dessas novas classes, o partido e o Estado foram os financiadores desse projeto, uma vez que se tratou de um grupo fortemente ligado às propostas implementadas pelo Estado e à FRELIMO. A constituição da burguesia se fortalecia ao mesmo tempo em que ligava-se às burguesias internacionais e a privatização das empresas.

Na concepção de Castel-Branco, o presidente Armando Guebuza, na luta pela formação de uma burguesia moçambicana fortemente alimentada pelo Estado, argumentava que a libertação só se concretizaria, de fato, ao fortalecer esse grupo da burguesia capitalista negra e do próprio país. Para isso, o presidente apostava que, ao expropriar o Estado de seu controle sobre as riquezas naturais, as empresas, as capacidades técnicas e profissionais qualificados, ele estaria fomentando e legitimando o projeto de uma burguesia moçambicana, com interesses voltados ao país (CASTELBRANCO, 2016a).

É notável que, nesse período histórico, com Armando Guebuza como presidente da República, surgiu uma burguesia totalmente dependente da expropriação do próprio Estado, ou seja, a burguesia foi se constituindo por dentro do Estado, expropriando-o e ao mesmo tempo, dependente do capital

internacional. Inclusive para Nunes (2000), as famílias e os grupos da ‘elite’ importante do país começaram aí a dividir, entre si, o aparelho de Estado.

Nesse momento o país se abriu à burguesia sul-africana e ao seu capital que, a essa altura, já tinha seus processos de expansão, exploração e expropriação de capitais avançados, além de contar com trabalhadores mais qualificados, comparativamente aos demais países da região, articulada, propiciando a dominação em outros países africanos como Moçambique, Tanzânia, Quênia, entre outros, tornando-se o principal investidor comercial desses países, inclusive com grande interesse em suas riquezas. Castel-Branco (2016a, p. 156) faz alusão ao discurso de Armando Guebuza: “se não é possível evitar o capitalismo multinacional, junte-te a ele; se a recolonização econômica é a conclusão lógica e inevitável da globalização, torna-te parte dela”. O autor ressalta que as classes burguesas emergentes de Moçambique beneficiaram-se de três diferentes processos de expropriação do Estado:

Primeiro, a transferência maciça e subsidiada de empresas e ações do Estado para elites políticas e econômicas nacionais, que basicamente criou uma classe não produtiva de proprietários de ativos obsoletos, sem capital nem experiência industrial e de gestão. Os interesses destes grupos foram, então, desafiados e ameaçados pela penetração de Investimento Direto Externo (IDE) em setores oligopolistas ou com base em recursos e pela expansão da liberalização do comércio com o mundo, em especial com a África do Sul. A resposta estratégica do Estado a esses desafios foi o lançamento da segunda onda de expropriação do Estado, de modo a maximizar os influxos de capital externo e a garantir a absorção de uma parte dos lucros desses influxos de capital por facções das classes capitalistas nacionais emergentes. Para manter as altas expectativas dos investidores e financiar, diretamente, empresas privadas domésticas, o Governo organizou a terceira onda de expropriação do Estado, o endividamento público, aproveitando a larga margem de endividamento criada por duas décadas e meia de sucessivos programas de estabilização econômica com o FMI. (CASTELBRANCO, 2016a, p. 160-161).

O autor chama-nos a atenção para a estratégia do governo Guebuza em se unir e se tornar ainda mais dependente do capital internacional, ao

chamar as grandes corporações empresariais, com seus megaprojetos, para se instalarem em Moçambique. Os anos 1990 e os anos 2000 foram marcados significativamente por uma diminuição das pequenas e médias empresas nacionais ou elas foram incorporadas em outros setores da economia. Ao mesmo tempo, houve um crescimento significativo no setor dos megaprojetos internacionais, principalmente os relacionados à indústria extrativa e ao setor agrário, como o agronegócio, especialmente o Agro-Brasil como modelo de desenvolvimento agrário. Observamos que a burguesia moçambicana foi se formando de maneira subordinada às burguesias internacionais, sobretudo da África do Sul, e assegurada pelo Estado.

Também a África do Sul é submissa ao capital internacional. Porém, nessa região da África – a Austral, ela está em melhor situação econômica e de modernização. Contudo, carrega em si os mesmos problemas que caracterizam uma sociedade capitalista, como Nunes (2000, p. 302) afirma:

Na relação com o sistema-mundo, ela (África do Sul) ocupa o lugar de um país semiperiférico e luta por um lugar mais favorável. Os raros setores do capitalismo sul-africano que podem se beneficiar das exigências atuais do sistema deverão aceitar incondicionalmente as regras do capital internacional, e não será em benefício de uma cooperação regional que eles se absterão de fazê-lo.

Os países ainda mais pobres e subalternos como Moçambique, mesmo aceitando os ditames do capital, são considerados, pela análise da autora, como “reservas para o capital de ponta”, em se tratando dos interesses das riquezas naturais e biológicas, da biodiversidade que esses países possuem em grande escala. É característica própria do capitalismo tornar esses países seus dependentes, condicionados às suas políticas como a “cultura da paz, da democracia e do mercado livre”. Não há nenhum interesse de modernização dessas sociedades subalternas (NUNES, 2000, p. 304).

A discussão de Fontes (2014, p. 70) vai na direção de que, quanto mais se expande o capitalismo, maior é o grau de destruição da vida humana, com a mercantilização da existência – formar o ser social no e para o mercado. Ao analisar a expansão das relações sociais capitalistas em Moçambique, verificamos o drama da fome, do desemprego, da guerra, da seca, conflitos de terras, da falta de formação e qualificação profissional. A entrevista de

Vicente Adriano, concedida ao IHU On-line⁴⁴ em março de 2015, explicita que a chegada dos grandes investimentos em Moçambique como, por exemplo, a agricultura em grande escala para exportação, apresentada e incentivada pelo governo como alternativa para combater a insegurança alimentar e nutricional da população, é totalmente ardilosa, visto que as províncias do norte, Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia – que possuem terras férteis e grande concentração de rios – eleitas para desenvolver os grandes corredores de desenvolvimento do país para o agronegócio, têm os dados ainda maiores de desnutrição que ultrapassam 50% das crianças (*in*: IHU-UNISINOS, 2015). É nesse sentido que contrapomos a inserção de Moçambique no contexto do capitalismo mundial e a abertura do país ao grande capital.

Um fator que chamou a atenção de Nunes (2000, p. 301) foi a presença massiva das Organizações Não Governamentais (ONGs) estrangeiras, justamente nesse forte período de crise e instabilidade econômica e social do país a partir da década de 1980. Dada a dificuldade do Estado em gerir as políticas governamentais, as ONGs se apresentaram como propulsoras, contribuindo com o Estado por meio dos projetos nas diversas áreas (proteção social, comércio, pesquisa, desenvolvimento comunitário, agricultura, etc.) e gerindo os investimentos de doadores estrangeiros, porém, com a condição de serem eles – os doadores – os definidores dos investimentos, criando assim um “mercado de doações”.

A interessante análise de Casimiro (2016) nos ajuda a entender o papel das ONGs, ou melhor, dos APH em Moçambique quando o autor trata do papel dos aparelhos privados de hegemonia no contexto brasileiro dos anos 1980 e 1990. Ele atenta para a importância que tiveram essas instituições – ONGs (Organizações Não Governamentais) e FASFIL (Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos) – no processo de articulação e organização da própria classe burguesa no Brasil (nova direita): a humanização do capitalismo, uma vez que a direita estrategicamente ressignifica a função do Estado como responsável pelo desenvolvimento e implantação das políticas sociais como uma nova forma de dominação (CASIMIRO, 2016).

⁴⁴ Entrevista especial concedida ao IHU On-Line com o tema “A recolonização de Moçambique pelas mãos do agronegócio” (*in*: IHU-UNISINOS, 2015). Nesse período da entrevista o entrevistado coordenava a área de advocacia, comunicação e cooperação da União Nacional dos Camponeses (UNAC) de Moçambique e era membro da Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU).

Fontes (2010) assinala que os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) assim denominados por Gramsci no contexto da situação italiana já percebera a estreita relação destes aparelhos com o Estado que amplia a função educadora do Estado abrangendo todas as dimensões da sociabilidade por meio de práticas coercitivas, persuasivas e de convencimento no intuito de moldar o indivíduo adaptável para o modelo de produção capitalista existente e em expansão.

No caso de Moçambique, as ONGs, financiadas por diferentes países e instituições internacionais, solidificaram seus projetos de atuação nas diversas áreas como a HIV/SIDA, luta contra a pobreza, educação, saúde, meio ambiente, agricultura, governança, empresarial, dentre outras. Dois estudos elaborados em Moçambique sobre as Organizações da Sociedade Civil (OSC), um de Janaina Homerin (2005) realizado para a Embaixada da França e o outro da União Europeia (2015), mostraram a diversidade de organizações inseridas no país. Ressaltaram os campos de atuação, a conexão ou não com o Estado e o diálogo entre elas de acordo com seus interesses comuns. No entanto, entendemos que, mesmo estas instituições que se dizem autônomas em sua atuação, estão entrelaçadas com o Estado.

Antes de tudo, vale demarcar que compreenderemos a sociedade civil organizada moçambicana a partir do que a historiadora Virgínia Fontes bem nos lembra de que, sociedade civil é “arena de luta de classes e, portanto, do embate entre aparelhos privados de hegemonia e de contra hegemonia no sentido do convencimento, da formação, da educação de quadros, de sua organização segundo objetivos e projetos de classe contrapostos” (FONTES, 2010, p. 291).

Janaína Homerin no estudo *As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: actores em movimento*, da Embaixada francesa denominou de atores não estatais (ANE) o conjunto das Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Comunitárias e Base (OCB), Congregações Religiosas, as Associações Econômicas, os Sindicatos e os Agentes Econômicos do Sector Privado. Segundo a autora o objetivo da Embaixada com o estudo foi de obter uma visão geral da ação dessas organizações em Moçambique e, ao mesmo tempo, contribuir com o país na busca de alternativas para uma boa governação, especialmente na elaboração de políticas públicas, uma vez que Moçambique insere-se como país parceiro de cooperação (HOMERIN, 2005).

O estudo mostrou que as organizações da sociedade civil estão intrinsecamente ligadas ao setor privado e aos países de cooperação e desempenham um papel determinante perante ou junto ao Estado,

principalmente em relação à legislação comercial, desenvolvimento econômico, em destaque para a difusão de ideais embutidos nos conceitos de “boa governação” e “democratização”, sobretudo, com a participação ativa na elaboração e implementação de políticas de redução da pobreza, de educação, saúde, agricultura, gênero/diversidade, e outras (HOMERIN, 2005).

O estudo elaborado pela União Europeia (UE)⁴⁵ apresentou o crescimento das Instituições nacionais e internacionais (ONG, Fundações, Associações, Movimentos Sociais) – denominadas Organizações da Sociedade Civil em Moçambique a partir dos anos 2000. Este documento nomeia as OSCs como “atores políticos fulcrais, cujo envolvimento no diálogo sobre políticas e na preparação, execução, seguimento e controle de estratégias nacionais é fundamental para dar suporte a um desenvolvimento democrático” (UNIÃO EUROPEIA, 2015, p. 23). Nesse sentido, o estudo de mapeamento ocupou um espaço importante no período da formulação do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e do orçamento para as organizações não estatais designados para os anos 2015-2017 em Moçambique. As principais áreas do FED foram da boa governação e desenvolvimento agrário. O estudo abrangeu todas as províncias, no entanto, teve enfoque maior nas regiões/províncias que foram eleitas como prioritárias, que são os corredores de desenvolvimento presentes no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) – 2010-2019, elaborado pelo Ministério da Agricultura, isto é, as províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado (UNIÃO EUROPEIA, 2015, p. 23). A União Europeia conceitua as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) como:

Estruturas não estatais, sem fins lucrativos, imparciais e não violentas no quadro das quais as pessoas se organizam para prosseguir objetivos e ideais comuns, independentemente de serem políticos, culturais, sociais ou econômicos. Funcionando à escala local, nacional, regional ou internacional, incluem organizações urbanas e rurais, formais e informais. A UE atribui importância à diversidade e às

⁴⁵ Lembrando que a União Europeia é formada pelos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

especificidades das OSC; dialoga com organizações responsáveis e transparentes que partilham o seu empenho no progresso social e nos valores fundamentais da paz, da liberdade, da igualdade dos direitos e da dignidade humana. Incluem as OSC baseadas na adesão, na defesa de uma causa e na prestação de um serviço, entre as quais as organizações locais, as organizações não-governamentais, as organizações confessionais, as fundações, os centros de investigação, as organizações de defesa da igualdade de gênero e de defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), as cooperativas, as associações profissionais e comerciais e os meios da comunicação social sem fins lucrativos. Os sindicatos e as organizações patronais (“os parceiros sociais”) constituem uma categoria específica de OSC. (UNIÃO EUROPEIA, 2015, p. 46).

Este documento deixa claro as congruências entre sociedade civil e setor privado, onde os interesses se misturam. Mostra os tipos de OSC moçambicanas. No caso moçambicano a sociedade civil se apresenta em vários segmentos com papéis distintos e ao mesmo tempo complementares (político, econômico, religioso, social, sem fins lucrativos). Existem organizações ligadas a setores de pesquisa, comércio, advocacia, profissional como os sindicatos, religiosa, social, educacional, saúde e outras, podendo ser local, regional, nacional e internacional com uma estrutura organizativa estabelecida e reconhecida juridicamente pelo Estado moçambicano (UNIÃO EUROPEIA, 2015). Destacamos a peculiar e forte penetração estrangeira direta na sociedade civil e, por extensão no Estado de Moçambique.

As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique se identificam de acordo com os seus interesses. As religiosas ligadas às igrejas católica, mulçumana, protestante de caráter filantrópico estão inseridas principalmente em atividades relacionadas à educação (creches, ensino básico, técnico-profissional) e proteção social. As organizações de defesa e interesses comuns como as profissionais, comercial, sindicatos e as Comunitárias de Base e movimentos que engloba as diversas bandeiras de luta como: camponeses, água, recursos naturais, saúde, desenvolvimento, direitos humanos, dentre outros (UNIÃO EUROPEIA, 2015).

As OSCs trabalham dentro de um marco legal aprovado pela Lei 8/91 de 18 de julho de 1991 que estabelece o processo de reconhecimento e registro de todos os princípios, direitos e deveres competentes às instituições.

Estão filiadas no Ministério da Justiça. Em 2004 foi realizado o primeiro Censo das Instituições Sem Fins Lucrativos (CINSFLU) pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que chegou à conclusão de que o país possuía nesse período um total de 4.853 associações formalmente reconhecidas. Na década posterior o censo de 2014 mostrou que as OSCs cresceram de forma significativa com forte incentivo para abertura ou acolhida de organizações internacionais pelo aparelho de Estado quanto pelos parceiros e doadores internacionais (UNIÃO EUROPEIA, 2015).

Anterior a 1980 já havia instituições sem fins lucrativos reconhecidas e algumas criadas pelo próprio Partido FRELIMO após a independência, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), criada em 1973, a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), criada em 1977 e a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), de 1983 – Central Sindical. Estas organizações foram consolidadas pelo aparato do Estado, filiação ao Partido além das doações por parte dos países doadores.

A União Europeia através do estudo evidenciou que as OSCs se formatam por camadas e são constituídas distintamente, algumas são da “elite” representativa moçambicana, por exemplo, as Organizações de Pesquisa e Advocacia (OPA) até chegar aos movimentos e organizações de base comunitária. Assim como as OPAS, cita também o Centro de Integridade Pública (CIP), o Grupo Moçambicano de Dívida (GMD), a Associação Comercial de Moçambique (ACM), a Confederação das Associações Econômicas (CTA), Associação Bancária, e fundações como a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC)⁴⁶ dirigida por Graça Machel, ex-primeira dama e esposa de Samora Machel, Fundação Joaquim Chissano⁴⁷ do ex-Presidente da República. São, inclusive ressaltadas como de forte impacto na sociedade moçambicana e internacional por promover pesquisas e acompanhamento além de focar em questões de interesses, principalmente políticos e econômicos, tais como a indústria extrativa, mineração, proteção social, pobreza, corrupção (UNIÃO EUROPEIA, 2015).

⁴⁶ A Fundação mantém acordos de cooperação com a Fundação Melinda e Bill Gates, redes das fundações lusófonas, e com empresas internacionais de grande porte como: Coca Cola, Cervejas de Moçambique, dentre outras.

⁴⁷ A Fundação foi criada em 2005 pelo então Presidente da República – Joaquim Chissano – como uma organização privada, sem fins lucrativos. Para Chissano a organização se dedicaria a promoção da paz, do desenvolvimento tanto econômico quanto cultural de Moçambique.

O Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), o Observatório do Meio Rural (OMR), o Centro de Aprendizagem e Capacitação das Organizações da Sociedade Civil (CESC), Centro Terra Viva (CTV), Fórum Mulher, Justiça Ambiental (JÁ!), Kukumbi, Liga dos Direitos Humanos (LDH), LIVANINGO, e Women and Law in Southern África (WLSA), foram denominadas de produtoras de conhecimentos e pesquisa. Outras, foram categorizadas como prestadoras de serviços, monitoria, advocacia e pesquisa como a Liga dos Direitos Humanos (LDH), a Pressão Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), a União Nacional dos Camponeses (UNAC) e a Organização de Ajuda Mútua (ORAM) (UNIAO EUROPEIA, 2015).

No campo educacional o Movimento Educação para Todos (MEPT) integra algumas organizações internacionais como a IBIS/Moçambique que é uma ONG dinamarquesa, Governance and Development Institute (GDI) de caráter sem fins lucrativos e a Fundação MASC – de apoio à sociedade civil moçambicana, financiada pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), cooperação Irlandesa e Usaid. Do mesmo modo, as nacionais como a ONG – Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), dentre outras. Estas organizações estão intrinsecamente imbricadas ao Ministério da Educação em efetiva inserção na elaboração e implementação de políticas educacionais (UNIAO EUROPEIA, 2015), impondo formatos ao Estado.

No entanto, com o passar do tempo, algumas, foram assumindo uma identidade nacionalizada de maneira estratégica para legitimar o diálogo e a participação na elaboração e implementação de políticas nos diversos setores como, agricultura, educação e saúde (UNIAO EUROPEIA, 2015).

Observa-se que Moçambique tornou-se um celeiro de ONGs e instituições sem fins lucrativos internacionais financiadas pelos países de origem e organismos bilaterais e multilaterais podendo citar, CONCERN Universal⁴⁸, ESSOR de origem francesa e desenvolvem atividades em Moçambique e no Brasil, especialmente na área de formação profissional junto ao “Sistema S” brasileiro e ao Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) moçambicano, Handicap Internacional, com sede na França e é uma organização Sem Fins Lucrativos, a canadense

⁴⁸ A Concern Universal Moçambique é uma ONG sediada na Inglaterra. Chegou a Moçambique em 1996 e desenvolve atividades na área de desenvolvimento local integrado e assistência humanitária, presente nas províncias de Niassa, Maputo, Zambézia, Cabo Delgado, Sofala e Nampula. Disponível em: <http://www.concern-universal.org.mz/index.php/en/sobre-nos>

Fundação Aga Khan (AKF) não governamental, ActionAid⁴⁹, CARE⁵⁰ Moçambique. A análise feita por Cambrão (2016) é de que os doadores e mantenedores internacionais das OSCs em Moçambique diante da ineficiência do Estado, assim como é denominado pelos doadores, envolvem-se com as instituições por perceberem que elas estão em constante crescimento, mesmo que, muitas, com estruturas ainda fragilizadas, porém, altamente significativas e eficazes, em especial, no trabalho de formatação do Estado.

A maneira com a qual os doadores entram em cena, com o discurso recorrente de incapacidade do Estado em gerir suas próprias políticas, trata-se de trazer para o interior do aparelho de Estado o modelo de gestão empresarial e a “utilização dos fundos públicos como se privados fossem”, e “a partir daí, descobrir novas formas de preparar, educar e disciplinar as classes trabalhadoras, disputar os movimentos sociais e a forma certa e eficaz de enfrentar os problemas sociais” (CASIMIRO, 2016, p. 137).

A inserção de instituições brasileiras reconhecidas como Instituições Sem Fins Lucrativos se deu através de setores como a educação, agricultura, meio ambiente, comércio e indústria, podendo citar, a REVIVA – instituição brasileira Sem Fins Lucrativos que desenvolve projetos de tratamento de água em Moçambique, em especial, no campo educacional, em parceria com a ONU, Microsoft e Le Monde Diplomatique/Brasil. O Instituto InterCement – um associado do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, tem foco principal de atuação em políticas de desenvolvimento econômico e governança. Do mesmo modo, o Instituto BRF (Brasil Foods) que em parceria com o FICAS – Fundo Internacional Socioambiental desenvolveu atividades ao longo do ano de 2013 com as ONGS que atuam em

⁴⁹ É uma organização internacional não governamental anti-pobreza. Trabalha em Moçambique desde 1988 em várias províncias, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo. Desenvolve projetos em três áreas: Direitos das Mulheres e Igualdade de Gênero; Democracia Participativa e Acesso aos Direitos e Serviços Básicos e Alternativas Econômicas para as Mulheres, Jovens e Grupos Vulneráveis. Os projetos desenvolvidos recebem apoio financeiro de doadores brasileiros, da Grécia, Reino Unido, Itália e da Suécia. Disponível em: <http://www.actionaid.org/pt/mozambique/o-que-fazemos>.

⁵⁰ A CARE é uma instituição mundial dedicada à luta contra a pobreza. Trabalha em diversas áreas: empoderamento das mulheres, saúde, educação, fome, desenvolvimento econômico e comunitário, advocacia. Disponível em: <http://www.care.org.mz>

Moçambique, principalmente no setor de formação. Lembrando, que o GIFE se coloca na sociedade brasileira como uma associação Sem Fins Lucrativos, constituída por grandes empresários, ou de cunho familiar e ou comunitária com atuação na esfera pública e de forte influência no aparelho de Estado na elaboração de políticas públicas. O GIFE se apresenta na arena política como um Aparelhos Privado de Hegemonia (APH) com a finalidade de reorganizar a função do Estado, de acordo com os seus interesses. O grupo abarca dentro de seus projetos uma gama de fundações e institutos associados (CASIMIRO, 2016).

Cabe destacar o VII Encontro realizado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em setembro de 2010 com representantes das Organizações da Sociedade Civil dos Países de Língua Portuguesa, empresários e emissários dos respectivos governos, promovido pelo GIFE, Fundação Roberto Marinho e Centro Português de Fundações, com o objetivo de repensar o modelo de cooperação entre as instituições e governos dos países lusófonos. No entendimento do Grupo, as instituições precisariam investir na formação e qualificação técnica de suas lideranças, na autonomia financeira junto aos seus doadores/financiadores com vista ao empreendedorismo, inovação social além do fomento da parceria entre as fundações, dada a realidade das instituições naquele país. O encontro deu uma ênfase maior na questão da sustentabilidade financeira diante do contexto internacional. De acordo com a presidente do Conselho de Governança do GIFE, Denise Aguiar,

Esse Encontro abre a possibilidade de construção de novos vínculos, que pode também contribuir para o processo em curso de ampliação de sua presença internacional – compartilhando experiências e beneficiando-se do conhecimento de outras organizações. (GIFE, 2010, s/p).

É interessante observar em seu discurso que o setor privado brasileiro através de suas organizações expande sua bagagem de experiências, sobretudo, em se tratando da “gestão da pobreza”, “desenvolvimento econômico, comunitário e social”, “sustentabilidade”, “política educacional”, etc. Outra organização que está presente em Moçambique é a Oi Futuro, também associada do GIFE, desenvolvendo projetos educativos

através do Programa Tonomundo⁵¹ nas escolas moçambicanas de baixo IDH em parceria com a empresa moçambicana de comunicação Soico TV. De acordo com a organização, os projetos teriam a finalidade de “transformar a escola e alunos em polos irradiadores de projetos sociais que tenham impactos na comunidade”. Também, desenvolve parceria em projetos na área cultural.

Do mesmo modo, o Brasil buscou ampliar suas relações empresariais com a África, principalmente com Moçambique e Angola. Em 2012, o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) – instituição criada pelo empresário João Dória Jr. (Grupo Dória) abriu por meio do LIDE Internacional uma filial em Moçambique. O principal foco do Grupo é representar os interesses da fração da burguesia brasileira milionária e internacionalizar sua experiência com outros países da Europa, Ásia, América Latina e África. Esta instituição incorpora grandes grupos e corporações econômicas, líderes empresariais poderosos do Brasil e dos países onde está instalado. O estudo de Flávio Casimiro (2016) sobre a organização, mostra que o LIDE tem como objetivo a reestruturação do Estado para maior abertura da “economia de mercado” e da “internacionalização dessa fração da burguesia brasileira”. Isto se dá através de fóruns, debates e iniciativas em diversas áreas como, sustentabilidade, responsabilidade social, educação, agronegócio, mulher, economia, terceiro setor, saúde, dentre outros (CASIMIRO, 2016, p. 197).

No lançamento do LIDE Moçambique, em 2012, na cidade de Maputo, com representantes governamentais e lideranças empresariais e políticas, o ministro da Indústria e Comércio, Armando Inroga (apud MMO, 2012), ressaltou que o LIDE faria com que as empresas moçambicanas também se internacionalizassem ganhando mercados de nível mundial:

A internacionalização do LIDE em curto espaço de tempo deve levar-nos a refletir no processo de internacionalização das empresas moçambicanas, que à medida que vão ganhando maior robustez terão que caminhar necessariamente para a sua própria internacionalização, facilitando, desse modo, a conquista de um vasto mercado disponível da região, do continente e planetário.

⁵¹ O Programa Tonomundo é desenvolvido em vários países da África, inclusive, Moçambique, em parceria com a Escola do Futuro da Universidade de São Paulo - USP – que visa a formação de professores africanos desde os anos 2000. Disponível em: <https://gife.org.br/oi-futuro-leva-projeto-educacional-para-a-africa/>

Assim, o LIDE seria mais um espaço de debates, estudos com vistas ao fortalecimento dos empresários e de formação do pensamento empresarial nos diversos setores: economia, educação, saúde, empreendedorismo, meio ambiente, questões sociais, desporto, juventude, cultura, mulher, energia, recurso minerais, mar, entre outros. Nesta ocasião, o Comitê de Gestão foi formado por uma equipe tendo como presidente o atual presidente do Conselho de Administração (PCA) do Banco Millennium Bim, Mário Machungo, Ana Paula Figueiredo, presidente do LIDE Mulher, e Calane da Silva, presidente do subcomitê de Cultura, entre outras personalidades do mundo político, empresarial e cultural de Moçambique.

Contudo, identificamos que o LIDE Moçambique após o seu lançamento, não deu continuidade às suas atividades, a não ser uma Conferência do LIDE Mulher realizada em Lisboa em junho de 2012, onde foi discutida e defendida pelas empresárias e empresários portugueses e moçambicanos, a proposta de tornar Moçambique um grande receptor para novos investimentos. Inclusive, Ana Paula Figueiredo (apud SAPONOTÍCIAS, 2012), presidente do LIDE Mulher sublinhou que Moçambique, neste momento, é "um ótimo ambiente para grandes investimentos".

Casimiro (2016) concluiu em sua análise que o LIDE é muito mais que simplesmente um grupo formado por grandes empresários nacionais e internacionais que visam seus interesses lucrativos, pois atua e interfere diretamente nas políticas do Estado e no campo da ideologia de modo a difundir sua "concepção de mundo, como consenso" e mais,

A instituição eminentemente classista, além de buscar o fortalecimento de seus vínculos e valores intraclasses, em suas ações propõe a defesa universalizante de bandeiras da economia de mercado, da livre iniciativa, da propriedade privada, assim como, dos padrões de sociabilidade da nova pedagogia neoliberal, como se estas fossem de interesse da "nação". (CASIMIRO, 2016, p. 208).

Nesse sentido que nossa reflexão sobre o conjunto das Organizações da Sociedade Civil, das ONGs e Fundações – terminologias utilizadas nos documentos supracitados, para nós são compreendidos como Aparelhos Privados de Hegemonia compartilhando da mesma concepção de Virgínia Fontes (2010) que "Aparelhos Privados de Hegemonia não se definem, em Gramsci, unicamente pela vontade de transformação (ou de conservação),

mas pelos laços orgânicos que os ligam às classes sociais fundamentais” (FONTES, 2010, p. 282).

Na concepção de Gramsci, é na sociedade civil que ocorre a luta de classes, compreendendo-a como arena de contradições, conflitos, mediações e relações de poder entre forças e grupos sociais que, conforme Coutinho (2000, p. 18) significa “esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si, [...] o espaço da luta pelo consenso, pela direção político ideológica”. Assim, a sociedade civil, engloba as ideologias, os consensos e conflitos que condensam e expressam concepções de mundo, por isso, espaço de hegemonia ou contra hegemonia. No interior da sociedade civil que atuam os aparelhos privados de hegemonia como os partidos políticos, igrejas, escolas, imprensa, sindicatos, associações, organizações e os movimentos sociais, criados tanto para legitimar e construir consensos em torno de um projeto dominante, quanto para se opor a esse projeto, propondo alternativas, enfrentamentos em direção ao fortalecimento das classes trabalhadoras.

Em Moçambique, podemos observar este embate ao analisar a atuação de alguns atores sociais e ativistas que juntam-se a organizações e movimentos sociais tanto, moçambicanos, quanto de outros países como o Brasil, Japão, África do Sul, dentre outros, para o enfrentamento aos megaprojetos da mineração e do agronegócio. Podemos citar, Rede Justiça nos Trilhos, Justiça Ambiental, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão de Justiça e Paz de Nampula (CaJupana), Comitê Nacional em Defesa dos Territórios (Latino-americano, africano), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Atingidos pela Vale, União Nacional dos Camponeses (UNAC/Moçambique), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Movimentos e Grupos internacionais ligados a Campanha Não ao ProSavana, Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU), Movimento internacional Pan-Africanismo, dentre outros, que integram as várias ações políticas, debates, denúncias, manifestações e reivindicações contra todos os tipos de atrocidades próprias do processo político-econômico em curso.

3.3. COOPERAÇÃO SUL-SUL E A INSERÇÃO BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE

A este propósito acerca da Cooperação Sul-Sul e seus desdobramentos, Leite (2011) faz um panorama histórico da presença do

Brasil nas relações Sul-Sul afirmando ter sido acentuada na década de 1960 nos governos dos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), contrários à política externa adotada pelos governos anteriores (Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek) que adotaram uma profunda aproximação político-econômica com os Estados Unidos. De acordo com a autora,

No período 1961-1964, o plano externo também passava por transformações. [...], a década de sessenta foi marcada por movimentos como a recuperação econômica e a política da Europa ocidental, a flexibilização intra-imperial, a consolidação econômica e diplomática do bloco socialista, a descolonização afro-asiática e a institucionalização da cooperação Sul-Sul, que flexibilizaram a bipolaridade rígida e ensejaram ambiente de coexistência pacífica. No quadro hemisférico, a Revolução Cubana e a estagnação econômica dos países latino-americanos, que os levou a se articular em torno de novos projetos nacional-desenvolvimentistas, deflagraram a crise do sistema interamericano, aumentando o receio dos EUA de que a América Latina escapasse de sua área de influência. Tal configuração mundial e continental permitia maior margem de manobra aos Estados, que passavam a agir consoante não apenas os cálculos estratégicos e militares do condomínio bipolar, mas também seus interesses específicos. (LEITE, 2011, p. 82).

Nessa lógica defendida pelos nacional-desenvolvimentistas, o Brasil apontava como uma força no contexto internacional, por isso, deveria exercer uma postura diferenciada e independente tanto com os países do Norte quanto com os países do Sul, principalmente relacionadas à ampliação do seu mercado de exportação. Com o bloco capitalista, Quadros, mediante a situação financeira, firmou acordos de renegociação da dívida e linhas de créditos com os EUA e os organismos internacionais (FMI, em especial), não obstante a expansão das relações com o Sul. Já no governo de Goulart, as relações com os EUA tiveram uma acentuada queda abalando os acordos já realizados e abriu-se às relações com os países do Sul (LEITE, 2011).

No que tange ao continente africano, tanto o governo de Jânio Quadros quanto o governo João Goulart pretenderam intensificar suas relações com o continente, entendiam que Brasil e África partiam de uma mesma matriz cultural, por isso, uma relação de “vocalização natural”. Em 1961, foram abertas

várias Embaixadas brasileiras em Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Etiópia, Gana e consulados em Angola, Moçambique, Quênia, Rodésia do Sul e Congo. Já nesse momento, havia no plano discursivo do governo e da política externa brasileira de que o Brasil seria a “ponte” que ligaria o ocidente à África. No entanto, verificou-se que o predomínio dessa relação com os países africanos estava centrado nos interesses políticos e econômicos (LEITE, 2011, p. 101).

Para a autora, neste período, a cooperação brasileira com os demais países em desenvolvimento foi marcada pelo interesse de expandir as relações, sobretudo para fins políticos e econômicos. O país abriu-se a negociações comerciais com a América Latina, Ásia e África. Na conclusão de Leite a luta pelo desenvolvimento teve foco principal entre Brasil e o Sul, propagado na “defesa dos princípios de não intervenção, autodeterminação, integração econômica, e da associação entre descolonização, desarmamento, comércio e desenvolvimento” (LEITE, 2011, p. 118).

Os governos militares, após o golpe civil-militar de 1964 subsequente, em atenção ao governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), foi marcado pelo pragmatismo em sua política externa. Com a África, principalmente com a Subsaariana, nos processos de lutas e de independências, os interesses do Brasil foram no âmbito político, econômico e de cooperação técnica. O Brasil projetava ampliar suas relações com vistas a uma maior repercussão no contexto internacional. Assim, entre os anos de 1974 e 1979, houve visitas, intercâmbios e difusão de conhecimentos em áreas como a educação, saúde e agricultura entre o Estado brasileiro e os Estados africanos. O governo conferiu linhas de crédito a vários países africanos assim como exportava grandes quantidades de “carne, café, açúcar e soja, automóveis, tratores, produtos de aço, eletrodomésticos, têxteis, dentre outros, para Nigéria, Argélia, África do Sul, Egito, Marrocos, Libéria, Tunísia e Zaire”. Em contrapartida importava produtos primários, sobretudo, petróleo, principal interesse do Brasil (LEITE, 2011, p. 145).

Outro destaque é dado à exportação de serviços, principalmente na área de construção civil, através de empresas brasileiras como as construtoras Odebrecht, Adolpho Lindenberg, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez etc. Quanto aos países africanos lusófonos, diferentemente dos demais países da África Subsaariana, o Brasil depois do governo Médici ter se colocado contrário às lutas de libertação (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), rompeu com o seu apoio a Portugal e passou a reconhecer a independência, como Leite (2011, p. 148) assim descreve,

O Brasil foi o primeiro país do Ocidente a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, em julho de 1974, mesmo antes do término das negociações entre Portugal e os líderes do movimento de libertação, e sem consultar previamente Lisboa. O país rompia, finalmente, o Tratado de 1953, inaugurando novo momento de aproximação brasileira com a África lusófona. Meses depois, foi criada a Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, cumulativamente com Cabo Verde, sendo também reconhecido o Governo de São Tomé e Príncipe. Na AGNU daquele ano, o Brasil saudaria o ingresso da Guiné-Bissau na ONU e, um ano mais tarde, faria o mesmo em relação a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Ademais manifestaria apoio à estabilização política angolana.

Segundo a autora, o Brasil procurou nessa ocasião demonstrar apoio e cooperação, depois das independências, a partir de 1975, iniciou as primeiras negociações diplomáticas com os novos Estados em processo de construção, reconhecendo oficialmente a legitimidade dos movimentos. Nessa investida brasileira, as construtoras brasileiras, em especial, se fizeram presentes junto ao Estado brasileiro com construções de estradas, pontes, hidrelétricas, etc. Inclusive, Leite mostra que em 1979, Moçambique e Angola, para o mercado de exportação brasileiro já figuravam como os principais países dentre os africanos (LEITE, 2011).

Depois dos governos da Ditadura civil-militar, os anos de 1990 e início de 2000, com os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política externa brasileira voltada ao continente africano teve pouca ou nenhuma relevância no cenário político e mercadológico brasileiro. Houve aí, uma invisibilidade dos países africanos na postura das relações internacionais do Brasil que foram retomadas com o governo Lula que assumiu como prioridade o retorno à política internacional brasileira à África, sobretudo, porque visualizava um ambiente propício para a implementação de sua política e um mercado promissor, com a criação da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Angola e Moçambique em fim da guerra civil, o crescimento econômico de países como Namíbia, Botsuana, Nigéria e Argélia através do aumento das tarifas de petróleo e de minerais (LEITE, 2011).

Os estudos de Garcia (2012) complementam essa discussão, pois observa a expansão do capital para além dos países imperialistas, nas últimas

décadas, principalmente nos anos 2000, com o crescimento dos países emergentes, como é o caso do grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) – criado em 2001 como um bloco econômico emergente⁵². Em 2011, com a inclusão da África do Sul, o bloco passou a ser denominado de BRICS. O surgimento do BRICS na ordem econômica mundial não significou uma ruptura ou uma ameaça às potências do norte, como os Estados Unidos. Longe disso – os interesses econômicos incorporam-se nas relações norte-sul ou sul-norte. A China, por exemplo, cresce economicamente de forma global, enquadrando-se na mesma estrutura capitalista de ordem imperialista.

A autora pondera que a crise econômica mundial de 2008 fez com que os países emergentes de economias consideradas ‘em desenvolvimento’ passassem a ter maior importância na economia global, e até mesmo estratégica, ao capital. Agora, não mais como “receptores”, mas como “investidores internacionais”. No cenário mundial, de acordo com a análise da autora dos relatórios da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre 2008 e 2010 verificou-se um avanço nos investimentos nesses países, tanto pela produção quanto pelo consumo, chegando a absorver mais da metade das entradas mundiais. Isso significa que as empresas multinacionais estão investindo em projetos de maior relevância nos mercados desses países. Em 2010, seis economias consideradas “em desenvolvimento” ou “em transição” ficaram entre os 20 maiores investidores mundiais de investimento estrangeiro direto (IED) (GARCIA, 2012).

Cabe aqui questionar: O que vem ocorrendo no contexto mundial nos anos 2000 que faz com que os grandes investidores dos países hegemônicos ou daqueles que, como o Brasil, se tornam ‘plataformas’ na condução da implantação e expansão do capital imperialista em países como os do continente africano? A professora Virgínia Fontes (2014), reflete que os BRICS são a expressão de que países secundários e subalternos, sob a forma capital-imperialista respondem a emergência da própria dinâmica do capital em expansão, pois, somente as formas tradicionais de expropriação primária já não atendem as demandas do próprio capitalismo sendo necessário multiplicar para países ainda mais frágeis todas as formas de “conversão”, que para a autora significa – “convencimento acompanhado de financiamento

⁵² No ano de 2006 foi realizado o primeiro encontro, dentro da informalidade na cidade de Nova York com os chanceleres do BRIC.

econômico para a valorização dos seus capitais locais”. Neste caso, países como os BRICS representam a,

ponta mais significativa dos países secundários alçados – por exigências e possibilidades internas e por pressões externas – a uma industrialização e generalização de relações sociais de tipo capitalista que hoje exigem expansão externa. Embora as diferenças internas entre eles sejam gritantes, todos mantêm uma dupla posição: de um lado, a incorporação e adesão aos valores capital-imperialistas; de outro, certa desconfiança na manutenção das regras internacionais vigentes, em situação de crise. Subjaz o temor de que as potências centrais, a começar pelos EUA, recuem das posições capital-imperialistas “integradoras”, sobretudo no plano militar. Tensões entre grandes países industrializados pareciam coisa do passado, mas podem reaparecer, como o demonstrou o episódio recente da Ucrânia. (FONTES, 2014, p. 21).

Fontes (2014) em sua análise, compreende que a expansão capitalista vem acompanhada por uma crise social imensa, que vai para além da escassez de direitos e de acentuado aumento da precarização do trabalho e do trabalhador, tirando proveito de todas as formas de exploração, exigindo deste trabalhador uma conexão ainda maior, uma vez que, os próprios processos de produção desencadeiam em profundas desigualdades.

Garcia e Kato (2016) entendem que a guinada do Brasil a partir de 2003 com o governo Lula para com os países do Sul está relacionada com a busca de autonomia nas relações políticas e comerciais entre os países e, ao mesmo tempo, na busca de obter ganhos em relação às instituições e fóruns internacionais. Para as autoras, as relações Sul-Sul estão entrelaçadas com os interesses e expansão das empresas brasileiras no cenário internacional. O continente africano foi o que ganhou maior visibilidade nos interesses do Brasil (Estado e Setor Privado) com a cooperação assim chamada de “desenvolvimento”, com fortes atrativos para as empresas brasileiras multinacionais ligadas à agricultura, mineração e construção civil, assim como nas áreas de saúde e educação (GARCIA; KATO, 2016).

Dentre os países emergentes com maior internacionalização de empresas, o Brasil ganhou maior evidência mundial, especialmente em relação à sua competitividade interna e externa, já nos anos 1990, com a adesão à política econômica neoliberal, aprofundando nos anos 2000. Ana Garcia (2012, p. 60) ressalta que,

o Brasil possui 13 empresas na relação de global challengers (Camargo Corrêa, Coteminas, Embraer, Gerdau, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, Brazil Foods, Petrobras, Magnesita, Votorantim e WEG), sendo a Vale já considerada uma multinacional estabelecida, e não mais uma "desafiadora". À frente do Brasil estão a China (com 33 empresas) e a Índia (com 20 empresas).

Todas essas empresas tiveram o potencial de concorrer com as demais empresas internacionais tidas como gigantes e dominantes no *ranking* do mercado competitivo. Contudo, a sua expansão ganhou mais incentivo e vista no mercado internacional a partir de 2003, no governo Lula, com a sua política externa e um marco mais decisivo e estimulador, inclusive com incentivos de linhas de créditos, políticas de apoio e de cooperação entre Brasil e países do Sul. Garcia (2012, p. 62) registra:

Até 2003, investimentos brasileiros no exterior eram de aprox. U\$ 1 bilhão por ano, mas saltaram para U\$ 14 bilhões em média por ano entre 2004 e 2007. Em 2007, as vinte maiores multinacionais brasileiras, juntas, investiram US\$ 56 bilhões no exterior. A compra da mineradora canadense Inco pela Vale fez com que o Brasil passasse de receptor de investimentos para investidor internacional: de US\$3 bilhões em 2005, o fluxo de investimentos brasileiros no exterior passa a US\$28 bilhões em 2006.

As áreas de maior investimento e incentivo da política externa do governo brasileiro foram petróleo, construção, metais, mineração e gêneros alimentícios. Na área de construção e infraestrutura, as empresas com maior inserção internacional foram a Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, inclusive com financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da Vale, com altos investimentos no exterior, o grupo JBS-Friboi, Aracruz, Embraer, Gerdau, Ultra, Perdigão, Sadia, Petrobrás e Usiminas.

Em 2007, houve um processo de compra de empresas estrangeiras por empresas brasileiras, por mais que a crise mundial de 2008 tenha afetado todo o mercado internacional. A tese de Garcia (2012) evidencia que, nos aspectos da internacionalização das empresas brasileiras, mesmo demonstrando uma certa redução de investimentos, os indicativos confirmavam a continuidade em longo prazo. No caso da Vale, presente em 2009 em 33 países, boa parte

de seus ativos do exterior concentrava-se nas filiais sediadas no Canadá, Austrália e Moçambique, com extração de níquel e carvão (GARCIA, 2012).

A África era a região com maior inserção do Brasil nesse período, especialmente a África Lusófona. A política externa do governo Lula privilegiou a cooperação Sul-Sul, como já discutimos anteriormente. Junto com o seu governo, estavam as várias empresas brasileiras participantes das cooperações. Moçambique e Angola foram os principais países de cooperação com o Brasil no período do governo Lula. A presença do setor empresarial em projetos considerados de ‘desenvolvimento’ dos países era incentivada pelos governos locais. Em Angola e Moçambique, o Brasil envolveu-se em vários projetos, com diversas empresas: a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa, com construções de hidrelétricas, construção da primeira mina de carvão da Vale em Moatize, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e por outra, pela educação, saúde e agricultura.

Por isso que, por mais que nos discursos oficiais dos Estados, a cooperação brasileira fundamenta-se nos pilares da solidariedade e da cultura de países irmãos, entretanto, o que está em jogo em Moçambique e em outros países africanos é a lógica da exploração para o mercado. Moçambique é um dos países africanos com enormes possibilidades para investimentos estrangeiros devido aos abundantes recursos naturais: carvão, minerais, gás, terra, clima para a exploração de florestas, além dos *commodities* agrícolas e gêneros alimentícios (GARCIA; KATO, 2016).

Como o nosso foco de análise é a relação entre Brasil e Moçambique, nos detemos nessa cooperação. Nesse país, além das construtoras, temos a Vale – empresa brasileira de exploração de minérios que obteve do governo de Moçambique a concessão de uma das maiores reservas de carvão do mundo, no distrito de Moatize, Província de Tete, região central. Com o apoio das construtoras, a empresa construiu parte de uma ferrovia e um porto em Nacala-a-Velha, com o objetivo da exportação do minério. É considerado o maior investimento corrente do Brasil na África, estimado em 8,2 bilhões de dólares (2008-2016).

Adiante, detalhamos sobre a presença da Vale em Moçambique. Outro investimento do governo brasileiro foi com o agronegócio, na cooperação trilateral (Brasil-Japão-Moçambique), na região do corredor logístico de Nacala, com o projeto ProSavana, assim como o Grupo Pinesso, grande produtor de soja no país; Embraer; Grupo Votorantim, Petrobras Biocombustível; Eletrobrás; Banco do Brasil; Rede Record; BRF – fusão da Sadia com a Perdigão – uma das maiores exportadoras brasileiras para Moçambique, especialmente com a venda de frangos congelados (ROSSI,

2015). Na internacionalização do setor bancário brasileiro no continente africano com o BNDES, a expansão se deu por meio das linhas de crédito para financiamento de obras das construtoras brasileiras, via Banco do Brasil e Bradesco, que se juntaram com o “Banco Espírito Santo de Portugal para iniciar atividades no continente africano. A exploração de atividade comercial bancária na África, principalmente em Angola e Moçambique, foi tida como a primeira grande tacada do Bradesco no mercado internacional” (GARCIA, 2012, p. 67).

Cabe destaque para o papel desempenhado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Moçambique desenvolvendo pesquisas e projetos que contribuam com a ampliação do agronegócio naquele país, por exemplo, o Projeto Embrapa-Moçambique que está em curso desde 2010. O objetivo do projeto foi de, junto ao ProSavana – desenvolver pesquisa em gestão territorial, levantamento de solos, estudo sobre a Lei de Terras, para o uso e cobertura das terras, zoneamentos agroecológicos, avaliações dos possíveis impactos ambientais, dentre outros. A região voltada para a concentração do projeto é o Corredor de Nacala.

De acordo com a dissertação de Adriana Lombardo (2015), a EMBRAPA é a principal instituição do governo brasileiro, principalmente a partir de 2006 com o Presidente Lula da Silva, para a implantação de projetos na Cooperação Técnica para os Países em Desenvolvimento (CTPD), com sedes em alguns países africanos como em Gana, Angola, Moçambique.

O programa implementado em Moçambique pela EMBRAPA é desenvolvido em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e com o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Neste programa estão inseridos três projetos:

O *Projeto Plataforma* – iniciado em 2010 que teve como previsão de término para 2014. Contou com um orçamento de aproximadamente doze milhões de dólares. O projeto visou o fortalecimento do Sistema de Investigação Agropecuário de Moçambique; além disso, buscou estabelecer o Sistema de Sementes e o Sistema de Gestão Territorial, transferência de tecnologia, desenvolvimento de técnicas para a implantação de um modelo de gestão baseado no acompanhamento, monitoria e avaliação. O *ProSavana - PI*, que teve início em 2011 com término previsto para 2016. O projeto teve apoio financeiro do Brasil através da ABC, do Japão pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e pelo governo de Moçambique. O orçamento foi de mais de US\$ 14 milhões. Os objetivos base do projeto foram de melhorar a capacidade de pesquisa do país e ao mesmo tempo de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura em larga

escala no Corredor de Nacala (norte de Moçambique). E, o *Projeto Segurança Alimentar* – também chamado de Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar, com início em 2011 e término para 2014. A finalidade do projeto foi de contribuir com novas técnicas de manejos e tecnologias de cultivo de hortaliças da agricultura familiar de modo diversificado. Contou-se com dois milhões e meio de dólares de orçamento (LOMBARDO, 2015).

Por detrás da difusão de uma experiência positiva do Brasil na área da agricultura com o cerrado brasileiro, através do programa Prodecer (cooperação Brasil-Japão na década de 1970), que a cooperação Brasil-Moçambique, baseou-se no âmbito de trocas de experiências, de aprendizados – “aos países da África e ao Brasil reserva-se um horizonte amplo e de grande potencial para a sustentabilidade global” (BATISTELLA; BOLFE, 2010), encontra-se raiz no que Garcia e Kato discutem sobre o que significa o Corredor de Nacala para os grandes investimentos estrangeiros, e em especial o brasileiro,

O Corredor de Nacala constitui peça indispensável para a viabilização do principal projeto de cooperação brasileira na área da agricultura, o ProSavana, e para as estratégias da Vale. Isso torna o Corredor de Nacala, no nosso entendimento, área privilegiada para identificar e analisar a *sinergia* entre os investimentos e as iniciativas implementadas pelas empresas brasileiras, em particular do setor de mineração e agropecuário, e as políticas de cooperação. Os investimentos e a cooperação convergem para ampliar e favorecer a consolidação de *cadeias globais* de valores minerais e agropecuários, interligadas aos mercados internacionais. Moçambique se insere, assim, na órbita do capital transnacional (incluindo o brasileiro) como território para maior acumulação global. (GARCIA; KATO, 2016, p. 14)

O Corredor de Nacala significa nos tempos atuais uma arena de grandes interesses privados, os quais se inserem os programas brasileiros, mas muito mais, pois envolve potências de grandes portes para o desenvolvimento da agricultura em larga escala. Chama-nos a atenção para o lado interessado e totalmente imerso aos interesses privados de expropriação primária e secundária presentes nas relações entre Brasil-Moçambique que, se comparado, equivale às grandes potências econômicas inseridas naquele país.

Garcia e Kato (2016) reforçam que isto representa no quadro de acumulação capitalista, uma disputa competitiva (imperialista) pelos recursos naturais bem como de acesso a mercados, cuja atenção voltou-se para o continente africano nos últimos anos. A cooperação brasileira com os países africanos desenvolveu-se calcada nos acordos bilaterais, trilaterais e multilaterais, principalmente junto aos países do Norte e Organismos Internacionais.

Nessa lógica que a pesquisadora Maíra Mathias, em artigo publicado pela Escola Politécnica Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) de 02 de janeiro de 2017, reflete sobre a situação da expansão dos negócios estrangeiros na região de Matopiba⁵³ – um dos projetos emblemáticos implementados pelo Estado brasileiro como uma saída para a crise econômica mundial de 2008, uma vez que uma das estratégias do capitalismo para sair de uma crise é a expansão territorial. A autora busca explicação em uma referência da professora-pesquisadora Daniela Egger (apud MATHIAS, 2017, p. 4), da EPSJV/Fiocruz, que reforça essa mesma ideia:

Vivemos hoje essa corrida mundial por terras. Ou seja, o capital expande seu domínio sobre novas áreas, abrindo novas fronteiras num processo de acumulação por espoliação que significa, entre outras coisas, uma violenta apropriação e expropriação dos recursos naturais, terras e territórios, dando origem ao avanço das fronteiras agrícolas, das fronteiras da mineração, das fronteiras energéticas.

Adota-se a mesma lógica segundo a qual o continente africano, sobretudo a África Subsaariana, é alvo de grande interesse para os países imperialistas, bem como para os próprios organismos multilaterais, como, entre outros, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Cabe citar o estudo realizado pelo Banco Mundial em 2010 em Moçambique a fim de implementar mecanismos para criação de polos de crescimento, principalmente nas regiões Norte/Centro considerados corredores de desenvolvimento econômico. Na avaliação do BM as províncias de Tete e Nampula são aquelas com enorme potencial para a implantação dos projetos-piloto ligados ao agronegócio. De acordo com Garcia e Kato (2016) as

53

Matopiba refere-se às iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

regiões selecionadas pelo Banco estão inter-relacionadas com os interesses e iniciativas do ProSavana e do megaprojeto de mineração da Vale.

Tete pelo *boom* do setor da mineração. Nacala pelas suas potencialidades na manufatura e logística. Também está prevista, nessa área, uma Zona Econômica Especial (ZEE), com um investimento de 1,2 bilhão de dólares em cerca de 53 projetos de agro processamento. O projeto do Banco Mundial, por sua vez, revela uma estreita sintonia com o ProSavana e as iniciativas de consolidação da infraestrutura do Corredor de Nacala. (GARCIA; KATO, 2016, p. 80)

O estudo demonstra que estas regiões são incentivadas para a implantação dos megaprojetos atraíram financiadores (nacionais, internacionais e multilaterais) e investidores interessados tanto na infraestrutura ligada ao escoamento do carvão da Vale como na ampliação do agronegócio nestas regiões.

Garcia (2012) tece comentários sobre a relação entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa indicando os fatores culturais como fatores de explicação da tamanha expansão das empresas brasileiras nessas regiões. Um estudo realizado pelo Banco Mundial (BM) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), iniciado em 2010 e concluído em 2011, sobre a cooperação do Brasil com os países lusófonos, observou que se tratava de uma relação entre países “iguais” e que o Brasil, nesse período, se destacou mundialmente como um dos países líderes em desenvolvimento, ao se tornar a sexta potência econômica do mundo. Naquele estágio de desenvolvimento, o Brasil era o país que poderia ajudar diretamente no crescimento econômico e na superação das desigualdades sociais nos países da África lusófona. Além disso, o Brasil, nos governos Lula e Dilma, com suas “experiências exitosas” em políticas compensatórias, desempenhou uma função de mão dupla, pois ‘tirou’ o país da situação apenas de receptor de políticas internacionais e de financiamentos para se tornar também exportador/doador do seu modelo de gestão do desenvolvimento:

O Brasil desempenhou o duplo papel de recipiente e provedor de cooperação técnica; em outras palavras, o país não perdeu seu papel de recipiente quando se tornou provedor de cooperação. Na verdade, o Brasil recebeu US\$ 2 bilhões em cooperação técnica entre 2001 e 2009. Além disso, um relatório publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indica que entre 2005 e 2009, o Brasil

forneceu US\$ 1,7 bilhão em assistência técnica (IPEA 2010). Isso sugere que durante a última década, o Brasil conseguiu fortalecer a sua atuação como um canal entre o Norte e o Sul. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 52)

O governo Lula procurou estrategicamente tornar-se um líder político, com fins econômicos, na sua relação de aproximação com os países da África lusófona, sobrepondo relações com características de expropriação desses países. O estudo do Banco Mundial (2011) menciona que a conjuntura de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau era favorável ao Brasil para estender as suas relações comerciais, por meio do setor empresarial, principalmente nos setores de mineração, construção civil e agricultura. Ressaltamos que a entrada das empresas brasileiras nesses países não diferiu do modelo imperialista das empresas internacionais, resultando em desastrosos impactos ambientais, sociais e humanitários, especialmente aos camponeses e segmentos mais vulneráveis da população. Sendo assim, indagamos: que modelo de desenvolvimento o Brasil está exportando para a África?

O jornalista Jeremias Vunjanhe e membro ativista da Ação Acadêmica para o desenvolvimento das comunidades rurais (ADECURU), em entrevista do dia 29 de fevereiro de 2016 citada pela *Agência Pública* (AMARAL, 2016), disse que o modelo de desenvolvimento levado pelo Brasil aos países africanos possui características frustrantes, pois tem a base calcada na exploração dos recursos naturais e no agronegócio, comparando-se à mesma forma como ocorreu com a Amazônia e o cerrado brasileiro, com consequências devastadoras ao meio ambiente e às comunidades rurais. Para ele, é um “problema gigante em se tratando de um país em que 67% da população de 27,2 milhões de habitantes vive em áreas rurais. A terra é o legado da independência para os camponeses”. Em seu entendimento, o governo de Moçambique, pertencente ao partido FRELIMO, é o responsável pela entrada não só dos investimentos brasileiros, mas dos megaprojetos de desenvolvimento internacionais baseados na exploração das riquezas naturais e também na usurpação de terras, expulsando os camponeses (donos) das terras e dando espaço ao capital internacional.

3.4. A COOPERAÇÃO SUL-SUL E A INSERÇÃO BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE ATRAVÉS DA MINERAÇÃO E SUA CADEIA PRODUTIVA

Moçambique é rico em bens naturais nas suas várias regiões como Manica, Inhambane, Tete, Cabo Delgado, Nampula, com grande concentração de carvão, gás mineral, areias minerais, incluindo a geodiversidade, com minerais e metais – ouro, urânio, titânio e bauxita. Com vasta riqueza até então desconhecidas pelos setores dominantes dos países capital-imperialistas, o Estado moçambicano, a partir de 2003, possibilitou a inserção de inúmeras empresas de capitais transnacionais ligadas à extração dos recursos naturais, sul-africanas, brasileiras (Vale), russas, indianas, australianas, americanas, e tantas outras de países imperialistas ou imperialistas subalternos, como é o caso do Brasil.

Além das já citadas empresas, a Vale e a Rio Tinto, na extração do carvão mineral em Tete, temos a Kenmare, transnacional irlandesa, na província de Nampula, com a exploração de areias, a ENI (empresa italiana) e a Anadarko (norte-americana), na bacia do Rovuma⁵⁴, em Cabo Delgado, no norte do país, com a exploração do gás mineral. O *Jornal MediaFax*, da cidade de Maputo, divulgou, em 01 de fevereiro de 2017, a notícia sobre a descoberta da Bacia de Rovuma como uma das maiores reservas do mundo em gás natural, com um volume de cerca de 100 trilhões de pés cúbicos (RICARDO, 2017).

O jornal IHU-Unisinos publicou um texto em 2011, problematizando a presença do Brasil em Moçambique como um “neocolonialismo brasileiro”. No artigo, o conceito de “neocolonialismo” explica a expansão e as consequências dos investimentos brasileiros naquele país, com o agronegócio e a extração de recursos minerais, além das empresas ligadas à construção e à eletricidade. Dá um destaque ao modelo insustentável do agronegócio brasileiro, amparado na monocultura, na degradação ambiental e na concentração de terras para um pequeno grupo (IHU-UNISINOS, 2011).

A discussão promovida pela Unisinos mostra as consequências devastadoras dos projetos de expansão, que não contribuem com o desenvolvimento daquele país e trazem sérias consequências à população rural, uma vez que a maioria da população vive no campo e depende dele

⁵⁴ A Anadarko empresa norte-americana petrolífera, é a responsável pela área 1 da Bacia de Rovuma, com 36% das ações; a Mitsui, do Japão, com 20%; a BPRL Ventures e a Videocon (indianas), com 10% cada uma; a companhia estatal tailandesa PTTEP com 8,5%; e a empresa nacional de hidrocarbonetos de Moçambique, com 15% das ações. No projeto da Bacia do Rovuma, a Anadarko está junto com o capital da ENI (grupo italiano), a responsável pelo bloco 4. A empresa China National Oil and Gas Exploration and Development Corporation (CNODC) possui 20% das ações.

para a sobrevivência. Em nosso entendimento, a presença brasileira em Moçambique não se configura como um “neocolonialismo”, e sim como uma expansão capitalista com características muito mais profundas e peculiares – temos ali um conjunto de países que ora se unem e ora se separam com os mesmos objetivos de superexplorar as riquezas, deixando a população em condições deploráveis. Entender a presença dos investimentos brasileiros em Moçambique significa entender as bases que sustentam essa aparente cooperação, que não são diferentes das cooperações entre norte e sul (IHU-UNISINOS, 2011).

A presença da mineradora Vale em Moçambique – megaprojeto brasileiro – demonstra que os interesses do Brasil não são de ‘ajuda’ e ‘colaboração’ entre países com processos históricos semelhantes. Pelo contrário, são interesses econômicos, de exploração e expropriação das riquezas do país que, segundo Milani (2014, p. 48), o “cenário da cooperação é bem mais complexo e multifacetado”.

Dessa forma, com base nos estudos de Garcia (2012), verificamos que a empresa Vale já nasceu e consolidou no mercado nacional vinculada ao mercado internacional, com controle dos monopólios ligados aos setores domésticos. Contudo, foi a partir de 2001, na gestão de Roger Agnelli, que a empresa direcionou a sua expansão para o Oriente Médio e a Ásia, especialmente a China, e em seguida para a África, entre 2003 e 2007. A empresa instalou filiais no Gabão, Moçambique, Angola e África do Sul, atendendo aos interesses dos seus negócios, por se tratarem de países riquíssimos em recursos naturais (GARCIA, 2012).

Em Moçambique, por exemplo, a empresa iniciou o processo de implantação em 2004, com a mina de carvão no distrito de Moatize, província de Tete. Em 2007, além da mina de Moatize, ampliou os seus negócios de carvão com a compra da empresa AMCI australiana, que já explorava os recursos naturais naquela região. Destaca-se também na fabricação de potássio e fosfato, para a fabricação de fertilizantes, com projetos em Moçambique e em vários outros países como a Argentina, o Peru e o Canadá. O crescimento da Vale corrobora com a representação do modelo de desenvolvimento do Brasil nos últimos anos, por estar ligada a vários setores de produção como o agronegócio, a siderurgia e as usinas hidrelétricas, tanto no Brasil como nos demais países onde se insere. Ao mesmo tempo, revela as contradições do próprio modelo, pois as atividades impactam diretamente o meio ambiente, as formas e as relações de trabalho, e a relação com as comunidades diretamente prejudicadas com seus empreendimentos (GARCIA, 2012).

O estudo de Tádzio P. Coelho (2016) sobre a mineração e (sub)desenvolvimento dos municípios minerados evidencia a devastação causada pela exploração das empresas mineradoras. O autor estudou em sua tese os países (Brasil, Canadá e Moçambique) com os projetos da Vale S.A. que carregou consigo as empreiteiras e a expansão do agronegócio brasileiro (COELHO, 2016).

Os projetos da empresa em Moçambique estão nas regiões norte e centro. No centro, localiza-se na província de Tete. A província possui uma extensão territorial de 100.724 km² e 2.494 km² de água, em uma extensão de 1500 km. A cidade de Tete fica a 1.570 km da capital do país, Maputo. Faz limites com Malawi e Zâmbia ao norte, Zimbabwé e as províncias de Sofala e Manica ao sul, a leste com Malawi e Zambézia, e com Zâmbia e Zimbabwé a oeste. Nessa província, além da exploração de carvão a céu aberto no distrito de Moatize, a Vale conta com a participação de 95% no consórcio vencedor para a construção da Usina Hidrelétrica em Ulongwe; os 5% restantes pertencem à sua associada American Metal. Na região norte do país, na província de Nampula, os investimentos são para a exploração de carvão tipo mineral e carvão energético, não explorados até então, com 2,4 bilhões de toneladas, e também com o projeto Évate, para a produção de rocha fosfática.

Figura 5: Mapa que demarca a presença de empresas transnacionais na Província de Tete – Região Centro de Moçambique.



Fonte: Relatório da Human Rights Watch (2013).

A presença da empresa Vale é marcada por vários conflitos, encetados desde as negociações com as famílias que seriam retiradas de suas terras para dar lugar à construção do megaprojeto da Vale no distrito de Moatize. O investimento inicial foi avaliado em US\$8,5 bilhões, o equivalente a 60% do PIB do país. Num primeiro momento, a população acreditou que a empresa traria à região crescimento econômico, abertura de novos postos de trabalho e melhorias na qualidade de vida. Entretanto, 1.365 famílias foram expulsas de suas terras e colocadas em dois reassentamentos, conhecidos como 25 de setembro (Unidade 6), com características de ‘periferia urbana’ do distrito, e Cateme, a 40 km do distrito, na área rural. Na província de Tete, não está somente o megaprojeto da Vale. Estão instalados outros megaprojetos relacionados à extração de carvão, que abrigam cerca de 23 bilhões de toneladas de reservas. Na figura 6, constatamos os principais megaprojetos estabelecidos na província e os locais para onde foram levadas as famílias atingidas.

Figura 6: Megaprojetos e os principais reassentamentos na Província de Tete – Região Centro de Moçambique.

Locais originais e de reassentamento das aldeias na província de Tete



Fonte: Relatório da Human Rights Watch (2013).

Os estudos conduzidos pela organização internacional Human Rights Watch⁵⁵ apontam para o direcionamento do governo em abrir as ‘portas’ do país às empresas transnacionais, com o aparente discurso de alavancar o desenvolvimento econômico do país, mas sem levar em conta a própria população local. Os diversos projetos estão sendo implementados sem a adequada fiscalização do governo e o necessário respeito aos direitos das famílias e ao meio ambiente, como mostra a pesquisa realizada pela instituição em 2013 intitulada “O que é uma casa sem comida? O boom da mineração de carvão e os reassentamentos em Moçambique”:

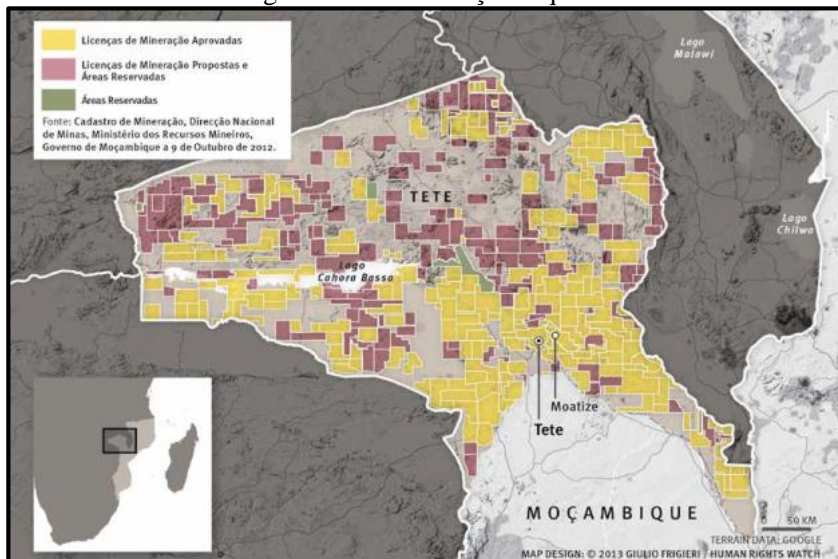
De acordo com a informação do Governo Moçambicano relativo ao Cadastro Mineiro em Outubro de 2012, o governo aprovou pelo menos 245 concessões mineiras e licenças de exploração na província de Tete, cobrindo aproximadamente 3.4 milhões de hectares ou 34 por cento de toda a sua área. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 13).

A expansão das mineradoras na região está diretamente ligada à questão do acesso a terra, ou seja, com as concessões de terras às empresas, o governo contraria o que a Constituição pós-independência assegura à população moçambicana – que a terra pertence ao povo. A Lei 6/1979 de 3 de julho (Lei de Terras) estabelece o uso da terra pelo povo moçambicano. Posteriormente, a Lei nº 19/1997 de 01 de outubro institui a terra como “meio universal de criação de riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1997). Porém, a mesma lei expõe o seguinte: “torna-se um desafio perante o processo de desenvolvimento que o país atravessa”, assim como “a experiência na aplicação da Lei 6/79, de 3 de Julho, Lei de Terras,

⁵⁵ Human Rights Watch, instituição não governamental internacional com estudos sobre Moçambique que se apresenta como defensora dos direitos humanos dos povos de diversas partes do mundo. A organização está presente em mais de 40 países. Possui escritórios em Amsterdam, Beirute, Berlim, Bruxelas, Chicago, Genebra, Goma, Johannesburgo, Londres, Los Angeles, Moscovo, Nairobi, Nova York, Paris, São Francisco, Tóquio, Toronto, Tunis, Washington DC, e Zurique. Tem como finalidade principal “impedir a discriminação, apoiar a liberdade política, proteger as pessoas dos comportamentos desumanos em tempo de guerra, e para trazer os culpados à justiça além de investigar e divulgar internacionalmente as violações e agressões relacionadas ao respeito a legislação internacional dos direitos humanos”. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2013/05/23/256432>.

mostra a necessidade da sua revisão, de forma a adequá-la à nova conjuntura política, econômica e social e garantir o acesso e a segurança de posse de terra, tanto dos camponeses moçambicanos, como dos investidores nacionais e estrangeiros” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1997). No mapa a seguir (figura 7), averiguamos a aplicação da segunda parte da lei, que induz o Estado a conceder grandes extensões de terras aos investimentos internacionais.

Figura 7: A ocupação de terras pelos megaprojetos ligados à mineração na Província de Tete – Região Centro de Moçambique.



Fonte: Relatório da Human Rights Watch (2013).

Vemos que a mineração ocupa grande parte da província de Tete. Em 2012, as concessões de terras já faziam referência a 60% de toda a região. Os principais megaprojetos são: a Vale (brasileira), a Rio Tinto (anglo-australiana), a Jindal Steel and Power Limited (indiana) e a britânica Beacon Hill Resources. Todas essas companhias tiraram famílias de suas terras e as realocaram em lugares distantes, como nos dois reassentamentos da Vale e os reassentamentos da Rio Tinto. Além da Vale e da Rio Tinto, a província sofre o não cumprimento do acordo entre o Estado e a empresa JINDAL. Em 2008, o governo concedeu uma área para exploração de carvão mineral localizada entre os distritos de Changara e Cahora Bassa, sendo que a maior parte das terras se encontra no distrito de Changara, Posto Administrativo de

Marara em Cacheembe. A empresa se comprometeu a reassentar as 289 famílias camponesas atingidas, já em 2010, em Nhamatua, distrito de Marara. Contudo, em nota, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) verificou, em 2016, que a empresa, até então, havia construído somente 10 casas. As demais famílias continuavam morando e convivendo na mesma localidade em que se encontra a empresa. Isso significa que as famílias estão expostas aos riscos relacionados à saúde e à poluição do meio ambiente, devido à exploração do carvão (ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE, 2016).

Em novembro de 2016, em viagem de campo a Moçambique para coleta de dados, visitamos a cidade de Tete, o distrito de Moatize e os dois reassentamentos da empresa brasileira. Observamos as condições em que as famílias ainda se encontram. O primeiro a ser visitado foi o 25 de setembro – Unidade 6⁵⁶, onde entrevistamos uma das lideranças da comunidade, que nos relatou:

E01⁵⁷: Antes de vir para cá, quando ainda estávamos em Chipanga⁵⁸, vivíamos bem. Tínhamos machamba⁵⁹, escola, mercado, vendia carvão, lenha e vassoura. Nós, as mulheres, não tínhamos necessidade de dinheiro. Os homens faziam tijolos, e nós ajudávamos no carregamento da água, lenha e tínhamos subsídio. Mas quando a Vale chegou aqui, disse-nos que as pessoas que estavam desempregadas deveriam ir a Cateme para ter machamba, bois e prometeu muita coisa. Prometia-nos emprego para os homens,

⁵⁶ A entrevista foi realizada no dia 17 de novembro de 2016. Após a entrevista, fomos conhecer o reassentamento. Durante todo o período de visitas na cidade de Tete, nos diversos locais visitados, inclusive no distrito de Moatize e nos dois reassentamentos, contamos com o apoio de Inês Feliciano Zunguze.

⁵⁷ A entrevistada tem 70 anos de idade e sempre morou na zona rural. Quando chegamos à sua casa, a senhora nos atendeu com desconfiança e logo nos disse que não gostava dos brasileiros, porque eram piores do que os portugueses. “Vocês nos mataram... acabaram com nossas vidas”. “Vocês vieram aqui e tiraram nossas terras, casas, machambas, para nos matar.” “Perdemos nossa terra, nossa história e nossa vida”, disse ela. (Diário de campo, 17 de novembro de 2016).

⁵⁸ Chipanga é uma das comunidades atingidas com a chegada da Vale em Tete, uma área equivalente a 240 km².

⁵⁹ Machambas são lavouras familiares de pequena produção.

mulheres até para os jovens. Mas isso não está a se concretizar. Resistimos muito para não sairmos de Chipanga. Até que a empresa nos prometeu uma indenização em dinheiro. O governo interveio e disse que nós tínhamos que deixar nossas terras porque o acordo já tinha sido assinado com a empresa e com o governo do país. Nesse momento, acreditamos que o nosso governo fosse nos proteger, uma vez que não tínhamos escolhas a não ser sair de nossas terras. Quando chegamos aqui, vimos que não havia escola, mercado, hospital... nada. As casas que construíram não são resistentes, elas têm validade. Não têm alicerce e estão rachadas. Não temos lugar para vender o que produzimos. Outra coisa muito triste é que ninguém daqui tem direito de trabalhar na empresa. Minha filha terminou a décima segunda classe e não tem emprego. Os nossos animais já foram roubados e assim ninguém mais tem e isso está gerando violência e roubos, porque as pessoas passam fome. As escolas estão muito distantes. Não temos lugar para fazer tijolos e nem machambas para plantar. Lá onde vivíamos tínhamos escola, mercado, hospital, machambas, água e as casas eram melhores do que essas. O hospital que temos aqui funciona de segunda a sexta-feira. O médico não vive aqui. Ele desloca, mas quando alguém fica doente, pode morrer. Não temos ambulância. Em Chipanga, eu tinha uma casa só para atender os doentes que vinham me procurar porque sou curandeira. (E01).

Continuamos indagando-a sobre a indenização acordada pela empresa. Ela nos informou que as famílias receberam apenas 119 meticais e levantou a seguinte questão:

Será que este dinheiro é suficiente para fazer estudar uma criança, construir uma casa e comer? Não temos uma boa vida aqui que tanto nos prometiam... fomos enganados... as casas estão a desabar. Estamos a sofrer de poluição sonora e ambiental já que onde se rebenta minas sai muita poeira e é uma poeira escura, que nos faz mal, além da poluição que vai para a água, o ar e é isso que respiramos todos os dias. (E01).

Na conversa, a entrevistada reforçou alguns pontos, como: a “Vale não presta”, “o governo não nos tem como filhos” e “eles nos colocaram aqui e em Cateme para nos matar, estamos esquecidos... jogados”. Ela demonstrou preocupação com a situação dos jovens – com o desemprego e sem terras para produzir, ficam sem perspectiva de futuro. Desde quando foram morar naquele reassentamento, tem percebido um crescimento alto da violência, roubos, furtos, álcool e a prostituição. Para ela, mesmo em “liberdade”, as pessoas vivem presas em suas casas “piratas”⁶⁰. Como visualizamos nas imagens a seguir, o bairro possui escassez de infraestrutura em todos os sentidos (escolas, supermercados, postos de saúde, áreas de lazer, etc.) e as casas estão caindo, com rachaduras nas paredes, sem ventilação, sem instalação hidráulica, saneamento básico, dentre outros pontos. As imagens refletem a realidade do reassentamento.

Figura 8: Imagens do Reassentamento 25 de Setembro – Unidade 6 – Distrito de Moatize.



Fonte: Fotos captadas no Trabalho de Campo pela autora (2016). O objetivo com as imagens é mostrar as condições precárias das casas construídas pela Vale, sem ventilação, com rachaduras nas paredes, vazamento de esgoto, sem repartições entre os cômodos, dentre outros problemas.

Do mesmo modo que encontramos as famílias na Unidade 6 do bairro 25 de setembro, em situação mais profunda e de extrema vulnerabilidade conhecemos as famílias do reassentamento de Cateme, distante do distrito de Moatize. Ficamos perplexas com tamanha irresponsabilidade das autoridades governamentais e da empresa Vale. O bairro está a 40 km do distrito de

⁶⁰ Termo utilizado pela entrevistada do reassentamento 25 de setembro. (Diário de campo, 17 de novembro de 2016).

Moatize. Sua localização é rural e distante de qualquer recurso urbano. Não possui água, uma vez que os poços instalados pela empresa não recebem manutenção. Muitos deles estão desativados, sem condições de transporte, sem comércio local, além da falta de hospital com funcionários em atendimento e ambulâncias a serviço das famílias. O bairro conta com duas escolas, uma primária e a outra secundária, ambas construídas com recursos da empresa. Possuem boas instalações físicas, além de residências para os professores, residências para estudantes (vindos de outras localidades), galpões para os cursos profissionalizantes de curta duração que são oferecidos aos jovens pela própria empresa⁶¹ e um posto de saúde em condições precárias de funcionamento.

Realizamos duas entrevistas com os líderes da comunidade, com o objetivo de compreender a situação daquelas famílias. O entrevistado E02, ao ser indagado sobre o acordo com a Vale, respondeu que a empresa não cumpriu com seu compromisso da construção de casas com a devida segurança, nem em relação aos terrenos, que deveriam ser da mesma dimensão dos seus de origem, as machambas com terras férteis e próprias para plantio, animais para criação e sementes para as plantações. No que tange às casas, disse-nos que, quando viu a casa construída sem alicerce, firmada apenas sobre um plástico preto, ficou assustado e frustrado com o desrespeito por parte da empresa – “ninguém constrói uma casa neste modelo”, ressaltou o entrevistado.

Para o E02, a empresa não estabelece mais diálogo com as famílias desde as manifestações organizadas entre 2010 e 2013. De acordo com ele, reside aí uma estratégia política por parte do governo, de proibir qualquer relacionamento entre empresa e famílias:

E02: Mas quem está a estragar tudo isso é o governo central, que dita as suas regras. Descobrimos isso quando o governo distrital, por ordem do presidente, mandou chamar os responsáveis pela Vale em Moçambique, para lhes dizer que os mesmos não são autorizados a entrarem nas comunidades reassentadas para fazer qualquer diálogo, com riscos de serem agredidos pelos reassentados. Só o governo é que pode vir aqui para nos mentir apenas. Nós, as vítimas do

⁶¹ Os cursos oferecidos são: soldadura, mecânica industrial e serralheria, com a duração de três meses. Trataremos no capítulo 4 sobre a proposta de formação oferecida.

reassentamento, não temos espaço para diálogo com esta empresa. Se as negociações estivessem a ser feitas entre a empresa e a comunidade, muitos impasses teriam sido resolvidos. Temos conhecimento de que a Vale vai ao governo para deixar alguma coisa para nós, mas isso nunca chega ao nosso alcance. Na fazenda modelo, existem bois com a finalidade de passar para nós, porém, vieram nos dizer que aqueles animais, a partir desse momento, são do governo, e é ele que determina o que fazer.

Inicialmente, a empresa construiu a casa para cada família, curral e pomar visando trazer esses animais para cada reassentado. A empresa não faria isso para nada. Era para dar animais e mudar a nossa vida. De onde saímos era uma zona habitual que, ao amanhecer, cada pessoa ia fazer carvão, produzir tijolos, atividades agrícolas e aqui, por ser uma zona nova, é difícil. Mesmo se alguém produzir carvão, onde vai vender? Estamos parados, não trabalhamos e não temos nada para fazer. A própria terra que nos deram não é propícia à agricultura. Deram-nos machambas só para constar em seus relatórios, porque elas estão cheias de pedras, não produzem nada, nem mesmo feijão.

Estamos vivendo e vendo a fome assolar muita gente. Fizemos uma carta à empresa, pedindo o apoio em alimentação e sabemos que a Vale assim o fez, porém, o governo utilizou esse dinheiro para comprar a comida sim, dividiram entre eles o que sobrou do valor, depois foram distribuir a outras comunidades do país e, por último, vieram nos trazer o que sobrou. Nós devolvemos o que ganhamos, porque estavam a dar meio quilo de arroz. Não valia a pena. O que fazer com um copo por cada família? É a mesma coisa que morrer de fome. Acho que o problema nosso não é com a Vale em si, e sim com o governo... ele não quer que saíamos dessa situação. A empresa comprou uma ambulância para o hospital do bairro, porém o governo veio levá-la, alegando que devia servir ao governo e ao povo, e não somente a nós. E esta ambulância nos foi dada porque, em 2010, fizemos uma manifestação exigindo melhores condições no reassentamento. A empresa, além de comprar a ambulância, colocou rede elétrica nas ruas, tanques de

água comunitário. Fez muita coisa que estava dentro do nosso acordo. Tudo que ganhamos com nossas reivindicações o governo nos tirou, alegando ser propriedade e uso do Estado, e não só de uma comunidade. Em caso de doença grave, como a malária, muitas vezes a pessoa morre, principalmente as crianças, ao esperar a ambulância, que está longe da comunidade. Quem estragou tudo foi os representantes do governo. (E02).

Para nós, ficou evidente a relação que o entrevistado faz entre a empresa e o governo. Em seu entendimento, a empresa cumpre com as normas impostas pelo governo, e não com o compromisso feito com as famílias reassentadas, do mesmo modo que o governo não exige que os compromissos sejam cumpridos pela empresa. Ressaltou que a empresa tem um forte aliado – o governo do país, inclusive quando ela precisa da força militar para coagir, impedir uma reação, como ocorreu com a manifestação de 2012, bloqueando uma parte da ferrovia que transportava o carvão até o porto de Nacala. As famílias foram agredidas pelo exército, o que resultou em vários manifestantes com ferimentos graves. “O governo é conivente com a Vale e com o que ela faz”.

Quando chegou a Cateme, a população tinha a expectativa de trabalhar na empresa, como haviam prometido. Contudo, na conversa com o E02, isso apareceu como mais uma promessa não cumprida para nenhum dos reassentamentos.

Desde o início, a Vale traz seus funcionários de fora. Eles não nos dão emprego. Quando demitem trabalhadores, contratam pessoas de Maputo. Os cursos que eles oferecem aos nossos jovens é pura enganação. Não os querem como seus trabalhadores, entende? Tudo aquilo não passa de um engano, somente para atrapalhar e iludir as pessoas. Na Vale, há muitos trabalhadores de Maputo, da Beira e do Brasil e daqui mesmo, de Tete, do distrito e dos reassentamentos não contratam e quando contratam é para o trabalho pesado ou de risco e para pouco tempo. Nosso reassentamento tem muitos desempregados, inclusive eu, que estou desempregado desde quando cheguei. A promessa desta empresa era de contratar os reassentados que estavam desempregados e que seriam prioridades, mas vão lá e vejam quais são os trabalhadores dos

reassentamentos. Nos falavam, nas negociações, que ficariam a explorar as minas por 35 anos e nesse tempo os reassentados iriam trabalhar até envelhecer, e assim com nossos filhos. Era só para nos enganar[...]. (E02).

Coelho (2016) chama-nos a atenção quanto às perspectivas de trabalho nas regiões em que a mineração de larga escala está inserida. Para o autor, os postos de trabalho são diminuídos drasticamente, por contar com postos especializados e maquinarias com altas tecnologias. Por outro lado, estima-se que em média 69% da população que vive em condições de extrema pobreza, estão concentradas em países primário-exportadores. E ainda, as minas de pequena escala ocupam um grande número de trabalhadores em condições de trabalho sub-humanas e atendem o mercado informal destes países. Considera que:

A oferta de mão de obra no local onde é realizada a extração mineira se torna inelástica devido à automação e a mecanização do processo produtivo em minas a céu aberto. Isto exige uma mão de obra especializada e inexistente de modo geral nas regiões mineradas. Esse trabalhador vem geralmente de outras regiões e até outros países. Os cargos de baixa exigência técnica costumam ser preenchidos por empresas terceirizadas que, aí sim, utilizam da abundância da oferta da mão de obra local e de contingentes populacionais que migram para as regiões mineradoras em busca de trabalho. (COELHO, 2016, 181).

Sobre os postos de trabalho e as promessas feitas pela Vale S.A. aos reassentados, a reflexão de Coelho aborda a precarização e a falta de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores nas regiões mineiras como é o caso dos reassentamentos de Moatize/Moçambique, mas também se observa a mesma situação no Brasil, principalmente nas regiões do Pará e Minas Gerais, visto que “a ênfase na criação de empregos é parte fundamental da entrada e continuação da presença das mineradoras em regiões mineradas. Na verdade, a megamineração é intensiva em capital e não em trabalho, assim são poucos os postos de trabalho criados” (COELHO, 2016, p. 182).

O entrevistado E03 ressaltou que a Vale não os obrigou a sair das suas terras. A saída foi consequência de promessas vagas que lastrearam um acordo infundado, sem nenhum documento que os assegurasse legalmente:

Acreditamos nas promessas tanto do governo quanto da Vale. A empresa (Vale) negociou conosco até chegarmos a um entendimento. Viemos de Chipanga. Prometeu-nos uma vida melhor, que nossas casas teriam quartos para nossos filhos e com móveis novos em cada cômodo, animais nos currais, machamba boa para o plantio. Quando chegamos aqui, não encontramos nada daquilo que nos disseram e que nos foi prometido. Só nesse momento que nos demos conta que tínhamos sido enganados! (E03).

Nesse reassentamento, a Vale também possui uma fazenda modelo, administrada por uma equipe de profissionais do Brasil ligados à empresa. É importante salientar que a terra também foi concedida pelo governo à empresa. Junto com as demais terras para a construção da mineradora – o governo concedeu mais de 80% das terras do distrito de Moatize – é o distrito mais atingido pelo megaprojeto. Testemunhamos, na visita aos reassentamentos, que não só aquelas famílias, mas as famílias moçambicanas que vivem na zona rural (o equivalente a 70%, em média, da população do país) têm a terra como um bem maior. Para elas, a terra significa vínculo com seus ancestrais, com seus entes já falecidos, com a cultura, costumes, valores e com a própria comunidade local⁶². No momento em que são retiradas de suas terras, arranca-se delas todo esse processo histórico.

As empresas mineradoras utilizam-se de inúmeras estratégias de convencimento a uma população ou a um Estado para instalar seus projetos. No caso dos megaprojetos, como o projeto Vale-Moçambique, Vale no Pará dentre outros, a empresa utilizou-se estrategicamente dos mecanismos do aparelho de Estado para solidificar o discurso do desenvolvimento que a mineração traria a região e ao país na lógica de criação de postos de trabalho, melhorias nas condições de vida das famílias, dos impostos que conduziria o município e o Estado ao desenvolvimento econômico e social crescente (COELHO, 2016). Como bem assinala Fontes (2014) é impossível separar o econômico do restante da existência humana.

Tampouco há uma “instância” política capaz de definir projetos e levá-los a cabo como tarefa “racional”, aparentada à idealização da atividade empresarial,

⁶² Na cultura africana, mais precisamente na cultura moçambicana, a família possui características particulares, ou seja, o grupo que pertence a uma mesma etnia constitui-se como membros da família (Diário de Campo, 2016).

transferida para a atuação de gestores, políticos ou *think tanks* atuando no plano nacional ou internacional. Projetos, embates e lutas são o fundamento real e a forma mais concreta da historicidade; o papel organizativo das entidades políticas e associativas (e dos seus formuladores e gestores) é fundamental para a condução de tais embates. Não obstante, nem sempre nos deparamos com lutas claras e bem delineadas ou com uma fronteira nítida entre as classes; as lutas de classes muitas vezes ocorrem de maneira discreta, mediante inúmeras tensões surdas. O resultado não é, portanto, um fio linear; a história não é uma teleologia, e nem mesmo os setores capitalistas mais poderosos decidem seus rumos. Eles têm, de fato, muitos poderes; dominam, conspiram, manipulam e podem, temporariamente, infletar, acelerar ou retardar tendências. Mas as contradições efetivas brotam sem cessar, e as lutas sociais assumem formatos camaleônicos e cambiantes. (FONTES, 2014, p. 4).

No palco destes embates que o membro e diretor da Associação de Apoio Jurídico às Comunidades (AAAJC) – esta organização tem por objetivo oferecer assessoria jurídica às comunidades atingidas pelos megaprojetos – Rui de Vasconcelos Caetano ressaltou que os reassentamentos trouxeram somente desgraças às comunidades. De acordo com o entrevistado⁶³, a partir do momento em que as pessoas são tiradas dos seus lugares de origem, onde possuem vínculo social e econômico e são distanciadas – algumas foram para Cateme e outras para o 25 de Setembro – há um rompimento com essa coesão existente entre elas, o que faz com que percam toda a capacidade de refazer as suas vidas. Isso reflete-se no agravamento econômico, no aumento da pobreza e no abandono total das famílias. Para ele, é difícil devolver às famílias o que lhes foi tirado, pois junto com a terra, as despiram de todo o sentido da existência humana.

Para Rui de Vasconcelos os problemas enfrentados pelas famílias reassentadas com os investimentos das empresas Vale, Jindal, Rio Tinto e outras são comuns: a fome, a pobreza aguda, a violência, a falta de terra produtiva e de meios para o seu sustento. As famílias estão entregues as escassas fontes de recursos. Conceituamos que a visita ao reassentamento e

⁶³ Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2016 na Sede da Associação de apoio jurídico às comunidades (AAAJC) – diretor executivo, Rui de Vasconcelos Caetano.

a possibilidade que tivemos de conversar e conhecer algumas famílias nos levaram ao pensamento de Karl Marx que é tão real e se traduz para essa dinâmica entre o grande capital e o ser humano que ali se encontra: “o capital não tem a menor consideração pela saúde ou duração da vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o força a respeitá-la” (MARX, 2010, p. 312).

Do mesmo modo que nos levou a expor as semelhanças existentes entre as consequências devastadoras da mineração no Brasil, principalmente no sudeste do Pará (região norte) e em Mariana (Minas Gerais). Os dois estados brasileiros são os que concentram a maior parte da mineração do Brasil. No Pará, a grande concentração está no sudeste do Estado, visto que é uma região de fronteira agrícola amazônica, por isso uma região onde ocorrem muitos conflitos com a população local. A professora Célia R. Congílio aponta os efeitos causados pela mineração:

devastação das florestas; aniquilação de comunidades tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas entre outros); destruição da agricultura familiar e envenenamento pelos agrotóxicos do agronegócio; processos migratórios que originam urbanizações caóticas e que servem à formação de força de trabalho em condições precarizadas; expansão do narcotráfico e da prostituição infanto-juvenil; alta mortalidade de jovens das periferias, alvos do crime organizado e das milícias, para ficarmos apenas nesses. (CONGILIO, 2013, p. 1).

Coelho (2016) lembra que o Projeto Grande Carajás (PGC) modificou várias das cidades do sudeste do Pará e do Maranhão. Criou-se a hidrelétrica de Tucuruí para atender as demandas do PGC; construiu o porto da Ponta da Madeira, a reforma do porto de Itaqui, ambas em São Luís, o crescimento de Marabá, foram mudanças impostas para a criação e expansão do projeto. À esteira da Vale estavam as construtoras – Andrade Gutiérrez, Odebrecht e Queiróz Galvão, que entraram no projeto com a construção de toda a infraestrutura. O Complexo de Carajás encontra-se localizado na Floresta Nacional de Carajás que é uma área de conservação assim como a principal serra dos Carajás. A serra possui um complexo de cristais e chapadas que se encontra entre os rios Itacaiúnas e Parauapebas. Coelho (2016, p. 210) assim descreve o complexo:

O Complexo Grande Carajás é formado por mina, áreas de beneficiamento, porto e ferrovia. Quando do início das atividades em Carajás, suas reservas foram avaliadas em 18 bilhões de toneladas de minério de

ferro, com teor médio de pureza de 66,13%. O complexo da mina de Carajás é dividido em quatro setores: Serra Norte, Serra Leste, Serra São Félix e Serra Sul. A Serra Leste foi a primeira a começar a ser explorada, iniciando em 1984 a extração mineral na mina N4E. Na Serra Leste também estão localizadas as minas N4WC, N4WN e N5. São minas a céu aberto com estrutura de beneficiamento (peneiramento, hidroclonagem, britagem e filtragem) resultando em minério granulado, *sínter feed* e *pellet feed*. O Complexo de Carajás engloba a operação com cavas em bancadas e transporte por caminhões a uma distância média de 2,7 Km até as instalações de beneficiamento. Para cada tonelada de minério é gerada 1,16 tonelada de estéril.

Outro projeto que está sendo implantado na região e já consta como novo foco de atividades da Vale na região é o Projeto S11D. De acordo com o autor, é uma das maiores reservas do mundo ainda não explorada com minério de teor de pureza acima de 66,48%. A proposta de implantação do projeto seria a partir do segundo semestre de 2016 com a instalação de mina e usina de processamento⁶⁴ (COELHO, 2016). A pesquisadora e professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Célia R. Congílio (2013, p. 2) afirma que,

A indústria mineradora e a siderurgia respondem na região do sudeste do Pará por duas grandes frentes de atividades predadoras: a atividade industrial das siderúrgicas, alimentada pelo ferro e pelo carvão, leva, por um lado, a uma intensa atividade madeireira e devastação da floresta nativa. Por outro lado, a mineração de lavra tem poluído rios e nascentes e, ao mesmo tempo em que expulsa lavras camponesas, comunidades indígenas e ribeirinhas de suas terras,

⁶⁴ Ressalta-se que o Estado brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o principal parceiro da Vale para a implementação e ampliação dos negócios da Vale S.A. no Brasil e nos demais países onde está inserida. Outra informação importante é que 34% do capital total da Vale é controlada pela Valepar, e o Governo Federal possui 5,3%. A Valepar tem por seus acionistas a Mitsui, o Bradespar, o BNDESPar e os fundos de pensão Previ, Funcef, Petros e Fundação CESP (GARCIA; KATO, 2016).

atrai trabalhadores desempregados de outras regiões, contribuindo para uma acelerada e caótica urbanização.

É uma região fortemente marcada pelos conflitos agrários, uma vez que os setores agropecuários e do agronegócio se instalaram de forma violenta invadindo grandes áreas rurais. Este processo provocou e ainda causa expulsão dos camponeses de suas terras (CONGÍLIO, 2013).

Nesse sentido, destaco resumidamente os impactos que Coelho (2016) aponta como resultados de um processo desenfreado de extração de minérios nos vários municípios brasileiros, africanos, canadenses, destacando os impactos socioeconômicos, ambientais e socioculturais. A superexploração do trabalho, os acidentes e as questões trabalhistas; as violações ambientais; remoção violenta das populações locais; a expropriação de terras; o crescimento exacerbado dos centros urbanos próximos às áreas de mineração; os reassentamentos construídos em condições deploráveis; o aumento da pobreza, da fome e da violência; o rompimento de barragens e represas de rejeitos como ocorreu com a barragem do Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km da cidade de Mariana/Minas Gerais.

De acordo com Milanez e Losekann (2016), o triste fato ocorrido em Mariana envolvendo a mineradora Samarco S.A., uma *joint-venture* entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton, foi o maior desastre já ocorrido com barragens de rejeitos de mineração do mundo. Na análise dos autores o que ocorreu vai muito além de perdas materiais, pois foram perdas humanas e ambientais prolongadas. Como bem afirma Padre Dário Bossi (*in*: IGLESIAS Y MINERÍA, 2017), membro da rede Justiça nos Trilhos e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, em nota que o desastre de Mariana nos mostrou mais uma vez que a “mineração mata e é insustentável e que o discurso de preocupação social e ambiental das muitas empresas de mineração é hipócrita”.

No enfrentamento contra os megaprojetos de mineração e agronegócio no Brasil, e no continente africano em particular, o papel de atores sociais e ativistas une-se a organizações e movimentos sociais como, Rede Justiça nos Trilhos, Justiça Ambiental, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão de Justiça e Paz, Comitê Nacional em Defesa dos Territórios (Latino-americano, africano), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Atingidos pela Vale, União Nacional dos Camponeses (UNAC/Moçambique), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Movimentos e Grupos internacionais ligados a Campanha Não ao ProSavana, Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Movimento

internacional Pan-Africanismo, dentre outros, integrando um conjunto de ações políticas, debates, denúncias, manifestações e reivindicações com o objetivo de lutar contra todos os tipos de atrocidades próprias do processo político-econômico em curso, que expressa as faces do capital-imperialismo. Estas formas do capitalismo pautam-se na

Exacerbação – econômica, social e política – da forma peculiar, desigual e combinada, pela qual se realiza uma ainda precária – e esperemos jamais completada – generalização capitalista sobre o planeta. Trata, pois, de tentar apreender as modificações do capitalismo, sob seu formato imperialista, abordando suas dimensões propriamente econômicas, mas sem descurar das transformações sociais, políticas, culturais e ideológicas que o integram. O gigantismo do escopo do capitalismo contemporâneo envolve novas e crescentes contradições, em quase todas as dimensões da vida social. (FONTES, 2014, p. 5).

Nessa perspectiva, as imagens abaixo mostram com certo grau de profundidade a realidade concreta de inúmeras famílias moçambicanas vítimas da exploração e da expansão das relações sociais capitalistas baseadas numa matriz neoextrativista marcada por conflitos socioambientais e humanitários.

Figura 9: Imagens do Reassentamento Cateme – Distrito de Moatize.



Fonte: Fotos captadas no Trabalho de Campo pela autora (2016). As imagens mostram a comunidade do reassentamento de Cateme. O acolhimento de um dos líderes da comunidade que nos acompanhou na visita. Assim como a visita a uma família de nove membros e que a casa construída pela empresa Vale está toda segurada com pedras que foram colocadas pela família com a ajuda de vizinhos. O Centro de Saúde, como relatado pelo líder, tem seu funcionamento somente emergencial, sem condições para casos de saúde graves como a malária, recorrente na região, porém, o Centro de Saúde possui ambulância, contudo, está no distrito de Moatize e atende todo o distrito.

Atestamos um fato concreto, e não uma opinião, diante da situação dos reassentamentos construídos pela empresa brasileira. Em uma das casas visitadas, a senhora nos disse que estava aguardando com apreensão o período das chuvas porque a casa, desta vez, não aguentaria, cairia sobre ela e os filhos.

Rossi (2015) pontua que a relação do Brasil com Moçambique foi marcada por muitas expectativas de que o Brasil ajudaria os moçambicanos a se desenvolver, principalmente com a presença da Vale naquele país. Contudo, o que observamos é que os investimentos aumentaram com a Vale e outros megaprojetos internacionais, por sua vez a população sofre ainda mais com as consequências devastadoras desse desenvolvimento desumano, próprio do capitalismo atual.

Mosca e Selemane (2012, p. 16-17) entendem que as situações provocadas pelas empresas demonstram a incapacidade do Estado de minimamente governar, fiscalizar e gerenciar os conflitos, como é o contexto da província de Tete:

- A Direção Provincial do Ambiente não possui técnicos qualificados suficientes, laboratórios e outros meios para o exercício de atividades de fiscalização e monitorização.
- O Governo Provincial outorga-se a representatividade dos camponeses junto das multinacionais nas negociações acerca da deslocação das populações. E quando existem conflitos, qual o posicionamento? O Governo é sempre tido como porta-voz e defensor das empresas mineiras como aconteceu quando da revolta popular de 10 de Janeiro de 2012 em Cateme.
- Foram detectadas ligações perigosas entre as empresas mineiras e o governo provincial, como, por exemplo, pagamento de viagens para visitas, deslocações de troca de experiências, financiamentos de cursos de curta duração, etc.
- A Direção Provincial de Recursos Minerais e Energia revelou desconhecimento sobre os contratos entre as empresas e o governo. Pode especular-se sobre quem sabe, na governação a nível central, desses contratos. A ausência de transparência e arrogância manifestam-se no secretismo e não prestação de informação, recusas em responder a cartas e acusações de anti-patriotismo a quem procura pesquisar.

De acordo com Garcia e Kato (2016), após os vários conflitos ocorridos entre as comunidades atingidas e a empresa Vale, de repercussão internacional, percebeu-se por parte do governo moçambicano mudanças na legislação, com a criação de códigos e marcos regulatórios a fim de regularizar e monitorar as ações das mineradoras no país. O Estado promulgou nova legislação para a mineração e petróleo que garanta a participação do Estado na exploração e para fins tributários. Por parte das empresas verificou-se um aumento considerável em relação à responsabilidade social das empresas com qualificação profissional, centros de treinamentos, etc. Assim como melhorias em estradas que ligam os reassentamentos ao distrito de Moatize, criação de programas agropecuários com doação de animais, construção de caixa d'água (GARCIA; KATO, 2016). No entanto, mesmo com estas mudanças mencionadas pelas autoras, ainda é dramático a situação das comunidades como foi possível conhecer a partir da pesquisa de campo.

A população, atingida pela expansão devastadora do capital, com o consentimento do Estado, que atende primeiramente aos interesses das empresas e do capital, busca apoio nas organizações da sociedade civil como a Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), a Associação de Apoio Jurídico às Comunidades (AAAJC), a Justiça Ambiental (JA), a Liga dos Direitos Humanos de Moçambique, dentre outras, como o Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale, que se unem para amenizar os danos causados e garantir os direitos das comunidades, do meio ambiente e os direitos sociais, para que não sejam violados. Segundo Rui de Vasconcelos Caetano, a partir do momento em que as comunidades tomam conhecimento das violações de seus direitos, inicia-se um processo de organização da luta que, muitas vezes, provoca conflitos, no entanto, não caem em outras armadilhas do capital. A carta do professor português Boaventura de Sousa Santos critica severamente a situação das famílias vítimas dos megainvestimentos do capital internacional em Moçambique, intitulada “Moçambique: a maldição da abundância?”:

A “maldição da abundância” é uma expressão usada para caracterizar os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais objeto de cobiça internacional. A promessa de abundância decorrente do imenso valor comercial dos recursos e dos investimentos necessários para o concretizar é tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento econômico, social, político e cultural. [...] As grandes multinacionais, algumas bem

conhecidas dos latino-americanos, como a Rio Tinto e a brasileira Vale do Rio Doce (Vale Moçambique) exercem as suas atividades com muito pouca regulação estatal, celebram contratos que lhe permitem o saque das riquezas moçambicanas com mínimas contribuições para o orçamento de estado (em 2010 a contribuição foi de 0,04%), violam impunemente os direitos humanos das populações onde existem recursos, procedendo ao seu reassentamento (por vezes mais de um num prazo de poucos anos) em condições indignas, com o desrespeito dos lugares sagrados, dos cemitérios, dos ecossistemas que têm organizado a sua vida desde há dezenas ou centenas de anos. (SOUSA SANTOS, 2012, s/p).

A prática da exploração dos recursos minerais – patrimônio do povo moçambicano – é negociada/disputada pelo capital internacional e assumida pela elite moçambicana que compõe o poder em Moçambique, num contexto de tirar proveito dessas riquezas em detrimento das comunidades locais. A província de Tete, principal província com potencial de recursos naturais evidencia, por um lado, a quantidade de riquezas e, por outro, a destruição da natureza, com famílias reassentadas em condições subumanas e sujeitas a trabalhos deploráveis, ou expostas ao risco de morte. Na opinião discursiva do Estado moçambicano e das empresas, esses grandes investimentos são sinônimos do desenvolvimento que alavanca a economia do país e que, consequentemente, combate a pobreza, no entanto, este desenvolvimento pode ser traduzido em “lucratividade do capital”. (FONTES, 2016, p.2).

Castel-Branco (2008) frisou que a entrada dos megaprojetos ligados à mineração em Moçambique foram promessas de retorno positivo ao cofre do Estado, fazendo com que o Estado se libertasse da dependência econômica dos países e organismos internacionais doadores. No entanto, verificou-se uma generosidade imensa do Governo Moçambicano em atribuir incentivos fiscais às empresas, por mais que tenha revisto a legislação fiscal do país. O autor chama a atenção para as 10 maiores empresas ligadas a megaprojetos que não se enquadram entre os 10 maiores contribuintes fiscais.

3.5. COOPERAÇÃO SUL-SUL, A INSERÇÃO BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE E O AGRONEGÓCIO

Entre os setores de grandes investimentos estrangeiros em Moçambique destaca-se o agronegócio, com distinção ao agronegócio

brasileiro. De acordo com Vicente Adriano, o que está ocorrendo em Moçambique nos últimos 15 anos é um processo de ‘recolonização’ quando, diante de um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tão baixo e problemas com a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional que atinge em média 43% das crianças menores de cinco anos, com desnutrição crônica, o Estado moçambicano, aliado à burguesia moçambicana, encontra saída na abertura de seu patrimônio cultural e natural ao capital estrangeiro, nesse caso específico, ao agronegócio (*in*: IHU-UNISINOS, 2015).

Vicente Adriano declara que essa solução do Estado para o problema da miséria e da insegurança alimentar e nutricional é infundada, uma vez que o país já está vivendo essa experiência de grande produção de alimentos, em vista da exportação em grande escala e, contrariamente, as famílias moçambicanas são expulsas de suas terras, deixando de produzir alimentos para a sua sobrevivência. Para ele, os camponeses, que representam mais de 70% da população total do país, são os principais produtores dos alimentos que abastecem a população moçambicana (*in*: IHU-UNISINOS, 2015). Nesse âmbito, Garcia (2012), referenciando Wood (2005), compreende a essencialidade que possui o Estado para o capital. É ele que cumpre a função fundamental para a manutenção das condições de acumulação do capital, tanto nas economias imperialistas quanto naquelas subordinadas ou imperialistas subalternas.

Bernardo (2016), em dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Ceará, argumenta que Moçambique está imerso em um ‘neocolonialismo’ que não tem somente nos países imperialistas os seus principais colonizadores. O BRICS é um exemplo de que países em desenvolvimento ou capital-imperialistas subalternos também estão inseridos nesse processo de superexploração do conjunto das riquezas do país. O que Bernardo denomina de “neocolonialismo” para o processo que Moçambique e outros países africanos estão vivenciando nos últimos anos, Fontes (2014) analisa como um movimento de imposição externa que aliado às burguesias locais e Estado – incorporam ao que a autora chama de “formas desiguais e combinadas constitutivas da expansão capitalista”.

A incorporação desses países à rede fabril e comercial multinacional não apenas derivou de uma imposição externa, como dependeu também de posturas ativas de burguesias locais e da sua capacidade de acumulação, de organização e de controle do Estado. Realizaram uma adesão ativa ao capital-imperialismo, além da sua defesa institucional (mediante ajustes legais), social e política, como veremos mais adiante. Esse é o segundo

traço que destacamos, o do duplo movimento – interno e externo – de incorporação de países secundários ao capital-imperialismo, em processo que envolve não somente imposição externa, mas consolidação de burguesias locais e de Estados. Esse traço exige analisar as formas desiguais e combinadas constitutivas da expansão capitalista, certamente diverso segundo os variados países. Pode-se entretanto afirmar que, dentre os países do BRICS, ocorreu uma profunda e significativa expansão das relações sociais capitalistas, tanto pela existência de processos de industrialização, como pela transformação do conjunto da vida de extensas parcelas da população. (FONTES, 2014, p. 75-76).

A expansão geográfica e o aprofundamento das relações capitalistas em Moçambique dão-se por meio das indústrias extrativas e do agronegócio, com a concessão de terras férteis em várias regiões do país, como Nampula, Niassa, Zambézia, Cabo Delgado, Manica, dentre outras, para a produção de soja, cana-de-açúcar, banana, eucalipto e pinheiro. O avanço desses grandes empreendimentos ocorre de forma drasticamente rápida com o grande capital internacional, como o Projeto ProSavana, no corredor de Nacala, através da cooperação trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique, cujas metas são o desenvolvimento logístico e a produção agrícola em grande escala. A figura 10 mostra toda a área do corredor logístico de Nacala, que nos remete à fala de uma camponesa (E05) entrevistada em Nampula no dia 28 de outubro de 2016:

A terra é nossa vida. Se nos tirarem a terra, estão tirando nossas vidas, principalmente de nós, mulheres camponesas. Vivemos e somos a terra. Nossa relação com a terra é muito mais que só produzir milho, arroz, amendoim... é uma relação de proteção, de cuidado, de vida... os investidores não estão preocupados conosco e muito menos com a nossa terra. (E05).

Figura 10: Abrangência do Corredor de Nacala – Moçambique.



Fonte: CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte (2017). Mapa do corredor logístico de Nacala.

O projeto prevê a utilização de 14.5 milhões de hectares de terras. Vemos aí os vínculos diretos entre a mineradora Vale, nessa região, e os investimentos propostos pelo ProSavana, no corredor de Nacala – os interesses se misturam e ambos compõem parte da política de cooperação triangular entre Japão, Brasil e Moçambique. O corredor envolve um sistema integrado de logística e de transporte. Como exhibe o mapa anterior (figura 10), o corredor equivale a um percurso utilizado para dar vazão à produção do norte de Moçambique, Malawi, Zâmbia e República Democrática do Congo, além do transporte férreo do carvão da Vale extraído em Moatize/Província de Tete para o porto de Nacala, que pertence à província de Nampula. É nesse corredor que se pretende implantar o ProSavana e outros projetos ligados a grandes empresas internacionais, fazendo centenas de comunidades rurais perderem suas terras, sob ameaças constantes do capital e do Estado. A figura 11 traz o mapa com os distritos que estão ameaçados pela implantação do ProSavana.

Figura 11: Imagem do mapa dos distritos afetados pelo ProSavana.



Fonte: DEUTSCHE WELLE (DW), 2017. Imagem retirada do Portal DW.com da matéria divulgada no dia 06 de abril de 2017 sobre o ProSavana – “Sociedade civil moçambicana quer paralisação do ProSavana”.

Os representantes (E04 e E05) da União Provincial dos Camponeses de Nampula forneceram-nos uma entrevista no dia 28 de outubro de 2016, na cidade de Nampula, conforme já previa a pesquisa de campo realizada naquele país. Sublinharam, nessa conversa, a importância que essa organização tem junto aos camponeses no enfrentamento aos grandes investimentos ali instalados. Realçaram a necessidade de as comunidades e os distritos se organizarem para essa luta. Para eles, os camponeses estão vivendo sob a ameaça dos megaprojetos e do próprio Estado, o grande aliado dos interesses do capital internacional. Relataram sobre a amplitude do ProSavana⁶⁵, que compromete e ameaça o direito que têm de permanecer em suas terras, deixando-os vulneráveis diante dos projetos de desenvolvimento

⁶⁵ Documentário como indicação para reconhecer alguns elementos sobre a dimensão do ProSavana em Moçambique, intitulado “Somos Carvão?”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jICcw3AupXs>.

no país. Disseram, ainda, que a luta é contra todos os tipos de investimentos que ameaçam esse direito constitucional. O entrevistado (E04) reforçou:

Nós trabalhamos e produzimos o suficiente. O que nos falta são as melhorias para fazer aumentar nossa produção. Mesmo com enxadas de cabo curto, criamos condições para produzirmos sem depender do governo, mas até quando vamos continuar assim? Queremos aderir às tecnologias, só que não obrigatoriamente. Somos pessoas adultas, conseguimos sentar, dialogar e avaliar a utilidade de uma tecnologia. Não queremos que o governo chame pessoas estrangeiras para virem aqui em nosso país para utilizar do que é nosso e dizer que estão nos ensinando a usar as tecnologias. O que queremos é que o governo busque o camponês e dê a ele a oportunidade para utilizar o trator, a plantadeira, a colheitadeira e outros maquinários. Só que o governo faz tudo ao contrário, traz a pessoa de fora, de outro país, para montar a sua tecnologia e nos tomar a terra. É isso que nos preocupa bastante. Ainda não nos vemos como produtores, nem nos apresentamos como tal, porque estamos trabalhando na terra do mesmo jeito que nossos pais. (E04).

Para o entrevistado E04, o enfrentamento contra os grandes investimentos é hoje o maior desafio que os camponeses enfrentam, por isso somam-se a essa luta organizações da sociedade civil moçambicana, como a Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU); União Nacional dos Camponeses (UNAC), Justiça Ambiental (JA) e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula (CaJuPaNa). Elas unem-se a outras organizações e movimentos sociais, tanto do país como de outros países como, por exemplo, Brasil e Japão e outros países, e buscam denunciar as atrocidades provocadas por esses investimentos e pelo Estado

às comunidades camponesas⁶⁶. O E04 comenta sobre a proporção desse programa:

Falar do ProSavana é falar de muita terra. É muito preocupante! Somos integrantes do movimento do campesinato e estamos falando de um projeto que vai utilizar uma dimensão de 14.5 milhões de hectares de terras ao longo do corredor de Nacala. Esse número representa muito. Outra coisa que nos preocupa é o discurso do governo moçambicano de que em Moçambique tem muita terra abandonada que não está sendo usada de forma adequada. Mas onde está essa terra abandonada e que não se usa? Podemos sair daqui e levar você para conhecer o território dessa província e você não encontrará nem mesmo 10 hectares sem uma casa, sem machamba, árvores de cajueiros e nem mangueiras.

Quando chega o grande investidor, o governo arranca do camponês a machamba e entrega a ele. [...] Temos terra, sim, para nós moçambicanos, e não para o investidor. Nós não temos emprego, confiamos na terra para produzirmos. Parte da nossa produção vendemos e é o que alimenta o país e a outra, guardamos para o nosso consumo. A parte que vendemos nos ajuda com gastos em hospitais quando adoecemos, satisfazemos as nossas necessidades, compramos material escolar para os nossos filhos. Agora se nos tiram a terra, significa que está nos eliminando. Se temos a terra, não precisamos de metical.

Graças a Deus, estamos lutando contra o ProSavana e queremos sair vitoriosos, embora tenha havido tentativas de manipulação e ameaças de morte, mas não desistimos. Reivindicamos que o processo fosse feito através de consultas públicas, que até chegaram a acontecer, com muitas limitações e não aceitamos. Vou dar um exemplo de como aconteceu: só poderia

⁶⁶ Em agosto de 2013 foi realizada, na cidade de Maputo (capital de Moçambique), a Primeira Conferência Triangular dos Povos, ocasião em que se reuniram mais de 60 movimentos sociais (ambientalistas, camponeses, pesquisadores, estudantes e outras organizações da sociedade civil) do Japão, Brasil e Moçambique, para discutir o programa ProSavana e seus desdobramentos e, ao mesmo tempo, criar mecanismos e estratégias de resistências para o seu enfrentamento.

participar da consulta se ganhasse o convite e sabe quais foram as pessoas que foram convidadas? A maior parte eram professores, enfermeiros e membros do governo, como o chefe do posto administrativo e da localidade e muitos desses nem sabiam do Prosavana. Foi um processo de cooptação sob ameaças, porque poderiam perder suas funções ou seus empregos, por isso, consentiam com as propostas ali apresentadas pelo governo e países envolvidos. A senhora Justina e o marido foram notificados com duras ameaças após terem entrado na sala sem convite e falado publicamente sobre o que esse projeto representa para o país. No posto administrativo onde ela mora, houve a consulta e os camponeses foram alertados por eles para não acreditarem nas propostas do governo e quando a equipe responsável pela consulta chegou e apresentou a proposta do investimento, as pessoas foram rejeitando e abandonando a sala. Foi uma vitória dos camponeses! (E04).

Estima-se que as audiências junto às comunidades não parem. Pela segunda vez elas voltam à ação a partir de junho de 2017, como já pronunciou o governo. Contudo, a estratégia das autoridades governamentais em relação à liberdade de reivindicar, de se organizar ou de se expressar é a da repressão e coerção por parte do Estado, que se une ao grande capital ao lado oposto da luta dos camponeses. De acordo com alguns depoimentos de entrevistados nas regiões do país por onde passamos, essa forma é ainda mais perceptível quando se trata de comunidades distantes do meio urbano, pois estão mais suscetíveis a punições.

Ainda se referindo ao ProSavana, o E04 narrou que, diante de reações e mobilizações das comunidades camponesas junto às organizações

integradas à Campanha *Não ao ProSavana*⁶⁷, o Estado e os investidores não estão se identificando só no âmbito do programa. O entrevistado deu um exemplo concreto dessa situação que está ocorrendo diariamente em Nampula:

Nos últimos tempos, os investidores não estão se identificando como parte do ProSavana. Chegam com outro nome, como é o caso que está acontecendo no distrito de Ribaué, aqui em Nampula, na comunidade de Mathália. Nessa comunidade está o senhor Rui, filho de um português, ao qual foram alocados 100 mil dólares para o projeto de rápido impacto, ocupando cerca de 2000 hectares de terra. Por outro, nessa mesma comunidade, estão os camponeses sem terra, sem produzir. Eles tentaram negociar com o governo, mas ainda não receberam nenhuma solução para o caso. A nossa lei de terras é muito avançada, defende o camponês, mas estão a violá-la. A interpretação da lei vai de acordo com os interesses do governo e dos grandes investidores. (E04).

Vicente Adriano destaca que faz-se necessário entender o avanço da agricultura em grandes proporções, sob outro prisma. Para ele, não só Moçambique, mas outros países do continente africano, como Etiópia e Sudão, estão sendo vistos como novas possibilidades agrícolas para grandes investimentos em ‘compras’ de terras, uma vez que esse processo ocorre em forma de concessão ou barateamento da terra. Simultaneamente, esse processo de aquisição de terras vem acompanhado de muitos e significativos “benefícios econômicos à elite política tanto de Moçambique quanto dos

⁶⁷ A Campanha *Não ao ProSavana* é um movimento criado em 2013 com nove organizações da sociedade civil de Moçambique, com o objetivo de construir, junto aos camponeses, uma agenda de luta e de enfrentamento, com o intuito de deter e aniquilar as ações e projetos em andamento do programa ProSavana. São estas as organizações: Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula (CAJUPANA), Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala (CDJPN), Fórum Mulher – Marcha Mundial das Mulheres, Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique; Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), Livaningo, União Nacional de Camponeses (UNAC). Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>

demais países beneficiados pela via de tráfego de influência, clientelismo e esquemas obscuros de corrupção” (IHU-UNISINOS, 2015).

À medida que o Estado vai se abrindo às grandes empresas ligadas aos investimentos do agronegócio e da exploração dos recursos naturais, mais famílias moçambicanas são desalojadas e vão ficando vulneráveis econômica e socialmente. A avaliação que a organização internacional GRAIN⁶⁸ faz sobre os grandes investimentos no setor da agricultura em Moçambique é de que o governo, pertencente à FRELIMO – que na história do país liderou a luta pela libertação e, em seguida, apoiou-se em uma economia alternativa, considerada de princípios socialistas com base em experiências comunais, hoje mudou. O país vive, após 40 anos de independência, dominado pela política neoliberal, que o faz ser totalmente dependente do investimento estrangeiro para o desenvolvimento da economia, turismo, extração de recursos naturais e nas políticas sociais (saúde e educação). Moçambique tornou-se palco para os grandes investimentos em mineração e agricultura.

De acordo com o estudo da GRAIN e da União Nacional dos Camponeses (UNAC), realizado em 2014/2015, nos últimos anos o Investimento Direto Estrangeiro no país (IDE) cresceu de forma muito rápida. Os dados do Banco Nacional de Moçambique demonstram esse crescimento: em 2013, o IDE aumentou a 5,9%, significando um aumento de 15,8% em relação ao ano anterior, tornando Moçambique o terceiro maior destino de investimentos da África. As grandes e prioritárias áreas de investimentos são a extração de recursos naturais (mineração e exploração de hidrocarbonetos) e a agricultura, que tem se tornado o alvo das empresas estrangeiras, sobretudo no Corredor de Nacala, onde vivem milhões de famílias camponesas, que produzem para o seu sustento e para a manutenção de alimentos do país. Atualmente é a região de maior interesse do grande capital:

Além disso, esses investimentos são resultado de uma forte aliança entre o capital internacional por meio das grandes corporações multinacionais, com o apoio dos governos em seus países de origem com a elite político-econômica local com a intenção de explorar os principais agro - as regiões ecológicas e o potencial em

⁶⁸ A GRAIN é uma organização internacional sem fins lucrativos, que busca apoiar pequenos agricultores e movimentos sociais que lutam por “sistemas de alimentos controlados pela comunidade e baseados na biodiversidade”. Disponível em: <https://www.grain.org/article/categories/14-reports>

mineração e hidrocarbonetos. É nesse contexto que esta pesquisa analisa os movimentos dos diferentes atores na ocupação e apropriação do Corredor de Nacala, uma das regiões mais ricas do país, que, além de ser o lar dos principais ecossistemas do país, é o repositório de reservas de um número de minerais. (GRAIN/UNAC, 2015, p. 2).

Com isso, verificam-se implicações que comprometem a própria realidade econômica e social do país, colocando-o em posições de baixíssimos índices de desenvolvimento humano, como já expusemos. Moçambique é um celeiro de grandes investimentos internacionais, que coadunam com os interesses da burguesia moçambicana e com o Estado, gerando, assim, sucessivas políticas de clientelismo e corrupção, de isenções fiscais e de obscurecimento das atividades dessas empresas (grandes paraísos fiscais). Grandes empresas que lideram o mercado de gêneros alimentícios e o agronegócio mundial, como a Monsanto, Olam, Yara, Nestlé, dentre outras, que também possuem operações no Brasil, são as mais interessadas em expandir seu capital na África, uma vez que esse continente é considerado uma fonte para novos lucros, um potencial que poderá vir a ser a saída para as crises econômicas dos próximos anos.

As terras, as sementes e os sistemas alimentares da África permanecem principalmente nas mãos de pequenos agricultores e pastores que alimentam suas famílias e abastecem os mercados locais fora da órbita das cadeias globais de alimentos e da agricultura corporativa. Para que essas empresas cresçam, a agricultura camponesa tem que ser substituída por plantações industriais em larga escala, e os sistemas alimentares locais precisam ser substituídos por cadeias alimentares corporativas transnacionais, desde as sementes até as prateleiras dos supermercados. (GRAIN/UNAC, 2015, p. 3).

Isso está sendo implementado em vários países da África, nesse caso, em Moçambique, sob a pressão dos governos locais e das empresas estrangeiras para que os camponeses sejam expulsos de suas terras. A GRAIN/UNAC (2015), com base no relatório do Banco Mundial de 2010, registra que mais de 70% das aquisições de terras agrícolas entregues ao

agronegócio efetuadas no mundo na última década se concentraram na África Subsaariana, especialmente na Etiópia, Sudão e Moçambique⁶⁹.

Os investimentos estrangeiros em Moçambique não param no ProSavana. Longe disso. Por exemplo, em 2014 o governo, juntamente com algumas empresas transnacionais, iniciou um megaempreendimento na Bacia do Rio Lúrio, envolvendo um grande projeto agrícola, que abrange parte de terras das províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado, avaliado em US\$ 4,2 bilhões. Ele está sendo liderado pela Companhia de Desenvolvimento do

⁶⁹ Interessante discussão de Vicente Adriano sobre a posição e a visão da África Subsaariana dentro do contexto mundial. Ele entende que existe um “estereótipo muito banal construído no mundo afora sobre a África Subsaariana. Durante anos, foi apelidada de África Negra, sendo que muitos ocidentais e os menos atentos a consideram símbolo da desgraça, a periferia das periferias, depositária de todos os males da humanidade. Devemos ter a coragem de dizer ao mundo que a África subsaariana foi a que mais sofreu com as formas mais perversas da escravidão, que permitiu a acumulação da riqueza no velho continente europeu, que o sangue derramado pelos escravos africanos fez desenvolver substancialmente os Estados Unidos e tantos outros países. É um ato de hipocrisia ver figuras como Barack Obama, como o fez na última reunião de cúpula entre a África e os EUA em 2014, dizer que os africanos devem deixar de se fazer de vítimas. Na prática é o mesmo indivíduo que através da Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar está tirando a terra de milhares de africanos. O líder político e militar de Burkina Faso - país da África Ocidental - Thomas Sankara, como um dos líderes da revolução democrática e popular de seu país, disse: estas iniciativas para salvar a África representam na prática “uma reconquista cuidadosamente organizada da África, para que seu crescimento e desenvolvimento obedecessem a níveis e a normas que nos são completamente estrangeiros”. O mesmo sucede com o Corredor de Nacala. Como o meu falecido avô me disse: “filho, jamais te esqueças das tuas tradições ngonis, por mais que atraveses mares e passes por mil escolas, continuarás sendo da tribo likuleni”.” E ainda ressalta que a “África subsaariana tem mais de 800 milhões de pessoas, depositária de inúmeros recursos, assim como é palco de interesses hegemônicos conflitantes que remontam à era colonial.” Em 2010, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Banco Mundial lançaram um relatório com o título “Savana da Guiné – sleeping giant”, que ilustra as potencialidades dessa região. Para que se tenha ideia, a Savana da Guiné atravessa 25 países da África subsaariana, incluindo Moçambique e o seu respectivo Corredor de Nacala. Entrevista Especial concedida ao IHU On-Line com o tema “A recolonização de Moçambique pelas mãos do agronegócio”. O entrevistado coordenava a área de advocacia, comunicação e cooperação da União Nacional dos Camponeses (UNAC) de Moçambique e é membro da Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU). (IHU-UNISINOS, 2015).

Vale do Rio Lúrio e tem como administradora a TurConsult Ltda. A empresa pertence ao empresário do ramo de hotelaria e turismo de Moçambique, Rui Monteiro, proprietário também da empresa sul-africana Agricane – que presta serviços de consultoria e gestão de projetos na área do agronegócio na África. O projeto tem por objetivo construir duas barragens hidrelétricas no rio Lúrio e,

criar um plano de irrigação que cubra 160.000 hectares, bem como o desenvolvimento de cerca de 140.000 hectares para a agricultura de chuvas, a agricultura por contrato e a produção pecuária. Focaliza a produção de exportação de algodão, milho, cereais, gado e cana de açúcar para etanol e biocombustíveis. (GRAIN/UNAC, 2015, p. 4).

E ainda se estima que esse projeto afetará mais de 500.000 pessoas que vivem na área abrangida pelo investimento.

Destacamos no estudo da GRAIN/UNAC (2015) que as regiões Norte e Centro são as mais afetadas pelos megaprojetos. Contudo, a província de Nampula é a que possui maior concentração desses investimentos, em se tratando das grandes empresas ou conglomerados financeiros ligados ao agronegócio com a retirada violenta de terras dos camponeses. Listamos algumas dentre as inúmeras empresas. A Mozaco, empresa portuguesa do grupo João Ferreira dos Santos (JFS Holding), presente desde 2013 no distrito de Malema, com produção de soja e algodão. A Alfa Agricultura Ltda – companhia sul-africana, que investe em serviços de perfuração e de água ao longo do porto de Nacala, conta com terras liberadas no distrito de Monapo desde 2013 e possui investimentos do USAID e do governo de Moçambique.

A AgroMoz, pertencente ao Grupo Américo Amorim de Portugal e a empresa Itelec, do ex-presidente de Moçambique (Armando Guebuza), que tem produção em larga escala de soja, milho e feijão no posto administrativo de Lioma. A New Horizons Moçambique é uma empresa norte-americana que se encontra no país desde 2005, com a fábrica de incubação e forragem, criação e cultivo de aves de capoeira e plantio de soja. Conta com investimento da Corporação Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial. Contém capital e tem parceria com a igreja evangélica de Newfrontiers, dos Estados Unidos. A Corredor Agro pertence às famílias Van Pezold da Alemanha e da Áustria, além da dinastia marítima Hoegh, da Noruega. Seus investimentos estão em Nampula. A ASLAN Global Managemet, em Moçambique, é subsidiada pela Rei do Agro – tem fazendas

de gado e plantações na Zambézia. A Hoyo Hoyo – empresa criada pela Quifel Resources de Portugal e está implantada na Zambézia e em Tete (GRAIN/UNAC, 2015).

A Agricultura do Século Africano (ACA), conhecida como King Frango, funciona como uma cooperativa com mais de 840 produtores. São financiados e apoiados pela Agência de Desenvolvimento e Cooperação da Suíça. Também está em Lichinga, denominada como African Centry Matama Ltda (AC Matama), com investimentos dos governos do Reino Unido, Holanda e Noruega. Se estas são as regiões mais atingidas pelo capital internacional, por outro, é nelas que estão os grupos, instituições e organizações da sociedade civil que, juntamente com os camponeses, fazem jus ao enfrentamento, travando fortes e tensionadas lutas pela permanência das famílias em suas terras e pela implementação de políticas públicas que contribuam com a pequena agricultura (GRAIN/UNAC, 2015).

Em se tratando das plantações florestais de eucaliptos e pinheiros para a produção de celulose e comercialização de madeira, o Estado cedeu terras às empresas Lúrio Green Resources e Portucel, com o apoio da *International Financial Corporation* (IFC), ligada ao Banco Mundial. São elas que controlam as grandes plantações florestais em Nampula, Niassa, Zambézia e Manica. O incentivo do Estado à agricultura relaciona-se diretamente ao capital internacional e não às famílias camponesas.

Em entrevista⁷⁰, a camponesa e integrante da União Provincial dos Camponeses de Nampula – E05 assim se expressou, ao expor as suas experiências e de outros companheiros e companheiras camponesas diante das consequências dos megaprojetos:

Eu, como mulher camponesa, conforme acabou de falar o meu companheiro de trabalho e de luta aqui na UPC, a situação é muito preocupante, visto que a agricultura em Moçambique está ligada diretamente às mulheres. Somos nós que produzimos! E hoje em dia, nós, mulheres, não estamos tendo acesso à terra. Pergunto: - Como vamos viver? A lei não nos assegura em nada, porque, mesmo com o DUAT em mãos, podemos perder a terra que cultivamos e alimentamos nossos filhos. Por exemplo, existe um camponês no distrito de Monapo-Nampula, que tinha o DUAT de dez

⁷⁰Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016 na cidade de Nampula, conforme o roteiro de entrevistas para a pesquisa de campo (em anexo).

mil hectares, porém, acabou perdendo, porque chegou um investidor com um DUAT de maior extensão. O camponês teve que aceitar o acordo proposto pelo investidor. Não é só em Monapo, isso ocorre também no distrito de Malema, na zona de Mutuali, onde os camponeses confiavam na terra para sustentar sua família e os filhos na escola. Agora, vemos muitas crianças deixando as escolas e vindo para a cidade, uma vez que as mães já não conseguem trabalhar nas machambas e comprar o material escolar. A terra é nossa vida. Não temos emprego, garantimos nossa família com a enxada. No campo, as pessoas vivem da machamba, nem precisam do metical. (E05).

Diante do exposto pela camponesa, compreendemos o direcionamento da política do governo para o desenvolvimento do país, que entrega os principais setores da sua economia ao capital estrangeiro hegemônico, perpetuando a sua dependência. No encontro realizado pelo G8⁷¹ na cidade de L'Aquila, na Itália, em 2009, os representantes dos Estados Unidos indicaram uma “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África”, que foi aprovada e assinada pelos 40 países pertencentes, mais as organizações internacionais e multilaterais ali presentes. Com Moçambique, a Nova Aliança foi traduzida em um acordo assinado que, posteriormente, se tornou política pública nacional – Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNISA), modelo para o desenvolvimento agrícola do país. O plano tem por interesse atender às demandas das grandes nações imperialistas, principalmente os países do G8, carregando o aparente discurso de enfrentamento para a diminuição da insegurança alimentar e nutricional no país. No entanto, o plano prevê mudanças desastrosas na legislação das terras (DUATs), assim como nas leis de sementes e fertilizantes, de tal forma que favorece unicamente os grandes investimentos. Tais mudanças abrem as portas do país, principalmente do Corredor de Nacala e de toda a região norte e centro, aos grandes investimentos estrangeiros, por serem áreas privilegiadas, com solos férteis e com alto potencial de água, já que concentra os maiores rios do país (GRAIN/UNAC, 2015).

⁷¹ G8 – grupo criado em 1997, composto por oito países considerados os mais ricos do mundo: Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Rússia, Canadá e Estados Unidos. Conferir: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/09/02/G20-G8-G4-o-que-s%C3%A3o-esses-grupos-e-quem-integra-cada-um-deles>>.

O atual plano – PNISA contém o plano estratégico do Corredor de Nacala, que compacta os vários e ambiciosos investimentos em infraestrutura, extração de recursos, mineração, agronegócio e transporte interligando as regiões centro-norte. Todo esse projeto do Corredor de Nacala é financiado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), juntamente com a empresa também japonesa Mitsui – grandes investidores, tanto na mina de Moatize da Vale como em todo o desenvolvimento logístico e desdobramentos do Corredor de Nacala (GRAIN/UNAC, 2015).

3.6. BRASIL E MOÇAMBIQUE: RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E CAPITAL-IMPERIALISMO SUBALTERNO

Dessa forma, para compreendermos esse país e sua relação com o Brasil e com o capital-imperialismo, é necessário apreçar o conjunto das relações capitalistas em sua totalidade e o fato de que essas relações implantam, nas sociedades tidas como subalternas, fortes condições de dependência, o que não é uma realidade somente de Moçambique, mas de todos os países que não compõem o quadro dos países imperialistas.

A presença do Brasil em Moçambique, integra o conjunto dos países com maior ou menor expressão na pirâmide do capitalismo do século XXI. Entendemos que a presença do Brasil mesmo que tenha ganhado contornos capital-imperialistas no período do governo Lula da Silva (2003- 2011) não foi o país que veio a ter impacto na economia moçambicana. No entanto, sua presença reforçou os processos e as interfaces de expansão do capital internacional em Moçambique, significando também a extensão do capital brasileiro por meio dos setores agrário, extrativista, governamentais e das políticas sociais e educacionais que alargaram as relações de expropriação e exploração de riquezas.

Assim, consideramos que desde meados das décadas de 1980 com o programa de Reabilitação Econômica ou conhecido como Programa de Ajuste Estrutural – proposto pelo Banco Mundial e FMI –, Moçambique passou a conduzir seu modelo político-econômico para o mercado, de modo que os princípios, as experiências vividas e os ideais defendidos pelo Partido FRELIMO nas décadas anteriores pós-libertação de 1974 foram paulatinamente substituídos no cenário político moçambicano.

Este pacote de reformas (contrarreformas) traduziu drasticamente na abertura da economia do país aos interesses do capitalismo mundial, de modo que desde este período em diante, Moçambique passou a depender economicamente de doações e empréstimos condicionados dos organismos

internacionais e dos países de cooperação. Mostramos que o governo moçambicano e a própria FRELIMO sofreram pressões internas e externas que levavam a imposição de sua adesão ao pacote. De acordo com Castel-Branco (2016) este pacote cumpriu a finalidade de iniciar um novo programa de atividade econômica para o mercado e não para o crescimento de sua economia, que fosse traduzida em ajuda humanitária. Moçambique passou a significar deste período em diante uma ebulição internacional com a presença de países imperialistas como de países do Sul com destaque aos BRICS.

Visualizamos que há uma linguagem comum – um fio condutor que unifica a política dos governos de Joaquim Chissano (1986 a 2005), Armando Guebuza (2005 a 2015) e do atual Filipe Nyusi (2015 em diante) – evidenciando a coesão existente em torno das fortes alianças e dos acordos de cooperação com os Organismos Internacionais e com os países de cooperação. Percebemos também que governo e burguesia emergente moçambicana aliaram-se às burguesias internacionais, aos setores dominantes do capital internacional, não de forma passiva ou impositiva, longe disso, pois estão vinculados à volta de projetos e de ideais que dão sustentação à base de expansão dos elos capital-imperialistas em Moçambique.

Neste caso, verificamos que houve uma construção no discurso da cooperação Brasil-Moçambique que procurou incutir a ideia de cooperação entre países irmãos, através de princípios de colaboração, solidariedade ou de troca de experiências, porém o que está em cena são os interesses econômicos, na exploração e expropriação para o mercado. Realçamos no decorrer do texto que os setores dominantes brasileiros através das várias esferas do empresariado local conduziram a implementação de megaprojetos em Moçambique como a Vale S.A., as construtoras, o agronegócio – que associados ao Estado brasileiro através do BNDES, da EMBRAPA e das políticas públicas de saúde e educação, em especial, implantaram seus projetos com a finalidade de extração de mais valor e, conseqüentemente, travando fortes embates junto às camadas da população moçambicana mais atingidas pelos megaprojetos como os reassentados – atingidos pela Vale, os camponeses que estão sendo expulsos de suas terras para dar lugar à mineração e ao agronegócio, dentre outros. Averiguamos que a implantação dos negócios das empresas brasileiras apoiados e tão incentivados pelo Estado em Moçambique trazem as mesmas conseqüências devastadoras vividas pela população brasileira como, por exemplo, das regiões mineradoras e do agronegócio.

Procuramos demonstrar a complexidade dos aparelhos privados de hegemonia, ou como são denominados em Moçambique de Organizações da Sociedade Civil. No estudo corroboramos com a discussão, verificando que as instituições ou como são chamadas por nós – Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) – estão intrinsecamente interligados com o setor privado, visto que os interesses se misturam. Os documentos estudados neste texto tanto da União Europeia quanto da Embaixada Francesa mostraram os vários segmentos e papéis distintos ou similares das instituições (político, econômico, religioso, social, sem fins lucrativos) e estas estão ligadas a setores de pesquisa, comércio, advocacia, profissional (como os sindicatos), religiosa, social, educacional, saúde, terra e outras.

Compreendemos que os APH que vão à direção da hegemonia dominante são extensões do próprio capital, que constrói bases de formação de seus quadros. Observamos que os setores burgueses brasileiros acoplados às burguesias internacionais estão implantando seus projetos de formação com vista no empresariado local. Por outro lado, fundamental perceber que existem movimentos, organizações e grupos de interesses comuns, que visam ações de resistência contra hegemônicas que se organizam coletivamente tanto nacional quanto com outros grupos internacionais para combater nas mais variadas frentes contra a expansão das relações desumanas do capitalismo.

Nessa perspectiva, no capítulo seguinte buscamos demonstrar os vínculos entre a ampliação das relações capitalistas em Moçambique, com foco nas ações dos setores dominantes brasileiros e do Estado brasileiro – com a implementação de políticas públicas educacionais tendo em vista o projeto de formação profissional moçambicano que se enraíza na política de formação profissional em curso no Brasil dos últimos anos. Não obstante, buscamos trazer neste trabalho os elementos que revelam os nexos entre os interesses das burguesias (moçambicana associada à internacional) com as políticas educacionais entendendo que a educação responde a processos antagônicos na sociedade capitalista.

Para Fontes (2016, p. 3) se por um lado, a sociedade capitalista exige formar “trabalhadores” nos vários níveis educacionais, a fim de garantir o desenvolvimento de um país, ou melhor – de “assegurar a lucratividade do capital”. Por outro, o movimento também se faz no sentido contrário, pois as camadas mais diversas de trabalhadores impõem à sociedade inúmeras saídas via “educação - mesmo se ambivalentes: a) letramento e conhecimento; b) ascensão social; c) sobrevivência (acesso a emprego ou a empregabilidade,

isto é, a arte de se virar sozinho, sem contrato e sobreviver); d) cidadania, ou o acesso aos direitos; e, finalmente, e) aspiram a *igualdade de condições*".

4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO CAPITAL-IMPERIALISTA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE

*"Sou analfabeto.
A comida das livrarias
É indigerível para mim eu sei.
E sobre isso infelizmente só há duas opiniões.
A tua opinião quando me bates.
A minha opinião quando apanho.
Sou analfabeto.
Mas na minha gramática
Ultrapasso todos os idiomas
Quando a minha pele sente na porrada
Qualquer tipo de abecedário".
(José Craveirinha)⁷²*

Neste capítulo, pretendemos compreender as relações entre a política implementada para a Educação Profissional em Moçambique, com as políticas existentes nos acordos de cooperação com o Brasil, em especial. Procuramos entender como funciona e quais são as bases que sustentam no campo da Educação os acordos e quais são as vinculações com os setores empresariais brasileiros em Moçambique. Buscamos discutir a função da Educação Profissional no contexto das políticas de desenvolvimento do país incentivadas pelos atores brasileiros no contexto da expansão das relações capital-imperialistas.

Partimos das hipóteses iniciais, de que a educação, na expansão do capital em Moçambique, torna-se uma das estratégias ideológicas da burguesia capital-imperialista para o controle, a dominação e a expropriação – primárias e secundárias – do povo moçambicano. Pensamos que, nessa relação, o Estado brasileiro com seus representantes empresariais tem uma atuação com contornos capital-imperialistas. A presença do Brasil em Moçambique, com seus modelos de políticas sociais, educacionais e de desenvolvimento, é estratégica ao grande capital, por isso, tão incentivada pelo Banco Mundial.

⁷² Poeta moçambicano. Disponível em: <<http://salvafavelas.blogspot.com.br/2016/05/da-guerrilha-ao-cangaco-do-cangaco-ao.html>>.

Nesse âmbito, temos que a educação é usada como estratégia ideológica de controle social, de formação de ‘capital humano’ reconfigurado e de ampliação do exército de reserva. As mudanças que vêm ocorrendo no sistema educacional de Moçambique, principalmente da formação profissional, financiadas pelo Banco Mundial e pelo capital-imperialismo, portam características de internalização dos valores e saberes ideológicos da burguesia moçambicana associada à internacional, para a manutenção da ordem social, de formação voltada às qualificações necessárias à expansão do capital e de lucratividade do capital.

Iniciamos a nossa discussão apresentando brevemente um panorama histórico da educação de Moçambique, a partir da independência, com a implantação de uma experiência socialista que evidencia a importância dada à educação (formação dos moçambicanos) e como se desenhou a educação após os acordos com as agências de Bretton Woods, tornando a educação uma ferramenta de extração de mais-valor ao capital.

4.1. ASPECTOS GERAIS DO PROCESSO EDUCACIONAL NO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA

No processo de formação da própria FRELIMO, no final dos anos 1950 até meados dos anos 1960, a Frente propunha uma revolução não só no campo político e militar, mas uma revolução que transformasse a sociedade em todos os seus setores – econômico, político, educacional, social e cultural – de forma a destruir a hegemonia e a dominação colonial. Para Gasperini (1989, p. 22), os discursos de Samora Machel enfatizavam a centralidade em que a FRELIMO pautava a sua concepção de luta:

A “revolução” é concebida como um processo com raízes na contradição entre forças produtivas e relações de produção (2) mas também, e sobretudo, na relação entre direção política, militar e ideológica de uma vanguarda e consciência e ação das massas. O desenvolvimento é visto como o resultado de uma luta em diversos planos – econômico, político, militar, social e cultural – necessária quer antes quer depois da tomada do poder.

A FRELIMO pretendia desenvolver um projeto de sociedade socialista marxista-leninista que emancipasse as pessoas, e que o resultado da luta fosse a formação de um ‘homem novo’. Gasperini (1989) revela as palavras de Samora Machel, em que o líder defendia a necessidade dos

indivíduos de combater a hegemonia colonial e todo tipo de dominação do homem pelo homem, antes de tudo, pela educação. Sublinha a importância das escolas nas zonas libertadas no processo de luta e de superação da sociedade colonial. Fator importantíssimo na tese da própria Frente é a ligação entre a escola, como o espaço para a apropriação dos conhecimentos, e o trabalho, trabalho manual-trabalho intelectual, e o quanto se fazia indispensável uni-los a fim de romper com a dicotomia herdada pelo colonialismo.

Cabaço (2007) realça que a proposta de identidade nacional da FRELIMO, como Frente de Libertação, se consubstanciava no projeto de ‘criação do homem novo’. Nesse projeto de nação, não cabe nenhuma forma ou referência derivada do colonialismo e do tradicionalismo. Para isso, segundo o autor, a Frente direcionava a sua prática revolucionária em três princípios primordiais à luta:

[...] fazer interiorizar em cada guerrilheiro e militante uma nova *práxis* (o trabalho manual, a disciplina militar, o empenho subjetivo através da “libertação da iniciativa”, etc.); proporcionar uma educação formal que lhe conferisse os instrumentos para se apropriar da técnica do “conhecimento científico” cartesiano que ela impunha e evitar que as estruturas e o pensamento tradicional se reorganizassem no interior da FRELIMO. (CABAÇO, 2007, p. 410-411).

A FRELIMO defendia que não deveria haver leis econômicas universais, e sim leis próprias de cada modo de produção, do mesmo modo como fizera com os princípios pedagógicos. Tais princípios deveriam ser elaborados a partir das experiências, das teorizações e das exigências de cada tempo histórico e de cada país em específico, embora as teorias e experiências vivenciadas ou elaboradas nos diferentes países sejam úteis e iluminadoras para as novas frentes. Nesse período da guerra pela libertação de Moçambique, ocorreu uma crescente abertura de escolas primárias, a organização da alfabetização e da educação de adultos, pois a educação ganhou centralidade no programa da FRELIMO, com o propósito de “[...] liquidar a educação e a cultura colonialista e imperialista para desenvolver a instrução, a educação e a cultura ao serviço da libertação do povo moçambicano” (GASPERINI, 1989, p. 26).

Nas zonas libertadas pela FRELIMO, concentradas na região norte⁷³ do país, principalmente em Cabo Delgado, Niassa e na Tanzânia, país vizinho, foram criadas as escolas piloto, que funcionavam com outras atividades, além dos estudos. O princípio era o de unificar tempo de estudos com trabalhos agrícolas, artesanais, construção de abrigos, cultivo de animais, caça e alfabetização de adultos. Os professores, mesmo com pouco estudo – muitos deles, apenas com um ano a mais de escolarização que seus alunos –, sentiam a obrigação e a necessidade de transmitir o que detinham de conhecimento. Tanto os professores como os alunos recebiam treinamento militar, a fim de enfrentar a guerra. Fazia parte do processo pedagógico das zonas. Assim como o ensino primário e a alfabetização de adultos, o ensino secundário também era visto como prioritário, sobretudo porque a Frente queria formar seus quadros. Para isso, a FRELIMO angariava apoio em países como a Argélia, a China e a Tanzânia, para auxiliarem na formação dos seus quadros, com bolsas de estudos em países europeus, socialistas ou no próprio “Instituto moçambicano⁷⁴”, criado em Dar Es Salam, na Tanzânia, em 1963. Os estudantes do instituto contribuía nas zonas libertadas, participando de vários momentos da vida e da luta do povo, além de ajudar nos diversos trabalhos (GASPERINI, 1989).

Gasparini (1989) desvela as contradições existentes nesse processo de implementação das zonas libertadas, consideradas essenciais para a consolidação da independência de Moçambique. Para a autora, existiam disputas no interior da FRELIMO, devido a interesses antagônicos, como a formação de uma elite urbana que viria a assumir o poder pós-independência, enquanto que outro grupo reivindicava uma educação inédita para o povo moçambicano. Tais contradições e conflitos entre o velho (colonialismo) e o novo regime que ainda estava por vir lançava à Frente e ao povo que vivia nas zonas libertadas profundos desafios, como ultrapassar o complexo de superioridade e de inferioridade, questões de racismo, de tribalismo, de individualismo e a recusa do trabalho produtivo.

⁷³ Essa região foi o lugar onde a luta armada foi intensa e combativa como já discutido no capítulo 2 deste trabalho.

⁷⁴ O instituto tinha por objetivo ajudar na formação dos jovens moçambicanos, para amenizar a diferença existente em relação aos jovens tanzanianos. Os liceus tanzanianos, os cursos médios e superiores de outros países tinham alto nível de exigência intelectual. Em 1968, o instituto fechou e foi substituído pela escola secundária de Bagamoio. (GASPERINI, 1989).

Mesmo em meio aos desafios verificados nas zonas libertadas, identificavam-se, no grupo, relações de troca, de solidariedade e de coletividade. Nas escolas, os tempos formativos dos estudantes caminhavam ao lado do tempo do trabalho. Na opinião de Gasperini (1989, p. 30), ali havia uma “[...] capacidade de construir o novo a partir da superação dialética do passado (não da sua negação), ou seja, a partir da síntese dos aspectos positivos e da rejeição dos negativos”.

Quando se chegou ao final da guerra de libertação, o país já contava com a escola secundária criada na província de Nampula – distrito de Ribaué. Nas zonas libertadas milhares de moçambicanos estavam sendo alfabetizados – conta-se cerca de meio milhão de estudantes de 5ª a 9ª classes. Algumas centenas de jovens estavam sendo enviados para países socialistas, com o objetivo de estudar os cursos médios e superiores (BONDE, 2016).

Ao chegar ao fim da guerra, em 1974, com os acordos de Lusaka assinados na cidade de Lusaka no dia 07 de setembro e a independência em 25 de junho de 1975, Moçambique iniciou um novo processo, agora sob a hegemonia da FRELIMO, que se tornou partido político. Samora Machel assumiu como presidente da República de Moçambique. Em seu primeiro discurso, fez indicações às experiências das zonas libertadas como aquelas que poderiam inspirar as estratégias de desenvolvimento do novo Estado. Para ele, era essencial a reconstrução do país sob um olhar para as experiências vividas nas zonas libertadas, especialmente para o processo de democratização que ali fora desenvolvido. Contudo, era preciso dar novo formato, de acordo com as especificidades de cada região (GASPERINI, 1989).

Assim o Estado, além de abolir os livros e os materiais didáticos do tempo colonial, instalou o Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁷⁵ em 1976, com as principais incumbências a serem implementadas em caráter de urgência:

[...] a reestruturação da administração da educação, a construção de estabelecimentos para o ensino técnico profissional, a formação e a contratação de novos professores, a extensão das oportunidades educativas

⁷⁵ É importante ressaltar que, até o ano de 1985, o Ministério da Educação e Cultura possuía a sigla MEC. Entre 1985 a 2005, foi denominado Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED). Após 2005, foi retomada a sigla MEC. E em 2015, passou a ser chamado de Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH).

para os adultos e trabalhadores que até então haviam sido excluídos do sistema, o desenvolvimento de novos programas de ensino, assim como o desenvolvimento de novos materiais educacionais. (CASTIANO; NGOENHA, 2013, p. 57)

Após a independência, o sistema educacional deixado pelo sistema colonial estava arraigado de disparidades sociais – filhos dos colonos x filhos do povo moçambicano, escola para brancos x escola para pretos, escola dos homens x escola das mulheres, escolas das zonas rurais x escolas urbanas – e se impunha à FRELIMO o desafio de romper com essa lógica desigual e garantir o direito à educação a todo moçambicano. A educação, no processo de reconstrução do país, foi assumida como essencial para fazer triunfar o socialismo em Moçambique, como exaltado na IX Assembleia Popular realizada em Maputo em 1982, para a aprovação da lei nº 4/83 – “O Sistema Nacional de Educação assegura o triunfo do socialismo” (GASPERINI, 1989, p. 56).

O Estado declarou-se, oficialmente, socialista marxista-leninista. Com base nessa filosofia, sancionou a primeira lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) – Lei nº 4/83 de 23 de março de 1983, definindo os princípios fundamentais da educação nesse novo modelo de sociedade. Ficou evidente o quanto a educação se tornou fundamental para a formação do povo moçambicano como nação, “o Sistema Nacional de Educação garante o acesso dos operários, dos camponeses e dos seus filhos a todos os níveis de ensino, e permite a apropriação da ciência, da técnica e da cultura pelas classes trabalhadoras” (REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1983, p. 1).

Dessa forma, o SNE teve por objetivos:

Formar cidadãos com uma sólida preparação política, ideológica, científica, cultural e física e uma elevada educação patriótica; erradicar o analfabetismo de modo a proporcionar a todo o povo o acesso ao conhecimento científico e o desenvolvimento pleno das suas capacidades; introduzir a escolaridade obrigatória e universal de acordo com o desenvolvimento do país, como meio de garantir a educação básica a todos os jovens moçambicanos; assegurar a todos os moçambicanos o acesso à educação profissional; formar o professor como educador e profissional consciente com profunda preparação política, científica e pedagógica, capaz de educar os jovens e

adultos nos valores da sociedade socialista; formar cientistas e especialistas altamente qualificados que permitam o desenvolvimento da investigação científica; difundir, através de ensino, a utilização da língua portuguesa contribuindo para a consolidação da unidade nacional; desenvolver a sensibilidade estética e capacidade artística nas crianças, jovens e adultos, educando-os no amor pelas artes e no gosto pelo belo; e, fazer das instituições de ensino bases revolucionárias para a consolidação do poder popular, profundamente inseridas na comunidade. (REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1983, p. 2-3).

Para concretizar o projeto de educação pautado na luta revolucionária e na construção do ‘homem novo’, deu-se início às reformas do sistema e à nacionalização⁷⁶ de todas as escolas do país, de modo a proibir a existência de qualquer outra escola que não fosse do Estado, tendo como base e inspiração as experiências das zonas libertadas. O SNE previa a estruturação do sistema em cinco subsistemas e ensino especial e a distância.

Além disso, principiou o processo de africanização dos conteúdos programáticos do sistema educacional e a democratização das estruturas, com direções colegiadas e conselhos escolares. As escolas funcionavam por meio de turmas e grupos de estudos formados por alunos, professores e funcionários, de forma coletiva. Nesses espaços, discutiam-se em conjunto todas as questões relacionadas à aprendizagem, ao comportamento, aos resultados de cada estudante, aos métodos de ensino, às relações interpessoais e ao envolvimento do conjunto da escola com a comunidade, de forma a ligar estudo-trabalho e teoria-prática (GASPERINI, 1989).

Havia um caráter politécnico no sistema educacional que conforme Gonçalves (2015), Moçambique nesse período, conseguiu implementar um sistema educacional tendo como base os princípios da politecnia. As práticas de cada escola incluíam o trabalho como princípio educativo e a teoria com a prática, a partir das próprias experiências do processo da luta de libertação e da revolução. A educação tinha por objetivo atender o projeto de Estado e de sociedade da FRELIMO – a reconstrução do Estado-nação moçambicano.

⁷⁶ A nacionalização para a FRELIMO significava eliminar de todas as formas a propriedade privada e construir uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem visando a construção da sociedade socialista (GONÇALVES, 2015).

No campo educacional, o projeto condicionava-se à “formação do homem novo, revolucionário e socialista” como enfatizava Samora Machel.

É imprescindível a educação: o nosso principal instrumento para formarmos o homem novo, o homem liberto das ideias velhas, da mentalidade adulterada pela ideologia colonial-capitalista e tribal-feudal, o homem formado nas ideias e na prática do socialismo. (MACHEL apud GONÇALVES, 2015, p. 31).

A propósito dessa centralidade dada à educação, a universidade de Moçambique ganhou um caráter social e formativo para os jovens negros moçambicanos que até então eram de raras presenças nos cursos oferecidos no período colonial. Após a independência, houve uma maior abertura da universidade de Moçambique – agora denominada de Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo –, a reformulação dos currículos dos cursos e a organização da própria universidade. Gasperini (1989) chama a atenção para o discurso de Samora Machel na festa de 1º de maio de 1976, em Moçambique independente. O presidente discorreu sobre o papel central da educação no desenvolvimento do país e as tarefas da universidade nesse caminho formativo, revolucionário e de reconstrução do país. Frisou que a luta revolucionária havia sido o berço da educação daquele período e que a universidade era determinante nesse processo, pois do “trabalho que nasce o saber, a ciência, a produção cultural e o seu desenvolvimento”. Explicitou:

O trabalho produz um crescimento permanente de conhecimentos que se incorporam no homem, assim como a acumulação progressiva do saber cria a ciência. [É dever da universidade] “estimular o estudo das realidades científicas já existentes, não de maneira abstrata mas criativa, ligando sempre a prática às necessidades concretas do progresso e do bem-estar material do povo”. É dever da universidade fundar as suas raízes na realidade nacional, agindo de maneira sistemática e organizada na pesquisa e recolha do nosso patrimônio histórico, cultural, artístico, científico e técnico. É necessário conhecer profundamente o nosso país para saber como reestruturar os cursos, como organizar a atividade escolar, como orientar a nossa pesquisa. Por isso temos que ligar a universidade à fábrica e à “aldeia comunal”. Se houver distância entre a universidade e o povo ela transforma-se em instrumento de penetração imperialista. (GASPERINI, 1989, p. 75).

A universidade passou a ser frequentada por moçambicanos a partir dos anos 1980 em números muito mais significativos do que nas duas décadas anteriores. O projeto educacional de Moçambique estava radicado nos princípios do marxismo-leninismo, sobretudo da pedagogia socialista, como assegurado na própria Lei nº 4/83 de 23 de março. No sistema nacional de educação, a formação do homem abrange a consciência patriótica, a qualificação científica e técnica e a libertação cultural, herdadas do colonialismo (REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1983). O que está exposto na lei é similar à linha política da FRELIMO.

Gonçalves (2015) pondera que, no sistema nacional de educação de Moçambique, os encaminhamentos realizados pela FRELIMO no Estado não dão a entender que seus intelectuais tinham clareza sobre as posições e a adesão por parte de todos os envolvidos no processo de expansão do projeto político e educacional do país, principalmente quanto aos princípios que regiam o sistema nacional. O autor observa que, para muitos da FRELIMO, a defesa da implantação do marxismo em Moçambique e do processo de universalização da educação encontrava fundamento não na convicção e no conhecimento do próprio marxismo ou na importância da educação, mas na afirmação e na condição de estar no poder.

Dentre os princípios pedagógicos fundamentais para a transformação da sociedade antes colonial de transição ao socialismo, a educação escolar moçambicana ligava teoria e prática, escola e trabalho, campo e cidade. No entanto, esses princípios confundiam-se com os princípios e diretrizes da própria Frente. O partido instrumentalizou esses princípios pedagógicos de modo a mobilizar as massas, com a finalidade de maior adesão à causa da revolução e da nação, em detrimento da apropriação dos conceitos e da ciência em si (GONÇALVES, 2015).

Reportamo-nos ao pensamento de Marx (2012) para compreender as medidas adotadas no campo educacional pela FRELIMO, quando o autor defende que só se chega à fase superior da sociedade comunista quando se supera a divisão e a escravização do homem pelo trabalho, após a eliminação da dicotomia entre trabalho intelectual e manual, quando o trabalho volta a ser a necessidade vital dos homens, e as riquezas se tornam fontes coletivas abundantes para a humanidade. Somente então se abole todo um sistema jurídico burguês e se supera a sociedade capitalista.

Tanto o sistema educacional nacional como as escolas moçambicanas funcionavam de forma a assegurar o cumprimento das normas e da linha política do partido, para se autolegitimar como aquele que havia conseguido a unidade nacional e a libertação do país. Inclusive a FRELIMO impôs-se

como a única referência aos estudantes, de modo que “[...] as maiorias sociais deveriam ter amor a ele e aos seus dirigentes, dado o grande favor que aqueles dirigentes fizeram para o ‘povo’ de Moçambique” (GONÇALVES, 2015, p. 93).

A essa altura, meados da década de 1980, a FRELIMO, segundo Gonçalves (2015), dava sinais de uma possível perda de seus ideais, pois já se comportava no poder buscando legitimação através de coerção e intimidação. As escolas e o sistema educacional contribuíram neste processo de inculcação dos valores, dos conhecimentos e direcionamentos propostos pelo governo, colaborando com uma vasta submissão à ordem vigente. De acordo com o autor, a FRELIMO defendia uma linha política única e rígida, de maneira a inibir qualquer tipo de desobediência ou questionamento em relação às suas diretrizes (GONÇALVES, 2015).

Cabaço (2007) argumenta que a primeira fronteira que deveria ser enfrentada pela FRELIMO não era a população em si; o diálogo deveria atingir primeiro os seus próprios membros. O autor denomina como males que vinham crescendo no interior da FRELIMO e que deveriam ser combatidos: “[...] tribalismo, regionalismo e racismo, que se associavam a ambição, os vícios herdados, o espírito de sabe tudo, o militarismo, o espírito de vitória, o machismo e outros” (CABAÇO, 2007, p. 409). Desse modo, o partido inicia seu processo de “guinada para o ocidente” como é chamado por Conceição (2015). Apresentaremos no próximo subtítulo os elementos da política educacional orientada pelos organismos internacionais para torná-la parte da agenda do capital para Moçambique.

4.2. APONTAMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO DO ACORDO COM BANCO MUNDIAL E FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

Nossa proposta é de refletir alguns aspectos da política educacional, ainda não nos detendo especificamente na educação profissional, a partir da década de 1980 com a abertura da economia do país ao mercado mundial e ao mesmo tempo apresentar sua vinculação com o projeto hegemônico do capital proposto para Moçambique e como se deu a operacionalização do Estado para a sua implantação. Buscamos discutir, sem nos delongar, na presença do Banco Mundial como uma agência orientadora da política educacional em si.

Gasparini (1989) narra que, da metade dos anos 1980 em diante, os princípios tão incentivados no início da implantação da sociedade socialista,

como a participação da população, as aldeias comunais, a universalização dos direitos sociais e os conselhos participativos foram sendo abandonados pelos próprios dirigentes e intelectuais da FRELIMO. Nas escolas, as formas colegiadas deixaram de existir e passaram a adotar formas e organizações tradicionais.

A autora caracterizou esse momento pela incapacidade do partido de enfrentar os problemas e de se utilizar da coerção para a submissão da população (GASPERINI, 1989). Milhares de moçambicanos foram obrigados a deixar o país por não aceitarem as várias decisões do governo, que os obrigava a sair da cidade para a zona rural ou a deixar as suas próprias terras para a inserção nas aldeias de maneira coercitiva, sem nenhuma preparação ou diálogo com a população. Com isso, vieram as consequências e as instabilidades:

Muitos perderam a vida. Muitos fugiram. Muitos passaram para as fileiras da RENAMO. Muitos eram jovens. Em qualquer dos casos a popularidade do partido foi abalada. O consenso, que até àquela altura era praticamente total, baixou. A RENAMO encontrou um terreno fértil no qual “trabalhar”. Temos consciência que muitos dos problemas descritos não são uma característica exclusiva de Moçambique. Mas o programa da FRELIMO feito pelo governo independente tinha criado novas expectativas na população, sobretudo nos camponeses, que tinham sido os principais apoiantes da Frente de libertação desde a luta armada. A importância atribuída à questão, expressa nas declarações oficiais e nos textos sobre o desenvolvimento rural, levaram-nos a pensar que iriam ser tomadas medidas coerentes também no campo da educação. (GASPERINI, 1989, p. 36).

Nota-se que o projeto-nação da FRELIMO não se sustentava mais, pois já havia muitos conflitos e divergências político-ideológicas em seu interior. De acordo com Gonçalves (2015), os dirigentes do partido e do Estado, que também compunham a elite moçambicana, por mais que defendessem a universalização da educação e combatessem o sistema educacional colonial, não ofereciam à população possibilidades de ingressar nas etapas superiores da educação, principalmente os camponeses (que eram a maioria), impedindo-os de frequentar o ensino secundário, médio ou superior. A maior parte dos estudantes camponeses permanecia na escola

somente até o final do ensino primário. A justificativa dos dirigentes era de que o país precisaria dos camponeses como vanguardas na guerra civil (FRELIMO-RENAMO) contra os inimigos da revolução.

Gonçalves (2015) avalia que a educação era oferecida em doses homeopáticas à maioria da população, através do ensino primário e, em alguns casos, do ensino técnico ou magistério. De acordo com o autor, foi sob o fundamento da teoria e prática, escola e trabalho produtivo, militância no partido e na revolução e formação de quadros, que a FRELIMO se utilizou de artifícios ‘colonizadores’ para a formação dos filhos dos dirigentes e da elite moçambicana, que continuavam os estudos no ensino secundário geral, que dava acesso direto à universidade, em cursos como Medicina, Direito e Engenharia. Para ele, por mais que o partido, em sua essência, lutasse pela universalização da educação, por princípios socialistas na busca de formar o homem novo, por outro lado, na implantação do sistema educacional, afirmou-se por caminhos dissociados, uma escola para os trabalhadores (a grande maioria da população) e outra para o grupo dirigente, ou seja, uma escola elitizada.

Moçambique estava imerso a uma longa e sangrenta guerra civil (1977-1992) entre FRELIMO e RENAMO, partido de oposição sustentado pelos Estados Unidos e África do Sul, o que acarretou ao Estado altos investimentos em armamentos e manutenção de seu exército. Nesse caso, sustentar financeiramente a implementação do Sistema Nacional de Educação tornou-se um grande desafio, que redundou em fracasso, pois muitas escolas foram destruídas e milhares de pessoas se refugiaram nos países vizinhos (GONÇALVES, 2015).

Foi nesse contexto de profunda crise econômica, social e educacional, de escassez de recursos financeiros para sustentar tais setores e, ao mesmo tempo, de uma guerra civil que já se encaminhava para quase 16 anos, entre FRELIMO e RENAMO, que o país se viu obrigado a aceitar os acordos com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso significou também aderir aos mecanismos tradicionais de alívio da dívida externa do Clube de Paris, de modo a marcar a promulgação da nova constituição, aprovada em 1990, que pôs fim ao projeto socialista de sociedade⁷⁷. O país viu-se forçado a adotar as condicionalidades previstas no programa de ajustamento estrutural.

⁷⁷ O contexto da crise e dos acordos com os organismos internacionais foram trabalhados nos capítulos anteriores desta pesquisa. Aqui nos deteremos nos aspectos educacionais.

O programa listava mudanças não só no campo econômico, como a liberalização da economia, a privatização das empresas estatais, a abertura ao capital internacional, mas profundas alterações nos setores da educação, da saúde e da vida social dos moçambicanos. Os organismos e as burguesias internacionais pressionavam o governo de tal maneira a condicionar os recursos a serem concedidos às mudanças que deveriam ocorrer na Constituição e nos campos estratégicos (educação, saúde, administração ligada a governabilidade, dentre outros). Com base no artigo 135, nº 1 da Constituição de 1990, a Assembleia da República aprovou e promulgou o Diploma Ministerial nº 6/92, de maio de 1992, que instituiu as modificações no Sistema Nacional de Educação, substituindo os princípios socialistas que até então orientavam a educação por princípios de uma educação que pautava-se na formação de recursos humanos para atender as demandas do capital. Foram os seguintes os novos princípios:

- a) A educação é um direito e dever de todos os cidadãos;
 - b) O Estado, no quadro da lei, permite a participação de outras entidades, incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas no processo educativo;
 - c) O Estado organiza e promove o ensino, como parte integrante da ação educativa, nos termos definidos na Constituição da República; o ensino público é laico.
- (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1992, p. 104).

Pelos princípios estabelecidos no sistema nacional de educação de 1992 observa-se a abertura do setor de Educação para o setor privado, o que até então não fora permitido pelo Estado. Além dos princípios, o SNE definiu os objetivos, as abordagens pedagógicas e a estrutura de cada subsistema do setor educacional de Moçambique. Desse modo, a educação também sofreu interferências devido à abertura do Ministério da Educação para a privatização do ensino e à participação direta dos organismos internacionais e de países de cooperação, por meio dos acordos bilaterais e multilaterais junto ao Ministério da Educação, na reformulação e implementação da política educacional em questão.

Tanto que o processo de reformulação da política educacional contou com a interferência dos seguintes países: Alemanha, Canadá, Cuba, Dinamarca, Inglaterra, Espanha, Finlândia, Irlanda, Flandres, Islândia, Itália, Japão, Países Baixos, Portugal, Brasil, Vietnã, China e Austrália, bem como as agências: Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Banco Islâmico para o Desenvolvimento, Agências de apoio ao

desenvolvimento do Reino Unido (DFID), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Programa Mundial de Alimentação (PMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Cabe a reflexão de Leher (2014, p. 1) que nos ajuda a compreender o movimento feito pela classe dominante através de seus intelectuais, sejam eles coletivos ou não, como: Friedman, 1976; Schultz, 1979; Becker, 1992; e, os organismos internacionais (Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico/OCDE, Fundação Ford, Open Society Foundation, dentre outros), assim como, as organizações empresariais ligadas aos diversos setores econômicos como a indústria, agricultura e agronegócio – de conceber a educação como uma “prática capaz de converter o conhecimento e a formação humana em capital humano”. Nesse sentido, verifica-se o desenho do projeto de educação implantado em Moçambique deste período que visava à formação de capital humano.

No bojo dessas relações entre países da periferia capitalista com o grande capital, Pronko (2014, p. 90) apresenta uma discussão sobre os processos de adesão e difusão dos princípios e políticas neoliberais por estes países, em que os elos entre instituições como o BM, FMI e outras agências internacionais, não são impostas de forma unilateral em que os governantes locais se veem simplesmente vítimas do processo, pelo contrário, por mais que, em casos como podemos dizer de Moçambique (caso específico desse estudo) possua o componente de coerção externa violentíssima e agressiva, mesmo assim, estão permeadas de consenso de uma parcela da elite do próprio país. Para a autora, tais elementos “obscurecem a complexidade de relações e a capilarizada malha de agentes envolvidos na construção e difusão de uma visão de mundo que perpassa todos os âmbitos da nossa vida, tornando-se hegemônica” (PRONKO, 2014, p. 90).

Em Moçambique, o BM e o FMI foram os principais organismos na negociação com o Estado forjando o país à sua adesão aos acordos com as agências de Bretton Woods. Assim, o país passou a ser membro dependente e devedor do Banco desde 1984 em diante. A análise feita por Marcela Pronko (2014) mostra que a inserção do BM nos países subalternos, sobretudo financiando projetos ligados a educação iniciou-se a partir de 1960. No entanto, havia ainda nesse período uma disputa conflituosa de posição na pirâmide do poder entre os organismos do Sistema da

Organização das Nações Unidas (ONU) e as políticas estadunidenses do BM/FMI que foram solucionadas, somente mais tarde, em 2003, superando os conflitos e alinhando-se às novas demandas de investimentos e principais reformuladores de políticas dos países membros (PRONKO, 2014).

Como mencionado nos capítulos anteriores, os anos 1960 e 1970 foram marcados pela descolonização de vários países da Ásia e da África. Nesse processo, os países ricos adotaram políticas e posturas de modo a enfraquecer as ações das Nações Unidas e suas instituições, via redução de recursos, e simultaneamente a fortalecer as ações das instituições de Bretton Woods, BM e FMI. Adriana Almeida Sales de Melo et al. (2015, p. 49-50) salientam que:

Embora façam parte de um mesmo movimento de rearticulação das relações internacionais no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, havia – e ainda há – uma distinção importante entre as instituições gêmeas de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e o Sistema ONU (e suas agências) quanto ao peso dos países-membros nos processos decisórios. Nas gêmeas de Bretton Woods, o poder de cada país influir em seus rumos é diretamente proporcional à sua participação no aporte financeiro às mesmas. Isso cria maior poder explicitamente aos países mais ricos e suas burguesias, que contribuem com aporte financeiro muito maior. Já nas agências vinculadas ao Sistema ONU, em tese cada país-membro tem o mesmo poder de voto em suas instâncias decisórias, claro que desconsiderando o grau de sujeição que há nas relações entre países em cada conjuntura concreta, certamente com significativa influência nas votações em diversos momentos e com diversos exemplos.

Para as autoras (MELO et al., 2015, p. 49), os organismos internacionais são educadores coletivos das classes dominantes e dominadas. Seu objetivo é formular, orientar e difundir o projeto político-ideológico do capital nas sociedades subalternas e dependentes do capitalismo. A partir de 1990, os projetos tradicionais, as intervenções e recomendações dos organismos já não respondiam às exigências e especificidades das novas relações sociais capitalistas, sobretudo porque, para se assegurar a manutenção da hegemonia burguesa, comparando às décadas anteriores, foram necessárias mudanças e adaptações em suas diretrizes, como os próprios documentos passaram a indicar: ações como de “alívio à pobreza”,

“desenvolvimento sustentável”, “reformulação no papel do Estado” (MELO et al., 2015, p. 49).

Em Moçambique, com suas particularidades relacionadas a experiências vividas com base em uma economia socialista, a serem consideradas, a entrada do capital internacional exigiu uma operacionalização do Estado coligido aos interesses dos setores dominantes.

Um dos primeiros documentos do Banco Mundial para Moçambique, intitulado “Reconstruir a economia de Moçambique” de 1998, explicitou que, dentre as prioridades na “reconstrução” do país entre 1991-1994, esse organismo, inicialmente, definiu cinco projetos necessários ao aumento da capacidade institucional, concedendo empréstimo num total de US\$100 milhões nas seguintes áreas de interesse: gestão econômica, educação, administração jurídica e pública, segurança alimentar e setor financeiro (BANCO MUNDIAL, 1998, p. 20).

O documento identificava as ações e áreas de investimentos prioritários no país, destacando a educação como um dos pilares no processo de reconstrução. No entanto, o que o Banco procurou mostrar foi que era preciso *anular* o modo de investir na educação do período anterior passando então a propor uma educação voltada a formação de capital humano e à formação de grupos dirigentes.

O que analisa Pronko (2014, p. 95), sobre a atuação do BM nos países da periferia do capitalismo, é que suas diretrizes, para esse período (1980-1990), acentuavam maiores investimentos nas “capacidades produtivas dos pobres”, sobretudo em projetos de desenvolvimento rural. Daí o grande interesse do Banco pela educação, especialmente na educação primária, na educação técnica e a não formal, nos países subalternos, que neste caso, estavam intrinsecamente vinculadas à chamada Revolução Verde e que podemos relacioná-las ao cenário que estava sendo configurado em Moçambique. No caso moçambicano, ademais, o Banco avançou na destruição das conquistas educacionais do período revolucionário.

Em Moçambique, nos 12 primeiros anos de atuação do BM, foram implementados dois projetos no setor da Educação (Projeto de Educação I e Projeto de Educação II). O primeiro (1986) visava o desenvolvimento da Educação e a formação da mão de obra completamente voltada para a formação de recursos humanos, no entanto, a implantação ficou restrita à capital, Maputo. O projeto pretendia responder às necessidades imediatas do setor da educação e de uma possível crescente industrialização. Já o segundo projeto (Projeto de Educação II), formulado em 1990, buscava assegurar a continuidade da implementação do projeto anterior nas áreas prioritárias e

incluiu a reconstrução de uma rede de escolas primárias, em especial nas zonas rurais, o fornecimento de materiais didáticos e o desenvolvimento institucional. No projeto II percebeu-se investimentos do Banco nas áreas da formação dos professores, fornecimento de livros de ensino e à introdução de um programa experimental de ensino bilíngue com o português e a língua nativa (BANCO MUNDIAL, 1998).

Ambos os projetos vinculavam as áreas de investimentos aos projetos de desenvolvimento agrícola e de redução da pobreza, tendo como foco a pobreza rural, do mesmo modo que a educação das mulheres, a formação técnico-profissional e o ensino bilíngue. O Segundo Crédito do Banco para a recuperação econômica (SERC), em 1994, priorizava a educação das mulheres, uma vez que o índice de analfabetismo abarcava mais de 77% da população feminina. Em um país tipicamente rural, com a necessidade de os homens migrarem para outros países, sobretudo a África do Sul, para o trabalho nas minas, as famílias passaram a ser chefiadas pelas mulheres; 90% da agricultura familiar era liderada por elas (BANCO MUNDIAL, 1998).

Os projetos de educação do Banco implementados em Moçambique (I e II) desencadearam a premência de fortalecer a capacidade de gestão do Ministério da Educação e a elaboração de um plano estratégico gerido pelo Ministério, com intervenção direta do BM, dos doadores e do governo. O documento sinaliza, como área de interesse do Banco, investir também na educação informal da juventude moçambicana, uma vez que a educação formal não alcançava toda a população como os “órfãos, viúvas, meninos de rua”, bem como o ensino secundário e universitário (BANCO MUNDIAL, 1998, p. 48-49).

Consoante com Mauriel (2013), convém destacar que as diretrizes dos organismos internacionais – BM/FMI – da década de 1980 com os programas de ajuste estrutural direcionados à África Subsaariana⁷⁸, com a forte pressão para que os países aderissem ao tão “eficiente” pacote para retomar o crescimento econômico, foi desastroso e violentíssimo, pois desencadeou problemas sociais e humanitários em toda a região. Visto que tais medidas tinham sido desastrosas, as instituições financeiras passaram a vincular crescimento econômico com políticas sociais, especialmente a educacional e a saúde, condicionando empréstimos à governabilidade, induzindo os países

⁷⁸ O documento *Sub-Saharan Africa: from Crisis to Sustainable Growth* de 1989 do Banco Mundial, mostra as medidas tomadas pelos organismos para reordenar os programas e assegurar a dependência dos países africanos às suas condicionalidades.

a iniciar um processo de “reforma” do Estado com a finalidade de tonar o Estado o responsável por alimentar os interesses do e para o mercado.

Pronko (2014) lembra que os anos 1980 foram caracterizados pelo avanço do neoliberalismo tanto nos países centrais quanto nos países da periferia do capitalismo. Por isso, exigiam-se redefinições nas orientações estratégicas dos organismos internacionais para a educação, pois “[...] nesse contexto, a estratégia de assalto à pobreza se reconfigurava com base nos imperativos da reforma do Estado e na abertura das economias periféricas ao mercado mundial”. A educação básica ganhou novos contornos – foi transformada em uma estratégia da “Educação para Todos” (PRONKO, 2014, p. 96). A autora, apoiada em Roberto Leher (1999), alega que essa educação para todos não se traduzia em universalização da educação básica, mas em uma nova configuração da oferta da educação escolar, de maneira diferenciada, enfatizando particularmente as populações pobres, dado que os pobres poderiam vir a atrapalhar a expansão dos negócios dos capitalistas.

No caso de Moçambique, o argumento utilizado pelo governo para a educação desse período continuava centrado no combate à escola dualista, elitista e excludente da educação colonial, e a maneira finalista do ensino técnico-profissional. No entanto, já em uma economia de mercado sendo implantada, o país, estabelecia no Sistema Nacional de Educação através das Leis – 04/83 e a posterior 06/92⁷⁹ – ações que conduziram a educação-formação da população de modo a corresponder o padrão exigido pelo mercado.

Entre os fundamentos que norteavam a educação do país, o de assegurar o acesso universal e a plena realização das capacidades de todos os moçambicanos foi o mais reforçado nessa nova conjuntura de Estado. Contudo, na concretização dessa política, o que é notável é o seu caráter excludente, o dualismo escolar e a desigualdade social. Sobretudo no Ensino Básico⁸⁰ fragmentado, etapista, subdividido em Ensino Primário 1 (EP1) e Ensino Primário 2 (EP2). A admissão de um nível ao outro era feita por meio de exame, ou seja, o acesso não era garantido, mesmo quando o aluno fosse aprovado nas séries escolares anteriores.

⁷⁹ Com a aprovação da lei – 06/92, o Estado de Moçambique retirou todas as referências na direção político-ideológica do sistema educacional de Moçambique.

⁸⁰ O sistema nacional de educação é dividido em níveis de ensino: primário do primeiro grau ou EP1, que oferece de 1ª a 5ª classes e o ensino primário do segundo grau ou EP2, que consiste na 6ª e 7ª classes. Essas escolas de primeiro e segundo graus são também conhecidas como Escola Primária Completa ou EPC.

Da mesma maneira, no Plano Estratégico de Educação (1999-2003), a escolarização primária era vista como prioridade e obrigatória. O Estado indicou como meta a universalização, buscando aumentar o acesso dos moçambicanos às oportunidades educativas em todos os níveis do sistema educacional, principalmente das mulheres, a fim de contribuir com o desenvolvimento da economia do país (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1998, p. 4).

As desigualdades de gênero nos níveis de ensino, visto que as mulheres ingressavam e permaneciam menos nas escolas do que os homens como o próprio plano demonstrou que, do total de crianças matriculadas na primeira classe, as mulheres representavam 44%, mas apenas 39% conseguiam chegar à quinta classe; a porcentagem ainda era menor entre aquelas que ingressavam no EP2, ensino secundário, técnico-profissional e superior. O acesso das mulheres era mais restrito nas províncias do centro e norte do país (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1998, p. 9-10).

O plano estabelecia como responsabilidade do Ministério da Educação e do Estado, o investimento na formação e qualificação de seus recursos humanos, uma vez que a formação era considerada a principal necessidade do país para o desenvolvimento institucional, tanto nos setores público quanto privado, visto que era o meio de melhorar a economia do país. Outra atribuição referia-se à expansão do acesso às oportunidades educacionais, contribuir com a redução da pobreza e o aumento da equidade social. Moçambique era considerado um dos países mais pobres do mundo e enfrentava problemas estruturais e socioeconômicos gravíssimos. Foi nesse contexto a elaboração do plano pensado como uma das estratégias do governo para enfrentar o problema da pobreza que atingia a maioria da população, principalmente a população rural (90% da população), e para propiciar o crescimento econômico do país. Como objetivos a serem alcançados, estavam a “reabilitação de infraestruturas chave; a restauração da produção agrícola; a criação de um ambiente favorável ao investimento privado; e o desenvolvimento dos recursos humanos” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1998, p. 9).

Nessa situação, a ideia contida no documento procurava demonstrar a ineficiência do Estado em pensar em uma Educação que solucionasse tais problemas. O Estado foi denominado de “incapaz” de gerir a educação, a tal ponto que indicava a intervenção dos parceiros de cooperação nacionais e internacionais: a *Agência Sueca para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional (ASDI)*, a *Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA)*, a *Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento*

(DANIDA), o Departamento de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Finlândia (FINNIDA), a Irlanda, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), a Holanda e o Banco Mundial (BM). O plano instituiu, como condição para a implantação e a expansão da educação no país, a ajuda externa de seus financiadores e doadores.

Igual modo, o documento do grupo Banco Mundial/IDA⁸¹ – “Moçambique: da recuperação pós-conflito ao crescimento elevado” –, de 2007, sugeria o quanto o país tinha crescido a partir da cooperação efetiva das agências de financiamento e dos países que passaram a colaborar com empréstimos e donativos. Destacou, por exemplo que de 1997 a 2003, Moçambique mostrou uma mudança em áreas diversas como “três milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta, sobretudo nas áreas rurais. A mortalidade infantil baixou e as matrículas escolares subiram” (BANCO MUNDIAL/IDA, 2007, p. 1).

Na avaliação da instituição, a educação em Moçambique obteve melhorias dos anos de 1991 em diante, com o aumento das matrículas no ensino primário de 65 pontos percentuais; a conclusão do ensino primário alargou, duplicando para 40 pontos percentuais em 2003. Também houve mudanças na saúde, principalmente em relação à mortalidade infantil de crianças com menos de cinco de anos de idade; a liberalização do comércio; a retomada do crescimento da agricultura; os investimentos nos megaprojetos nos setores do alumínio, gás e minerais, reforma do setor financeiro, dentre outras áreas (BANCO MUNDIAL/IDA, 2007, p. 2-3).

Quadro 17: Demonstração da evolução dos indicadores de Moçambique.

Indicadores do País	1990/92	2005/06
PIB per capita (USD)	150	310
Inflação média (%)	39	9.7
Dívida externa (% do PIB)	286	81
Incidência da Pobreza (%)	69 (1997)	54 (2003)
Taxa bruta de inscrição no Ensino Primário (%)	43	71
Mortalidade Infantil de crianças com menos de 5 anos (por 1 000)	235	152

⁸¹ O documento foi elaborado pela Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) membro do Grupo do Banco Mundial.

População (milhões)	16.5	20.1
---------------------	------	------

Fonte: Dados obtidos da tabela 1 do documento do Banco Mundial/IDA, 2007, p. 1.

O demonstrativo do Banco procura mostrar que entre 1990 e 2003 o país teria alavancado um processo de crescimento gradativo, tanto na economia quanto nos setores sociais. Entretanto, vale ressaltar que o Estado estava praticamente financiado e dependente das agências de financiamento e de seus doadores internacionais. No setor educacional, o apoio dessa instituição (IDA) direcionava-se principalmente às reformas do sistema nacional de educação, com ênfase no novo currículo para o ensino primário, na elaboração de um programa nacional de apoio direto às escolas primárias, à saúde escolar e à prevenção de HIV/SIDA, à formação de professores, ao orçamento para o ensino primário e à possível eliminação das propinas⁸². Inclusive, apontava para o cumprimento dos Objetivos do Milênio (BANCO MUNDIAL/IDA, 2007, p. 7).

O documento do Banco indicou crescimento nas taxas de matrículas em se tratando do ingresso e da conclusão dos estudantes no Ensino Primário (EP1), mas mostrou que as taxas permaneciam abaixo da média regional, de modo a colocar em xeque os Objetivos do Milênio (ODM)⁸³, os objetivos de Educação para Todos e a redução da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2005). De acordo com o documento do Banco, o Ministério da Educação, junto aos seus parceiros de cooperação, procurou alternativas em termos políticos, financeiros e técnicos que respondessem a esses problemas. Além da eliminação das propinas escolares, constam:

A expansão da rede escolar, particularmente a construção de escolas mais perto das comunidades, a melhoria da qualidade de ensino através do reforço e

⁸² A política oficial sobre as propinas escolares foi estabelecida pelo Diploma Ministerial nº 6/86, onde consta a diferenciação entre os tipos de propina, de matrícula, de exame, taxas de internamento, quotas para Ação Social Escolar (ASE). Dada a importância do Ensino Primário, as propinas restringem-se a um montante fixo, a ser pago em dinheiro. Com o Diploma Ministerial de 2004, o governo aboliu todos os tipos de propinas ou outros tipos de cobranças no Ensino Primário a partir do ano letivo de 2005. (BANCO MUNDIAL, 2005)

⁸³ Dentre os ODM, deu-se destaque a dois objetivos: “assegurar que, em 2015, todas as crianças, rapazes e raparigas, consigam concluir a escolarização primária completa, e eliminar a disparidade de gênero no ensino primário e secundário, preferencialmente até 2005, e em todos os níveis de ensino antes ou até 2015”. (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 164).

expansão dos programas de formação dos professores, a melhoria das práticas de gestão e colocação dos professores, o fornecimento de materiais básicos de aprendizagem e a melhoria da relevância do currículo. (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 25).

Nesse âmbito, assistimos em Moçambique a uma agenda de prioridades e de políticas educacionais centradas na ampliação do ensino básico, sobretudo do ensino primário. Ainda se caracteriza como um desafio abarcar todas as crianças, adolescentes e jovens do país e, de modo particular, a população rural e a feminina. Tanto as estruturas escolares, a formação dos professores, quanto o acesso dos estudantes, nas últimas décadas, continuam a depender do gotejamento dos investimentos internacionais visto que problema central está na ingerência estrangeira na definição de seus padrões.

O plano estratégico de educação (1999-2003) estava estritamente ligado ao Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)⁸⁴, aprovado em 2001, para ser implantado em 2001/2005. A finalidade do plano era o crescimento econômico do país, com as seguintes áreas de ações básicas: “a paz e estabilidade social, educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, infraestruturas básicas, boa governação, e gestão macroeconômica e financeira”. No setor educacional, as prioridades do governo, no PARPA, eram o Ensino Primário e a Alfabetização e Educação de Adultos, como estratégias para a redução da pobreza. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2006, p. 24).

Zaqueu (2014) salienta que, no campo da educação, o PARPA e o Plano Estratégico eram passíveis de questionamentos. Como o país podia dizer que estava investindo em educação, quando não se visualizavam a ampliação e a construção de novas escolas, qualidade de ensino, formação de professores? As escolas estavam cada vez mais precárias, danificadas ou eram destruídas a cada ano, pelas fortes chuvas ou intensos períodos da seca que atinge diretamente a população mais pobre e rural.

Dessa forma, para dar continuidade às ações contidas no Plano Estratégico de Educação (1999-2003), o Estado implementou o segundo Plano (2006-2011) – “Fazer da escola um polo de desenvolvimento

⁸⁴ O Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA, 2001-2005) de Moçambique compreende o conceito de pobreza absoluta como ausência do padrão mínimo para uma vida digna, com privação do acesso aos diversos setores sociais, à saúde, à educação, à cultura, bem como da falta de um consumo mínimo diário de calorias para uma dieta saudável e condições mínimas para a subsistência.

consolidando a moçambicanidade” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2006). O primeiro centralizava as ações no ensino básico, com o objetivo de expandir o acesso da população à educação, melhorar a qualidade do ensino e reforçar a capacidade institucional, financeira e política. O segundo dava maior ênfase à qualidade do ensino e à retenção dos estudantes até a 7ª classe. O plano deu atenção ao desenvolvimento da Educação Técnico-Profissional e Vocacional, tornando o Ensino Secundário com características profissionalizantes, e o Ensino Superior. Nesse documento, observamos que o governo procurou implementar a política educacional com vistas ao desenvolvimento econômico e à redução da pobreza absoluta. No subtítulo a seguir, abordamos as relações existentes entre a política educacional e a redução da pobreza.

4.3. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A REDUÇÃO DA POBREZA E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Pela análise dos documentos selecionados para o estudo, ou seja, os PAPPAS (I, II e III), os Planos Estratégicos de Educação e os documentos do Banco Mundial, elaborados para Moçambique com foco na Educação, buscamos apreender as suas nervuras, o contexto histórico, econômico, político e social que dão organicidade ao Estado. Roberto Leher (2010, p. 370) aponta que devemos cuidar para não cair nas “tentações provocadas por cantos de sereia e pelas paixões”, quando a realidade de Moçambique e suas políticas são analisadas com base nas políticas brasileiras. É essencial entendê-las, antes de tudo, pelo seu processo histórico, eis a grande diferença!

O Plano Estratégico de Educação e Cultura – PEEC – 2006-2011 (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2006, p. 11) pontuou que, antes de tudo, a missão do Estado era:

promover a oferta de serviços educativos de qualidade, com equidade, formando cidadãos com elevada autoestima e espírito patriótico, capazes de intervir ativamente no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento económico e social do país e, igualmente, promover, coordenar, facilitar e harmonizar as iniciativas dos vários intervenientes na área cultural.

Para isso, assegurar o acesso e a qualidade do ensino constituía-se ponto chave, tanto para a qualidade quanto para a redução da pobreza. No entanto, o ensino básico, ou melhor, primário, não era o suficiente para o

desenvolvimento do país. Era indispensável continuar investindo, uma vez que, em 2005, mais de 660 mil crianças entre seis e 12 anos de idade, o equivalente a 22% do total do grupo etário, encontrava-se fora do sistema escolar. O governo de Moçambique apostava que o país precisava se desenvolver em todas as áreas, que o desenvolvimento das potencialidades dos recursos humanos deveria acompanhar o desenvolvimento econômico. Não obstante, a força de trabalho com pouco ou nenhum estudo não respondia às necessidades da economia globalizada e com exigências a atender o mercado. O ensino pós-primário (secundário, médio e superior) tornou-se um imperativo para o mercado de trabalho (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2006).

O PEEC assinalava que, para a importância da reforma da Educação Técnico-Profissional, devia-se priorizar o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos estudantes, assim como a possibilidade do autoemprego e a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Ressaltou que, no Ensino Secundário, além de incluir o caráter profissionalizante, era imperativo expandir o ingresso dos estudantes nesse subsistema e efetuar maiores investimentos no Ensino Superior.

O PEEC 2006-2011 (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2006, p. 21), pretendeu assegurar o cumprimento dos Objetivos do Milênio (ODM) e da Agenda 2025⁸⁵. Três eram os objetivos do milênio para a educação em Moçambique: eliminar a desigualdade de gênero no Ensino Primário e Secundário até 2005; Ensino Primário completo tanto para rapazes como para mulheres até 2015; reduzir a atual taxa de analfabetismo à metade até 2015. Segundo a Agenda, “a educação e formação devem dar valor preponderante à capacitação do cidadão moçambicano fornecendo, especialmente, aos adolescentes e jovens, os instrumentos práticos e teóricos para ser bem-sucedido na vida”, sobre quatro pilares, “saber ser, saber conhecer, saber fazer, saber viver juntos”⁸⁶, priorizando a formação e a educação das mulheres.

⁸⁵ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Agenda 2025. **Visão e Estratégias da Nação**. Documento preliminar. (2003). Maputo, Moçambique.

⁸⁶ Os quatro pilares que sustentam o Planejamento Estratégico de Educação de Moçambique compreendem os quatro pilares assegurados no Relatório Delors – Educação: um tesouro a descobrir de 1996, elaborado pela comissão Internacional de Educação para o Século XXI da Unesco. São: *aprender a conviver, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2010, p. 14).

Desse modo, o PEEC coadunava forças com o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). De acordo com os planos, o governo e os parceiros de cooperação investiriam financeiramente na educação, de modo que ela fosse determinante na redução da pobreza e, conseqüentemente, no desenvolvimento do país. A linguagem utilizada nos documentos leva-nos a entender que o conceito de pobreza vinha carregado de significados que obscurecem os fundamentos e os projetos históricos baseados na divisão de classe social do próprio capitalismo, como constatamos no quadro a seguir:

Quadro 18: Definições de pobreza nos PARPAS.

Concepção de pobreza:

PARPA I: “incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade.”

PARPA II e III: “Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade.”

Outras definições:

- “Pobreza como fenômeno multidimensional⁸⁷”;
- “Falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades alimentares e não alimentares básicas” (Pobreza Absoluta, em termos de rendimento);
- “Falta de rendimento suficiente para satisfação das necessidades alimentares e não alimentares essenciais, de acordo com as normas de sociedade” (Pobreza Relativa);
- “Falta de condições humanas básicas, como o analfabetismo, má nutrição, esperança de vida reduzida, saúde materna fraca, incidência de doenças preveníveis”. Esta definição relaciona-se às medidas indiretas da pobreza tais como acesso a bens, serviços e infraestruturas necessárias para atingir condições humanas básicas – saneamento, água potável, educação, comunicações, energia, etc. (Pobreza Humana).

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados extraídos dos documentos PARPA I, II e III.

⁸⁷ Salientamos que o conceito de “pobreza multidimensional” é mais bem desenvolvido na teoria de Amartya Sen (2001). A utilização do conceito por parte do Estado de Moçambique e do Banco Mundial reforça que “os pobres são vistos como portadores de ativos”, que precisam ser empoderados e suas capacidades desenvolvidas.

Também existe, em Moçambique, uma relação da pobreza com o alto índice de HIV/SIDA⁸⁸, órfãos, desigualdade de gênero e disparidades regionais. A pobreza é assumida como uma questão conjuntural e governativa, por isso, estimula-se o investimento em capital humano e social de tal maneira que investir nas pessoas passaria a significar aumento da produtividade (principalmente dos pobres), da economia, do consumo, do poder de compra. Supostamente, assinalando que uma boa governança solucionaria tal problema.

Da mesma forma o documento intitulado “Eliminando barreiras para o desenvolvimento inclusivo”, lançado em 2010 pelo Banco Mundial, de 1992 até 2008, buscou mostrar que Moçambique evoluiu economicamente e, por conseguinte, reduziu a pobreza. Segundo os dados do Banco, a situação foi identificada pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB):

A média do crescimento do PIB real disparou de zero por cento (1981-92), para 8,1 por cento (1993-2008) e o PIB real per capita quase duplicou desde 1992. Embora estes números tenham crescido a partir de uma base muito baixa, os fenômenos descritos foram acompanhados de melhoramentos no desempenho de Moçambique, no âmbito da África Subsaariana (SSA). Além disso, o número de pobres desceu de 69 por cento (1996), para 54 por cento (2002) à medida que o consumo per capita subia, em 50 por cento cumulativos, ao longo do mesmo período. (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 7)

No entanto, os critérios que o banco utilizou para definir a diminuição dos pobres foi o fator do consumo, desconsiderando as relações sociais estabelecidas entre a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho.

A educação em Moçambique nos anos de 1990 e nos anos 2000 ganhou relevância nos discursos e planos governamentais, empresariais e dos organismos internacionais por ser entendida como uma meta a ser alcançada como um direito de todos e, depois, como uma estratégia indispensável para solucionar a questão do desenvolvimento do país. Após o Fórum Mundial da

⁸⁸ As taxas ainda são altas. De acordo com o INSIDA (2009), 11,5% de moçambicanos no grupo etário 15-49 anos estavam infectados pelo HIV/SIDA. O índice entre as mulheres de 15-24 anos era de 8,2% contra 3,1% dos rapazes. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012)

Educação em Dakar⁸⁹, no Senegal, o governo de Moçambique elaborou um quadro de responsabilidades a serem alcançadas, a médio e longo prazos, junto com as metas dos Objetivos do Milênio. Assim, o governo, com o apoio do Banco Mundial e dos outros organismos internacionais, implantou o plano da Educação Básica, centrando suas estratégias na igualdade de gênero e no Ensino Primário Universal. Com o PEEC (2006-2011) o governo pretendeu:

criar as condições para assegurar que em 2010 a taxa líquida de escolarização no ensino primário seja de 97% (em 2005 era de 81%) e a taxa de conclusão de 69% (em 2005 era de 33%). O fosso atual em relação às raparigas deverá reduzir substancialmente. O PEEC, em consonância com o PARPA e incorporando a iniciativa “Fast-Track Initiative” (FTI) como parte central da sua componente de ensino primário, pretende desta forma dar um grande passo em direção à meta do ensino primário universal até 2015. Em 2015, o EP1 e o EP2 deverão ser um programa integrado de 7 anos de ensino básico que dá a todas as crianças habilidades para a vida, capacitando-as para intervir de forma responsável na sociedade, assim como a oportunidade de prosseguirem os estudos. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2006, p. 25).

Questões relacionadas à melhoria da qualidade, ao acesso, à capacidade de gestão e à igualdade de oportunidades fizeram parte das estratégias de implementação do Ensino Primário Universal. No entanto, a concretização dessas estratégias, de acordo com o plano, precisava estar interligada com a descentralização das responsabilidades do nível central para as províncias, distritos, municípios, escolas e comunidades locais. Tanto o PEEC quanto o PARPA, de modo semelhante, incluíram, como parte da universalização do Ensino Primário, a Educação na Primeira Infância, a Educação de Adultos, a Educação a Distância e a Educação não Formal.

⁸⁹ Os governantes e os organismos internacionais – Cúpula Mundial de Educação – reuniram-se em abril de 2000 em Dakar, Senegal, a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos da Educação para Todos (EPT) a todos os cidadãos e a cada sociedade em particular. Na declaração, os governos assumiram o compromisso de assegurar a implementação das metas da EPT e de atingi-las eficazmente, contando com as parcerias, as agências de cooperação e os organismos internacionais, de acordo com cada país.

A Educação de Adultos e não-formal desempenham um papel chave em conjunto com o Ensino Primário, no avanço para o alcance da Educação para Todos. O objetivo geral é de trabalhar em parceria com a sociedade civil, para se poder dar acesso a oportunidades de Educação Básica aos Jovens e mulheres. Para além da redução do analfabetismo, os programas Alfabetização e Educação de Adultos/Educação Não Formal podem também contribuir para o desenvolvimento da comunidade, respeito pelos valores culturais, desenvolvimento de uma cultura de paz, tolerância e democracia, prevenção e mitigação do impacto do HIV/SIDA e das doenças de transmissão sexual, e a redução da pobreza absoluta. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2006, p. 36-37).

O crescimento econômico e a redução da pobreza foram vistos como consequências da expansão da Educação. Todavia, o país enfrentou o desafio maior, de ampliação da educação além do ensino primário, como a Educação Básica de nove ou dez anos, o acesso às novas tecnologias, o Ensino Secundário, e melhorias nos programas da Educação Técnico e Profissional (Secundário e Terciário).

De acordo com o BM (2010), o sistema educacional de Moçambique sofreu uma transformação positiva nos últimos anos. O número de estudantes do Ensino Primário (1^a a 7^a classe) expandiu de aproximadamente 1,3 milhão, em 1992, para 4,2 milhões, em 2008. A taxa de matrícula nesse nível de ensino subiu de 45%, em 1998, para 90%, em 2008. O ingresso das mulheres registrou um crescimento de 40% para 93% no período e os professores primários aumentaram de 30.000 em 1992 para 73.900. Apesar desses números, o próprio Banco admite que a educação em Moçambique tem um índice muito baixo e não acompanha o crescimento dos grandes investimentos, daí a imposição de maiores investimentos e de priorizar a educação como fator chave para o crescimento inclusivo.

Roberto Leher (2010, p. 372) lembra que as políticas sociais e, em seu interior, as educacionais, estão diretamente em consonância com os interesses dos organismos internacionais, consequentemente do capital-imperialismo. Porém, elas não são apenas impostas. São definidas e aplicadas de acordo com a situação histórica, política, econômica e cultural de cada país. Como observamos, as agendas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) foram implementadas em Moçambique pela

burguesia moçambicana e a internacional inseridas no país – recontextualizadas segundo seus próprios interesses.

Ignorar que o aprofundamento do capitalismo dependente somente é possível com o protagonismo das frações burguesas locais é um erro teórico que provoca pesadas consequências políticas e estratégicas como a circunscrição do campo de análise ao Estado-nação. (LEHER, 2010, p. 372).

Por meio dessa lógica, Leher (2005) explica que, mesmo o BM buscando trazer para si o discurso social e humanitário, impregnado em suas políticas, continua sendo presença devastadora e expressão do capitalismo de destruição em massa nos países subalternizados.

Assim, os PARPAS (I 2001-2005, II 2006-2009, III 2010-2014) mostram que a educação deveria ser assumida pelo governo e pelos organismos e parceiros de cooperação como imprescindível para combater a pobreza, estimular a autoestima e o espírito patriótico e promover o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país. Por isso, a lógica do discurso de investimento na educação, nesse caso, refere-se à Educação Básica (alfabetização e os sete primeiros anos escolares), para ampliar o conjunto de oportunidades aos pobres.

A esse propósito, a teoria de Amartya Sen (2010, p. 245) discute que a pobreza é também intergeracional, e precisa ser interrompida entre as gerações, de modo a promover maiores oportunidades aos pobres.

[...] a pobreza familiar leva, ao trabalho em idade precoce, deserção, repetência, pouco rendimento escolar, o que, por sua vez, significa que os jovens acumulam um capital educacional muito reduzido, não superior ao de seu círculo familiar anterior, criando, de fato, condições para que o mesmo ciclo continue nas famílias que acabam por constituir posteriormente. (SEN, 2010, p. 245).

Por esse enfoque, Sen entende que pobreza é privação de capacidades básicas – como falta de acesso a bens e serviços. O desenvolvimento de um país seria resultado não apenas do crescimento econômico, mas da “eliminação das privações de liberdade e na criação de oportunidades” (SEN, 2000, p. 10). O autor explica:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e

tiranía, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. [...] A privação de liberdade se vincula estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. (SEN, 2010, p. 17).

Em se tratando de Moçambique, em que a situação de pobreza atinge cerca de 54% da população nacional, segundo o PARP 2012-2016, o investimento em políticas públicas sociais de atendimento emergencial e seletivo – consubstanciadas pelos organismos internacionais, principalmente Banco Mundial e FMI – implicaria manter sob controle a população pobre, que vive os dramas das fortes secas, desastres ambientais, fome, desnutrição crônica, HIV/SIDA, analfabetismo, desemprego estrutural, expulsão dos camponeses de suas terras e guerra civil (FRELIIMO – RENAMO).

Remo Bastos (2016, p. 199) pondera que a inserção do BM nos países da periferia do capitalismo proporciona as condições necessárias para a ampliação, reprodução e acumulação do capital global: “desbravar e colonizar mercados virgens potencialmente exploráveis e funcionais à inexorável e imanente necessidade de expansão capitalista, independentemente de suas consequências sociais, econômicas e ambientais” o que legitima o sistema de dominação imperialista. Observa-se que, de um lado, produz-se a miséria coletiva do distribuir os recursos sociais de produção, sobretudo a terra, que pertence aos camponeses, para pequenos punhados de grandes capitalistas internacionais e seus sócios menores moçambicanos. Pelo outro lado, a miséria assim aprofundada torna-se a justificativa para ainda maiores benefícios aos grupos capitalistas, formuladas e elaboradas por entidades internacionais oficiais e oficiosas que definem as próprias políticas a serem implementadas.

Interesses que estão intrinsecamente relacionados aos negócios do grande capital em Moçambique são traduzidos pelos acordos de cooperação dos países tidos como parceiros para o desenvolvimento. No período entre 2012 e 2016, de implementação do III Plano Estratégico de Educação, 30% das despesas do setor foram financiadas pelos parceiros internacionais. Contou-se com investimentos do Brasil, Vietnam, China, Austrália, Banco Islâmico para o Desenvolvimento (BID), Alemanha, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Canadá, Cuba, Dinamarca, DFID

(Inglaterra), Espanha, FAO, Finlândia, Flandres, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, os Países Baixos, PMA, PNUD, Portugal, UNESCO, UNICEF, UNIFEM, USAID (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012, p. 18).

Nossa análise detém-se na cooperação do Brasil com Moçambique no setor educacional, com o propósito de desvelar as maquiagens que falseiam os reais interesses dessa cooperação. Indagamos: como a educação se articula aos interesses do capital-imperialismo para o desenvolvimento das relações capitalistas em Moçambique? Qual é a expressão da educação no acordo de cooperação Brasil-Moçambique?

4.4. O BRASIL E A EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: POR DETRÁS DO APARENTE DISCURSO DE COOPERAÇÃO À SUBORDINAÇÃO AO PROJETO DO CAPITAL

Nesse tópico, discutimos a função do Estado brasileiro em Moçambique e o seu papel no setor educacional, a fim de examinar a sua relação com o projeto educacional do capital naquele país. Na documentação coletada, identificamos que o Estado brasileiro assume um lugar estratégico e a educação, além de ofuscar as relações entre capital e trabalho, cumpre o objetivo de difundir a ideologia do capital. Percebemos que o Estado brasileiro e os setores empresariais têm uma atuação com contornos capital-imperialistas.

O modelo de políticas implementadas no Brasil e consideradas exitosas pelo Banco Mundial, bem como a sua política de desenvolvimento, são estratégicas ao capital, por isso, incentivadas pelo BM. Neste terreno, temos que a educação é utilizada como estratégia ideológica de controle social, de formação de “capital humano”, de formação para o empreendedorismo e, conseqüentemente, para a ampliação do exército de reserva. Há indicativos de que as mudanças que vêm ocorrendo no sistema educacional de Moçambique, financiadas pelo Banco Mundial, pelo Brasil e pelos países capital-imperialistas, detêm características de internalização dos valores e saberes ideológicos da burguesia moçambicana e a internacional, para a manutenção da ordem social e dadas as peculiaridades moçambicanas – voltadas para dois objetivos: a) para a adaptação subalterna de grandes massas camponesas aos processos expropriatórios em curso, responsabilizando-as por suas condições sem a contraparte da oferta de postos de trabalho e; b) a disseminação de uma formação voltada para as qualificações necessárias ao desenvolvimento do capital, porém destinada a parcelas menores da população. István Mészáros (2008, p. 35) adverte:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Na pesquisa de campo realizada em Moçambique, conhecemos algumas experiências no setor da educação que, inspiradas nas políticas brasileiras, estão sendo implementadas naquele país. Verificamos a presença do Brasil naquele país através do apoio técnico e financeiro nas reformas dos currículos da Educação Técnica e Profissional, do programa de Alimentação Escolar, da formação de professores (EaD) e da política de bolsas para o Ensino Superior e Pós-Graduação. Tal apoio fundamenta-se na experiência brasileira, com a política de combate à pobreza e com a formação da força de trabalho, orientadas pelos organismos internacionais via teoria do capital humano. Ambas estão diretamente relacionadas às propostas, diretrizes e financiamentos do Banco Mundial.

A maior inserção do Brasil em Moçambique compõe o pacote de políticas do governo Lula, seguidas pelo governo Dilma no continente africano. No período Lula, esse continente ganhou maior importância e tornou-se um laboratório estratégico para a implementação da política externa brasileira. O Brasil, porém, não abriu mão das relações internacionais tradicionais. Pelo contrário, tornou-se um aliado, uma plataforma do capital-imperialismo para a expansão das relações sociais capitalistas, sobretudo nos países africanos (HELENO; MARTINS, 2014).

A política brasileira de cooperação com Moçambique e demais países africanos não se estabelece apenas por meio de recursos financeiros, mas por “transferência de conhecimentos”, como Heleno e Martins (2014, p. 134-135) descrevem, considerando ser o grande trunfo desse governo:

Conforme documento do Banco Mundial/IPEA (2011, p. 40), “metade da cooperação técnica brasileira realiza-se nas áreas de agricultura, saúde e educação”. As demais áreas abrangem capacitação profissionalizante, meio ambiente, energia, programas

de transferência de renda, dentre outras. O relatório menciona, ainda, a colaboração da Embrapa no âmbito da inovação e difusão tecnológica, a participação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) no segmento de capacitação técnica industrial e as atividades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) voltadas para a medicina tropical e para a construção de um laboratório, em Moçambique, destinado à produção de medicamentos genéricos contra o vírus HIV.

Para os autores, o cerne da política externa brasileira baseia-se em três pilares sociais – “dar, receber e retribuir”. É dessa forma que o Estado, nesse período, vem construindo sua hegemonia no mercado internacional (HELENO; MARTINS, 2014, p. 135). O termo “transferência de conhecimentos”, segundo os autores, também é questionável, pois se coloca nessa relação de cooperação a superioridade do Brasil, em detrimento dos países africanos. Os autores trabalham com a ideia de via de “mão única”⁹⁰.

De acordo com Garcia e Kato (2016) as políticas públicas, especialmente a educação, saúde, agricultura e gestão pública – são consideradas necessárias no processo de internacionalização das empresas brasileiras, sobretudo no continente africano. Tais políticas são tidas como políticas de apoio na chamada “cooperação para o desenvolvimento”. Visto como estratégia do setor empresarial ao transferir o poder de negociações e de responsabilidades para os Estados via acordos governamentais de cooperação e tratados internacionais que beneficiam diretamente os interesses empresariais brasileiros e passam a gerenciar os possíveis conflitos. As autoras compreendem que,

As políticas públicas que apoiam a expansão internacional de empresas brasileiras, incluindo a internacionalização de instituições e agências da burocracia estatal, podem ser compreendidas no marco mais amplo da “internacionalização do Estado”. [...], o

⁹⁰ Heleno e Martins (2014, p. 139) compreendem que o conceito de “cooperação” precisa ser questionado. Exemplificam esse questionamento quando analisam a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pelo governo Lula da Silva, através da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, instalada em 25 de maio de 2011. Segundo os autores, essa Universidade funciona como se fosse uma “dáviva brasileira” para os países africanos. Contudo, o que o governo brasileiro pretendia com a cooperação era ganhar apoio político e ampliar os negócios econômicos nos países africanos.

Estado se torna um ator econômico que joga um papel direto na acumulação de capital, com créditos e subsídios, por exemplo. Ele faz a mediação entre o mercado mundial e grupos domésticos, adequando as burocracias estatais às pressões do mercado mundial e dando mais poder e autonomia a instâncias como bancos centrais, agências de comércio exterior, agências de privatização etc. A internacionalização do Estado acompanha a internacionalização da produção. (GARCIA; KATO, 2016, p. 74).

Nessa direção, Estado e setores empresariais compartilham dos mesmos interesses com fins lucrativos aos proprietários do capital. Principalmente a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) o Estado brasileiro demonstrou através da cooperação Sul-Sul que além de ter se tornado “receptor” tornou-se “doador” da ajuda internacional.

Virgínia Fontes (2010a) chama a atenção para o movimento da expansão das relações sociais capitalistas que, independentemente da região, setor ou país, resulta, mesmo que de forma desigual e subordinada, nas expropriações:

A dinâmica interna da expansão capitalista promove e exacerba as próprias condições sociais que estão na sua base, seja através da incorporação subalternizada de outros setores da produção, de outras regiões ou países, modificando e subordinando as relações que ali encontrou, seja pela sua expansão direta, como por exemplo, através de industrializações de novas áreas. Em todos os casos, a imbricação é sempre desigual, porém tende a eliminar qualquer externalidade, à medida que impõe sua dominação, subalternizando e mutilando as relações sociais precedentes. As expropriações, condição social de sua plena expansão foram realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural. (FONTES, 2010a, p. 71).

O que predomina é a expansão do capital, não só no seu sentido econômico, mas no sentido de todo o conjunto das relações sociais. Desse modo, a análise da presença do Brasil em Moçambique leva-nos a observá-la sob o prisma do alinhamento de interesses do capital brasileiro que, mesmo

sendo subalterno à dominação dos grandes países, assume, nessa relação, características com contornos imperialistas. Nos acordos de cooperação voltados à educação, o Brasil está conjugado a outros países (imperialistas) ou a um organismo internacional para a implementação dos projetos em Moçambique.

No levantamento realizado por Natália N. Fingermann (2014) observa que a cooperação brasileira em Moçambique contou com áreas privilegiadas de formação técnica, seja com projetos estruturantes, seja com projetos de curta duração. Os setores são: agricultura, saúde, educação, desenvolvimento social, cidades, indústria e comércio, trabalho e emprego e defesa (FINGERMAN, 2014).

De acordo com a autora (2014), Moçambique foi visto por muitos como um “laboratório” da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) por ser um país da África com maior número de investimentos junto com Angola, sobretudo por possuir os projetos “mais ousados” como:

a) Fábrica de Antirretrovirais, doada por empresas brasileiras e pelo governo brasileiro, e sob a execução técnica da FIOCRUZ; b) a Universidade Aberta do Brasil em Moçambique, implementada pela CAPES-MEC; e c) o PROSAVANA, parceria entre a ABC e a JICA, executada por diversas entidades designadas por ambos os governos. Ademais, conta com o maior número de cooperantes brasileiros fixos ou semifixos, alocados em departamentos de órgãos governamentais moçambicanos ou em seus próprios escritórios internacionais. (FINGERMAN, 2014, p. 104).

Em relação aos projetos da cooperação técnica entre Brasil e Moçambique, verificamos na página da website da própria ABC que entre os anos de 2003 e 2016 o governo brasileiro através da Agência, desenvolveu projetos de cooperação nos diversos tipos, sendo: Cooperação Sul-Sul – área da Educação com 11 projetos, destes, oito foram desenvolvidos no setor da Formação Profissional e um para Educação de Adultos, Bolsa Escola e EaD. Na área da Saúde com 19 projetos. A área de Cidades com quatro projetos. Defesa (setor de treinamento e capacitação militar) com sete, desenvolvimento Social com três. A Agricultura – contou com nove projetos distribuídos em políticas públicas, fruticultura, agricultura familiar, pesquisa e agroecologia.

Já na Cooperação Trilateral, enquanto uma modalidade integrante da Cooperação Sul-Sul, temos: a Educação contemplada com cinco projetos, o setor da agricultura com 28 projetos, Cidades com cinco, Ciência e

Tecnologia, Indústria e Comércio, Justiça, Meio Ambiente, Minas e Energia e Trabalho e Emprego com um cada. O Brasil firmou acordos com os Estados Unidos, Alemanha, Japão, África do Sul para o desenvolvimento dessas ações junto ao Estado moçambicano. Do mesmo modo, observamos que a cooperação se deu com Organismos como a Usaid/EUA, União Europeia, JICA.

Pelas informações obtidas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ao final de 2011, o programa bilateral de cooperação técnica (Brasil-Moçambique) estava com 21 projetos em fase de implementação; nove estavam em processo de negociação nas diversas áreas: agricultura, educação, ciência e tecnologia, saúde, alimentação escolar e formação profissional. Quanto aos recursos financeiros, no final desse mesmo ano, a cooperação contava com US\$ 22.157.013,00, referentes à cooperação bilateral e com US\$ 9.843.770,00 da cooperação trilateral, totalizando o valor de US\$ 32.000.783,00 (ABC, 2017).

Em relação aos projetos nesse período, a então presidente Dilma Rousseff ressaltou a importância da cooperação entre os dois países. Para ela, três projetos foram especialmente relevantes – o ProSavana, na área da agricultura, a formação profissional como “capacitação de recursos humanos” e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O primeiro faz parte de uma cooperação trilateral (Brasil-Japão-Moçambique) e o segundo, bilateral, em parceria com o SENAI. A UAB conta com o apoio das universidades brasileiras e o Ministério da Educação (MEC) (ABC, 2017).

Fingermann (2014) demonstrou em seu texto que as iniciativas brasileiras voltadas à cooperação técnica horizontal, administradas pela ABC ancorada no Ministério das Relações Exteriores (MRE), executam seus projetos junto às entidades governamentais e ou em parceria com instituições e fundações privadas como a EMBRAPA, FIOCRUZ, SENAI, dentre outros. Inclusive tal cooperação é relevante para a agência, pois em relação a recursos financeiros soma-se com escassos recursos, entretanto, para o desenvolvimento e implementação dos projetos, a ABC conta com servidores públicos ligados às instituições governamentais ou ministérios.

No quadro a seguir elencamos os projetos que foram renovados e outros que estão em fase de implementação (ABC, 2018).

Quadro 19: Projetos que estão sendo implementados em Moçambique da Cooperação Técnica brasileira nas áreas de Educação, Saúde, Agricultura, Defesa (2008-2022).

BRA/04/043-S115 - Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique

Objetivo: Na cidade e na província de Maputo, concentra-se a maioria das empresas e dos empregos do país, como também o maior número de centros de formação de mão de obra e institutos de ensino superior. O instituto nacional do emprego e Formação profissional (INEFP) tem a missão de promover a empregabilidade com o compromisso de oportunizar 500 mil empregos até 2010. Algumas indústrias de grande porte patrocinam cursos em parceria com o INEFP ou criam estruturas próprias de qualificação e aperfeiçoamento para novos funcionários. Outra opção evidenciada é o envio dos profissionais para requalificação na África do Sul, Europa e até Brasil. Nesse sentido vem sendo implementado o presente projeto, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social de Moçambique, a partir da educação profissional, em alinhamento com as demandas industriais, através da implantação de um modelo baseado nas práticas de gestão do SENAI. Propõe-se implantar em Maputo um Centro de Formação Profissional em parceria com o INEFP, baseado no modelo que vem sendo implementado com sucesso pelo SENAI/BA. No Brasil, 19 técnicos moçambicanos serão capacitados nas técnicas do SENAI para multiplicarem o conhecimento em seu retorno. Além disso, 24 profissionais brasileiros supervisionarão a implantação do centro em Maputo.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 22/05/2009

Data de término: 31/12/2016

Setor: Educação

Subsetor: Formação Profissional

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (DR - BAHIA) - SENAI/BA

BRA/04/044-S282 - Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Ministério da Educação - MINED, a Universidade Pedagógica - UP, a Universidade Eduardo Mondlane – UEM de

Moçambique, para formação de professores, para atuação em escolas de nível básico e médio, e agentes do serviço público.

Objetivo: Apoiar os esforços de formação de professores, de nível superior, para atuarem em escolas de nível básico e médio em Moçambique, bem como formar quadros, de nível superior, para atuarem em órgãos do governo. A cooperação tem como eixo central o fortalecimento da política nacional de educação, a partir das seguintes perspectivas: Capacitação de pessoal para dar sequência à implantação da política de EaD; Reforço à capacidade institucional do MINED-Moçambique. Reforço do sistema de formação de professores para atuarem no ensino fundamental e médio, utilizando a EaD como modelo de democratização de acesso; Reforço do sistema de formação de técnicos, de nível superior, para atuarem em órgãos do Governo, utilizando a EaD como modelo de democratização de acesso.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 09/11/2010

Data de término: 30/12/2019

Setor: Educação

Subsetor: Formação Profissional

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF)

BRA/04/044-S291 - Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados.

Objetivo: O projeto pretende aprimorar o acesso e a aplicação da justiça, dotando suas instituições de recursos humanos qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições. Prevê a capacitação de formadores do Centro de Formação Jurídica e Judiciária em Moçambique, de lideranças da magistratura moçambicana e demais magistrados para desenvolverem

instrumentos eficazes de atuação no âmbito penal e de interesses difusos. O objetivo do projeto é dotar o corpo de Formadores do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), da magistratura judicial e do Ministério Público de Moçambique de recursos humanos qualificados e motivados para o exercício de suas funções. Serão capacitados 60 (sessenta) formadores e magistrados moçambicanos.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 13/01/2011

Data de término: 31/12/2016

Setor: Educação

Subsetor: Formação Profissional

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU

BRA/12/002-S003 - Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze.

Objetivo: Fortalecimento do setor algodoeiro nas bacias do Baixo Shire e Zambeze

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 21/11/2014

Data de término: 21/11/2018

Setor: Agricultura

Subsetor: Cotonicultura

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

BRA/13/008-S233 - Projeto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Extensão Rural de Moçambique - no âmbito do Programa Trilateral Brasil-Japão-Moçambique / ProSavana-PEM.

Objetivo: O Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSavana) é resultado de parceria entre os Governos brasileiro, moçambicano e japonês, com vistas

ao desenvolvimento agrícola e rural da região do Corredor de Nacala, em Moçambique, em conformidade com diretrizes programáticas e planos estratégicos setoriais do Governo moçambicano. A iniciativa está conformada por três projetos: A. ProSavana-PD, para formatar um plano de desenvolvimento para a região do Corredor de Nacala. A consultoria contratada para realizar o estudo - FGV/Agro entregou todos os produtos previstos; B. ProSavana-PI, com vistas a fortalecer institucionalmente o Instituto de Pesquisa Agronômica de Moçambique - IIAM; e, por fim: C. Projeto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Extensão Rural de Moçambique, com vistas a fortalecer a extensão rural Moçambicana. Nessa perspectiva, insere-se o presente projeto. Após discussão com a Direção Nacional de Extensão Agrária (DNEA), o Lado Brasileiro definiu como estratégia de atuação no projeto, a execução de um ciclo de capacitação com vistas à promoção do referido fortalecimento da extensão agrária do país.

Tipo: Cooperação Prestada Trilateral

Situação: Em execução

Data de início: 01/03/2015

Data de término: 30/08/2019

Setor: Agricultura

Subsetor: Extensão Rural

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal de Viçosa (UFV)

BRA/13/008-A113 - Apoio ao projeto de fortalecimento de estratégias de integração da cooperação técnica em agricultura e segurança alimentar em Moçambique.

Objetivo: A presente atividade isolada visa à otimização dos recursos da cooperação técnica brasileira em agricultura e segurança alimentar em favor de Moçambique, integrando todas as iniciativas brasileiras, bilaterais ou trilaterais. Para tanto, propõe atividades de coordenação, planejamento, assistência técnica e treinamento de recursos humanos para subsidiar a formulação de um projeto integrado de apoio ao Ministério da Agricultura e

Segurança Alimentar de Moçambique nos próximos anos, seus planos nacionais setoriais e seus órgãos subordinados.

Tipo: Cooperação Prestada Trilateral

Situação: Em execução

Data de início: 24/10/2016

Data de término: 24/12/2017

Setor: Agricultura

Subsetor: Agricultura Familiar

Instituições Executoras Brasileiras Parceira: Não identificadas

GCP/RAF/498/BRA-MOZ - Intercâmbio de experiências e diálogo de políticas públicas para a agricultura familiar na África.

Objetivo: O objetivo do projeto é contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade das políticas de agricultura familiar em Moçambique no sentido de garantir a segurança alimentar e nutricional da população mais vulnerável. Dessa forma, o projeto configura-se como mecanismo para fortalecer as capacidades técnicas de Moçambique, considerando a experiência brasileira no fortalecimento da agricultura familiar, segurança alimentar, agregação de valor e desenvolvimento rural, desenvolvidas pela SEAD.

Tipo: Prestada Trilateral com Organismo

Situação: Em execução

Data de início: 06/12/2016

Data de término: 05/06/2018

Setor: Agricultura

Subsetor: Agricultura Familiar

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Secretaria especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD

BRA/13/008-S287 – Produção Sustentável de café no Parque Nacional da Gorongosa Sistema Agroflorestal Integrado no contexto da desflorestação, alterações climáticas e segurança alimentar.

Objetivo: Esta proposta de projeto trilateral entre o Brasil e Portugal em favor de Moçambique, especificamente para o Parque Nacional da Gorongosa, na área de desenvolvimento sustentável do café dá seguimento às atividades implementadas no âmbito da iniciativa piloto CAPS, cujo primeiro marco foi alcançado em 2016, com a primeira colheita de grãos de café por pequenos agricultores. Através das colaborações estabelecidas com parceiros chave ao nível das comunidades locais, foi possível estabelecer soluções integradas e inovadoras, evidenciadas pela melhoria das condições de vida das famílias participantes, bem como pela recuperação da floresta nativa na área onde decorreu o projeto. Devemos salientar que o CAPS representa uma rede de intervenções para o desenvolvimento humano, que inclui saúde, educação, sistemas agroflorestais e conservação, sob a égide do PRG. Neste contexto, a presente proposta visa contribuir para a resolução dos seguintes problemas: - Restaurar e preservar um dos maiores repositórios de biodiversidade do mundo, o PNG. - Promover e garantir o funcionamento de um sistema de produção de café, cobrindo toda a cadeia de valor (do agricultor, ao acesso ao mercado e ao consumidor), tornando-o sustentável e garantindo a autonomia dos agricultores, técnicos e investigadores a médio prazo. - Capacitar recursos humanos na cadeia de valor do café: agricultores, técnicos e extensionistas, jovens docentes e investigadores. - Selecionar génotipos de elite, capazes de preservar a sustentabilidade biológica (das plantas) e económica, incluindo a manutenção da qualidade do grão sob pressão climática.

Tipo: Cooperação Prestada Trilateral

Situação: Em execução

Data de início: 06/11/2017

Data de término: 31/12/2022

Setor: Agricultura

Subsetor: Cultivos Anuais

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

BRA/04/044-S214 - Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II

Objetivo: Esperando reduzir o déficit habitacional de Moçambique, esse projeto corresponde à segunda etapa da cooperação no âmbito da habitação popular. Seus objetivos são: apoiar a elaboração de proposta de política habitacional para Moçambique, transferir metodologias de construção não-convencional adequadas à realidade moçambicana e tecnologias para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares, formular metodologia para implementação de Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil, elaborar o projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo e apoiar a instalação de um laboratório, com vistas a torná-lo um centro de pesquisa e disseminação de conhecimento em tecnologias não convencionais de construção. Em torno de 100 técnicos brasileiros irão a Moçambique para promover ações de capacitação e transferência de tecnologia, além da vinda de 22 técnicos moçambicanos ao Brasil.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 10/06/2010

Data de término: 30/10/2017

Setor: Cidades

Subsetor: Habitação

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Caixa Econômica Federal (CAIXA), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

BRA/13/008-A136 - Treinamento de agentes de segurança de autoridades de Moçambique.

Objetivo: A presente Ação Simplificada visa a aumentar a expertise da segurança presidencial moçambicana em assuntos relevantes sobre segurança pessoal e condução de veículos de segurança, a transmissão de conhecimentos e experiências brasileira, contribuindo assim com o aperfeiçoamento do sistema de segurança presidencial daquele país. O Treinamento oferecido capacitará 10 agentes de segurança presidencial de Moçambique em estrutura de segurança presidencial brasileira e de

segurança de instalações presidenciais e 06 agentes de segurança presidencial de Moçambique em condução de veículos de segurança.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 15/05/2017

Data de término: 31/08/2017

Setor: Defesa

Subsetor: Treinamento Militar

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI),
Ministério das Relações Exteriores (MRE)

BRA/13/008-S263 - Projeto de Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Resposta ao HIV e SIDA de Moçambique.

Objetivo: Os Governos do Japão e Brasil vêm apoiando as iniciativas de controle e prevenção das DST/SIDA em Moçambique desde 2007, por meio de execução de projetos de cooperação bilateral entre países, em parceria com o Conselho Nacional de Controle da SIDA. O desenvolvimento de ações que fortalecem o sistema de resposta ao enfrentamento à SIDA se deu por meio de uma colaboração conjunta, com o objetivo de fortalecer a capacidade técnica e institucional nas ações de resposta a epidemia.

Tipo: Cooperação Prestada Trilateral

Situação: Em execução

Data de início: 01/12/2016

Data de término: 27/09/2018

Setor: Saúde

Subsetor: DST/ AIDS

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Centro de Referência e Treinamento em DST e Aids de São Paulo - CRT
DST/AIDS

BRA/13/008-S261 - Curso Internacional de Atenção Humanizada ao Parto e Nascimento.

Objetivo: Espera-se que, após o curso, os participantes estejam capacitados para atuar como agentes de mudança em seus países de origem, incorporando e implementando estratégias de humanização e de boas práticas na assistência. Além disso, que possam aplicar o conhecimento adquirido na formação de profissionais e na gestão de serviços de saúde na área da atenção à mulher e ao recém-nascido. Estas ações, associadas à participação comunitária efetiva poderão melhorar a qualidade da assistência e impactar nos indicadores de morbimortalidade materna e neonatal. Espera-se, ainda, estabelecer um canal de cooperação internacional entre os países, visando o fortalecimento e consolidação das relações entre estes. A parceria estabelecida deve permitir a troca de informações entre os profissionais da Instituição promotora do Curso e os representantes de cada um dos países participantes sobre as práticas de humanização na assistência obstétrica e neonatal, baseadas em evidências científicas.

Tipo: Cooperação Prestada Trilateral

Situação: Em execução

Data de início: 30/01/2017

Data de término: 31/01/2022

Setor: Saúde

Subsetor: Saúde da Mulher

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Hospital Sofia Feldman (HSF)

BRA/04/044-S117 - Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais.

Objetivo: O projeto se integra com o processo de implantação de uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique, sob a responsabilidade da FIOCRUZ. Visa capacitar e fornecer conhecimentos aos profissionais moçambicanos que atuarão nas operações de produção de medicamentos antirretrovirais e outros produtos farmacêuticos para combate às principais epidemias do país na citada Fábrica.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 29/09/2008

Data de término: 31/12/2017

Setor: Saúde

Subsetor: Medicamentos

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz - MS/FIOCRUZ

BRA/04/043-S150 - Apoio ao desenvolvimento da Política nacional de Saúde Oral de Moçambique: Pesquisa em Saúde Bucal – Maputo.

Objetivo: o objetivo do projeto é conhecer as condições de saúde bucal da população moçambicana com a finalidade de elaborar o planejamento e a avaliação das ações e serviços públicos estomatológicos junto ao Ministério da saúde Moçambicano. Para o alcance desse objetivo serão desenvolvidas as seguintes atividades: estimar, para as faixas da população, os tipos e a prevalência dos problemas dentários e obter dados que contribuam para caracterizar o perfil socioeconômico, a utilização de serviços odontológicos, a auto percepção e os riscos à saúde bucal.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 06/07/2010

Data de término: 30/06/2017

Setor: Saúde

Subsetor: Odontologia

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Ministério da Saúde – MS

BRA/04/043-S151 - Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique Capacitação de Técnicos Moçambicanos em Prótese Dentária

Objetivo: objetivo é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde bucal da população de Moçambique por meio da qualificação de técnicos em prótese dentária de Moçambique no Brasil e da estruturação de um laboratório de Prótese dentária em Maputo. Serão realizadas as seguintes atividades: qualificação de técnicos em prótese dentária de Moçambique

no Brasil, implantação de um laboratório de Prótese dentária em Maputo, qualificação de técnicos em prótese dentária de Moçambique em Maputo e publicação de um manual de orientações para a confecção de próteses dentárias para a população de Moçambique.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 06/09/2010

Data de término: 30/06/2017

Setor: Saúde

Subsetor: Odontologia

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Ministério da Saúde – MS

BRA/04/044-S310 - Apoio a Implantação do Centro de Tele saúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique

Objetivo: O projeto se propõe a desenvolver competências locais em atenção à saúde materna e infantil para gestão do primeiro Núcleo Provincial de Promoção da Saúde da Mulher, criança e do adolescente. No referido núcleo serão desenvolvidas ferramentas que permitam ampliar o acesso a informação, tanto na dimensão técnico-científica, quanto nos aspectos relacionadas à gestão e acompanhamento das informações necessárias a tomada de decisão. O compromisso do projeto é de desenvolver competência local, nas províncias para consecução das atividades de atenção à saúde.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 28/02/2011

Data de término: 31/03/2017

Setor: Saúde

Subsetor: Saúde da Mulher

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Ministério da Saúde (MS), Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz - MS/FIOCRUZ

BRA/04/044-S309 - Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique

Objetivo: A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (REDEBLH-BR) é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde – OMS e distinguida com o prêmio Sasakawa de Saúde – 2001, pelo inegável impacto positivo de suas ações na área de saúde infantil. A implantação do projeto contribuirá para redução da mortalidade materna, neonatal e infantil em Moçambique em conformidade com o Plano Integrado para o Alcance dos ODMs 4 e 5 elaborado pelo Ministério da Saúde. Também contribuirá para minorar a infecção e a transmissão em neonatal.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 28/02/2011

Data de término: 31/12/2017

Setor: Saúde

Subsetor: Controle e Prevenção de Doenças

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz - MS/FIOCRUZ

BRA/04/044-S289 - Modernização da Previdência Social de Moçambique.

Objetivo: Contribuir, a curto prazo, para a correção dos problemas existentes no sistema de segurança social de Moçambique, implantando ações emergenciais; e a médio prazo durante o processo de implementações das ações do novo modelo de gestão do INSS-Moçambique; e a longo prazo a Modernização da Previdência Social de Moçambique.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 01/01/2011

Data de término: 30/01/2018

Setor: Desenvolvimento Social

Subsetor: Previdência Social

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Empresa de Tecnologia e Informações da Segurança Social (DATAPREV), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Previdência Social (MPS)

BRA/13/008-A133 - Fortalecimento e capacitação na área de saúde, nutrição, cidadania e educação em Moçambique e Guiné-Bissau – Pastoral da Criança.

Objetivo: Acompanhar e avaliar as ações de transferência da metodologia da Pastoral da Criança em Moçambique e na Guiné Bissau.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 01/05/2017

Data de término: 31/10/2017

Setor: Desenvolvimento Social

Subsetor: Combate à mortalidade infantil

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Pastoral da Criança - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (PC/CNBB)

BRA/13/008-A138 – Missão de Prospecção de Projeto de Cooperação Técnica em Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivo: A presente Ação Preparatória visa a subsidiar o desenho e o planejamento participativo do projeto de cooperação técnica em segurança alimentar e nutricional entre Brasil e Moçambique, por meio da realização de missão a Maputo e Nampula para levantamento de informações e necessidades para desenho de capacitação de técnicos e de ações que apoiem a constituição, gestão e operacionalização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique.

Tipo: Cooperação Sul-Sul

Situação: Em execução

Data de início: 01/06/2017

Data de término: 30/03/2018

Setor: Desenvolvimento Social

Subsetor: Segurança alimentar

Instituições Executoras Brasileiras Parceiras

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA),
Ministério da Saúde (MS), Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz
(MS/FIOCRUZ), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

Fonte: Organização da autora. Dados extraídos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2018).

No tocante aos projetos que estão sendo implementados em Moçambique, verificamos que a Educação, a Saúde e a Agricultura continuaram sendo as áreas de maior intervenção brasileira. No setor educacional, a formação profissional tem maior relevância devido ao apoio do Estado, empresas e do SENAI brasileiro, em especial com a estruturação do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) que estão sendo implantados nas várias províncias moçambicanas seguindo o modelo do Sistema S do Brasil.

A Educação à Distância (EaD) em Moçambique compreende basicamente a formação aligeirada de professores da Educação Básica e de agentes do serviço público. Diferentemente dos INEFPs, a EaD segue as orientações dos ministérios de Educação (Moçambique/Brasil), universidades públicas como, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC).

No setor agrícola os projetos são voltados a estudos, pesquisas, formação de técnicos moçambicanos e implementação de políticas com interesses para a expansão do agronegócio em detrimento das famílias camponesas e sua relação com a terra e a agricultura. O carro-chefe deste setor em Moçambique é a EMBRAPA, presente nos diversos campos da agricultura – desde o setor algodoeiro, ProSavana, Segurança Alimentar, plantio de café, desflorestamento para fins comerciais e mudanças climáticas, que compreende as três regiões do país. Neste caso, a cooperação técnica brasileira é ancorada por Portugal, Noruega, Japão, dentre outros.

De acordo com Fingermann (2014), essa capacidade da EMBRAPA de liderar os vários projetos refere-se ao seu quadro técnico, disponibilidade de recursos financeiros, laboratórios e flexibilidade institucional. Os estudos da autora mostram detalhadamente a cooperação trilateral brasileira em Moçambique, centralizando sua pesquisa no ProALIMENTOS e no ProSAVANA.

Em relação ao Programa de Alimentação Escolar (PRONAE) que está em fase de implementação em Moçambique, na pesquisa de campo realizada em 2016 visitamos os distritos e escolas que estão implantando o projeto. Não tecemos análises acerca do programa neste trabalho. Nosso intuito é de mostrar parcialmente os resultados das visitas às escolas e das entrevistas realizadas com as várias equipes que envolvem a implantação do programa.

O governo brasileiro junto ao Programa Mundial de Alimentação (PMA) foram os principais apoiadores/financiadores do programa. Além dos recursos para aquisição dos alimentos, o Brasil participou da formação dos gestores e no fornecimento de técnicos brasileiros para o acompanhamento *in loco* por vários anos. Nos anos de 2016/2017 o programa estendeu-se de 12 para 22 escolas do país. Nas entrevistas averiguamos que um dos pontos colocados pelos entrevistados referia-se a descentralização dos recursos financeiros do PRONAE que são geridos pelas próprias escolas. Existe em cada escola um técnico, que junto com o diretor da escola, são responsáveis pela gestão financeira do PRONAE. Paralelamente aos recursos do programa, as escolas contam com incentivos para cultivo de hortícolas.

Na entrevista com a equipe técnica responsável pelo setor de alimentação escolar⁹¹ do Ministério da Educação foi ressaltado o apoio do governo do Brasil e as visitas realizadas pelos técnicos moçambicanos no Brasil para formação e conhecimento das experiências brasileiras com projetos de hortícolas escolares e nas cooperativas de agricultores dos diversos estados do país, principalmente nos estados da Bahia e Ceará.

Nas entrevistas com a equipe do Ministério da Educação, diretores das escolas e representantes das províncias com os quais conversamos, em Maputo, em Massingir (Província de Gaza/região Sul), Nampula (Província de Nampula/região Norte) e em Tete (Província de Tete/região Centro) destacamos os pontos relevantes das entrevistas: a situação do país em relação à desnutrição infantil que abarca a média de 43% de crianças em 2016; a evasão e a reprovação escolar provocada tanto pela fome quanto pela desnutrição crônica. Crianças e jovens fora da escola em idade escolar pela necessidade de trabalhar, o trabalho voluntário nas escolas para a manipulação dos alimentos, a falta de água e de uma equipe técnica. Estes

⁹¹ Entrevista realizada no dia 08 de novembro de 2016 no Ministério da Educação de Moçambique com a equipe do Setor de Alimentação Escolar sob direção do Sr. Felizardo, Marcelino Afonso Matola, Carlos João Jossai.

foram os fatores mais ressaltados nas entrevistas. Nas imagens abaixo mostramos as escolas que conhecemos em Moçambique.

Figura 12: Escola Primária Completa Niapala – Posto Administrativo de Namaíta – Distrito de Rapale – Província de Nampula – Região Norte.



Fonte: Fotos captadas no Trabalho de Campo pela autora (2016). As fotos destacam: Sala da Direção da escola e a cozinha onde a produção dos alimentos do Programa de Alimentação Escolar (PRONAE). Estudantes em atividades recreativas na parte externa da escola, onde tem várias árvores com sombras e um campo de terra para as aulas de educação física. Almoço das crianças e adolescentes. A equipe da cozinha serve o almoço e as crianças almoçam sentadas no chão no refeitório.

Figura 13: Distrito de Massingir – Província de Gaza – Região Sul.
Escola Primária 1 E 2 Graus III Congresso – Aldeia De Mucatine.



Fonte: Fotos captadas no Trabalho de Campo pela autora (2016). Visitamos a escola que fica na aldeia de Mucatine (área rural), há 60 quilômetros do distrito de Massingir acompanhada pelo responsável técnico dos Programas de Alimentação Escolar da Sede Distrital – Antonio Chioze – e pelo Diretor Pedagógico e professor da Escola Secundária, Câncio Licoze. Entrevistamos os diretores (Geral e Pedagógico) da escola; conhecemos alguns espaços, inclusive a cozinha e os cozinheiros. Os estudantes almoçam aproveitando as sombras feitas pelas árvores.

Figura 14: Distrito de Muecate – Província de Nampula – Região Norte.
Escola Primária 1 e 2 Graus Muecate Sede.



Fonte: Fotos captadas no Trabalho de Campo pela autora (2016). As fotos destacam: Depósito de alimentos do PRONAE; Sala de aula debaixo da árvore (uma turma que tem todas as aulas debaixo da árvore, mas a escola têm muitas outras turmas debaixo das árvores); Os prédios têm as paredes de tijolos de barro, cobertos de palha e chão batido, sem janelas e portas. Tanto as turmas que estão debaixo das árvores quanto as que estão nos prédios, os estudantes e professores sentam no chão ou em uma banqueta. Os estudantes têm os cadernos e lápis e os professores um quadro de giz e debaixo das árvores os professores escrevem em pequenas tábuas de madeiras apoiadas nos troncos.

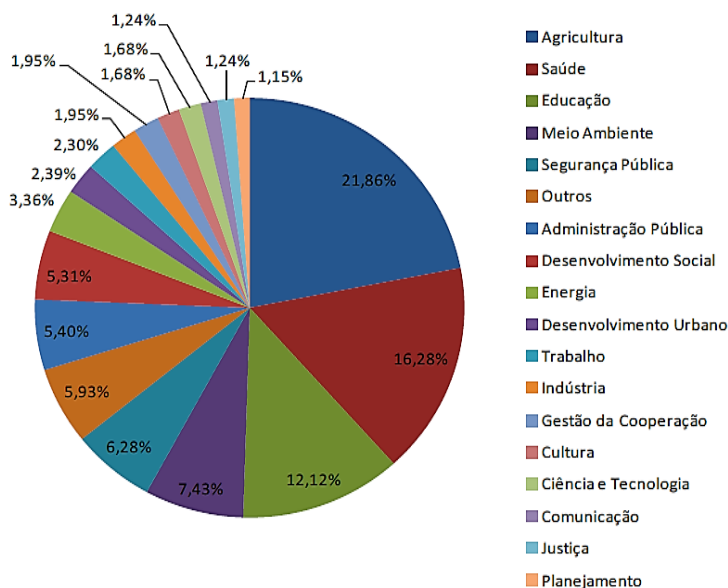
O que chamou nossa atenção nas visitas e nas entrevistas foi conhecer a realidade das escolas, conversar com os professores, estudantes e equipe de direção. Em todas, fomos bem acolhidas e com condições para as entrevistas. As escolas visitadas ficam distantes dos centros urbanos com grande número de estudantes. A nosso ver, tanto a parte de estrutura física quanto a questão das condições de trabalho dos profissionais, dos estudantes, da qualidade do ensino, encontravam-se em condições precárias. Os distritos compunham o grupo de risco devido às condições climáticas, a fome que incide diretamente nas famílias, conseqüentemente no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Tanto o PRONAE quanto aos demais programas de alimentação escolar existentes não abarcam todas as escolas do país.

Nos projetos da área da Saúde – a cooperação brasileira deu-se através de ações e de políticas para o enfrentamento e combate as doenças sexualmente transmissíveis (DST/SIDA). As ações visam treinamentos, formação de profissionais e fortalecimento da capacidade técnica e institucional. Assim como atenção à saúde da mulher, saúde bucal e mortalidade infantil.

Os projetos desenvolvidos pela cooperação, formação e ‘capacitação’ dos Magistrados, treinamento militar da defesa de Moçambique e do setor habitacional foram pontuais e de curta duração. O referente à previdência social o objetivo foi de reestruturar o modelo de previdência de Moçambique com base nas reformas da previdência brasileira.

O quadro abaixo elaborado por Natália Fingermañ (2014) realça as áreas de maior interesse da cooperação brasileira com Moçambique.

Quadro 20 – Cooperação brasileira com Moçambique – áreas de interesse.



Fonte: FINGERMANN, 2014, p. 56

O quadro reforça o que Garcia e Kato (2016) tratam em um de seus artigos científicos: a cooperação brasileira com os países africanos é apoiada em um tripé – “investimento, cooperação e financiamento” – que estão articulados de forma a “garantir a ampliação da acumulação capitalista”, chamando a atenção para a centralidade dada tanto a infraestrutura quanto à apropriação de recursos naturais (GARCIA; KATO, 2016, p. 71).

Para as autoras, as políticas públicas e institucionais de apoio implementadas nos diversos países que possuem cooperação com o Brasil (os africanos, em especial) caracterizaram uma forma de aprofundar a internacionalização das empresas brasileiras nos últimos anos, especialmente nos governos dos presidentes Lula (2003-2011) e Dilma Roussef (2012-2016). Garcia e Kato (2016, p. 72) ressaltam as mais significativas:

Tratados comerciais de investimento e sobre tributação; abertura de novas embaixadas em países africanos; aumento significativo da “cooperação internacional para o desenvolvimento”; financiamento direto com créditos à exportação de produtos e serviços

no exterior; e a organização de visitas de comitivas e de feiras de negócios com o envolvimento direto do setor empresarial brasileiro com apoio do MIDIC e da APEX. Elas se fazem acompanhadas de um contínuo processo de internacionalização de instâncias da burocracia brasileira, como os escritórios da Embrapa (Gana), da APEX (Angola), da Fiocruz (Moçambique) e do IPEA (na Venezuela). A esse movimento acrescentamos também a internacionalização do BNDES (Londres, Montevideu e Johannesburgo).

As autoras (2016) entendem que a política externa brasileira desde a sua formulação, decisão e implementação, são constituídas por processos de:

Coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, passando, além do Itamaraty, também por outras pastas e órgãos do governo (saúde, educação, cultura, meio ambiente, agricultura etc.), e mesmo por unidades subnacionais. Assim, a distinção rígida entre “high” e “low politics” gradualmente se dilui, na medida em que a política externa assume questões culturais, de educação e a própria cooperação técnica como eixos centrais. (GARCIA; KATO, 2016, p. 72).

Nesse sentido, a cooperação técnica brasileira é compreendida a partir de ações descentralizadas, uma vez que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para o desenvolvimento de seus projetos abarca mais de 70 instituições brasileiras, compostas por públicas e privadas, podendo citar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Fundação Oswaldo Cruz, enquanto formuladores e implementadores das políticas públicas de apoio nos países de cooperação junto ao Estado brasileiro por meio dos Ministérios: Relações Exteriores, Agricultura, Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário e Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, além da ABC enquanto executora dos projetos de cooperação.

Esta pesquisa prioriza a Educação Profissional, pois acreditamos que aí reside uma estratégia ideológica do setor empresarial, seja ele, brasileiro ou de países imperialistas para a formação do homem e da mulher moçambicanos dentro de um contexto atual em que os trabalhadores estão sendo expropriados de forma violentíssima, entendendo que a “expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista” (FONTES, 2010b, s/p). Assim, na agenda do capital para a educação, a mesma é ofertada de maneira instrumentalizada para o discurso

de combate à pobreza – controle das massas, e também pensada no âmbito do treinamento-capacitação (SABER FAZER), das competências e habilidades, empregabilidade e do empreendedorismo.

Na lógica capitalista o que importa é formar “trabalhadores”, ou melhor, formar “mão de obra” com um único fim – garantir a lucratividade do capital. Nesse sentido, entendemos que a formação profissional (sem escolarização nenhuma, técnica de nível médio ou até a ofertada em graus mais complexos) responde as demandas para a expansão do capital de adequação dos indivíduos à sociedade do mercado.

4.5. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AGENDA DO CAPITAL PARA A FORMAÇÃO DO HOMEM E DA MULHER MOÇAMBICANOS

Neste tópico, discorreremos sobre a temática da Educação Profissional de Moçambique, pois tem desempenhado uma função importante, como estratégia de formação da classe trabalhadora moçambicana. Tecemos análises que evidenciam o quanto a Educação Profissional, no Sistema Nacional de Educação de Moçambique, está sendo posta no âmbito da formação de *capital humano*, da empregabilidade, de formação para o empreendedorismo e “indivíduos livres” disponíveis para o mercado.

Esse modo de tratar a educação, centralizando soluções tanto para o desenvolvimento do país quanto para o combate à pobreza na Educação Profissional, liga-se à finalidade de produzir princípios e valores em torno dos projetos dominantes da burguesia moçambicana e internacional. Ao mesmo tempo, cumpre a função ideológica de legitimar os interesses do capital e de adaptar os homens e mulheres moçambicanos frente às desigualdades sociais. István Mészáros (2008, p. 44) utiliza o conceito “internalização” para designar que a educação assegura para o capital que cada indivíduo internalize como suas “próprias metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema”. Para Virgínia Fontes (2016, p. 17), a educação oferecida com vista a atender as demandas do mercado de formar “mão de obra”, significa educar para a obediência e o “conformismo às normas mais ou menos estreitas da subalternidade”.

A análise do *corpus* documental da Educação Profissional de Moçambique e do Brasil (direcionados a Moçambique) referente à política de Formação Profissional, favoreceu a compreensão da presença do Estado brasileiro como articulador ativo do capital – setores dominantes brasileiros, em Moçambique para a implementação do projeto de formação profissional

para atender aos interesses do capital em curso naquele país. Também entendemos que os discursos que norteiam a documentação procuram “culpabilizar” ou “responsabilizar” os indivíduos por suas próprias condições de desemprego, de fome e de falta de perspectivas para o trabalho. Ao mesmo tempo, distinguimos forte incentivo para o empreendedorismo.

No estudo de campo realizado em Moçambique, estabelecemos relações entre o *corpus* documental e a coleta de dados. Provocamos reflexões sobre as relações fixadas entre a documentação e as entrevistas. Ficou evidente que a prioridade dada à política de educação profissional em curso atribui a formação de capital humano para o trabalho simples, para a empregabilidade, para o empreendedorismo e para o exército de reserva.

Na documentação coletada, averiguamos que a Educação Profissional estava em processo de reforma iniciada em 2006⁹². A Educação Profissional de Moçambique inclui o ensino técnico-profissional, ligado ao Ministério da Educação, com abrangência dos níveis básicos (após a 7ª classe) e médio (após a 10ª classe). São ofertadas por instituições públicas e privadas. Também abrange a formação profissional de curta duração, oferecida pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), sob a direção do Ministério do Trabalho. Os INEFP constituem-se como públicos e privados, e não estão ligados ao sistema formal de educação (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012).

De acordo com o Planejamento Estratégico 2012-2016 (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012), a Educação Profissional entre 2004 e 2011 teve um avanço, de 32 mil estudantes em 2004 para 45 mil em 2011. O nível com maior índice de matrícula foi o básico, com cursos voltados à agricultura. Conforme o PEE (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012, p. 86-87), o ensino profissional do setor formal de educação atingiu menor número, devido à limitação de vagas e ao grau de exigências, que variam de acordo com as necessidades de cada setor, sobretudo de nível médio. Já o sistema informal apareceu com maior procura e oferta de vagas, por exigir competências básicas de comércio e empreendedorismo, de rápida duração. Nesse período, o destaque tanto da oferta quanto da procura foi no ramo agrário. A agricultura absorve cerca de 70% da força de trabalho entre os moçambicanos.

Consoante a Leher (2014, p. 1) os setores dominantes através de seus intelectuais coletivos e de entidades e fundações empresariais pensam a

⁹² Coordenada pelo Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP).

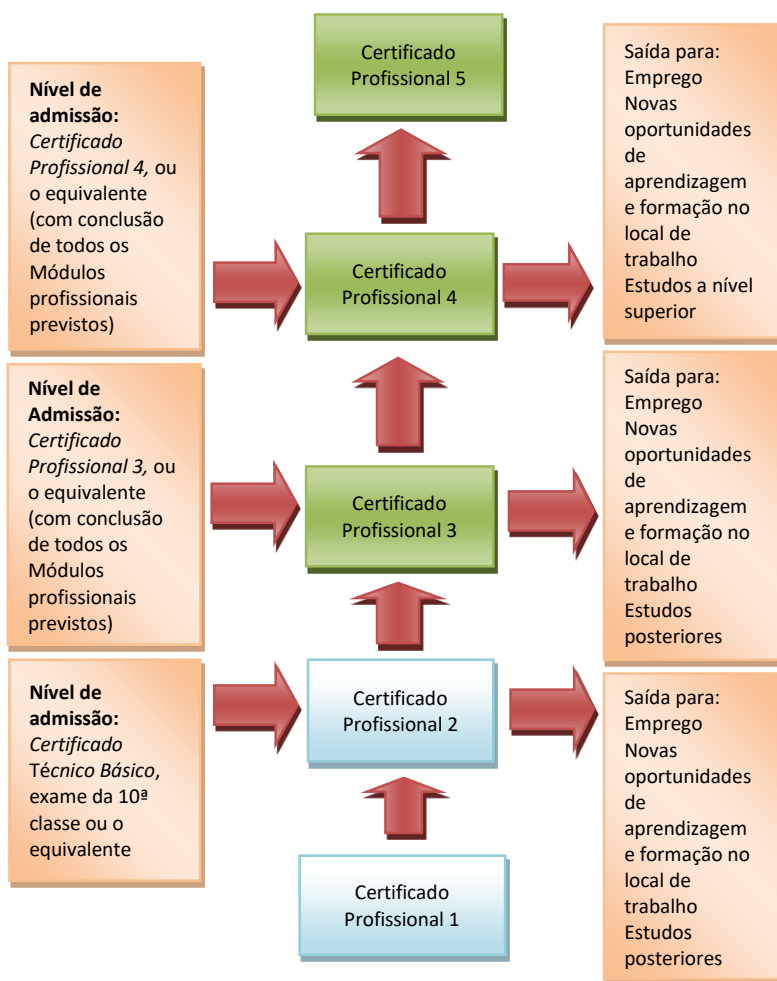
educação como “uma prática capaz de converter o conhecimento e a formação humana em capital humano”, convertendo-a em política de Estado por meio da legislação que rege a educação em um país ou região.

Marcela Pronko (2014) ao analisar a política do Banco Mundial para a Educação dos anos 1980, observou que era direcionada e incentivada a educação primária e a educação não formal devido os países da periferia concentrarem a maior parte de sua população nas áreas rurais. Seu principal investimento referia-se às capacidades produtivas dos pobres, principalmente do meio rural. Assim, podemos entender o processo da implementação da educação profissional em Moçambique nos dias atuais, pois o país é predominantemente rural.

Mesmo sendo a sociedade moçambicana maioritariamente rural, percebemos que a forma como o Estado e os setores dominantes vêm se consolidando como sociedade capitalista, priorizando os setores do agronegócio e industrial para a expansão das relações sociais com o mercado do capitalismo mundial, é pertinente a reflexão de Adriana Almeida Sales de Melo et al. (2015, p. 29), que consideram que, no atual estágio do capitalismo monopolista, em que novos valores e práticas são difundidos na sociabilidade urbano-industrial, a formação para o trabalho simples passa a exigir conhecimentos básicos e teóricos, de modo que a escola básica se constitua como um *lôcus* de “formação inicial para o trabalho”. De acordo com os autores, a escola cumpre, por um lado, a finalidade da formação técnica, no sentido de “métodos e processos baseados em conhecimentos e habilidades relacionados ao desempenho de qualquer atividade produtora da existência seja ela material ou simbólica”. Por outro, desempenha a função de conformadora – “ética, política e estética, isto é, a preparação para o trabalho/vida num dado contexto social, político e econômico de seu tempo” (MELO et al., 2015, p. 30).

Desse modo, em Moçambique o sistema educacional, especialmente a Educação Profissional, imprime essa dualidade, de tal maneira que fundamenta a sua proposta em um currículo de acordo com os padrões das competências e nos princípios do SABER FAZER e SABER SER – uma educação voltada à adaptação do indivíduo à sociedade, ao mercado de trabalho e ao empreendedorismo. A Educação Profissional estrutura-se em um Quadro Nacional de Qualificações Profissionais (QNQP), constituído por níveis (1 ao 5), com certificações para cada nível, como visualizamos no seguinte quadro:

Quadro 21: Quadro Nacional de Qualificação (QNPQ).



Fonte: Quadro extraído do documento: Orientações Metodológicas e Instrumentos para a Elaboração de qualificações – PIREP (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2011, p. 7).

O modelo moçambicano de Educação Profissional é concebido segundo a lógica das certificações por níveis e fortalece o discurso de que, “vocacionalmente” o indivíduo poderá integrar-se ao mercado de trabalho ou

gerir seu próprio negócio, como se essa realidade fosse concretizável em toda sociedade capitalista e, em especial, em Moçambique.

Na entrevista realizada com o responsável pela Formação Profissional do Ministério do Ensino Superior, Ciências e Tecnologia de Moçambique, Júnior Matsimbe⁹³, evidenciamos que a reforma foi e está sendo um processo forçado por imposições que hoje o país enfrenta, sobretudo sobre seus trabalhadores:

Uma das razões que nos obriga a termos que procurar a reforma da Educação Profissional do país é, além de adequar nossos currículos e nossos centros de formação de acordo com a demanda do mercado, é formar o indivíduo capaz de, por si, ser empreendedor depois da formação. Eu sozinho tenho que gerar autoemprego, não preciso necessariamente esperar pelo grande empregador e outra, as empresas não têm essa capacidade. Eu tenho que, por mim, criar o meu próprio trabalho. (JÚNIOR MATSIMBE, 2016).

Inicialmente, nesta fala, a questão não é de educação em si, mas de adequar o indivíduo para o desemprego através de um sistema escolar precário, que o responsabilize ao seu sucesso ou fracasso. Além disso, defende explicitar uma formação aligeirada para o desemprego: com a reforma, o indivíduo passaria a ter outras opções que não só de cursos de longa duração, como era o currículo anterior de três anos consecutivos. A partir de então, seria possível fazer um curso gradualmente ou optar por apenas um certificado, sem passar por todos os ciclos. Visitamos algumas escolas e INEFPs que já estão funcionando de acordo com o novo currículo.

Na província de Tete, visitamos o Instituto de Geologia e Minas que está no distrito de Moatize. É o único do país a oferecer formação de nível médio nessa área específica. O Instituto funciona em regime de internato. Como experiência de implantação do novo currículo, os estudantes, além da carga horária e das disciplinas gerais obrigatórias do nível Médio, têm, a partir de uma base comum (Geologia, Minas e Recursos Naturais), aulas teóricas, práticas, de cidadania e estágio nas empresas. Os estudantes são certificados ano a ano (Certificado Profissional 3, Certificado Profissional 4

⁹³ Entrevista concedida no dia 21 de novembro de 2016 no Ministério da Educação, cidade de Maputo (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

e Certificado Profissional 5). O último é a conclusão após os três anos de formação, em que o aluno é habilitado para atuar como técnico de nível médio no mercado de trabalho.

Da mesma forma ocorre com outras escolas técnicas, como é o caso da Escola Profissional Dom Bosco, que também fica na Província de Tete. A escola pertence à Congregação Salesiana Dom Bosco, ligada à Igreja Católica. Conversamos com o diretor, Padre Kalonji André⁹⁴, que nos disse que a escola começou com o ensino técnico a partir de 2001, oferecendo à comunidade cinco cursos: mecânica-auto, construção civil, serralheria e mecânica, carpintaria, moda e confecção. Os cursos funcionavam com os estudantes do Ensino Básico (até a 7ª classe). No entanto, a partir de 2017, iniciaram-se os cursos de nível médio, adotando o novo currículo, apoiados pelo Ministério do Ensino Superior, Ciências e Tecnologia. Para o ensino médio, a escola oferta os cursos de serralheria, mecânica, mecânica industrial, mecânica-auto, construção civil, computação, programação e página web e eletricidade⁹⁵.

De acordo com os dois diretores das escolas de formação profissional, que integram o sistema formal de educação, preparar os jovens para o mercado de trabalho é o grande desafio, uma vez que o desemprego está assolando o país. Por isso, no entendimento dos entrevistados, a formação deve se voltar para o empreendedorismo e para o desenvolvimento de habilidades e competências, tornando os alunos empreendedores – responsáveis pelo seu sustento. O senhor Luís Rodolfo⁹⁶ – diretor do Instituto de Geologia e Minas - opinou: *“nossos alunos precisam saber fazer e saber ser. Precisamos despertar neles o espírito empreendedor”*. Notamos que a Escola Profissional Dom Bosco, embora o discurso seja fundamentado no saber fazer e saber ser, oferece aos estudantes maiores possibilidades de ingresso ao mercado do trabalho, principalmente nas grandes empresas como a Vale, Rio Tinto, Jindal, dentre outras. A instituição conta com maior organização de infraestrutura, professores, quadro próprio de formação dos

⁹⁴ Entrevista concedida no dia 21 de novembro de 2016 na Escola Profissional Dom Bosco, na cidade de Tete (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

⁹⁵ A escola é privada mas possui uma parceria com o Estado, que assume o pagamento dos professores e fornece uma verba para manutenção.

⁹⁶ Entrevista concedida no dia 17 de novembro de 2016 no Instituto de Geologia e Minas, Distrito de Moatize, província de Tete (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

professores, salas de aula e oficinas, além de recursos da própria congregação.

Indagamos ao diretor da Escola Profissional Dom Bosco sobre as oportunidades de trabalho para seus estudantes em Tete. Ele nos respondeu:

Moçambique está vivendo uma forte crise que deixa ainda mais difícil para os jovens, de maneira geral, não só aqueles que estão nessa escola, porque as empresas vão fechando as portas, principalmente as pequenas e médias. No entanto, quando a província tinha boas condições, situação normal, os alunos mais procurados para o mercado de trabalho eram desta escola, ainda temos um bom diálogo com as empresas. Inclusive, nesse momento atual, fomos procurados pela empresa Vale, que gostaria de levar os nossos alunos do curso Mecânica-auto para trabalhar na empresa. Provavelmente, estes terão emprego na Vale e em outras. Quando o nosso País não estava com conflitos, os nossos alunos não tinham dificuldades de encontrar emprego. (PADRE KALONJI ANDRÉ, 2016).

A realidade do desemprego não é vivenciada somente em Moçambique – é uma situação estrutural e mundial. István Mészáros (2007, p. 141) chama a atenção para o problema do desemprego mundial e as contradições do sistema socioeconômico que, por sua “própria necessidade perversa impõe sobre incontáveis milhões de pessoas a privação e o sofrimento que acompanham o desemprego”. Para ele, o sistema produtivo tem necessidade cada vez maior de produzir seres humanos supérfluos:

[...] o desenvolvimento do sistema produtivo de longe o mais dinâmico da história culmina com a geração de um número cada vez maior de seres humanos supérfluos a seu maquinário de produção, muito embora – verdadeiro para o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – nada supérfluos como consumidores. (MÉSZÁROS, 2007, p. 146).

O desemprego produzido pela acumulação do sistema capitalista de produção elimina, dessa maneira, a “maioria da humanidade do processo de trabalho” (MÉSZÁROS, 2007, p. 146). Existe uma nuance importante entre “humanidade supérflua” e “trabalho precário”. Deste modo, Ricardo Antunes permite compreender que se trata de uma sujeição ainda mais rebaixada do trabalho ao capital, uma subordinação direta do trabalho concreto e sem direitos ao capital “abstrato”. O processo de reestruturação produtiva e as

transformações tecnológicas causam profundas mudanças no mundo do trabalho. Essa discussão vai na direção apontada por Ricardo Antunes (2008, p. 4) como:

o padrão de acumulação que surge a partir dos anos 1970 e evidencia a reestruturação do capital em escala global, de maneira que o trabalho precário foi redesenhado sob novas e velhas modalidades de trabalho. Em âmbito mundial, o capital teve o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa. Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado. E os capitais utilizaram expressões que, de algum modo, estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como controle operário, participação social, para dar-lhes outras configurações, muito distintas, de modo a incorporar elementos do discurso operário, porém sob clara concepção burguesa. O exemplo das cooperativas talvez seja o mais eloquente, uma vez que, em sua origem, as cooperativas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego. O que fazem os capitais em escala global: criam cooperativas falsas, como forma de tornar ainda mais precários os direitos do trabalho, quando não sua destruição. Sabemos que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido coletivo, em oposição ao despotismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo por isso um real instrumento de minimização da barbárie, de luta e ação contra o desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo da produção coletiva dos trabalhadores.

Essas mudanças no mundo do trabalho, além de produzirem em grande escala o desemprego, provocam a precarização do trabalho, configurando-se também no trabalho simples. Os trabalhadores são obrigados a se adaptarem às novas exigências. Esse processo de adaptação dos indivíduos na sociedade e no mercado de trabalho precisa ser constante, dinâmico e criativo, da mesma forma da dinamicidade do mercado. Por isso o discurso difundido prega que o indivíduo precisa ser motivado a “aprender a aprender”, respondendo às demandas do próprio capitalismo (DUARTE, 2001, p. 92).

Assim, a reforma na Educação Profissional pretende ir além da formação técnica oferecida pela educação formal, à medida que objetiva expandir as oportunidades na formação não formal, com a expansão dos Institutos Nacionais de Emprego e Formação Profissional (INEFP) em todo o país. Os investimentos são orientados de modo a permitir maior número de jovens e adultos, com um mínimo de formação, no mercado de trabalho.

O Banco Mundial (2016), por óbvio, constata e lamenta que o emprego assalariado não é uma realidade que predomina em Moçambique, já que a maioria da população (em média de 70%) é do meio rural e trabalha na agricultura de subsistência. Esse discurso de defesa abstrata do assalariamento difundido pelo BM contraria a voz de dois de nossos entrevistados que ressaltaram: “*Não queremos trabalho e qualquer tipo de emprego, nem queremos dinheiro. Só queremos a terra. Só a terra! Com a terra produzimos nosso próprio metical*”. (E04; E05)⁹⁷. Para Ugá (2011, p. 67), a informalidade, o trabalho parcial, temporário, terceirizado e subcontratado tomam consistência, na atualidade, como características da estrutura do mercado, que precariza a força de trabalho e enfraquece a luta da classe trabalhadora.

O último Planejamento Estratégico da Educação 2012-2016 (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012) e o documento do Banco Mundial de 2016 – *Acelerando a redução da pobreza em Moçambique: Desafios e Oportunidades* – chamam a atenção para as dimensões da educação no país, revelando o baixo percentual de estudo da população moçambicana, vinculando-o às condições de pobreza e ao desenvolvimento econômico. O estudo do BM registra:

A taxa nacional de analfabetismo era de 62.3 por cento em 1997 tendo reduzido para 57.7 por cento em 2009. A tendência é similar entre os não pobres. No seio dos pobres, porém, a taxa de analfabetismo aumentou de 67.6 por cento para 69.2 por cento durante o mesmo período. O acesso à educação aumentou substancialmente durante a última década, mas a qualidade entre os pobres degradou-se. Em 1997, a pobreza atingia 72.5 por cento entre os analfabetos e 57.5 por cento entre os alfabetizados. Em 2009, a pobreza reduziu ao nível dos dois grupos, mas o declínio foi mais acelerado entre as pessoas

⁹⁷ Entrevista realizada em Nampula no dia 28 de outubro de 2016.

alfabetizadas. As taxas de analfabetismo variam nos vários grupos socioeconômicos, sendo mais baixas entre os jovens (com idades entre os 15 e os 24 anos), os escolarizados e no seio da população urbana. Existe também uma variação espacial considerável entre regiões. As taxas de analfabetismo são mais altas nas zonas rurais. Em 2009, mais de 65 por cento da população rural era analfabeta, enquanto no meio urbano essa cifra situava-se nos 36 por cento. (BANCO MUNDIAL, 2016, p. 29).

O próprio BM é forçado a constatar que suas políticas não apenas não melhoraram o quadro educacional dos mais pobres, mas ainda o pioraram. Entretanto, apesar de apresentar os números do problema, persiste na mesma política como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 22: Nível de educação por tipo de emprego, 2003 (percentagem).

Nível de Educação	Mão de Obra (média)	Agricultura	Auto emprego (não agrícola)	Assalariado (privado)	Assalariado (público)
Nenhum ou menos do ensino primário	78,0	86,6	55,4	37,4	10,9
Ensino primário 1 ^a –5 ^a Classe	13,4	10,4	27,3	31,8	18,2
Ensino primário 6 ^a –7 ^a ou mais	8,6	3,0	17,3	30,8	70,9

Fonte: Banco Mundial, 2010, p. 9.

Nas informações do Banco, reitera-se que a agricultura comporta o maior número da população, do trabalho informal ou familiar, da força de trabalho e o maior índice de analfabetos assim como da concentração da pobreza. Aliás, tal situação é atestada no planejamento da educação (2012-2016). No plano discursivo do governo existem programas de alfabetização, de educação não formal e de formação técnico agrícola para a população rural em implementação e em expansão, com o objetivo de interferir na redução do analfabetismo, na criação de postos de trabalho e na redução da pobreza.

Contudo, Vicente Adriano assevera que o argumento, tanto do Banco quanto do governo, de investir na valorização da população rural, na educação e na criação de postos de trabalho no campo, assentado num discurso humanitário de combate à pobreza, alegando a improdutividade das famílias, esconde o principal interesse do capital, de expulsão dessa população de suas terras, expropriando-a, garantindo o investimento no agronegócio e, ao mesmo tempo, levando essa população do campo ao profundo empobrecimento (in: IHU-UNISINOS, 2015).

Virgínia Fontes (2010a, p. 83) colabora com essa discussão, quando trata da questão da expropriação capitalista que atinge o conjunto da existência humana. Para a autora, isso envolve as relações sociais entre classes, não somente entre coisas ou pessoas, por mais que incida sobre elas.

Isso afeta diretamente os trabalhadores, pois “são incapacitados de assegurar sua plena existência, impedidos de recuar para as antigas formas, mesmo quando não lhes oferece condições para assegurar sua subsistência nas novas modalidades sociais”.

Fontes (2010b, s/p) insiste em trazer para o campo do debate as expropriações associadas à expansão social do capital, o que vem a significar o aprofundamento e a intensificação das diversas maneiras de subalternização dos trabalhadores, inclusive transformando a vida social dos trabalhadores em “mera condição para a reprodução do capital”.

O fato de a lógica capitalista lançar a humanidade em crises sucessivas e cada vez mais profundas, como o desemprego crescente nos países europeus e nos EUA, não significa que o capitalismo esteja em processo de recuo ou de estreitamento de suas bases sociais; tampouco a recorrências de crises propriamente capitalistas indica algum recuo do capital. Se o predomínio mundial do capital conduz a crises sociais cada vez mais incontroláveis e arrastam a humanidade para a catástrofe, tal predomínio se mantém expandindo exatamente sua contradição central, com a própria humanidade crescentemente convertida em mera força de trabalho. O crescimento da concentração do capital corresponde a um incremento desigual e difuso, porém avassalador, das massas de trabalhadores que constituem sua base social contraditória e tensa. (FONTES, 2010b, s/p).

As mudanças que vêm ocorrendo na educação em Moçambique, principalmente da educação profissional, demandam a formação de competências, habilidades e flexibilidade adequadas ao mercado de trabalho ou a empregabilidade de forma que o indivíduo se adapte a qualquer tipo de trabalho – superexplorado e precário – para a sua sobrevivência.

Observamos, tanto na documentação quanto nas entrevistas com representantes do governo, dos vários centros de formação, que há preocupação do governo, do setor empresarial e do capital internacional com a educação de Moçambique, sobretudo com a formação profissional dos moçambicanos. Ao mesmo tempo, apreendemos que é carregada de incentivos à formação de capital humano, pois se percebe que o que importa é a oferta de uma formação rudimentar que prepara a força de trabalho com pouca qualificação para a realização de qualquer tipo de trabalho. É também estratégica, por induzir o jovem moçambicano ao investimento em negócio

próprio/empreendedor. Nas entrevistas realizadas nos vários setores, tanto do Estado quanto empresarial, testemunhamos a ênfase dada ao empreendedorismo como possível saída para a redução da pobreza e do desemprego. O representante da Educação Profissional do Ministério do Ensino Superior, Ciências e Tecnologias, Junior Matsimbe (2016), pontuou:

Para nós, o que nos interessa é formar um indivíduo capaz de, por si, ser empreendedor. Eu, sozinho, tenho que ser capaz de gerar autoemprego e não esperar necessariamente pelo empregador, até mesmo porque as empresas não têm essa capacidade. Eu tenho que, por mim, criar o meu próprio trabalho.

Do mesmo modo, representantes dos Institutos (INEFP), em entrevista, reforçaram essa ideia de investir no indivíduo para que ele seja o protagonista de seu próprio trabalho.

O jovem nos procura para a formação rápida que o qualifique para gerir seu próprio negócio. Como nossa formação é toda alicerçada nas práticas do SABER FAZER, nossos cursos priorizam 80% da carga horária para a formação técnica/prática. No caso dos jovens que estão aqui buscando a formação para o autoemprego, desenhamos um perfil dentro do programa do empreendedorismo. Eles precisam ser formados para tal, por exemplo, gestão de pequenos negócios – “jovens aprendendo com as oportunidades”. (CÂNDIDO, 2016)⁹⁸.

Em documento do Banco Mundial (2006) já mencionava essa concepção de incentivo na formação de capital humano considerando que, quanto mais os países pobres investissem em educação e saúde estritamente básicas, mais produziram a redução da pobreza e o aumento da produtividade dos pobres. Sob essa perspectiva, o atendimento e o investimento nesses setores básicos da vida humana também deveriam contribuir para inserir os indivíduos no mercado de trabalho ou ao autoemprego. O princípio liberal de igualdade de oportunidades é descartado de maneira aligeirada, em prol da prática da produção de desigualdades:

⁹⁸ Entrevista realizada no dia 01 de dezembro de 2016 no Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional da cidade de Maputo (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

[...] embora campos de atuação mais equilibrados possam traduzir menor desigualdade de desempenho educacional, condições de saúde e renda, o objetivo da política não é a igualdade de resultados finais. Na verdade, mesmo com uma igualdade de oportunidades genuína, sempre são esperadas algumas diferenças de resultado devido a diferentes preferências, talentos, esforço e sorte. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 3).

Nessa concepção, o que importa é o Estado ofertar um conjunto de oportunidades à população e não a igualdade de oportunidades ou o resultado final. Na visão do Banco, Moçambique precisa investir urgentemente em criação de postos de trabalho no setor formal da economia, além da prioridade do governo com a formação da força de trabalho. Mas o BM aceita a precarização como se fosse a natureza das coisas e, portanto, a endossa e a estimula. De acordo com o estudo do BM, os indicadores educacionais do país tanto da oferta/abrangência quanto da qualidade são muito baixos, de modo que “investir e dar prioridade à educação é um fator chave para o crescimento inclusivo” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 18).

No entanto, nem a educação formal, seja ela a profissional ou a regular, nem a educação não formal oferecida pelas empresas, institutos como o INEFP, ligado ao Ministério do Trabalho, igrejas, centros comunitários, contêm bases e fins para solucionar problemas como o desemprego, a pobreza e o lento desenvolvimento do país. É característica da própria sociedade capitalista produzir as expropriações e a desigualdade, por isso a formação e a escolarização não garantem a inserção no mundo do trabalho ou o sucesso em seu próprio negócio (GALVÃO, 2008).

A centralidade dada à formação profissional em Moçambique, por parte do Estado, consubstanciada e cofinanciada pelos organismos internacionais, países de cooperação e setor empresarial (industrial e agrícola) mostra, por um lado, a vinculação da educação – capital humano – à formação para o trabalho simples, precário ou para a empregabilidade/empreendedorismo. Por outro, assume a função ideológica de responsabilizar o indivíduo pelo seu próprio fracasso. Em um dos reassentamentos da Vale, Cateme, distrito de Moatize, província de Tete, a própria empresa oferece cursos de curta duração aos jovens. Um morador do reassentamento ressaltou que os cursos oferecidos maquiam a realidade da comunidade.

Pesquisadora: Nos documentos da Vale consta que os reassentados são beneficiados com cursos de formação que possibilitam às famílias o seu próprio

sustento ou o ingresso na própria empresa. Como avaliam esses cursos? Os cursos ajudaram os senhores?

Entrevistado E03: Houve no início, sim, quando chegamos aqui, os cursos de corte e costura, serralheria, carpintaria e construção. E ainda há esses cursos que são oferecidos nos galpões que ficam na Escola Secundária, que também foi construída pela Vale. Mas confesso que não aprendemos nada. Os cursos são muito rápidos e os instrutores não possuem formação adequada. Geralmente eles têm apenas a prática e é isso que eles ensinam e sem nenhum material de segurança. Depois dos períodos, a empresa convida o governo, as autoridades e empresários dos diversos cantos do país, fazem grandes eventos para a entrega dos certificados, mas depois desaparecem da comunidade e nos deixam sem a terra e sem trabalho. É uma falsidade! É tudo muito estranho, porque a Vale contrata uma empresa terceirizada para oferecer os cursos. Geralmente, a empresa e o pessoal vêm de Maputo, mas o material utilizado nos cursos é da empresa (Vale) que, após o término dos cursos, desaparecem. Não temos acesso ao material, simplesmente some.

Os relatórios da empresa Vale, especialmente dos anos de 2013 e 2015, orgulhosamente procuraram ressaltar a importância que a empresa dá ao setor educacional, não só de seus funcionários, mas sua responsabilidade para com os aspectos social, educacional, profissional e cultural das comunidades em seu entorno.

O processo de capacitação de trabalhadores não se restringe aos nossos empregados, mas se estende ao mercado de trabalho, uma vez que a utilização da mão de obra local também constitui diretriz de inserção regional dos nossos empreendimentos. O programa Acreditar é um exemplo desse esforço, desenvolvido pela Vale em Moçambique para capacitar as comunidades vizinhas ao Projeto Moatize, deixando um legado positivo para a sociedade. Por meio de cursos profissionalizantes, foram formados entre 2012 e 2013, aproximadamente 1,3 mil pessoas. As ações foram desenvolvidas em parceria com o Escola Profissional Dom Bosco e o Instituto Nacional de

Emprego e Formação Profissional (INEFP). Temos atuado, também, na transformação da vida dos jovens nas comunidades em que operamos, principalmente, por meio de iniciativas como o Programa de Formação Profissional, que capacitam pessoas de 18 a 28 anos. Além de aprenderem um novo ofício, os participantes podem vir a integrar nosso quadro de empregados após um período de até 18 meses de treinamento. Até 2013, foram formados mais de 1.033 aprendizes. O Programa Formação Profissional contou com a participação de mais de 200 pessoas de Moçambique que assistiram as aulas práticas em algumas operações da Vale no Brasil por um período entre 6 e 9 meses. Além disso, até 2013, mais de 280 jovens ingressaram na Vale através do Programa de Estágio. Destes, mais da metade já foram efetivados em posições juniores. Os demais que ingressaram no programa completarão o ciclo em 2014. (VALE, 2013, p. 12).

A empresa cita a sua parceria com a Escola Profissional Dom Bosco e INEFP. No entanto, na entrevista, o diretor da escola mostrou-nos, como parte dessa parceria, a construção de um pavilhão com salas de aula, que os estudantes denominaram como prédio da Vale e os projetos foram pontuais⁹⁹. Aliás, na conversa, o diretor ainda nos disse que foi a partir de 2015 que a empresa iniciou o seu processo de diálogo, abrangendo e oferecendo mais oportunidades de estágios aos seus estudantes, com indicações de futuras contratações. Já no INEFP, o apoio da Vale ocorre por meio de construções de pavilhões e pagamento de instrutores para o desenvolvimento dos cursos. O Instituto de Geologia e Minas, que também fica no distrito de Moatize, evidenciou que a participação da empresa é desafiadora, pois o seu quadro de exigências é enorme, o que dificulta as relações entre instituto e empresa. Para o entrevistado, o senhor Luís Rodolfo do Instituto de Geologia, a empresa é muito fechada ao diálogo e possíveis parcerias. Pouquíssimos alunos conseguem uma vaga de estágio ou, após o curso, um contrato de trabalho.

No documento da Vale, a própria empresa indicaria investimentos em cursos de pós-graduação oferecidos aos jovens moçambicanos em instituições no próprio país ou no exterior, sobretudo no Brasil, voltados para

⁹⁹O prédio possui as cores da Vale.

especialidades necessárias, como Logística, Mineração, Engenharia Ferroviária e Segurança Ocupacional, dentre outros (VALE, 2015, p. 47).

Na entrevista, a gerente do setor de educação da Vale-Moçambique, Cláudia Patrícia V. Mocovela¹⁰⁰, ressaltou que os investimentos da empresa são direcionados às comunidades reassentadas e aos municípios onde são instalados os projetos, com apoio a instituições de educação locais e fornecimento de cursos de curta duração, a fim de que os indivíduos consigam criar a sua própria renda. A Vale está alinhada com a formação para a precarização. Em Moçambique, o setor educacional, sobretudo a Educação Profissional, é o que mais recebe recursos da empresa, como os INEFPs, escolas profissionais, Institutos médios e superiores de formação profissional. De acordo com o relatório de 2012, a empresa investiu o valor de US\$10 milhões na Educação de Moçambique. Pelo mapa de prioridades do Plano Plurianual de Ações Sociais (PPA) da empresa, em 2013 foram investidos cerca de US\$7 milhões nos projetos sociais e educacionais.

No entanto, esta forma como a empresa lida com os problemas provocados por ela mesma às comunidades moçambicanas, sobretudo na região de Tete, distrito de Moatize é, simplesmente, desconsiderando-os e procurando apresentar-se como benevolente. Sua participação pontual e mascarada nos projetos sociais e educacionais, construções de escolas ou salas nos centros de formação profissional, pagamento de instrutores ou de empresas prestadoras de serviços, formação de professores das escolas de Moatize, sequer minora os danos causados, e ainda os oculta.

O Relatório de Insustentabilidade da Vale (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2012) – documento elaborado por um grupo organizado e articulado internacionalmente pelos (ou a favor dos) Atingidos pela Vale –, mostra que a empresa é responsável por impactos ambientais com danos irreparáveis, descumprimento de leis trabalhistas e transgressões dos direitos humanos. As comunidades atingidas tanto em Moçambique como no Brasil, Canadá, dentre outros, denunciam e lutam em busca de soluções e não só de reparos, entretanto, a maneira pela qual a empresa sugere “solucionar” tais problemas é pelo meio de investimento em projetos de repercussão publicitária e de marketing.

A possibilidade que tivemos de conhecer e conversar com os atingidos das comunidades – 25 de Setembro – Unidade 6 e Cateme, além do distrito de Moatize – Província de Tete/Moçambique, permitiu-nos problematizar

¹⁰⁰ Entrevista concedida *online* no dia 15 de dezembro de 2016 (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

situações vivenciadas pelos moradores com o meio ambiente devido o desmatamento florestal, expropriação da terra, extinção de fontes de água ocasionando na falta de água, poluição do ar, desemprego e falta de perspectiva de vida, isolamento social, problemas na área saúde, moradia, educação, cultura, lazer, e outros, como podemos mostrar nas imagens abaixo.

Figura 15: Bairro 25 de Setembro – Unidade 6 – Reassentamento da VALE S.A.



Fonte: Elaboração Própria. As fotos foram tiradas na visita ao reassentamento: Unidade 6 – Bairro 25 de Setembro/Moatize em outubro de 2016. Mostram rapidamente a situação das casas construídas pela empresa Vale, sem divisões entre os cômodos, paredes com rachaduras, banheiros construídos fora da casa e sem sistema de esgoto. O centro desportivo foi uma construção da Vale para o Distrito de Moatize. A escola de Mutarara, onde as crianças e adolescentes do reassentamento estudam em condições precárias.

Figura 16: Centros de Formação Profissional – Distrito de Moatize e na cidade de Tete.



Fonte: Elaboração Própria. Visita realizada pela autora ao Instituto de Geologia e Minas (Moatize) e na Escola Profissional Dom Bosco (Tete). O Instituto de Geologia e Minas é uma construção mais antiga e o único do país a oferecer formação profissional nesse setor. Possui estrutura, inclusive com internato para os estudantes. Já a Escola Profissional Dom Bosco é uma instituição dos Padres Salesianos, ligados à Igreja Católica, oferece uma estrutura para vários cursos de formação profissional, com financiamento da Congregação dos Salesianos e suporte financeiro para pagamento dos professores do Estado de Moçambique. Ambos estão ligados ao sistema formal de ensino de Moçambique.

Figura 17: Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP).



Fonte: Acervo pessoal. Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) da cidade de Tete. O Instituto (INEFP) é uma iniciativa do governo de Moçambique com financiamento das empresas instaladas no país e segue o modelo do sistema “S” brasileiro. Tem por objetivo oferecer aos jovens e adultos uma formação rápida (três a seis meses) e o currículo não vincula a educação formal, inclusive é vinculado ao Ministério do Trabalho. O INEFP da cidade de Tete é financiado desde a sua construção até o pagamento dos profissionais pelas várias empresas como a Vale, Odebrecht, dentre outras.

Por um lado, a empresa investe em ações sociais/educacionais, por outro, recebe dos respectivos governos incentivos fiscais que permite os seus investimentos por meio da “filantropia estratégica” que não são difundidos

pelos meios de comunicação (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2012).

De acordo com a empresa e com o governo moçambicano, a abertura do país aos grandes investimentos estrangeiros, considerados megaprojetos, levaria o país ao desenvolvimento não só econômico, mas de elevação social, educacional e cultural, além da abrangência de oportunidades de trabalho à população (VALE, 2013; VALE, 2015; REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2003).

No entanto, esses argumentos são falaciosos, pois como a cientista política Célia Regina Congilio denuncia em um artigo publicado em dezembro de 2013, é em nome do progresso e do desenvolvimento de comunidades, regiões ou países que os megaprojetos de mineração são instalados, levando ao extermínio milhões de indivíduos, bacias hidrográficas, animais e florestas, ou seja, a mineração mostra as duas faces dos grandes projetos de desenvolvimento geradoras de riqueza privada e pobreza nas comunidades. A exemplo das regiões do Brasil com as experiências de superexploração de minérios, problematizamos os avanços dos megaprojetos em Moçambique:

A atividade mineradora no sudeste paraense, mais especificamente a concentrada no entorno do município de Marabá, centro econômico e administrativo de uma vasta fronteira agrícola amazônica, tem se colocado como elemento importante de reflexão devido aos grandes impactos socioeconômicos, políticos e ambientais que provoca nos municípios da região. Há que se considerar a importância do minério como produto de exportação brasileiro no momento atual da crise econômica pela qual passa o capitalismo mundial. Inúmeros são os efeitos que a expansão do capitalismo, em nome do que chamam progresso, mas que também poderíamos chamar de morte, traz para essa região: devastação das florestas; aniquilação de comunidades tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas entre outros); destruição da agricultura familiar e envenenamento pelos agrotóxicos do agronegócio; processos migratórios que originam urbanizações caóticas e que servem à formação de força de trabalho em condições precarizadas; expansão do narcotráfico e da prostituição infanto-juvenil; alta mortalidade de jovens das periferias, alvos do crime organizado e das

milícias, para ficarmos apenas nesses. Como resposta aos movimentos sociais que se organizam para resistir à cerca de 40 anos de implantação dos grandes projetos e seus efeitos desestruturadores, temos como histórico da região uma prática corriqueira da violência e assassinatos de lideranças com a participação do Estado, como também das empresas privadas e do latifúndio. Ao tratar sobre as políticas governamentais de apoio à mineração podemos caracterizar o papel do Estado por intermédio de três ações: quanto aos recursos financeiros destinados a impulsionar políticas produtivas excludentes ou geradoras de subempregos; quanto à difusão do arcabouço ideológico necessário para a implantação das políticas (industriais, econômicas, sociais etc.) que ajustam a economia nacional às necessidades do mercado mundial e, por último, quanto à prática institucionalizada/banalizadora da violência e criminalização contra qualquer forma de oposição aos processos que implantam o que tem se chamado de progresso. O progresso, tal como se apresenta, traz uma visão de mundo a partir do grande capital localizado nos países que comandam a economia mundial e em processos civilizatórios que reproduzem etnocentrismos já conhecidos nos períodos coloniais. (CONGÍLIO, 2013).

É nesse sentido que Garcia e Kato (2016) analisam a cooperação brasileira com Moçambique e outros países africanos, tal como é apresentada na documentação do Ipea, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no âmbito da “solidariedade”, da “horizontalidade”, como se não visasse os interesses econômicos. Porém, este modelo de cooperação é permeado por interesses comerciais e empresariais, tendo em vista a lucratividade para o capital.

Com Moçambique, o governo brasileiro através dos acordos de cooperação, seja bilateral ou trilateral – atuou em prol da expansão dos setores empresariais: a Vale, as construtoras e o agronegócio foram os setores diretamente beneficiados como já discutidos no capítulo anterior. Nesse caso, as políticas, especialmente, as educacionais e da saúde, além daquelas ligadas aos investimentos empresariais como os tratados comerciais, foram tratadas como estratégia do próprio Estado e dos setores dominantes brasileiros de atuação naquele país. Assim, os setores dominantes operam por dentro do

Estado, travando disputas e impondo mudanças profundas nas diversas áreas do aparelho estatal, principalmente na política educacional proposta e definida para a formação da classe trabalhadora (GARCIA; KATO, 2016; LEHER, 2014).

O presidente da Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU), Jeremias Vunjanhe¹⁰¹, frisou que a luta dos movimentos sociais e da unidade organizativa dos povos é compreendida como uma das maneiras pelas quais os indivíduos (camponeses, trabalhadores industriais, juventude, universitários e organizações que lutam junto à população) defendem, primeiro, a soberania dos povos, dos territórios, da produção, dos modos de vida de sua população e das riquezas. Essa luta vai na contramão do modelo de desenvolvimento que está sendo implantado em Moçambique, que favorece o grande capital, com seus megaprojetos como a Vale, o agronegócio brasileiro naquelas terras, e tantas outras empresas estrangeiras em expansão no país de maneira bruta, violenta e destruidora. Enquanto intensifica os investimentos e a abertura do país ao capital estrangeiro, seu próprio povo é exposto a situações desumanas de sobrevivência.

Pela maneira como a expansão das relações sociais capitalistas vem ocorrendo em Moçambique, a educação, mais precisamente a educação profissional, assume um papel crucial de aprofundamento da expropriação em massa da população. A ideia difundida de uma formação que “qualifique”, “capacite” os trabalhadores para o mercado de trabalho confirma o entendimento de que é colocada sobre os indivíduos (jovens, desempregados, camponeses) a responsabilidade por essa condição. Inclusive, o governo, o Banco Mundial e o Brasil (Estado e Setores dominantes), em sua relação de cooperação com o país, repetem uma proposta de educação como meio de contribuir para o crescimento econômico do país e para a redução da pobreza, a exemplo da realidade “exitosa” do próprio Brasil. Omitem, convenientemente para seus interesses, o aprofundamento das desigualdades, a precarização da existência e a devastação do ambiente.

Assim, no setor da agricultura o Brasil vem desenvolvendo o projeto ProSavana de cooperação trilateral em Moçambique, junto ao Japão. Para atender as demandas do capital de formação de “mão de obra”, o governo japonês, por meio da agência de cooperação internacional (JICA), também

¹⁰¹ Entrevista realizada no dia 05 de dezembro de 2016, na cidade de Maputo, Moçambique (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

está em parceria com o Brasil, doando 420 milhões de meticais (moeda nacional) para o setor da Educação Profissional. As prioridades do governo moçambicano foram a reestruturação dos centros de formação profissional, principalmente o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) das cidades de Machava (Província de Maputo), Quelimane (Província da Zambézia) e Nacala (Província de Nampula), com investimentos em novos equipamentos, capacitação de formadores e gestores, modernização dos processos administrativos e atualização dos currículos. A ajuda do Brasil ocorre através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através de assistência, transferência de conhecimentos e acompanhamento das melhorias da qualidade do sistema de formação profissional, sobretudo dos cursos de Arquitetura, Soldadura e Indústria Alimentar, a serem implementados nos centros de formação com a mesma estrutura dos cursos oferecidos pelo SENAI no Brasil.

De acordo com a então ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique, Vitoria Diogo, a formação profissional é a grande aposta do governo moçambicano. O objetivo central é fornecer mão de obra para as empresas, mas a alegação é de que pretende melhorar as condições de vida dos moçambicanos.

Com a materialização deste projeto, prevê-se a colocação no mercado de trabalho de cerca de 3 mil graduados por ano, a serem formados com base nos novos padrões de competência e alinhados com as exigências da indústria, em 27 cursos profissionalizantes nas áreas de Construção Civil e Metalomecânica, no Centro de Formação da Machava; Construção Civil e Processamento de Alimentos em Quelimane e Metalomecânica, Processamento de Alimentos e Mecânica Automóvel em Nacala¹⁰².

Além da implementação dos cursos nos respectivos centros, os formadores e gestores recebem formação e capacitação tanto em Moçambique quanto no Brasil. Para Sergio Chichava (2017), dos anos 2000 para cá, Moçambique, foi o país que mais recebeu cooperação técnica do Brasil, principalmente nos setores da agricultura, da educação e da saúde associados aos investimentos privados. Na análise do autor a cooperação

¹⁰² Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/43461-japao-doa-420-milhoes-de-meti-cais-para-formacao-profissional.html>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.

brasileira contribuiu para o aprofundamento das relações de dependência do país às ajudas/empréstimos internacionais, inclusive com o Brasil, com a participação ativa do governo de Moçambique e de seus setores empresariais (CHICHAVA, 2017).

Podemos melhor entender a dimensão da presença brasileira, dos BRICS e, sobretudo, dos proprietários do capital, em Moçambique, retomando a reflexão de Fontes (2014), já apresentada no capítulo anterior. A autora analisa a emergência dos países BRICS pelo prisma de que essas relações expressam contradições, tensões e disputas no contexto das relações sociais capitalistas internacionais. Os BRICS exprimem as nervuras contidas no movimento interno e externo da incorporação desses países no cenário capital-imperialista de maneira desigual e combinada, pois não expressam apenas a imposição externa, pelo contrário, envolve diretamente acordos e alianças entre as burguesias locais – consolidando-as, assim como em relação aos Estados que estão imbricados na expansão dessas relações (FONTES, 2014).

Assinalamos essa análise de Fontes (2014) na tentativa de melhor compreender o pacote de acordos e políticas que envolvem a internacionalização do Estado brasileiro conjuntamente aos setores empresariais com grandes negócios na área da mineração e do agronegócio com forte impacto nos países africanos nas últimas décadas. A expansão do capital conduz as populações – a humanidade – a um processo profundo de expropriações, visto que a expropriação é condição essencial para a existência do próprio capital. Fontes (2010b) afirma que as expropriações – primárias e secundárias – forjam na mercantilização da existência humana pela qual as populações são brutalmente forçadas a vender sua força de trabalho para a subsistência. Esse mercado impõe as massas de trabalhadores à necessidade de competir, flexibilizar, adaptar e estar disponível para qualquer tipo de trabalho para as mais diversas formas de exploração, independentemente de sua formação. Nesse sentido a autora ressalta que:

Este ponto é um dos mais dramáticos da atualidade, dada a intensificação, nas últimas décadas, das expropriações de enormes contingentes populacionais, em especial na Ásia, na América Latina e na África, que foram analisadas como produção de populações “excedentes” ou “sobrantes” e sem sentido, gerando um reforço de argumentos de cunho humanitário e filantrópico. Ainda mais inquietante é o fato de que o ritmo de expropriações não parece amainar, mas, ao contrário, intensificar-se. (FONTES, 2010b, s/p).

A sociedade moçambicana compõe o contingente grupo de sociedades que são apontadas pela autora como “excedentes” ou “sobrantes” (FONTES, 2010b, s/p). Dessa forma, interpretamos que a educação, em especial, a Profissional carrega em si os interesses e as necessidades da própria configuração do capital – as expropriações.

Destarte, ao ler Mészáros (2008, p. 27), refletimos que “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” e a urgente necessidade da classe trabalhadora em “romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”.

Para o professor Roberto Leher (2003), a educação precisa ser pensada no âmbito da luta de classes como campo em movimento e em disputa, com vistas a uma educação específica e regida pela classe trabalhadora; isto é, uma educação que forneça os elementos e as condições necessárias à emancipação humana e à formação do ser humano. Assim, deixaria de ser encarada como formação de capital humano, como os intelectuais da burguesia e organismos internacionais fazem na elaboração e instituição de suas políticas.

Concluimos que a educação profissional em Moçambique cumpre a função prática de formar quadros para si próprio e ideológica das relações sociais do capital em expansão. Cumpre, pois, uma das estratégias centrais da burguesia moçambicana e internacional para a implantação de seu projeto de dominação e de expropriação da força de trabalho ainda mais intensificada dos trabalhadores moçambicanos. Entendemos que a afirmação de Florestan Fernandes responde à nossa indagação, uma vez que a educação, na sociedade capitalista, é sempre considerada no âmbito da luta de classes. Em vista disso, a educação, na sociedade capitalista, é instrumentalizada no discurso de formação de capital humano, do alívio da pobreza e do desenvolvimento do país. A educação profissional que está sendo implementada – uma educação voltada ao treinamento – (SABER FAZER), para a empregabilidade e para o empreendedorismo. Desse modo, desenvolvemos o tema da educação além do processo de escolarização. Analisamos a particularidade da Educação Profissional de nível médio e/ou superior e cotejamos com a formação oferecida pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) ou pelas próprias empresas, que também ‘formam’ o trabalhador em vista de atender minimamente as demandas do mercado, demonstrando as articulações e a ‘eficiência’ do projeto ideológico do capital-imperialismo de preparar o homem e a mulher

moçambicana do campo e da cidade para o trabalho intensificado, superexplorado, precário e para o exército de reserva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Naturalmente, isto não é mais que «uma só palavra». Ela não dá ainda respostas às perguntas principais e mais essenciais: que aprender e como aprender? E aqui toda a questão está em que, juntamente com a transformação da velha sociedade capitalista, o ensino, a educação e a formação das novas gerações, que criarão a sociedade comunista, não podem ser os antigos. O ensino, a educação e a formação da juventude devem partir do material que nos ficou da velha sociedade. Só poderemos construir o comunismo com a soma de conhecimentos, organizações e instituições, com a reserva de forças e meios humanos que nos ficaram da velha sociedade. Só transformando radicalmente o ensino, a organização e a educação da juventude conseguiremos que os esforços da jovem geração tenham como resultado a criação duma sociedade que não se pareça com a antiga, isto é, da sociedade comunista. Por isso precisamos de nos deter pormenorizadamente naquilo que devemos ensinar e como deve aprender a juventude se quiser realmente justificar o nome de juventude comunista, e como prepará-la para que seja capaz de acabar de construir e completar aquilo que nós começamos. (LÊNIN, 2011, p. 1).

Esta tese de doutorado propôs investigar no campo da educação, as relações intrínsecas à cooperação Sul-Sul, especialmente da cooperação Brasil-Moçambique, no contexto mais amplo das relações sociais capitalistas em Moçambique. O estudo das documentações referentes à cooperação, governo de Moçambique e de organismos internacionais, permitiu a aproximação com os aspectos singulares e macros que perpassam esta cooperação. Por meio da pesquisa de campo, este trabalho mostrou as dimensões político-econômicas e ideológicas que aprofundam a expansão das relações sociais capitalistas e, no seu interior, o contributo da presença brasileira, Estado e Setores Empresariais.

Tivemos como objetivo principal, analisar o papel da Educação Profissional, no contexto da expansão das relações capital-imperialistas e dos acordos de cooperação entre Brasil e Moçambique, de 2003 a 2015. Conjecturamos, também, aprofundar nossa análise com base na concepção

do materialismo histórico, prisma que permitiu compreender seu papel numa sociedade de capitalismo subalterno e periférico.

Entendemos que este estudo traz uma contribuição teórica no campo da Educação, uma vez que destaca a importância e a relevância de se discutir nessa área do conhecimento a complexidade existente nos acordos de cooperação, neste caso, entre Brasil-Moçambique. Dessa forma, este trabalho dialoga com outras áreas como Relações Internacionais, Política, História, dentre outras.

No processo de pesquisa, partimos da contextualização histórica de Moçambique demonstrando algumas características da colonização portuguesa, assim como dos vínculos entre o contexto da Guerra Fria, a situação política e econômica de Portugal, no âmbito internacional que redundariam no processo de descolonização dos países africanos. Mostramos o desencadeamento nas guerras de libertação, demarcamos traços comuns dos vários movimentos de libertação, inclusive a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que buscava apoiar-se em países como Angola, Guiné-Bissau para avançar na luta pela libertação, do mesmo modo que se alimentava dos princípios do socialismo com vista à sua implementação apostando nessa forma de economia para alavancar o desenvolvimento do país. A FRELIMO contou com o apoio direto, financeiro, bélico e político da União Soviética para o enfrentamento contra o colonialismo e na construção do Estado independente, a partir de 1974.

No Estado pós-independência, verificamos que o partido FRELIMO, procurou construir um estado com possibilidades e alternativas para o crescimento cultural, físico, científico de sua população, bem como privilegiando a economia de base socialista, investindo num modelo de agricultura mecanizado, assim como de experiências comunais, na estatização de indústrias e empresas agrícolas e na universalização da terra, entendendo ser este o caminho para solucionar os problemas ocasionados pelos séculos de colonização. Entretanto, o Partido encontrou limitações na implementação de tais projetos desde a questão técnica dos quadros administrativos, burocratização do Estado, fragilidade econômica, até as questões mais amplas como a pressão externa advinda de países como a África do Sul, Rodésia do Sul, sustentados pelos interesses político-econômicos e ideológicos dos Estados Unidos na tentativa de destruir as experiências socialistas nos países africanos.

Outro ponto destacado foi a emergência de uma “elite” moçambicana que se constituía pela expropriação do próprio aparelho de Estado. Com dificuldades em implantar os projetos e com o recuo da ajuda dos países do

leste europeu, a FRELIMO iniciou o processo de privatização das indústrias e empresas estatais que beneficiava o enriquecimento desse grupo ligado ao governo e ao partido. Para Castel-Branco (2016), essa “elite” supostamente poderia ser considerada uma burguesia moçambicana, entretanto, o autor, a entende como um embrião em formação. Observamos que os princípios, as experiências vividas e os ideais defendidos pelo Partido FRELIMO nas décadas anteriores pós-libertação de 1974, foram paulatinamente substituídos no cenário político moçambicano a partir da década de 1980.

Além das causas citadas acima, a FRELIMO experimentou uma longa guerra civil-militar com o principal partido de oposição, Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que perdurou por 16 anos, de 1976 a 1992. A guerra afetou diretamente no direcionamento do Estado, enfraquecendo-o e a população do país foi devastada pela fome, a pobreza e a migração para os países vizinhos à procura de segurança e trabalho. De acordo com Hobsbawm (1995) os países africanos de base socialista sofreram com as guerras civis; estas foram mais assassinas do que as próprias guerras contra o colonialismo. Neste período, com o país enfraquecido socioeconomicamente, dependente da ajuda externa, no entanto, a União Soviética já não ajudava como nos anos anteriores, o governo viu-se forçado a sujeitar-se às diretrizes do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em 1984, Moçambique passou a integrar como membro dependente do FMI e a começar em 1987 a implementar o Programa de Ajuste Estrutural, abandonando seu modelo político-econômico de “orientação” socialista para uma economia de mercado, de modo a atender as demandas e interesses do capitalismo mundial. Averiguamos que o país passou a depender economicamente de doações e empréstimos condicionados dos organismos internacionais e dos países de cooperação. Também, o país transformou-se em uma ebulição internacional com a inserção dos organismos internacionais, sobretudo do Banco Mundial e FMI e de países imperialistas, mais adiante a entrada dos países do Sul com destaque para os BRICS.

Compreendemos que de 1980 em diante, os governos de Joaquim Chissano (1986-2005), Armando Guebuza (2005-2015) e do atual presidente Filipe Nyusi (a partir de 2015) elaboraram uma linguagem comum, um fio condutor que pretende legitimar as fortes alianças e dos acordos de cooperação tanto com Organismos Internacionais quanto com países cooperantes. Vimos que governo e burguesia emergente moçambicana aliaram-se às burguesias internacionais, de forma dependente e subordinada, contudo, isso não ocorreu de forma passiva ou impositiva, pois os projetos e

ideais que comportam tais alianças estão vinculados à expansão dos elos capital-imperialistas em Moçambique e a seus projetos de expropriação em massa da população.

Em relação à cooperação, demarcamos as conexões existentes nos acordos de cooperação Brasil-Moçambique, na tentativa de desconstruir o discurso político e midiático de que esta cooperação pauta-se em princípios de solidariedade, colaboração, troca de experiências entre países irmãos, originários de um mesmo contexto histórico. Nossa análise permitiu mostrar que o que está na agenda desta cooperação são os interesses econômicos pautados na exploração e na expropriação para o mercado. Discutimos no decorrer do texto a função ocupada pelo Estado brasileiro, sobretudo nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva que, em se tratando da cooperação Sul-Sul, ocupou um lugar de destaque nas negociações entre governos africanos e setores empresariais.

Os setores dominantes brasileiros vieram a expandir seus megaprojetos como a Vale S.A., as empresas de construção civil e o agronegócio em Moçambique. Dentre os países africanos, Moçambique é o principal país da cooperação brasileira, com o maior índice de investimentos brasileiros, fortalecendo a internacionalização das empresas brasileiras nos países africanos. O Estado associou-se aos interesses empresariais, transferindo para si as responsabilidades de negociações junto aos governos locais, com a abertura de instâncias burocráticas brasileiras nos países e com a expansão das políticas públicas de apoio.

Desse modo, enfatizamos que Estado, setor empresarial e políticas públicas brasileiros no processo de internacionalização nos países africanos, durante o governo Lula tiveram interesses comuns na condução e implementação dos megaprojetos brasileiros. Destacamos estas áreas associadas aos incentivos e financiamentos do Estado através do BNDES, da presença marcante da EMBRAPA, FIOCRUZ, SENAI e das políticas educacionais e de saúde, em especial, com a finalidade de implantar os projetos e de amortecer as tensões e conflitos gerados pelos negócios brasileiros.

Mostramos que a implementação dos megaprojetos em Moçambique, sejam brasileiros ou não, trazem as mesmas características e dimensões dos empreendimentos instalados no Brasil como, constatamos no desastre humano e ambiental vividos nos últimos tempos com a mineradora SAMARCO S.A. na cidade de Mariana/MG no ano de 2015. Assim como, os impactos nos municípios das regiões sudeste e sudoeste do estado do Pará: Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São Félix do Xingu e

outros, com a expansão dos negócios da Vale S.A., visto que os projetos dos proprietários do capital produzem a intensificação das populações expropriadas, gerando cada vez mais, seres humanos disponíveis para a expropriação (MÉSZÁROS, 2007; FONTES, 2016).

Concluimos que os setores burgueses brasileiros junto ao Estado pactuaram seus interesses aos negócios de setores dominantes de caráter capital-imperialista através dos acordos de cooperação com países como, por exemplo, Estados Unidos, França, Itália, Canadá ou com organismos internacionais, para implantar projetos em Moçambique. Ou seja, foi necessário analisar a cooperação Brasil-Moçambique no âmbito da expansão das relações capital-imperialistas no contexto moçambicano. Demonstramos que, as ações/projetos das frações burguesas e do Estado brasileiro revelam os nexos entre os interesses das burguesias, moçambicana associada à internacional, para aprofundar as relações sociais capitalistas no país.

A implementação das políticas públicas, em especial a educação e, em seu interior a educação profissional, junto à inserção das empresas visa à formação que adapte o indivíduo ao mercado através da formação voltada às competências e habilidades, a fim de que, o sujeito seja capaz de buscar por si só as alternativas de subsistência com a empregabilidade/empreendedorismo ou que se ajuste ao mercado de trabalho de modo flexível e se sujeite a qualquer tipo de trabalho para sobreviver, mesmo que seja em condições precárias e de superexploração.

As mudanças que estão ocorrendo no sistema de formação profissional de Moçambique seguem a mesma lógica das reformas que vem seguidamente ocorrendo no Brasil. Nesse sentido, o Estado brasileiro, vem ocupando função estratégica no contexto de Moçambique, difundindo através de um discurso ideológico que a educação-formação de capital humano e o investimento na formação das competências e habilidades, é o caminho pelo qual o país vai atingir o crescimento econômico e o desenvolvimento do país. Também, agrega-se ao discurso, a implementação de projetos ligados à ampliação do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) que oferece cursos de curta duração além de cursos voltados as práticas empreendedoras. Os INEFP estão distribuídos em todas as regiões de Moçambique. De igual modo, os institutos e escolas do ensino básico, sobretudo da sétima classe em diante, com cursos em áreas estratégicas como, agricultura, soldadura, mecânica, mecânica auto, elétrica, geologia e minas, turismo, dentre outros. Porém, os últimos, com vagas reduzidas de modo a atender um público alvo estabelecido de acordo com as demandas das empresas e indústrias.

Além da análise dos documentos voltados a formação profissional, averiguamos através das entrevistas realizadas *in loco* que os investimentos na formação dos homens e mulheres moçambicanos, respondem em parte às demandas emergenciais das populações trabalhadoras. Entretanto, expressam íntima relação com os projetos pensados pelos intelectuais individuais e/ou coletivos do capital para a formação do trabalhador por compor o conjunto dos processos de expropriações das populações camponesas, em especial, são transformadas em mão de obra intensificada.

Como bem assinala Fontes (2010b), as expropriações – primárias e secundárias – expressam a expansão devastadora do capital e são a condição essencial para a sua existência. Nas relações sociais capitalistas, as expropriações transformam a existência humana em mercado, uma vez que populações inteiras de trabalhadores são forçadas a vender sua força de trabalho para a subsistência, impondo às massas de trabalhadores a necessidade de competir, flexibilizar, adaptar e estar disponível para qualquer tipo de trabalho para as mais diversas formas de exploração, independentemente de sua formação.

Dessa forma, interpretamos que Moçambique integra o vasto grupo de países que são apontados por Fontes (2016b, s/p) como países com populações em massa de “excedentes” e “sobrantes” que ao invés de diminuir, aumentam em grandes proporções. Refletimos que a educação profissional como está sendo configurada em Moçambique, está permeada de interesses e necessidades da própria configuração do capital – as expropriações.

Concluimos que a educação profissional na sociedade moçambicana, pautada na agenda do capital para a educação, cumpre função prática e ideológica no processo de expansão das relações sociais capital-imperialistas. Dentro das estratégias dos setores dominantes que ali dominam e expropriam brutalmente as populações, arrancando-as do convívio e dos vínculos familiares, de suas terras, de seus laços com os antepassados, isto é, de apagamento da própria história, com objetivos de lucrar mais valor para o capital através da implantação dos projetos e investimentos capital-imperialistas no país. No entanto, entendemos que, a burguesia moçambicana é aliada dos setores empresariais brasileiros e do grande capital – capital-imperialista – na implementação dos projetos de expansão das relações sociais capitalistas.

Ao finalizar o trabalho, consideramos que a educação na sociedade capitalista faz um movimento contraditório, ao mesmo tempo em que comprovamos ter uma educação-formação limitada a corrigir os estragos

causados pelos interesses das classes dominantes e, por isso, tão incentivada para a formação de capital humano, uma educação voltada ao treinamento – SABER FAZER – para o mercado de trabalho, para a empregabilidade e para o empreendedorismo. Neste sentido, encontra-se a centralidade da pesquisa de evidenciar as particularidades de Moçambique assim como está imerso nas relações capital-imperialistas, de modo a constatar os processos que vem ocorrendo no país tanto de expropriações primárias quanto secundárias da população moçambicana. A articulação e a eficiência na implementação do projeto ideológico do capital-imperialismo em curso comprovam que os investimentos realizados na educação profissional em Moçambique resultam em moçambicanos com condições de trabalho precário, intensificado, superexplorado, manobrável, assim como amplia o número de trabalhadores colocados no rol do exército de reserva.

Por sua vez, refletimos que os movimentos são contraditórios e estão em disputa, porque em seu interior são travadas longas e duras lutas de classes. Por isso, a urgente necessidade da classe trabalhadora em “romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27), que forneça os elementos e as condições necessárias à emancipação humana e à formação do ser humano. Deste modo, a educação deixaria de ser encarada como formação de capital humano, como os intelectuais da burguesia e organismos internacionais fazem na elaboração e instituição de suas políticas (LEHER, 2003) para assumir uma postura de universalização do processo de humanização do humano.

REFERÊNCIAS

- ABC - Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Sul-Sul – Moçambique.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>>. Acesso em 15 de novembro de 2017.
- ABC - Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Sul-Sul – Moçambique:** Cooperação Técnica brasileira nas áreas de Educação, Saúde, Agricultura (2008-2022). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa?intIdTipCooperacao=1&intIdPais=224>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.
- ACANDA, Jorge L. **Sociedade civil e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2006.
- ACCIOLY, Inny Bello. Cooperação Sul-Sul e Contrarreformas: a cooperação Brasil-Moçambique na formação profissional de trabalhadores rurais no contexto do capital-imperialismo. **Texto para o Exame de Qualificação de Tese de Doutorado.** UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.
- ADAM, Yussuf. **Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo:** trajetória do Moçambique pós-colonial (1975-1990). Maputo: Promedia, 2006.
- AMARAL, Marina. **A multinacional que veio do Brasil.** Agência Pública – Especial África. 29 fev. 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil/>>. Acesso em 15 de maio de 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **Século XXI:** Nova Era da precarização estrutural do trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (IDA); BANCO MUNDIAL. **Moçambique**: da recuperação pós conflito ao crescimento elevado. 2007. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/249121468287753921/text/519680BRI0IDA110Box345548B01PUBLIC1.txt>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

BANCO MUNDIAL. **Reconstruir a economia de Moçambique**. 1998. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/317801468110662017/pdf/1858910PORTUGUESE.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique**: análise de pobreza e Impacto social – 2005. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/989381468112167249/pdf/2942310_portuguese.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento mundial**: equidade e desenvolvimento. Washington, DC, 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2006/Resources/477383-1127230817535/0821364154.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2011.

BANCO MUNDIAL. **Estratégia de parceria com o Brasil**: 2008-2011. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1220388091471/EPBrasil2008.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

BANCO MUNDIAL. **Eliminando as barreiras para o desenvolvimento inclusivo**. 2010. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/282861468112454345/pdf/593560v20summa07B0P0965030March2010.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

BANCO MUNDIAL. **Perspectivas para os Polos de Crescimento em Moçambique**: sumário do relatório. Agosto de 2010. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/cd_ppi/pastas/governaca>

o/geral/legislativo_documentos_oficiais/Polos_Desenv.pdf>. Acesso em 20/10/2017.

BANCO MUNDIAL; BRASIL. IPEA. **Ponte sobre o Atlântico:** Brasil e África Subariana – Parceria Sul-Sul para o crescimento. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=12637>. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

BANCO MUNDIAL; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE (INE). **Moçambique – Outrora e agora:** Um Atlas de Estatísticas Socioeconômicas 1997-2007. 2012. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/917351468287773924/pdf/877330WP0PORTU0esen000December02012.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

BANCO MUNDIAL. **Acelerando a redução da pobreza em Moçambique:** Desafios e Oportunidades. 2016. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/788781481268553033/pdf/110868-REVISED-PUBLIC-DIGITAL-Final-ESW-Report-Update-12-12-2016-5-33pm.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

BANCO MUNDIAL/IDA. **Moçambique:** da recuperação pós conflito ao crescimento elevado. 2007. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/249121468287753921/text/519680BRI0IDA110Box345548B01PUBLIC1.txt>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

BASTOS, Remo. **Capitalismo e crise:** o Banco Mundial e a educação na periferia capitalista. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

BATISTELLA, Mateus; BOLFE, Édson L. (Orgs). **Paralelos – Corredor de Nacala.** Embrapa. 2010. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/867143/paralelos-corredor-de-nacala>>. Acesso em 10/10/2017.

BERNARDO, Edgar Manuel. **Extrativismo em Moçambique: o pensamento abissal na produção e reprodução das injustiças socioambientais e negação do direito a saúde da população.** 2016. 250 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15796>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

BONDE, Rui Amadeu. **Políticas Públicas de Educação e Qualidade de Ensino em Moçambique.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Economia. Rio de Janeiro, 2016.

BORON, Atilio A. **Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx.** En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Politicas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo, 2006, p. 287-330. 2006. ISBN: 978-987-1183-47-0. Acesso em 03 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens em vulnerabilidade: condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família.** Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17451:acompanhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-em-educacao-do-programa-bolsa-familia-pbf-novo&catid=194:secad-educacao-continuada>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mais Educação.** Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article/>. Acesso em: 10 de janeiro 2013.

BASTOS, Remo. **Capitalismo e crise: o Banco Mundial e a educação na periferia capitalista.** Curitiba: Editora Prismas, 2016.

- BRUNO, Lucia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** 16, n.48, set./dez./2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a02.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2016.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação**. Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Tese de Doutorado. São Paulo, 2007.
- CAHEN, Michel. **Moçambique: O marxismo, a nação e o Estado**. Entrevista com Ângela Lazagna, doutoranda em Ciências Políticas na UNICAMP. Revista Crítica Marxista, Bordeaux, 2006.
- CAMBRÃO, Pedrito Carlos Chiposse. **A (emergente) sociedade civil**. Um olhar sobre o papel das suas organizações nas políticas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável: o caso de Moçambique (1990-2015). Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras. Universidade do Porto. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/83883>>. Acesso em 10/03/2017.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Tese de Doutorado, PPGH/UFF, 2016.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Entrevista realizada com Jaime Cumbana** do Jornal Notícias em 04 de abril de 2008 com o tema “As Privatizações não trouxeram ganhos ao sector produtivo”. Maputo. 2008.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Os Mega Projectos em Moçambique: que Contributo para a Economia Nacional?** Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva. Museu de História Natural. Maputo. 27 e 28 de novembro de 2008.

- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique**. IESE. Maputo, 2010. Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE). Maputo, Moçambique.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital**. Pgs. 141-174. In: Desafios para Moçambique. 2016a. Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE). Maputo, Moçambique.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Desenvolvimento centrado em PME?** Problematização crítica desta abordagem. Pgs. 175- 223. In: Desafios para Moçambique. 2016b. Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE). Maputo, Moçambique.
- CASTIANO, José; NGOENHA, Severino E. **“A Longa Marcha Duma Educação Para Todos” em Moçambique**, 3ª ed. Maputo: Publix Editora, 2013.
- CAU, Hilário Simões. **A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil**. Porto Alegre/RS, UFRGS, 2011 (Tese de Doutorado).
- CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte. **Abrangência do Corredor de Nacala**. Disponível em: <<http://cdn.co.mz/sobre-a-cdn-2/>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.
- CHEMANE, Fidélia; ADAM, Yussuf (supervisor). **O papel das Agências de Cooperação Internacional no processo de descentralização em Moçambique**. Uma análise do Programa de Apoio a descentralização e municipalização em Moçambique, PADEM. Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento, SDC. Monografia. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2004.
- CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. In: **Praga: estudos marxistas**, São Paulo, n. 3, p. 19-46, set. 1997.

- CHICHAVA, Sérgio. “Por que Moçambique é pobre?”. **Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza**. II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos sobre Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique. Maputo: IESE, 2009.
- CHICHAVA. Sérgio. **Investigador moçambicano defende que cooperação Moçambique-Brasil tem sido “uma decepção” ao nível de transparência**. Notícia publicada no dia 05 de junho de 2017. Disponível em: <<https://mozvida.com/blog/2017/06/05/page/2/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.
- CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. Cortez: São Paulo, 2005.
- COAN, Marival. **Educação para o Empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas**. 2010. 540 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.
- COELHO, Tádzio Peters. **Noventa por cento de ferro nas calçadas: mineração e (sub)desenvolvimento em municípios minerados pela Vale S.A.** Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- CONCEIÇÃO, Francisco da. **Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: Da Solidariedade Socialista à Trajetória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul (1975-2013)**. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Centro de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- CONGÍLIO, Célia Regina. **Riqueza e pobreza: duas faces da mineração no Sudeste do Para/Atingidos pela Vale**. Texto publicado em 09 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://atingidospelavale.wordpress.com/tag/mineracao/>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTINHO, C. N. Prefácio. In: NEVES et. al. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

CRAVEIRINHA, José. Grito Negro. In: **Xigubo**. Maputo: INLD, 1980.

CRUZ E SILVA, Teresa Maria da. **Moçambique: um perfil**. s/d. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

DEITOS, Roberto Antonio; XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. Estado e Política Educacional no Brasil. In: DEITOS, Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria (Org.). **Estado, Desenvolvimento, Democracia & Políticas Sociais**. Cascavel, PR: EDUNOESTE, 2006.

DEUTSCHE WELLE (DW). **Mapa do projeto ProSavana no norte de Moçambique**. In: Sociedade civil moçambicana quer paralisação do ProSavana. Portal do DW. 06 abril 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/sociedade-civil-mo%C3%A7ambicana-pela-suspens%C3%A3o-do-prosavana/a-38322562>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do Governo Lula. **Revista Katálisis**, v. 10, n. 1, p. 24-34, jun. 2007.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana — 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de Política Educacional**. 2009. Disponível em: <<http://www.dfe.uem.br/texto.Olinda.PDF>>. Acesso em: 18 de agosto de 2011.

- FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela A.; OLIVEIRA, M^a Teresa C. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia M^a W. (Org.). **Direita para o Capital e Esquerda para o Social. Intelectuais da nova pedagogia da Hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.
- FERNANDES, Carlos. **Intelectuais orgânicos e legitimação do estado no Moçambique pós-independência**: o caso do centro de estudos africanos (1975-1985). Revista Afro-Ásia, vol.48, p. 11-44, 2013.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008. (1.ed.1968).
- FINGERMANN, Natalia Noschese. **A Cooperação Trilateral Brasileira em Moçambique**. Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo. Escola de Administração de Empresa de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. São Paulo, 2014.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora, UFRJ, 2010.
- FONTES, Virgínia. **O capital-imperialismo**: algumas características. 2010b. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=1805>>. Acesso em 10/out./2017
- FONTES, Virgínia. **BRICS e capital-imperialismo** – novas contradições em debate. Revista Tensões Mundiais. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 67-89, 2014.
- FONTES, Virgínia. **BRICS e capital-imperialismo** – novas contradições em debate. Tensões Mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades, v. 10, n.18, 19 (jan./dez. 2014). Fortaleza: EdUECE, 2005 (ano de fundação). Págs. 67-90. ISSN 1809-3124 (impresso) 1983-5744 (online). Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/issue/view/16/showToc>>. Acesso em 30 de março de 2016.

FONTES, Virgínia. **Formação dos trabalhadores e luta de classes.** Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario>; Ano 14, Nº 25/2016

FURQUIM, Fabiane Miriam. **A permanência do Lobolo e a organização social no Sul de Moçambique.** Dossiê Áfricas. Revista Cantareira. Ed. 25 (Jul-Dez) 2016. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2017/05/e25a01.pdf>>.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. Bolsa Família, educação e cidadania. **Revista Eletrônica de Educação**, ano 2, n. 3, ago./dez. 2008. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao3/Artigo2.pdf>. Acesso em: 9 de dezembro de 2012.

GARCIA, Ana S. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula:** uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, PUC, 2012 (Tese de Doutorado).

GARCIA, Ana S.; KATO, Karina Y. Martins. **A história da caça ou do caçador?** Reflexões sobre a inserção do Brasil na África. Revista Tensões Mundiais. Fortaleza, v. 10, n. 18,19, p. 145-171, 2014. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/348/383>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

GARCIA, Ana S. **BRICS na África: Mais do mesmo?** Um estudo comparativo dos acordos de investimento dos BRICS com países africanos. Rio de Janeiro, 2016.

GARCIA, Ana S.; KATO, Karina. **Políticas Públicas e interesses privados:** uma análise a partir do Corredor de Nacada em Moçambique. (Dossiê). Caderno CRH, Salvador, V. 29, n. 76, p. 69-86, Jan./Abr. 2016.

GASPERINI, Lavinia. **Moçambique:** educação e desenvolvimento rural. Coleção do Instituto dos Sindicatos para a cooperação com os países em vias de desenvolvimento. Edizioni Lavoro/Iscos. Roma, Itália, 1989.

- GIFE. **VII Encontro de Fundações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. In: Portal GIFE, 17 setembro 2010. Disponível em: <<https://gife.org.br/encontro-reforca-articulacao-entre-fundacoes-de-lingua-portuguesa/>>. Acesso em 23 de maio de 2017.
- GONÇALVES, António Cipriano Parafino. **Educação Politécnica e a Escola do Trabalho em Moçambique: novas e velhas falácias pedagógicas?** Edição CEC – Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Editor). Maputo, 2015.
- GRAIN; UNAC. **Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala**. Relatório. Elaboração conjunta entre GRAIN e União Nacional dos Camponeses (UNAC), fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.
- GRAMSCI, A. O Moderno Príncipe. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1989.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2000. [Cadernos 12 (1932) Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. p.15-53].
- GASPERINI, Lavinia. **Moçambique: educação e desenvolvimento rural**. Coleção do Instituto dos Sindicatos para a cooperação com os países em vias de desenvolvimento. Edizioni Lavoro/Iscos. Roma, Itália, 1989.
- HELENO, Maurício Gurjão Bezerra; MARTINS, Mônica Dias. **Cooperação ou Dominação? A política do governo Lula para a África. Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18, 19, p. 125-143. Fortaleza, 2014.
- HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX**. (Tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMERIN, Janaína. **As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: Actores em Movimento.** Pesquisadora/Estagiária no SCAC (Service de Coopération et d'Action Culturelle), Embaixada da França. Maputo/Moçambique, janeiro de 2005.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O que é uma casa sem comida? O boom da mineração de carvão e os reassentamentos em Moçambique.** Relatório. 2013. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/report/2013/05/23/256432>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

IGLESIAS Y MINERÍA. **Padre Dário Bossi: El desastre en Mariana demuestra que la minería mata y es insustentable.** In: Red Iglesias y Minería, 2 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://iglesiasymineria.org/2017/11/02/padre-dario-bossi-el-desastre-en-mariana-demuestra-que-la-mineria-mata-y-es-insustentable/>>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

IHU-UNISINOS. **O neocolonialismo brasileiro em Moçambique.** **Jornal Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo/RS, 24 Agosto 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/46703-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique->>. Acesso em 10 de maio de 2016.

IHU-UNISINOS. **A recolonização de Moçambique pelas mãos do agronegócio. Entrevista especial com Vicente Adriano.** **Jornal Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo/RS, 02 março 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/540299-a-recolonizacao-de-mocambique-pelas-maos-do-agronegocio-entrevista-especial-com-vice-adriano>>. Acesso em 10 de julho de 2016.

INE-MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **Maputo: INE, 2000.**

INSTITUTO LULA. **Brasil e África avançam em parcerias.** Texto divulgado em 20/09/2013. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/historicas-relacoes-entre-brasil-e-continente-africano-avancam-no-campo-da-parceria/>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

INSTITUTO LULA. **Desenvolvimento precisa ser econômico e também humano**, diz ministro da Costa do Marfim. Texto divulgado em 20/03/2015. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/desenvolvimento-economico-tem-que-trazer-desenvolvimento-humano-diz-ministro-da-costa-do-marfim>>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Torfóbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARANJEIRO, Catarina. 2014. **Amílcar Cabral**: o que foi e o que dele faremos. Mestres Do Mundo. Trabalho final do Seminário Conhecimentos, Sustentabilidade e Justiça Cognitiva. 2014. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/wp-content/uploads/2014/03/Mestres_do_Mundo_Amilcar_Cabral2.pdf>.

LEHER, Roberto. **O Governo Lula e os movimentos sociais**. In: OSAL (Buenos Aires) n. 10, abril de 2003.

LEHER, Roberto. Educação no Governo Lula da Silva: Reformas sem projeto. **Revista Adusp**. Maio de 2005.

LEHER, Roberto. Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional? In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandef Pinto da; MILLER, Stela (Org.). **Marx, Gramsci e Vigotski**: Aproximações. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

LEHER, Roberto. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEHER, Roberto. **Organização, Estratégia política e o Plano Nacional de Educação**. Disponível em <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/RLeher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%Aadtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 05/set./2017.

- LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa:** os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. As tarefas das Uniões da Juventude (Discurso no III Congresso de toda a Rússia da União Comunista da Juventude da Rússia – 2 de outubro de 1920). In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, número especial, p. 2-4. Abril 2011. ISSN: 1676-2584.
- LOMBARDO, Adriana Milhomem Seixas. **A Embrapa e a Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento na África Subsaariana:** O Caso do Projeto ProSavana. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (UnB). Distrito Federal, 2015.
- MACHAIEIE, Ana Maria; MANUEL, Dra.Sandra, (Supervisor). **Ajuda externa e redução da pobreza:** Dinâmicas internas, impactos reais e percebidos. Monografia. Universidade Eduardo Mondlane.2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10857/4077>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.
- MASSINGUE, Nelsa Celestina. **A Eficácia do Condicionismo da Ajuda Externa:** o caso das privatizações em Moçambique, 1990-2000. Trabalho de Conclusão de Curso na Faculdade de Economia. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. (1973). Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. [orgs.] (2005). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, Livro I, vol. II, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 27ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MATHIAS, Maíra. “**Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital**”. Texto publicado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio em 02 de janeiro de 2017. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br/noticias/.../matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: 10 de abril de 2017.
- MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais**. Em Pauta, 1º semestre de 2013 – n. 31, v. 11, p. 97-117. Rio de Janeiro (UERJ).
- MELO, Adriana A. S. de; SOUZA, Camila A.; MELO, Marcelo Paula de. Determinantes externos da formação para o trabalho simples. In: Martins, André Silva; Neves, Lúcia M. W. (Orgs). **Educação básica: tragédia anunciada?** São Paulo: Xamã, 2015.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Revista Marx e o Marxismo, v.2, n.2, jan/jul 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1.ed. 4.reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Apresentação. In: **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
- MILANI, C. R. Evolução histórica da cooperação norte-sul. In: IPEA. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 33-56.
- MMO – Moçambique Media Online. **Governo recomenda internacionalização de empresas moçambicanas**. 2012. Disponível na página: <<https://noticias.mmo.co.mz/2012/08/governo-recomenda-internacionalizacao.html#ixzz4a6ZMFuXZ>>. Acesso em 20 de março de 2017.
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Coleção “Nosso Chão”, Maputo, 1995.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3^a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTAÑO, Carlos. **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.
- MOSCA, João. A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986). Instituto Piaget, Lisboa, 1999.
- MOSCA, João; SELEMANE, Tomas. Mega projectos no Meio Rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza: O Caso de Tete. Maputo: CIP, 2012.
- NEVES, Lúcia M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

- NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2008.
- NEVES, Lúcia M. W. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado:** da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.
- NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.
- NGOENHA, Severino Elias. **Machel:** Ícone da 1ª República? Maputo: Ndjira, 2009.
- NEWITT, Malyn. **História de Moçambique.** Publicações Europa-América, Ltda. Portugal, 2012.
- NUNES, Célia, 1950-2000. **A Armadilha:** incorporação e exclusão na sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Educam: Clacso, 2000.
- O'LAUGHLIN, Bridget. Produtividade Agrícola, Planejamento e Cultura do Trabalho em Moçambique. In: **Desafios para Moçambique.** IESE. Maputo, 2016.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **As relações Brasil-África.** 1989. Universidade de Brasília (UnB). Brasil. Disponível em: Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane. Acesso em: 20 de setembro de 2016.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE (OAM). **Reassentamento de Tete.** Notícia da OAM. Maputo – Moçambique, julho de 2016. Disponível em: <http://www.oam.org.mz/wp-content/uploads/2016/07/REASSENTAMENTO.pdf>. Acesso em 15/março de 2017.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **Política externa brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012)**. Coleção política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2013.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Orgs: João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

PEREIRA, José Carlos Fernandes de Azevedo. **Relações Econômicas entre África do Sul e Moçambique: Cooperação ou Dominação?** Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa/Portugal, 2000. (Tese de Doutorado).

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015**. Disponível em: <<http://report.hdr.undp.org/>>. Acesso em: 07 de junho de 2016.

PRAH, Kwesi kwaa. **A política de empoderamento em África: Uma visão de CASASA**. In: Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas. Centro de Estudos Africanos (CEAS) - UEM. Maputo, 2011.

PRONKO, Marcela. **O Banco Mundial no campo internacional da educação**. In: Pereira, João Márcio Mendes; Pronko, Marcela (Orgs). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PUBLICA. **A multinacional que veio do Brasil**. Entrevista especial com Jeremias Filipe Vunjanhe. 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil/>>. Acesso em 10 de maio de 2016.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. **Sistema Nacional de Educação**. Boletim da República, 3º suplemento. Lei nº 4 DE 23 de março de 1983.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**. Lei nº 6 de 1992.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Decreto N 19/1997 de 1 de Outubro. Lei da Terra. Imprensa Nacional de Moçambique, **Boletim da Republica**, I Série-N 40, 3º Suplemento, 07 de Outubro de 1997.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Estratégico de Educação 1999-2003**. “Combater a Exclusão e Renovar a Escola”. Maputo, outubro de 1998.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério do Plano e Finanças. **PARPA: Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta**, 2001-2005. Abril de 2001. Maputo, Moçambique, 2001.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Agenda 2025. **Visão e Estratégias da Nação**. Documento preliminar, (2003). Maputo, Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Constituição (2004) **Constituição da República de Moçambique**: promulgada em 16 de Novembro de 2004. Organização do texto: Eduardo Joaquim Mulémbwè. Maputo, Moçambique, 2004. Disponível em <www.mozambique.mz/pdf/constituicao>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério do Plano e Finanças. **PARPA: Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta**, 2006-2009. (PARPA II). Maio de 2006. Maputo, Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação. **Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006-2011**. Junho de 2006. Maputo, Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério do Plano e Finanças. **PARPA: Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014**. Maio de 2011. Maputo, Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.
Plano Estratégico da Educação 2012-2016: Vamos aprender construindo competências para o desenvolvimento de Moçambique. 2012. Maputo, Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Lei n. 6/2016** de 16 de junho de 2016.
 Altera e republica a Lei 23/2014 de 23 de setembro de 2014, Educação Profissional de Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Balanco do Plano Econômico e Social (BdPES) de 2015.** Maputo, Fevereiro de 2016.

RICARDO, Rafael. Sector privado diz estar preparado. **Jornal mediaFAX**, Maputo, 01 fev. 17, N°6239, p. 4.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui.** Rio de Janeiro/RJ: Record, 2015.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE; VENTURA, Jaqueline. Educação e Formação Humana no cenário de integração subalterna no Capital-Imperialismo. In: **Jovens, Trabalho e educação: a conexão subalterna de formação para o capital/** Mariléia Maria da Silva, Elisa Maria Quartiero, Olinda Evangelista (Orgs). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Moçambique: a maldição da abundância?** Coluna escrita para Carta Maior. 23 de julho de 2012. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id=26864>. Acesso em: 12 de novembro de 2016.

SAPONOTÍCIAS. **Conferência do LIDE Mulher em Lisboa: "Tudo o que são negócios estruturados são bem-vindos em Moçambique"**. 2012. Disponível: <<http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1249495.html>>. Acesso em 04 de abril de 2017.

SAPONOTÍCIAS. **Frases de Samora/30 anos:** “A luta continua” três décadas depois. 2016. Disponível:

<<https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/frases-samora30-anos-a-luta-continua-tres-decadas-depois>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

SCHULTZ, Theodore W. **Investindo no povo**. Tradução Elcio Gomes de Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; LIMA, Valéria F. Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O.. **Política educacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SHIROMA, Eneida O.; CAMPOS, Roselâne Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 23, n. 2, p. 427-446, jun./dez. 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Moçambique: a maldição da abundância?** Carta Aberta de Boaventura de Sousa Santos. In: Carta Maior, 23 de julho de 2012. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id=26864>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

SOUZA, Noêmia. **O sangue negro**. Um poema de combate. Disponível: <<http://www.afreaka.com.br/notas/o-sangue-negro-de-noemia-souza/>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

TAIMO, Jamisse Uilson. **Ensino Superior em Moçambique: história, política e gestão.** UNIMEP. Piracicaba, SP, 2010. (Tese de Doutorado).

TOLKEUSSE, Albert Mabri. **Palestra em Conferência Internacional sobre a Emergência da África.** Abidjan/Costa do Marfim. Março de 2015. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/desenvolvimento-economico-tem-que-trazer-desenvolvimento-humano-diz-ministro-da-costa-do-marfim/>>. Acesso em 23 de março de 2015.

UGÁ, Vivian Dominguez. **A questão social como “pobreza”:** crítica à conceituação neoliberal. Curitiba: Appris, 2011.

UNIÃO EUROPEIA. Estudo de mapeamento das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique. Maputo/Moçambique, 2015.

UNISINOS. Entrevista especial de Vicente Adriano, concedida ao IHU On-Line com o tema: **A recolonização de Moçambique pelas mãos do agronegócio.** 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/540299-a-recolonizacao-de-mocambique-pelas-maos-do-agronegocio-entrevista-especial-com-vice-adriano>>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

VALE. **Relatório Sustentabilidade Vale,** 2013. Disponível em: <http://www.vale.com/mozambique/pt/documents/vale_sustentabilidade_mocambique_2013.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

VALE. **Relatório Sustentabilidade Vale Moçambique.** 2015. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2015.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

VAZ, Joana D’Arc. **Educação, Programa Bolsa Família e alívio à pobreza: o cinismo instituído.** (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: PPGE; UFSC, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107330>>. Acesso em 22 de abril de 2014.

- WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.
- WUYTS, Marc. **Inflação e Pobreza:** uma perspectiva macroeconômica. Págs. 95-109. In: Desafios para Moçambique. 2016. Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE). Maputo, Moçambique.
- ZAMPARONI, Valdemar Donizette. **Entre Narros & Mulungos.** Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques (1890-1940). São Paulo, USP, 1998 (Tese de doutorado)
- ZAQUEU, Ligia Cacilda Maria André. **Descentralização no estado unitário:** participação do poder local e a formulação de políticas públicas para desenvolvimento local em Moçambique 1990-2010. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador/Bahia. Tese de Doutorado. 2014. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/tese_ligia_zaqueu_defendida_em_fevereiro_1.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

APÊNDICE A

INSTRUMENTO DE PESQUISA (Roteiros de entrevistas)

Caro respondente,

Este é um instrumento de coleta de dados da pesquisa exigida para a continuidade e término do Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Temos por objetivos: identificar o vínculo entre a educação e as políticas de combate à pobreza especialmente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE); analisar as implicações dos Acordos de Cooperação entre Brasil-Moçambique; compreender a concepção de educação profissional e o que a caracteriza e a sustenta como formação de capital humano assim como verificar as estratégias e os projetos educativos da empresa Vale.

ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PRONAE) – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MOÇAMBIQUE

1. O que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique (PRONAE) e seus desdobramentos?
2. Quais são as contribuições e os limites do Programa para o país?
3. O PRONAE é uma iniciativa do governo de Moçambique junto com o governo brasileiro através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Programa Mundial de Alimentação (PMA). Como o senhor avalia essa cooperação?
4. Por que a cooperação é feita com o Brasil?
5. Moçambique é considerado um país prioritário para receber apoio (técnico e financeiro) do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentação (PMA). Em que se alicerça essa relação de parceria e apoio?
6. No Brasil o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) integra a Estratégia Fome Zero e ele é o inspirador do projeto que está sendo desenvolvido em Moçambique.

Comente sobre as características/ações que se aproximam ou distanciam os programas.

7. Qual é o apoio propriamente dito do governo brasileiro? Como está a cooperação entre Moçambique-Brasil?

Recursos financeiros

Recursos humanos

Assessoria

Especifique:

8. A fase inicial de implantação do programa iniciou-se em 2013 (2013-2015) com dois projetos pilotos. O primeiro projeto está sendo implementado nas escolas de educação primária pelo governo de Moçambique com a parceria do PMA nos distritos de Cahora Bassa e Changara. Enquanto que o segundo está sendo implantado em parceria trilateral (BR-04/044). A base que sustenta o programa (de acordo com os documentos) é a aquisição de alimentos da própria comunidade e a gestão descentralizada (gestão via distrito e gestão pela escola). Esse objetivo está sendo alcançado?

9. Como está a ampliação/expansão do PRONAE para as demais regiões e distritos?

10. Que experiências conseguiram trazer da relação com o Brasil e seus programas?

11. Comentário livre do entrevistado.

ENTREVISTA COM OS CHEFES DE DEPARTAMENTO PROVINCIAL OU DISTRITAL DOS PROGRAMAS ESPECIAIS (MASSINGIR, NAMPULA E TETE)

1. Como está sendo implementado o PRONAE na Província?

2. Quais são os desafios enfrentados pela província na implementação do PRONAE? Você pode comentar sobre isto?

3. Há como proposta do governo a expansão do PRONAE para outros distritos aqui na província?

4. Em relação à descentralização, uma vez que o PRONAE possibilita o processo de descentralização. Como você analisa?

ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS PELO INSTITUTO NACIONAL DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (INEFP): MAPUTO, TETE, NAMPULA E NACALA

1. Comente sobre o INEFP. Em que bases ele se sustenta? Qual é a proposta de formação do Instituto?
2. Como está o andamento da reforma da Educação Profissional em Moçambique? O sistema de educação profissional que está sendo reestruturado foca no SABER FAZER, NO SABER ESTAR E NO SABER SER – nestes três pilares (assim podemos denominar) está o fundamento da reforma. Pode comentar sobre estes aspectos?
3. Quantos cursos são ofertados? São cursos gratuitos? Qual a durabilidade dos cursos?
4. A qual ministério pertence o INEFP? Comente:
5. Quem mais procura a formação oferecida? Por quê?
6. Quantos distritos da província de Nampula possuem o INEFP?
7. Outro fator importante da reforma é o envolvimento empresarial na educação profissional. De que maneira está ocorrendo esse envolvimento?
8. Nesse sentido pela documentação estudada do MEC vimos que há investimentos, apoio técnico de outros países. No que o Brasil está contribuindo neste setor? Quais suas contribuições?
9. O modelo que está sendo implementado em Moçambique segue um pouco o modelo do Sistema S do Brasil?
10. Um dos objetivos do governo é de estreitar as relações com o setor industrial do país com o objetivo do desenvolvimento econômico do país. Pode comentar sobre essa questão?
11. Um dos desafios apresentados é o investimento do governo em profissionais que atuam ou possam vir a atuar na educação profissional. Está tendo aumento nos investimentos? Há alguma parceria com o setor privado?
12. Comentários livres

ENTREVISTA COM A DIRECTORA ADJUNTA – ESCOLA
PRIMÁRIA COMPLETA DE MUTARARA –MOATIZE – PROVÍNCIA
DE TETE

1. Vocês atendem alunos do bairro 25 Setembro somente?
2. Quantos alunos têm?
3. Lecionam até que classe?
4. Tem quantos professores?
5. Vi o vosso plano estratégico 2015-2020. Dentro daquelas metas e objetivo em relação a aprendizagem dos alunos, refiro-me a leitura fluentemente, contas operacionais, apesar de ser do ano de 2015 para cá, como é que vocês estão trabalhando dentro desse plano?
6. Eles (monitores) vieram para cá?
7. Vocês tiveram a formação e trouxeram o aprendizado para os outros professores?
8. Quer dizer, vocês faziam encontros para discutirem as metodologias de como trabalhar com os alunos?
9. Qual era o foco dessa formação?
10. Sim era educação, mas dentro dela que aspectos vocês mais tratavam?
11. Vocês têm reuniões mensais com os professores?
12. Esse curso de formação que tiveram foi só para a província de Tete ou este distrito de Moatize?
13. Então foram abrangidas as zonas do centro e norte de Moçambique?
14. Será que a turma era grande?
15. Participaram apenas os gestores das escolas?
16. Então você participou representando esta escola?
17. Além do desafio de aprendizagem quais são os outros que vocês encaram porque já apresentou o de leitura e escrita e matemática. Será que tem outros desafios que você acha que constitui uma meta por ultrapassar?
18. São meninas de que idade?
19. Continuaram?
20. Será que essas mineradoras, no caso, a Vale contribuiu para o vosso curso de formação, mas para escola em si ela não fez algo?
21. Foram os pais dos alunos que beneficiaram dessa formação?
22. Os técnicos deslocavam para as escolas onde se encontravam os professores?

ENTREVISTA COM OS DIRECTORES PEDAGÓGICOS DA
ESCOLA SECUNDÁRIA – CATEME – DISTRITO DE MOATIZE -
PROVÍNCIA DE TETE

1. Podem comentar sobre a escola uma vez que ela foi criada juntamente com o bairro. De lá para cá como vocês avaliam a caminhada da escola já que tiveram que começar tudo não só como a estrutura física mas também com professores, direção, pais...ou seja, como é que está a escola desde a sua construção?
2. Quais são os desafios que vocês encontram na parte pedagógica?
3. Aqui também funciona uma parte do internato. Será que esses alunos são desta comunidade?
4. Tem quantos alunos?
5. E professores?
6. Eu vi um cartaz referente ao vosso plano estratégico. Será que tiveram alguma formação para a elaboração desse plano?
7. Também tem um vínculo com o Brasil?
8. A formação é dada pelo pessoal dos Estados Unidos (Corpo da Paz) que falou?
9. Tem algum patrocínio ou é apenas o governo que financia?
10. É espécie de uma especialização.
11. Esses professores americanos trabalham com os alunos?
12. Pensei que eles trabalhavam com os professores.
13. Quer dizer que esse plano estratégico que vocês têm é fruto da experiência que eles tiveram aqui?
14. Mas foi um trabalho coletivo, ou melhor, envolveu os restantes professores?
15. E como é que funciona a parte dos cursos profissionais que estão sob a responsabilidade da escola?
16. Esses cursos são de quantos meses?
17. Já houve uma turma formada?
18. Então são cursos que já vêm decorrendo há anos...os cursos são da escola, mas não estão diretamente ligados a empresa?
19. O índice de evasão escolar é muito alto?
20. E quanto à reprovação, qual é o índice?

ENTREVISTA COM OS LÍDERES DOS REASSENTAMENTOS –
CATEME E 25 DE SETEMBRO – DISTRITO DE MOATIZE -
PROVÍNCIA DE TETE

1. Na verdade vocês estão vivendo uma ameaça constante com a casa que pode cair a qualquer momento?
2. O senhor está dizendo que não há mais diálogo com a Vale?
3. Vocês não têm técnico?
4. Eles não vos deram nenhum documento deste acordo por escrito?
5. Onde vocês criam os animais?
6. Quantas famílias vivem neste bairro?
7. Quem construiu tudo isso?
8. Onde vocês viviam, tinham suas próprias terras?
9. Vocês vivem do que aqui?
10. Vocês têm entre vocês um bom relacionamento? E com as lideranças governamentais ou mesmo com a Vale?
11. Vocês levaram como pauta os vossos problemas a alguma instância governamental quando perceberam que a Vale não estava cumprindo o acordo com vocês?
12. Quando vocês chegaram aqui a fazenda modelo da Vale já existia?
13. Quem administra essa fazenda?
14. Vocês já não têm contato com a empresa?
15. Vocês passam por formação para cuidarem disso?
16. Quem administra é o pessoal da Vale?
17. O governo proibiu a Vale de entrar diretamente em contato com vocês. Isto significa que tudo que a Vale vai fazer aqui precisa da autorização do governo até mesmo na fazenda?
18. Quais são as vossas pautas de luta, dentro das realidades e necessidades do reassentamento?
19. Como o senhor analisa a questão da educação no bairro?
20. As escolas não têm nenhuma vínculo com a Fazenda Modelo?
21. Nos documentos da Vale consta que os reassentados são beneficiados com cursos de formação para o autossustento da comunidade. Vocês tiveram esses cursos?
22. E isto está a acontecer nos outros cursos? Será que há também esse problema?
23. Esses cursos estão acontecendo na escola secundária? E os professores que são contratados são da escola ou contratados pela Vale?

ENTREVISTA COM O DIRETOR DA ESCOLA PROFISSIONAL DOM BOSCO – CIDADE DE TETE - PROVÍNCIA DE TETE

1. Esta é a Escola Profissional Dom Bosco. Comente em torno do contexto histórico desta instituição.
2. Qual é a filosofia da educação profissional desta escola?
3. Os cursos oferecidos são de três anos?
4. Vocês têm quantos alunos?
5. O senhor está nesta escola desde 1996?
6. Na sua avaliação, como você vê a relevância desta escola no contexto da cidade?
7. Quantos cursos são oferecidos até agora?
8. E os cursos são gratuitos para os alunos? Ou eles pagam alguma taxa?
9. Tem muita procura?
10. Como o senhor avalia o mercado de trabalho aqui em Tete para inserção desses alunos?
11. Quer dizer que vocês têm uma parceria com as empresas de uma maneira geral?
12. E quanto aos equipamentos pertence à congregação?
13. Falou da crise na Europa, será que hoje vocês têm alguma parceria com alguns países que vos ajudam nesse trabalho?
14. Então a própria congregação tem uma associação que possibilita nos fundos. Quem mais procura as escolas? São jovens carentes ou também abastados?
15. Tem algum comentário?
16. Vocês têm mais meninos e meninas também?
17. Falou da Vale que tinha procurado estudantes que tinham terminado mecânica-auto, mas era acerca dos vossos alunos ora formados ou era para começarem a preparar seus profissionais?
18. Para além dessa construção a Vale vos ajuda em outra coisa?

ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO-PROFISSIONAL DE MOÇAMBIQUE

1. Em que consiste a reforma da Educação Profissional em Moçambique?
2. O sistema de educação profissional que está sendo reestruturado foca no SABER FAZER, NO SABER ESTAR E NO SABER SER – nestes três pilares (assim podemos denominar) está o fundamento da reforma. Pode comentar sobre estes aspectos?
3. Outro fator importante da reforma é o envolvimento do setor empresarial na educação profissional. De que maneira está ocorrendo esse envolvimento entre público e privado?
4. Nesse sentido pela documentação estudada do MEC vimos que há investimentos, apoio técnico de outros países. No que o Brasil está contribuindo neste setor?
5. Por que o governo de Moçambique decidiu implementar um programa de Educação Profissional desenvolvido no Brasil?
6. Os Institutos Federais de Educação do Brasil: IFBA; IFSP; IFMG; IFG – estão sendo articuladores nessa implementação através do Centro de Cooperação Internacional Brasil-África(*) em Educação Profissional e Tecnológica. Em 2014 o MEC/BRASIL promoveu um curso para professores e gestores africanos em Educação Profissional. O que resultou deste curso? Que contribuições ele deu?
8. Qual a necessidade da Educação Profissional no país? Para quais setores? Que tipo de formação é desenvolvida?
9. Comentário livre do entrevistado.

* O Centro de Cooperação possui Sede no Instituto Federal da Bahia.

ENTREVISTA COM OS DIRETORES DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS COMPLETA DE 1º E 2º GRAUS DAS PROVÍNCIAS

Selecionamos a Província de Nampula e para o desenvolvimento da entrevista o Distrito de Muecate, por ser o distrito com o maior número de beneficiários do PRONAE. No Distrito escolhemos o Posto Administrativo de Muecate Sede – Escola Primária Completa (EPC) (escola com maior número de estudantes e maior número de recursos alocados). Faremos visita e entrevista no Distrito de Rapale – Posto Administrativo de Namaíta na Escola Primária Completa de Niapala.

Por outro escolhemos a Província de Gaza – Distrito de Massingir. A entrevista será na Escola Primária de 1 e 2 graus III Congresso – Aldeia de Mucatine – posto administrativo de Zulo.

1. A escola (sede) é a maior do distrito. Quais são os desafios que senhor (a) percebe em relação a formação dos estudantes e as políticas de alívio da pobreza do país, especialmente o PRONAE?
2. Como está a implantação do programa no distrito de Muecate e em Imala? Comente sobre os processos de implementação.
3. Vocês receberam apoio técnico do governo brasileiro? Qual tipo de apoio?
4. Em relação a aquisição de alimentos para as escolas, como é a negociação? O governo compra os alimentos dos produtores da região? Há políticas governamentais voltadas para o incentivo dos pequenos agricultores? Justifique:
5. Uma das diretrizes do programa é a formação do agricultor. Isso está ocorrendo no distrito? Comente sobre isso.
6. Qual sua opinião sobre o PRONAE e a Educação no país? Justifique sua opinião.
7. Comentário livre do entrevistado.

ENTREVISTA COM A RESPONSÁVEL PELO SETOR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROJETOS EDUCATIVOS DA EMPRESA VALE-MOÇAMBIQUE

1. A Vale está presente em Moçambique desde 2004. Comente sobre os projetos educacionais da empresa em Moçambique. No relatório de Sustentabilidade da Vale em Moçambique (2012) demonstra que a empresa apoia a educação formal do país. De que forma? Quais são os investimentos da empresa com a Educação de Moçambique? Em que área ou modalidade de ensino há maior investimento? Por quê?
2. Além de a empresa oferecer aos seus trabalhadores a formação técnica dentro de modelos educacionais como: trilhas técnicas, trilha de gestão e liderança, mapa de desenvolvimento e competências transversais. Ela também investe em áreas de especialidades como: mina, usina, manutenção e operação de locomotiva e em Engenharia Ferroviária. Muitos fazem o treinamento prático no Brasil. Qual é o foco da formação oferecida pela Vale? O que é levado em consideração?
3. No relatório de 2012 é afirmado que houve um investimento na educação de Moçambique superior a US\$ 10 milhões. Diante dos inúmeros desafios educacionais do país em que a Vale mais pode investir?
4. Além da formação dos seus próprios trabalhadores, é visto na documentação (2012) que a empresa investiu na formação das pessoas do bairro de Cateme e do bairro 25 de setembro – Distrito de Moatize, província de Tete. Nesses bairros foram reassentadas 1.365 famílias em média. Para essa população foram oferecidos cursos em carpintaria, construção civil, corte e costura, eletricidade, pintura, empreendedorismo/autossustento (masculino e feminino) e serviço de hotelaria.
5. Quais são os projetos educacionais para com essas famílias e comunidades?
6. A Vale financia algum projeto ou programa educacional ou assistencial em Moçambique? Quais? Se sim, o que eles representam em valores orçamentais da empresa?

ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES: UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES (UNAC), AÇÃO

ACADÊMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS (ADECRU) E ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS COMUNIDADES (AAAJC)

1. Comente sobre a instituição, como ela surgiu, momento da história nacional?
2. Quais são as principais atividades da instituição? Quais os desafios e conquistas?
3. Qual a importância dessa instituição junto à luta dos camponeses e demais segmentos da classe trabalhadora?
4. Há algum projeto educativo da instituição junto às famílias dos trabalhadores?
5. De que forma a instituição contribui na construção de alternativas de desenvolvimento no campo?
6. A instituição contribui de alguma maneira para minorar/reduzir ou até mesmo se contrapor aos problemas que vem surgindo que são resultantes da luta de classe e das mudanças da própria natureza?
7. Quais são fatores que você considera relevantes e que geram unidade na instituição?
8. Como você denomina os sistemas de produção dos camponeses (trabalhadores) ligados à instituição?
 - () Agroecológico
 - () Agricultura familiar
 - () Outra. Qual: _____
9. Existe alguma produção coletiva na instituição? Se sim, identificar e caracterizar as experiências.
10. Quais são os processos de troca e de ajuda coletiva (mutirão, cooperação, etc.) que existem na instituição? Qual é a importância disso?
11. Quais são as organizações sociais (sindicatos, movimentos sociais, organizações) que se juntam à UNAC na luta a favor dos trabalhadores?
12. Existe alguma relação entre a UNAC e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Brasil?
13. Qual é a ajuda do Brasil?
14. Como você avalia a presença do Brasil em Moçambique?